



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 251 - SMCL-DGC

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002.000299/2025-49	
Órgão do Planejamento Geral: Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL.	
Sector Requisitante: Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos - DQGA.	Data do Pedido: 22/04/2026
Unidades Orçamentárias (Interessadas): Secretaria Geral de Governo – SGOV; Procuradoria Geral do Município – PGM; Controladoria Geral do Município – CGM; Superintendência Municipal de Distritos – SMD; Secretaria Municipal de Administração – SEMAD; Secretaria Municipal da Saúde – SEMUSA; Secretaria Municipal de Educação – SEMED; Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA; Secretaria Municipal de Economia – SEMEC; Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL; Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL; Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil – SMDC; Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – SEMDEC; Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL; Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS; Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN; Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC; Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA.	

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na **contratação de empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação, de forma contínua, de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações para atender a frota oficial da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip ou outro dispositivo disponível no mercado conforme condições, especificações técnicas, unidades e quantidades estimadas neste instrumento e seus anexos (conforme ETP id. 0750863).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	TAXA MÉDIA	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO R\$
	Contratação de empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação, de forma contínua, de gerenciamento, controle e				

01	credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip ou outro dispositivo disponível no mercado visando atender as necessidades da frota oficial da Prefeitura de Porto Velho, por um período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, observado o critério do § 4º, art. 91, de acordo com as necessidades das Unidades Contratantes, conforme detalhamento, condições, especificações técnicas e quantitativos mínimos contidos neste documento.	TAXA DE ADMINISTR AÇÃO	1	2,67%	R\$ 33.370.962,03
Importa o valor estimado para contratação em R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil novecentos e sessenta e dois reais e três centavos)					

1.1.1. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO: A referida contratação é considerada **SERVIÇO COMUM**, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Considera-se o serviço contratado como **serviço de natureza contínua**, tendo em vista que sua prestação é necessária de forma permanente para garantir o funcionamento regular da frota oficial da Administração Pública, não se limitando à execução de atividade específica com prazo determinado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente no inciso XIII e XV Art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.3. A contratação terá vigência inicial de até 12 (doze) meses, tratando-se de serviço de natureza contínua, podendo ser prorrogada sucessivamente, desde que comprovada a vantagem para a Administração, **até o limite máximo de 10 (dez) anos**, nos termos do art. 107, combinado com o art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar conforme o procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, representado pela **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** ofertada e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133/2021. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL**.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Gestor do Contrato (Unidade Administrativa/Secretaria): são os ordenadores de despesa e fiscais do contrato, responsáveis por acompanhar e certificar legalmente o contrato decorrente da licitação, realizar o pagamento das faturas, exercer o controle da frota e dos serviços relacionados à execução contratual, sendo responsável, também por conferir, receber e atestar os documentos da despesa, acompanhar, conferir e fiscalizar a conformidade da prestação de serviços e da alocação de recursos e aplicar sanções administrativas pelo descumprimento total ou parcial de obrigações da Contratada.

2.2. Gestor Operacional e Interveniente Institucional (Secretaria Municipal de

Contratos, Convênios e Licitações - SMCL): é o responsável pela gestão operacional, acompanhamento técnico e pela **interveniência normativa dos contratos decorrentes da licitação**. Atuará como órgão central de governança, competindo-lhe emitir normatizações procedimentais, estabelecer diretrizes de controle e limites de alçada para autorização de despesas, acompanhar as manutenções da frota oficial via sistema e auditar a conformidade técnica e financeira dos serviços e softwares, visando a padronização e a qualidade do gasto público em todas as unidades aderentes, a SMCL figurará como signatária do instrumento contratual, sem prejuízo das atribuições inerentes a cada unidade Contratante.

2.3. Assim sendo, a contratação de uma empresa especializada em serviços de autogestão de frota se encaixa nessa definição, pois geralmente envolve a contratação de itens padronizados e amplamente disponíveis no mercado, sem necessitar de avaliações mais criteriosas, estando, também, em consonância ao critério definido no **art. 17, do Decreto Municipal nº 18.892/2023**.

2.4. Especificação Técnica. Contratação de empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação, de forma contínua, de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip para utilização na rede de serviços ou outro dispositivo disponível no mercado (oficinas multimarcas e centros automotivos, borracharias, lojas de autopeças e componentes, funilarias, lava a jatos, concessionárias, tapeçarias, etc.), incluindo peças, acessórios, componentes, pneus e materiais originais, genuínos, ou paralelos, recomendados pelo fabricante conforme as características de cada veículo e a mão-de-obra de serviços de mecânica em geral, lanternagem, funilaria, pintura, eletricidade, ar-condicionado, trocas de óleo e filtros, alinhamento de direção, balanceamento e cambagem, borracharia (reparos dos pneus), chaveiro, tapeçaria, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, além de reboque por empresas de transporte em suspenso por guinchamento e socorro mecânico, elevação e movimentação pesada (serviços de munck), visando atender as necessidades da frota oficial da Prefeitura de Porto Velho, por um período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme detalhamento, condições, especificações e quantidades estimadas neste instrumento e seus anexos.

2.5. A utilização de peças paralelas somente será admitida quando atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- I** – Certificação do INMETRO ou equivalente;
- II** – Comprovação de compatibilidade técnica com o modelo do veículo;
- III** – Garantia mínima equivalente à peça original;
- IV** – Apresentação de laudo técnico ou ficha técnica do fabricante.

3. JUSTIFICATIVA DAS UNIDADES PARA CONTRATAÇÃO

3.1. Justificativas da contratação e das Unidades Participantes encontram-se fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar conforme item 4 do Estudo Técnico Preliminar - ETP (Anexo VI - SEI 0750863).

3.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, eficiência, controle, rastreabilidade e economicidade na manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Porto Velho, abrangendo veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, por meio de solução informatizada de autogestão com rede credenciada especializada.

3.1.2. A justificativa da contratação, bem como o levantamento da necessidade administrativa e dos quantitativos estimados, encontra-se devidamente fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar - ETP (ANEXO VI / ID SEI nº 0750863)**, elaborado pelo Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos – DQGA/SEG/SMCL, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, e com o art. 15 do Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023.

3.1.3. Considerando que o objeto atende a mais de um órgão da Administração Pública Municipal, a contratação em processo único propicia padronização, racionalização procedimental, maior celeridade e potencial economia de escala.

3.1.4. Ademais, o objeto se enquadra na definição do inciso XV, art. 6º da Lei nº 14.133/2021, pois trata-se de fornecimento contínuo realizado pela Administração Pública para a manutenção das atividades administrativas das Secretarias, decorrentes de necessidades permanentes e/ou prolongadas.

3.2. Justificativa para Utilização de Lotes

3.2.1. Para esta contratação, considerando que o objeto do presente Termo de Referência é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AUTOGESTÃO DE FROTA, PARA PRESTAÇÃO DE FORMA CONTÍNUA DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E CREDENCIAMENTO DE REDE ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, o certame licitatório consistirá em LOTE ÚNICO, possui um único item, com quantidades conforme item 2.4. Especificação Técnica deste Termo.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 002.000299/2025-49**, e visa motivar a contratação pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.1.1. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL, pelo Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos - DQGA**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id. [0747543](#) elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

4.1.2. Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL/DGC**.

4.2. Da justificava SMCL/DQGA

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo **Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos - DQGA/SEG/SMCL**, conforme as diretrizes do **Estudo Técnico Preliminar - ETP (Anexo VI 0750863)**, que é o documento constitutivo de primeira etapa do planejamento da pretensa contratação, que objetiva caracterizar o interesse público envolvido e a sua melhor solução, fundamentado em consonância aos procedimentos contidos na Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme determinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021, observando, ainda, o disposto no art. 18 do referido Decreto Municipal, que determina que, para o procedimento de pesquisa de preços para contratação de serviços realizados em âmbito municipal, deverão ser adotados os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Ademais, foram observadas as determinações contidas no inciso I do art. 6º e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que dispõem acerca da adoção de boas práticas de sustentabilidade, trazendo o desenvolvimento nacional sustentável como princípio norteador das contratações públicas, bem como o art. 11 da mesma Lei, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo do processo licitatório, em consonância, no que couber, com a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, referente aos critérios de sustentabilidade ambiental, em seus arts. 5º e 6º, além das demais normas correlatas aplicáveis à matéria, ainda, observam-se, no que couber, as recomendações contidas na Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, na Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, e na Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, bem como, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 1.000/2025, alterada pela Lei nº 1.019/2025, que redefiniu a estrutura administrativa do Município, por meio da fusão e alteração de Unidades Orçamentárias e Gestoras, com vigência a partir de 7 de julho de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 3 de julho de 2025, que dispõe sobre a estrutura básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e demais normas pertinentes.

A contratação resultante do objeto deste Termo de Referência reger-se-á, subsidiariamente e no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da aplicação prioritária da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal pertinente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no **item 10 do Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO VI – SEI 0750863)**. Além disso, foram distribuídos tópicos centrais nos **itens 7 e 15 deste termo**.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Conforme item 6 do Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO VI – SEI 0750863).

6.1. Critérios de Sustentabilidade Social e Ambiental

6.1.1. Na execução dos serviços, a rede credenciada e a empresa Contratada deverão adotar as boas práticas de sustentabilidade, observado o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta a matéria, trazendo o desenvolvimento nacional sustentável como princípio norteador das contratações públicas, bem como o art. 11 da referida Lei, no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo do processo licitatório, e, ainda, deverão cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus arts. 5º e 6º, além das demais normas correlatas aplicáveis à matéria, inclusive normas municipais pertinentes.

6.1.2. Conforme dispõe o inciso III do art. 5º da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021: “que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”.

6.1.3. A Contratada deverá, também, atender às recomendações contidas na Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado, na Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, que dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, bem como na Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a utilização de cilindros para o vazamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, de modo a ser assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos, devendo, ainda, a empresa a ser Contratada respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como as demais normas ambientais aplicáveis e, no que couber, as normas municipais correlatas.

6.1.4. Será de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a contratação do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos, devendo tomar todos os cuidados necessários para que, quando da consecução dos serviços, não decorra em qualquer degradação ao meio ambiente.

6.1.5. A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que forem causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

6.1.6. Considerando que o automóvel é um dos produtos que poluem o meio ambiente, seja durante o seu desenvolvimento, sua utilização e também em quanto a sua reparação, é de grande importância que as oficinas e os centros de reparação possuem processos ambientalmente sustentáveis e contem com procedimentos de descarte e reparos adequados.

6.1.7. Visando estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza, o fornecedor deverá atender aos seguintes procedimentos durante a prestação dos serviços:

- Alocar os resíduos passíveis de reciclagem coletados nos contêineres próprios destinados à Coleta Seletiva Solidária.
- Para serviços de funilaria, o fornecedor deverá desenvolver um processo de descarte correto de peças plásticas, metálicas e de vidro, encaminhando para empresas de reciclagem.
- Para os serviços de pintura, o fornecedor deverá desenvolver processo de reciclagem do solvente utilizado para lavagem de pistolas de pintura ou peças, quando do seu descarte correto. Da mesma forma para os materiais contaminados, como embalagens de tinta, papel de mascaramento e estopa.
- Possuir cabine de pintura com sistema de filtragem, com substituição do filtro de acordo com as especificações do fabricante, além de pistola com tecnologia para economia de tinta como pintura à base de água por ser menos nociva;
- Propiciar o recolhimento do óleo lubrificante acabado à destinação de reciclagem por meio de processo de refino, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, nos termos das Resoluções CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005 e Nº 450, de 06 de março de 2012.
- Providenciar a destinação final adequada dos pneumáticos, seja para a reutilização, reforma e reciclagem, tendo em vista que esses constituem passivo ambiental, em

observância à Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009, e legislação correlata.

- Encaminhar as baterias para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do fabricante ou importador. A destinação ambientalmente adequada é a destinação que minimiza os riscos ao meio ambiente e adota procedimentos técnicos de coleta, recebimento, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final de acordo com a legislação ambiental vigente. Essa obrigação visa ao atendimento da Resolução CONAMA nº 401 /2008.

- O fornecedor deverá zelar pela segurança das pessoas e das instalações, pela saúde de seus empregados, bem como capacitar e treinar os seus funcionários para as atividades correlatas à prestação dos serviços e para atendimento adequado.

6.2. Subcontratação

6.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela Contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

6.2.1.1. A vedação deste item aplica-se exclusivamente às atividades de obrigação direta da Contratada (implantação e manutenção do sistema informatizado, gerenciamento e controle dos serviços, suporte técnico e faturamento mensal). As atividades executadas pela rede credenciada, por configurarem relação jurídica de direito privado autônoma entre a Contratada e terceiros, não se submetem à presente vedação.

6.3. Garantia da Contratação

6.3.1. A Contratada deverá prestar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, garantia de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo haver autorização de majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021).

6.3.1.1. Decorrido o prazo de 01 (um) ano de vigência do contrato e nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no subitem 6.3.1.

6.3.2. A Contratada poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas nos incisos do § 1º, art. 96, da Lei nº 14.133/2021, ou seja: caução em dinheiro, seguro garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

6.3.3. Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro (inciso I, art. 96)**, seu valor será depositado junto ao **Banco do Brasil, agência 2757, conta-corrente nº 97626-1**, devendo o comprovante de depósito ser apresentado imediatamente, em original ou cópia autenticada, no Departamento Administrativo-Financeiro, para lançamento contábil na Secretaria Municipal de Economia - SEMEC.

6.3.4. Se a opção de garantia recair em **seguro-garantia ou fiança bancária (incisos II e III, art. 96)**, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato, a cláusula de atualização financeira, bem como as cláusulas de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

6.3.5. Se a opção recair em **título de capitalização (inciso IV, art. 96)**, será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

6.3.6. A Contratada terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade de seguro-garantia (§ 3º, art. 96, da Lei nº 14.133/2021).

6.3.7. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora (inciso I, art. 97, da Lei nº 14.133/2021).

6.3.8. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a Contratada não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas (inciso II, art. 97, da Lei nº 14.133/2021).

6.3.9. Poderá ser permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário do contrato, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto (parágrafo único, art. 97, da Lei nº 14.133/2021).

6.3.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da

Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração.

6.3.11. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, devendo ter prazo superior ao futuro contrato em pelo menos 30 (trinta) dias.

6.3.12. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados à Contratante e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

6.3.13. Uma vez aplicada multa à Contratada e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, poderá a Contratante convocar a Contratada para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

6.3.14. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100, da Lei nº 14.133/2021).

6.3.15. Quando a extinção do contrato decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido. (inciso I, § 2º, art. 138, da Lei nº 14.133/2021).).

6.3.15.1. A rescisão do contrato, determinado por ato unilateral, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

6.3.16. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar ao contratado, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, a execução da garantia contratual para (inciso III, art. 139, da Lei nº 14.133/2021):

I - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

6.4. Garantia Mínima e Condições de Manutenção e Assistência Técnica

6.4.1. A garantia/assistência técnica dos serviços deverão ser especificadas na proposta. Contudo, determinam-se as características mínimas a serem consideradas, a saber:

6.4.1.1. A licitante deverá oferecer garantia dos serviços pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da execução dos serviços, incluindo a assistência técnica apta a sanar eventuais problemas que os objetos possam apresentar.

6.4.1.2. O serviço ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Detalhamento do Objeto e Escopo da Contratação

7.1.1. O contrato compreenderá o fornecimento de sistema de gestão dos serviços de manutenção automotiva de todos os veículos oficiais, maquinários, equipamentos e embarcações, relacionados no Anexo I (SEI 0775918), e outros que forem adquiridos ou disponibilizados à frota da Prefeitura de Porto Velho no período de vigência contratual, a qualquer tempo, reservando-se o direito da Administração de incluir ou excluir veículos, equipamentos, maquinários e embarcações do contrato, conforme a necessidade da unidade Contratante.

7.1.2. O atendimento dos serviços de manutenção bem como o fornecimento de materiais deverá ocorrer por meio de rede credenciada (oficinas multimarcas, centros automotivos, autopeças e concessionárias) em caráter contínuo e ininterrupto, que inclui o fornecimento de peças e insumos, abrangendo todas as áreas e especialidades dos veículos e equipamentos relativos à manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação e diagnóstico, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, remoção, transporte, complementação e conservação.

7.1.3. A frota a ser atendida pela rede credenciada é composta por veículos tipo passeio; caminhonetes; camionetas; pick-ups; vans; ônibus; caminhões; motocicletas e similares; embarcações e similares; maquinários e equipamentos rodoviários, tais como: tratores, retroescavadeiras, motoniveladoras, rolos compactadores, dentre outros que sejam acrescidos à frota, conforme o descritivo detalhado do quantitativo disponível no Anexo I do Termo de Referência.

7.1.4. Conforme art. 8º da Resolução nº 396, de 13 de dezembro de 2011, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, os veículos são classificados em 02 (dois) tipos, sendo:

7.1.4.1. Veículos leves – correspondendo a ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete e camioneta, com peso bruto total – PBT – inferior ou igual a 3.500 kg;

7.1.4.2. Veículos pesados – correspondendo a ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão-trator, trator de rodas, trator misto, chassi-plataforma, motor-casa, reboque ou semirreboque e suas combinações.

7.1.5. A metodologia de contratação pretendida se resume na seguinte sequência: o órgão municipal contrata uma empresa especializada no gerenciamento da manutenção da frota de seus veículos oficiais; o objetivo da contratação é um sistema de gestão integrado a um sistema de pagamento dos serviços de manutenção utilizados, sendo que, para tanto, os veículos recebem seu próprio cartão magnético ou outro dispositivo disponível no mercado; a manutenção dos veículos, equipamentos leves e pesados é realizada na rede de estabelecimentos credenciados, sendo que o credenciamento dos mesmos é de competência da Contratada; em contrapartida, o órgão municipal paga à Contratada uma taxa de administração relativa ao sistema e seus serviços de credenciamento, suporte e gerenciamento, além dos valores correspondentes aos serviços utilizados. A taxa de credenciamento da rede será limitada, conforme definido neste Termo de Referência, não sendo objeto de disputa entre os licitantes.

7.1.6. A contratação a ser celebrada por meio da presente licitação terá como parte as unidades administrativas da Prefeitura de Porto Velho (Contratantes) e a Empresa Gerenciadora (Contratada). As relações contratuais celebradas entre a Contratada e sua rede credenciada configuram-se como objeto de negociação privada entre terceiros, situando-se no âmbito do Direito Privado, sendo, portanto, de total responsabilidade da Contratada as regras contratuais entre Contratada e rede credenciada.

7.2. Sistema de Autogestão, Gerenciamento e Controle da Frota

7.2.1. Entende-se por Sistema de Autogestão o sistema de gerenciamento disponibilizado pela Contratada para controlar toda a operação e gestão da frota de forma integrada, identificando, consolidando e controlando todos os dados relativos aos veículos, incluindo prestação dos serviços, peças substituídas, garantias, rede de credenciadas, orçamento, faturamento, custos inerentes a cada operação etc., sendo importante identificar e medir os custos dos materiais, custos da própria manutenção e índices de discrepância nos orçamentos, bem como as diversas tabelas de preços existentes, apresentando a opção mais vantajosa, que consiste essencialmente em:

a) Aplicação web – sendo disponibilizado um sistema informatizado projetado para utilização através de um navegador, na internet (aplicação de software que utiliza a web, mediante um browser, como ambiente de execução);

b) Tecnologia integrada – que viabilize a utilização de cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip individual para cada veículo ou outro dispositivo disponível no mercado, para realização dos serviços de manutenção automotiva junto aos estabelecimentos da rede credenciada, por meio de senha fornecida aos usuários (motoristas) designados pela Contratante;

c) Suporte técnico permanente – que possibilite o restabelecimento, correções e alterações do sistema em prazo hábil, garantindo inclusive o cadastramento inicial e/ou migração dos dados do sistema anterior, bem como o esclarecimento de dúvidas durante a operação do sistema por parte da Contratante ou da rede credenciada, através de técnicos capacitados sob orientação do responsável técnico da Contratada.

7.3. Descrição dos Serviços

7.3.1. Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos novos, primeiro uso, necessárias para manutenção da frota de veículos e equipamentos leves e pesados da Prefeitura de Porto Velho.

7.3.2. Prestação de serviço de manutenção geral preventiva e corretiva da frota de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, incluído socorro guincho/reboque 24 (vinte e quatro) horas todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e

feriados.

7.3.3. Custo de administração.

7.4. Soluções Técnicas Globais

7.4.1. Contratação de Sistema de autogestão de frota, de acordo com as justificativas, especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência.

7.4.1.1. Aos gestores das unidades contratantes: **a razão social da empresa credenciada permanecerá oculta no sistema, tanto na fase de orçamento inicial quanto na fase de cotações, até a liberação inicial pela Gestora Operacional (SMCL)**, ficando disponíveis, nesse momento, apenas os valores apresentados. Para fins de segurança jurídica, operacional e de legalidade, os parâmetros de visualização, controle e liberação serão definidos pela SMCL, podendo ser alterados sempre que necessário, conforme análise administrativa.

7.4.1.2. A Ordem de Serviço deverá assegurar a regularidade, a impessoalidade e a integridade do procedimento de cotação, devendo o sistema impedir que os estabelecimentos credenciados tenham acesso aos valores apresentados pelos demais participantes durante a fase de envio e análise dos orçamentos, de modo a preservar a independência das propostas e evitar interferências que comprometam a competitividade e a lisura do processo.

7.4.2. Em síntese, a implantação do sistema informatizado de gerenciamento de dados de gestão e controle da frota a ser efetuada pela Contratada compreende:

- a)** O cadastramento e o registro dos veículos pertencentes à frota do Contratante;
- b)** O cadastramento de todos os usuários e gestores do sistema, com seus respectivos níveis de acesso;
- c)** O credenciamento e apresentação da rede credenciada, com todos os dados relativos (nome fantasia, razão social, CNPJ, porte empresarial, contatos, telefones, endereços, e-mails, linhas de fornecimento/objeto social, município, estado, etc.);
- d)** A identificação visual e divulgação da rede credenciada;
- e)** A implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos, informatizados, compatíveis com o ambiente seguro, via web, on-line;
- f)** O treinamento de usuários e gestores do contrato para operar o sistema, com previsão máxima de 15 (quinze) servidores de cada unidade Contratante para capacitação;
- g)** O treinamento da rede credenciada para operar o sistema;
- h)** O sistema deverá apresentar campo para aplicação de saldo para conclusão dos serviços e/ou peças executados, diretamente na ordem de serviço.

7.4.3. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos credenciados (concessionárias, oficinas automotivas, autopeças, serviços de guincho e borracharia) em todo o Estado de Rondônia, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da Contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, considerando as manutenções preventivas, corretivas, os serviços de reboque e o credenciamento das localidades mínimas definidas no Anexo II.

7.4.4. A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda dos serviços de manutenção em todo o território estadual, contendo, obrigatoriamente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, conforme forma progressiva do item 7.18.11.1, após a assinatura do contrato, estabelecimentos credenciados de autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias autorizadas e serviços de guincho de veículos.

7.4.4.1. As localidades mínimas a serem credenciadas para os prestadores e fornecedores são as relacionadas no Anexo II.

7.4.4.2. Nas cidades em que não houver estabelecimentos credenciados que prestem os serviços de autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias e serviços de guincho de veículos, a Contratada deverá cadastrar todos os estabelecimentos que tiver e que preencham os requisitos necessários.

7.4.4.3. Conforme necessidade da Contratante, e sem qualquer ônus a ela, a Contratada deverá efetuar o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação.

7.4.5. O sistema de gerenciamento dos serviços contratados deve permitir acesso categorizado por diferentes níveis de permissões e perfis, mediante senhas individuais, tais como: gestor do contrato, ordenador de despesas, gerentes setoriais, órgãos de controle interno e externo, rede credenciada, acesso livre, etc.

7.4.6. A Contratada deverá apresentar o sistema em ambiente web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidades à Contratante no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, conforme descrito nos itens a seguir:

- Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;
- Recebimento de orçamento on-line/real time;
- Acesso ao sistema somente para consulta, onde o operador terá acesso somente aos lançamentos feitos na rede credenciada, demonstrando peças lançadas, data de lançamento sem consulta a valores;
- Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;
- Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);
- Identificação do gestor responsável pela pré aprovação e aprovação da Ordem de Serviço (nome e matrícula)
- Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;
- Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;
- Sistemas integrados de informações, permitindo a geração de relatórios gerenciais;
- Sistemas tecnológicos integrados que viabilizem a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;
- Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional;
- Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;
- Fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e mão de obra;
- Relatório disponível por período, discriminando placa, marca, ano, modelo, renavam e total gasto com manutenção, valores gastos (peças e mão de obra);
- Sistema tecnológico que possibilite a visualização dos saldos para o Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato no respectivo contrato de manutenção preventiva e corretiva da frota;
- O sistema eletrônico deverá permitir o cadastramento de preços praticados no mercado;
- O sistema deverá emitir alerta, via correio eletrônico, a toda a rede credenciada, informando quando houver orçamento aberto para cotação de preços;
- O sistema deverá permitir que no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer unidade credenciada possa ofertar cotação e preços para o orçamento aberto no sistema.

7.5. Do Monitoramento por Evidências Digitais, Relatórios e Registro Fotográfico

7.5.1. O sistema informatizado deverá, obrigatoriamente, disponibilizar funcionalidade para o registro fotográfico de todas as etapas do ciclo de manutenção (vistoria, execução e saída), as quais deverão ser integradas de forma indissociável à respectiva Ordem de Serviço (OS).

7.5.2. As fotografias deverão ser capturadas exclusivamente por meio de aplicação móvel (Android/iOS) fornecida pela Contratada, plenamente integrada ao sistema de gestão de frota, observando-se os seguintes perfis de acesso e responsabilidades:

I – Dos Estabelecimentos Credenciados: Para o registro mandatório das evidências em

tempo real durante o fluxo de manutenção, em estrita observância às evidências mínimas descritas neste Termo de Referência;

II – Do Gestor Operacional/Vistoriadores da Administração: Para fins de fiscalização, auditoria in loco ou vistorias de conformidade técnica realizadas pelo Gestor Operacional (SMCL).

7.5.2.1. O aplicativo deverá realizar a captura de imagens de forma nativa e em tempo real, sendo terminantemente vedado o upload de arquivos oriundos da galeria do dispositivo, visando garantir a contemporaneidade entre o serviço prestado e o respectivo registro.

7.5.3. Do Carimbo Digital de Veracidade (Sobreposição de Dados): Todas as imagens capturadas deverão apresentar sobreposição visual (overlay/marca d'água) dos dados técnicos diretamente na face da fotografia, de forma legível e indelével, processada automaticamente pelo sistema, contendo:

I – Georreferenciamento: Impressão das coordenadas de GPS (latitude e longitude) do local exato da captura;

II – Carimbo de Tempo (Timestamp): Impressão de data e hora precisas, sincronizadas com o servidor da plataforma;

III – Identificação de Vínculo: Impressão do número da Ordem de Serviço (OS) ou placa do veículo correspondente.

7.5.4. Das Evidências Mínimas Obrigatórias: O acervo fotográfico de cada intervenção deverá contemplar, no mínimo:

- a)** Identificação clara do veículo (placa, chassi ou número de série);
- b)** Registro do odômetro ou horímetro no ato da vistoria de entrada;
- c)** Registro das peças novas a serem instaladas (fora da embalagem original) e das peças substituídas (inservíveis);
- d)** Visão panorâmica do veículo posicionado no box de serviço do estabelecimento credenciado durante a fase de execução.

7.5.5. Das Regras de Validação e Bloqueio Automatizado: O sistema deverá bloquear automaticamente a aprovação e a finalização da Ordem de Serviço, bem como impossibilitar o seu respectivo faturamento, caso as imagens capturadas não apresentem os requisitos dos itens **7.5.3** e **7.5.4**.

7.5.6. Das Exceções Técnicas: Casos excepcionais de falha de recepção de sinal de GPS, devidamente justificados pela impossibilidade técnica comprovada da localidade, deverão ser submetidos à análise e liberação manual motivada pelo Gestor Operacional da SMCL, mediante justificativa fundamentada e registrada em campo histórico da OS.

7.5.7. Do Descumprimento e Sanções: A ausência de registros fotográficos em conformidade com as exigências deste Termo, ou a constatação de manipulação de dados geográficos, ensejará glosa dos valores correspondentes, sem prejuízo da apuração de responsabilidade contratual e da aplicação das sanções cabíveis.

7.6. Relatórios Gerenciais, Dashboard e Exportação de Dados

7.6.1. O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo e, a cada operação:

- a)** Número de identificação da ordem de serviço;
- b)** Número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante;
- c)** Identificação do veículo (tipo de frota, placa, marca, modelo, ano de fabricação, chassi, cor e unidade de lotação);
- d)** Centro de custo;
- e)** Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço;
- f)** Data e hora de início e fim da manutenção do veículo;
- g)** Tipo de serviço (aquisição de peça / manutenção corretiva / serviço de guincho);
- h)** Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);

- i) Quilometragem do veículo no momento da execução do serviço;
- j) Descrição dos serviços executados e peças trocadas;
- k) Valor total de mão de obra;
- l) Valor total das peças;
- m) Tempo de garantia dos serviços realizados;
- n) Tempo de garantia das peças substituídas;
- o) Valor total da operação;
- p) Descrição sumarizada da operação;
- q) Razão social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço;
- r) Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor;
- s) Dados do IP do computador do fornecedor e/ou prestador de serviço.

7.6.2. Todos os dados do item 7.6.1 deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

7.6.3. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e por órgão, bem como centro de custo, de forma que as notas fiscais emitidas para pagamento estejam em sintonia com relatório de pagamento na ordem numérica.

7.6.4. O histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual, permitindo o backup dos dados e restauração dos mesmos, para não haver risco de descontinuidade.

7.6.4.1. Ao término do contrato, o backup e o histórico completo das operações deverão ser disponibilizados pela Contratada em formato eletrônico exportável (planilhas e banco de dados). Adicionalmente, a Contratada deverá manter tais informações sob guarda sigilosa e disponíveis por, no mínimo, 05 (cinco) anos após o encerramento contratual, em conformidade com a LGPD e normas dos Órgãos de Controle.

7.6.5. O sistema deverá disponibilizar funcionalidade integrada de análise, consolidação e visualização gerencial de dados, nativamente vinculada à geração de relatórios detalhados e a painéis visuais dinâmicos, com atualização compatível com os registros da operação, assegurando que toda representação gráfica tenha correspondência direta com a base de dados originária e com os relatórios analíticos previstos neste item, vedada qualquer divergência entre o detalhamento das Ordens de Serviço (OS) e os indicadores gerenciais apresentados.

7.6.6. O sistema deverá apresentar gráficos e tabelas dinâmicas que consolidem os dados dos relatórios, permitindo ao gestor:

I – Navegação Integrada (Drill-down): Ao clicar em qualquer indicador gráfico (ex.: gastos por secretaria ou por tipo de veículo), o sistema deverá abrir automaticamente o relatório analítico detalhado que originou aquele dado;

II – Filtros Simultâneos: Os painéis visuais devem permitir filtros combinados por período, unidade orçamentária, placa, condutor e fornecedor, atualizando todos os gráficos instantaneamente;

III – Indicadores Chave (KPIs): Visualização de destaque para o custo médio por km rodado, tempo médio de permanência em oficina (SLA) e economia gerada por meio dos descontos obtidos.

7.6.7. Os relatórios e dashboards disponibilizados pela Contratada deverão conter no mínimo, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante, as seguintes informações:

- a) Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e valor total de mão de obra;
- b) Ordem de serviço cadastrada;

- c) Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;
- d) Comparativo de cotações/orçamentos, inclusive de acordo com preço praticado e tabelas cadastradas;
- e) Registro de garantia de peças e serviços;
- f) Histórico de orçamentos;
- g) Histórico de preço praticado por tipo de serviço/produto, linhas de fornecimento, localidade e fornecedor credenciado;
- h) Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- i) Composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;
- j) Relação completa e discriminada de rede credenciada, por localidade e linhas de fornecimento;
- k) Tempo de imobilização do veículo;
- l) Custo por tipo de manutenção;
- m) Custo global, mensal e anual de serviços e peças em geral, por veículo, por tipo de veículo, por porte de veículo, por órgão e por localização;
- n) Tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, de acordo com os valores efetivamente faturados através de ordens de serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, por linha de fornecimento e por localidade;
- o) Registro de logs de acesso, incluindo endereço de IP, data e hora do fornecedor/prestador de serviço.

7.6.8. Todos os dados consolidados nos painéis visuais e os relatórios analíticos devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo Gestor de Frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e extração integral da base de dados em formatos abertos (CSV, XML e XLS) e formatados (PDF).

7.7. Regras de Prazo, SLA da Manutenção e Serviços de Guinchos, Reboque e MuncK

7.7.1. Os prazos para execução das manutenções e reparos necessários nos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações deverão observar a classificação de criticidade do bem, considerando a natureza do serviço público atendido, e serão contados a partir da aprovação do orçamento e da autorização de execução pelo Gestor do Contrato, vedada a adoção de prazo diverso em outros dispositivos, salvo previsão expressa e específica neste instrumento.

7.7.2. Para os serviços de manutenção preventiva e de pequena monta, o prazo máximo de execução será de até 10 (dez) dias úteis, contados na forma do item anterior, ressalvada hipótese de enquadramento em prazo inferior em razão da criticidade do bem ou da essencialidade do serviço público a que esteja vinculado.

7.7.3. Para os serviços de manutenção corretiva, os prazos máximos de execução deverão observar os seguintes limites, a contar da aprovação da Ordem de Serviço (OS), conforme a classificação de criticidade da frota, do maquinário, do equipamento ou da embarcação:

I – CRÍTICO: até 05 (cinco) dias corridos, compreendendo ambulâncias, viaturas de emergência, veículos da defesa civil, ônibus escolares e outros diretamente vinculados à continuidade imediata de serviços públicos essenciais;

II – PRIORITÁRIO: até 10 (dez) dias corridos, compreendendo veículos operacionais utilizados em fiscalização, manutenção urbana, apoio logístico e demais atividades essenciais da Administração;

III – ORDINÁRIO: até 15 (quinze) dias corridos, compreendendo veículos administrativos de uso interno e demais bens que não se enquadrem nas categorias anteriores.

7.7.3.1. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Contratada e analisadas pela Administração, os prazos poderão ser prorrogados mediante autorização expressa do Gestor do Contrato, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais.

7.7.4. Os serviços de assistência e remoção de veículos, maquinários e embarcações (guincho/reboque) deverão observar os seguintes prazos máximos de chegada ao local, contados da solicitação formal registrada no sistema:

I – Perímetro urbano (Sede e Distritos com acesso pavimentado): até 2 (duas) horas para veículos leves e até 4 (quatro) horas para veículos pesados e maquinários;

II – Zona rural, estradas vicinais e ramais (não pavimentados): até 10 (dez) horas, independentemente do porte do veículo, devendo a previsão estimada ser informada de imediato ao Gestor;

III – Embarcações e resgates de altíssima complexidade: até 24 (vinte e quatro) horas para a mobilização de logística específica.

7.7.4.1. Em situações excepcionais devidamente justificadas, tais como interdição de vias, atoleiros ou rompimento de pontes em ramais, eventos climáticos severos, distâncias extraordinárias de deslocamento ou necessidade de equipamento especial incompatível com o atendimento ordinário, o prazo poderá ser flexibilizado mediante justificativa formal da Contratada, a ser submetida à análise do Gestor Operacional do Contrato, sem prejuízo da apuração quanto à razoabilidade da ocorrência.

7.7.5. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Contratada e analisadas pela Administração, os prazos poderão ser prorrogados mediante autorização expressa do Gestor do Contrato, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais.

7.7.6. Disponibilizar acesso ao Sistema AUDATEX MOLICAR ou outro instrumento hábil similar, composto por uma ferramenta que possibilite ao Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato efetuar consulta on-line tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.

FIGURA 1 – Prazos de Manutenção e Assistência por Criticidade

Itens 7.7.3 e 3.7.1.2 – Minuta nº 56/2026/SMCL-DICMA

CRÍTICO	PRIORITÁRIO	ORDINÁRIO
Ambulâncias • Viaturas de emergência Ônibus escolares • Defesa Civil	Fiscalização • Manutenção urbana Apoio logístico • Atividades essenciais	Veículos administrativos Uso interno • Demais bens
Manutenção corretiva 5 dias corridos	Manutenção corretiva 10 dias corridos	Manutenção corretiva 15 dias corridos
Guincho – perímetro urbano 2h (leves) / 4h (pesados)	Manutenção preventiva 10 dias úteis	Manutenção preventiva 10 dias úteis
Guincho – zona rural 10 horas	Guincho – zona rural 10 horas	Guincho – urbano / embarcações 24h (mobilização)

Prazos da manutenção corretiva ajustados de dias úteis para dias corridos.

7.8. Cadastro, Integrações e Base de Dados

7.8.1. A Contratante fornecerá à Contratada os dados para o cadastro dos veículos, condutores e identificação das respectivas unidades onde os mesmos estão alocados, contendo os seguintes dados: tipo da frota (própria, locada, cedida ou convênio); prefixo; placas; marca; modelo; chassi; tipo de combustível; ano de fabricação do veículo; lotação (unidade); capacidade do tanque; tombamento; cor.

7.8.2. Cada veículo terá um único cartão magnético, microprocessado ou outro dispositivo equivalente.

7.8.3. O sistema de autogestão da frota deverá disponibilizar:

a) Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional;

b) Banco de dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota oficial, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;

c) Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminando no sistema os valores gastos com mão de obra, peças e taxa de administração, por órgão e por fornecedor, relacionando cada nota fiscal com a respectiva nota fiscal emitida pela Contratada para fins de cobrança;

d) Sistemas operacionais para processamento das informações da Contratante e da rede credenciada através da web (internet);

e) Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação dos veículos, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para a Contratante;

f) Local para cadastramento do prazo de garantia das peças e serviços prestados, com funcionalidade de alerta e bloqueio da contratação de mesmos produtos, se ainda estiver no período de validade da garantia, na própria tela de aprovação do orçamento;

g) Cadastramento da rede credenciada por localidade e por linha de fornecimento, identificando todos os serviços/produtos oferecidos por cada fornecedor, para possibilitar solicitação de cotação em massa, num só clique, a todos os possíveis interessados, na busca pelo menor preço;

h) Permissibilidade para realização de cotações diárias dentre os estabelecimentos credenciados, preliminarmente à execução de quaisquer serviços, com o objetivo de serem analisados, com funcionalidade de envio da cotação de uma só vez (único clique) a todos os credenciados do ramo do objeto a ser contratado, devendo ser autorizada a cotação de menor valor, ou a mais vantajosa, levando-se em consideração a relação custo-benefício pelo gestor do contrato, inclusive para os veículos cuja garantia não esteja vencida, salvo quando houver um número inferior de concessionárias capacitadas para o serviço, devendo tal fato constar na ordem de serviço;

i) Campo para informar as observações quanto à autorização, especialmente para registrar descontos obtidos na negociação, informando inclusive quando essa negociação visa manter todos os serviços num mesmo local para evitar deslocamentos, se identificado como mais vantajoso e se o fornecedor concordar em reduzir o preço inicialmente cotado;

j) Módulo de Gestão de Documentos da Rede, permitindo o upload e a visualização de arquivos em formato PDF correspondentes aos instrumentos contratuais firmados entre a Contratada e as Redes Credenciadas, com busca por CNPJ, Razão Social e Tipo de Serviço;

k) Campo para que o Gestor Operacional do Contrato (SMCL) solicite informações adicionais da credenciada responsável pela abertura da Ordem de Serviços, antes do sistema disparar para cotação, durante a pré-aprovação e aprovação.

7.9. Regras de Cotação e Formação de Orçamentos

7.9.1. O sistema deverá emitir alerta, via correio eletrônico e na tela de acesso via web, a toda a rede credenciada, conforme o ramo de atuação (linhas de fornecimento cadastradas), informando quando houver orçamento aberto para cotação de preços.

7.9.2. O sistema deverá dispor de campo para que a Contratante determine o prazo disponível para cotação, variável entre 24 (vinte e quatro) e 72 (setenta e duas) horas, conforme a urgência dos serviços, bem como possibilidade de prorrogação do prazo com reenvio dos alertas aos credenciados, quando não se alcançarem o número de pelo menos 03 (três) cotações ou que a Contratante não esteja certa da vantajosidade dos preços alcançados.

7.9.2.1. O sistema deverá permitir que no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas qualquer unidade credenciada possa ofertar cotação de preços para o orçamento aberto no sistema.

7.9.2.2. O sistema deverá fechar automaticamente o orçamento, quando finalizado o prazo definido pela Contratante, disponibilizando imediatamente os resultados para consulta.

7.9.3. O sistema deverá dispor de funcionalidade integrada de análise gerencial de dados, vinculada nativamente aos relatórios operacionais, financeiros e gerenciais da solução, com painel de gestão da operação em formato de gráficos e tabelas dinâmicas, permitindo navegação entre níveis de detalhamento, aplicação simultânea de filtros e visualização de indicadores de desempenho, de modo a auxiliar a gestão operacional, tática e estratégica da Contratante, sem divergência entre os relatórios analíticos e os dados apresentados nos painéis visuais.

7.9.4. O sistema deverá disponibilizar a consulta à tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, conforme os valores efetivamente faturados mediante Ordens de Serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, permitindo também filtro de pesquisa conforme o objeto ou linha de fornecimento, a fim de subsidiar a análise da vantajosidade quando não houver cotações suficientes para os mesmos itens.

7.9.5. O sistema deverá disponibilizar consulta comparativa na própria tela de orçamento, contendo as informações de data e menor preço da cotação atual, data e

menor preço praticado/contratado para o produto/serviço registrado no próprio sistema nos últimos 60 (sessenta) dias, data e menor preço praticado na localidade e data e menor preço ofertado pelo próprio fornecedor detentor da menor cotação atual.

7.9.5.1. O sistema deverá realizar análise comparativa automatizada entre o valor total do orçamento submetido à aprovação e o valor venal, de mercado ou referencial atualizado do respectivo bem, conforme base de dados parametrizada pela Administração, com a finalidade de subsidiar a aferição da economicidade da manutenção.

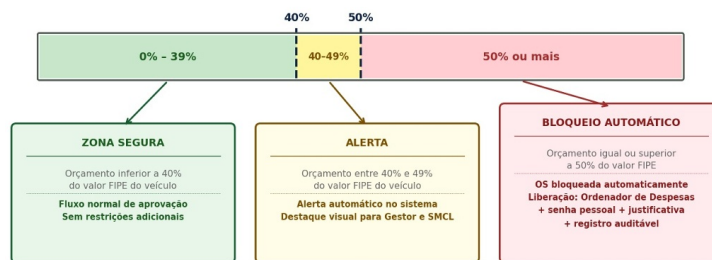
7.9.5.2. Para os veículos automotores leves e pesados, o valor referencial mencionado no subitem anterior será, preferencialmente, o constante da Tabela FIPE vigente na data da cotação. Para maquinários, equipamentos e embarcações, deverá ser utilizada base oficial de mercado disponível, cotação idônea ou laudo técnico de avaliação previamente parametrizado no sistema pela Contratante.

7.9.5.3. Quando o valor total do orçamento atingir ou ultrapassar 40% (quarenta por cento) do valor referencial do bem, o sistema deverá gerar alerta automático de criticidade, com destaque visual na tela de aprovação para o Gestor do Contrato e para o Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

7.9.5.4. Caso o valor total do orçamento atinja ou ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor referencial do bem, o sistema deverá bloquear a pré-aprovação e aprovação. A liberação da Ordem de Serviço, neste cenário, ocorrerá exclusiva e excepcionalmente mediante autorização expressa do respectivo Ordenador de Despesas da Unidade Contratante, por meio de senha pessoal e intransferível, acompanhada de justificativa fundamentada, atestando a necessidade e a vantajosidade da intervenção.

FIGURA 2 — Controle de Economicidade: Limite FIPE por Ordem de Serviço

Itens 4.10.5.3 e 4.10.5.4 — Minuta Retificada nº 56/2026



Fonte: Minuta Retificada nº 56/2026, itens 4.10.5.3 e 4.10.5.4 — SMCL/ODGA

7.9.5.5. Na hipótese de incidência do subitem anterior, o sistema deverá registrar e armazenar de forma indelével e auditável: a data, o horário, o IP, o usuário autorizador (nome e matrícula), a unidade administrativa, o percentual apurado em relação ao valor referencial do bem e o inteiro teor da justificativa exarada, sendo terminantemente vedada a liberação da OS sem o preenchimento simultâneo de todos estes requisitos.

7.9.5.6. A autorização excepcional para manutenções que ultrapassem a trava de 50% (cinquenta por cento) não exime a Administração da análise continuada de economicidade e, quando cabível, da instauração de procedimento de avaliação patrimonial para classificar o bem quanto à sua recuperabilidade, antieconomicidade ou inservibilidade, em estrita observância à legislação patrimonial vigente.

7.9.6. O sistema deverá permitir que os relatórios sejam exportados para os formatos .xls, .doc, .docx e .pdf, devendo os mesmos estarem disponíveis em ambiente web (internet), conforme o nível de credenciamento e permissões de senha.

7.9.7. O sistema web da Contratada deverá promover a otimização e a padronização das operações de manutenção realizadas, assegurando o controle integral dos veículos, usuários, ordens de serviço, peças, custos e histórico de intervenções.

7.9.8. Todos os relatórios deverão ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo Gestor de Frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e extração integral da base de dados em formatos abertos (CSV, XML e XLS) e formatados (PDF), observados os níveis de credenciamento e permissões de acesso.

7.9.9. Nenhuma permissão de acesso categorizado através de senhas individuais poderá ser cadastrada e liberada sem a prévia autorização formal do Gestor Operacional do Contrato (SMCL), que definirá os diferentes níveis de permissões e perfis adequados a cada usuário, garantindo a segurança e competência para acesso a cada informação gerencial.

7.9.10. A Contratada deverá fornecer as garantias e segurança do sistema conforme abaixo detalhadas:

- a)** Gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos fiscalizadores indicados pelo Gestor do Contrato;
- b)** Autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;
- c)** Bloqueio do uso da senha deverá ser on-line e a partir da base operacional definida pela Contratante, mediante senha/rotina específica;
- d)** Troca periódica ou validação de senha pessoal;
- e)** Cancelamento e cadastramento de senha somente pela unidade autorizada, definida pelo Gestor do Contrato;
- f)** Identificação e alerta no sistema nas ocorrências de acesso ao sistema por estabelecimentos credenciados que possuem o mesmo endereço IP (protocolo de rede).

7.9.11. O uso indevido de senha não autorizada, cancelada ou bloqueada pela Contratante será considerado falha do sistema e as despesas ficarão por conta da Contratada.

7.10. Rede Credenciada: Definição, Elegibilidade e Documentação

7.10.1. Entende-se por rede credenciada, para fins deste documento, todos os estabelecimentos comerciais fornecedores dos serviços ou materiais objetos do contrato que, através da manifestação voluntária de interesse e mediante consulta da Contratada, concordem com as condições estabelecidas e preencham os requisitos aqui definidos, podendo então prestar os serviços solicitados ou fornecer os materiais necessários à manutenção da frota, constando no rol de linhas de fornecimento por localidade definida.

7.10.2. Poderão ser credenciadas as empresas (pessoa jurídica) que possuam instalações próprias e profissionais aptos para prestar os serviços indicados neste instrumento, desde que atendidos os requisitos exigidos.

7.10.3. Não poderão ser credenciadas empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10.4. As empresas deverão possuir CNPJ, conta jurídica, computador, impressora, telefone, acesso à internet e emissão de nota fiscal, preferencialmente eletrônica.

7.10.5. Quando o estabelecimento não possuir nota fiscal eletrônica, será aceita a nota fiscal tradicional.

7.10.6. A credenciada deverá entregar mensalmente, junto às notas fiscais dos serviços realizados, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados, com consolidação financeira dos serviços executados.

7.10.7. Deverão acompanhar mensalmente as Notas Fiscais: a Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, a Certidão Negativa de Débito Federal e a Certidão Negativa Trabalhista, as quais devem estar válidas.

7.10.8. O Fiscal do Contrato deverá atestar as Notas Fiscais, bem como as Certidões enviadas pelas credenciadas e, após, encaminhará ao setor competente.

7.11. Requisitos de Execução Impostos à Rede Credenciada

7.11.1. Os serviços somente serão autorizados pela Contratante para oficinas/concessionárias devidamente credenciadas pela Contratada e que se comprometam a atender aos seguintes requisitos mínimos:

7.11.1.1. Não estabelecer diferenciação entre pagamento através do sistema informatizado e pagamento de cartão de crédito convencional (cliente tradicional e cliente município).

7.11.1.2. Executar os serviços de manutenção automotiva de acordo com sua especialidade, com o fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da Contratante, em instalações próprias.

7.11.1.3. Oferecer garantia mínima, conforme especificado neste documento, pelos serviços executados.

7.11.1.4. Oferecer garantia mínima de peças e acessórios de acordo com o fabricante.

7.11.1.5. Utilizar no serviço de reposição, peças, componentes, acessórios e outros

materiais de uso automotivo que sejam:

a) Novas ou de primeiro uso: genuínas, originais ou similares;

b) Recondicionadas, remanufaturadas: nos casos excepcionais em que os veículos, maquinários, equipamentos ou embarcações estejam fora de linha de fabricação de peças novas, desde que tal situação seja comprovada e haja expressa e formal anuência por escrito do Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

7.11.1.6. Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção, conforme estabelecido neste instrumento.

7.11.1.7. Responsabilizar-se pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, em casos de dolo ou culpa.

7.11.1.8. Executar os serviços solicitados com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramenta adequados, devendo os veículos ser devolvidos para a Contratante em perfeitas condições de funcionamento.

7.11.1.9. Toda divergência será passível de negativação dos orçamentos pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

7.11.1.10. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente, e por sua custa e risco, no todo ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela Contratante, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.

7.11.1.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

7.11.1.12. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (equipamentos e acessórios) causados por seus empregados, prepostos ou terceiros sob a sua responsabilidade.

7.11.1.13. Não aplicar materiais e serviços sem prévia autorização da Contratante.

7.11.1.14. Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo a relação das mesmas e os seus respectivos códigos, que serão verificados pela Contratante, e efetuar a entrega das mesmas após a substituição.

7.11.1.15. Executar fielmente os serviços que lhe forem confiados, dentro das melhores normas técnicas, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Contratante.

7.11.1.16. Enviar para a Contratante pela internet, através do sistema eletrônico, no **prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo previsto para a realização do conserto, indicando o custo do homem/hora a ser empregado, para análise, pré-aprovação e aprovação pelos gestores competentes.

7.11.1.17. A credenciada que não enviar seu orçamento no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas será desconsiderada pelo Gestor do Contrato.

7.11.1.18. Responder por danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante, por dolo ou culpa.

7.11.1.19. Proceder com cotações, através do sistema eletrônico, para comprovação de viabilidade de orçamentos emitidos por outros estabelecimentos de mesma especialidade ou definição de outro prestador apto à execução dos serviços que porventura tenham realizado o orçamento inicial dos veículos.

7.11.1.20. A fornecedora credenciada deverá remeter as notas fiscais ao Gestor do Contrato, referente ao serviço efetuado, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão de obra, homem/hora (em sendo o caso), até 05 (cinco) dias antes do fechamento da fatura da Contratada, sob pena de os respectivos valores serem pagos somente na próxima fatura.

7.11.1.21. Além da obrigação descrita no subitem anterior, a fornecedora credenciada deverá remeter à Contratada, por determinação do TCE/RO, cópia simples das Notas Fiscais, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão de obra, homem/hora (em sendo o caso), visando à comprovação da despesa, para a realização do pagamento.

7.11.1.22. A credenciada deverá declarar, sob as penas da lei, que não utiliza a mão de obra de menores, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, art. 7º da CF.

7.11.1.23. As notas fiscais de prestação dos serviços geradas pela rede credenciada (subcontratadas) deverão ser emitidas em nome da empresa gerenciadora (Contratada).

7.11.1.24. Executar o serviço, se autorizado, mediante o recebimento de Ordem de Serviço, expedida pela Contratante, através do sistema eletrônico, mesmo que o orçamento inicial não tenha sido executado pelo seu estabelecimento, contudo, tendo sido a sua cotação de preços identificada como a mais vantajosa.

7.11.1.25. Somente iniciar a execução dos serviços autorizado pela Contratada após pré-aprovação via sistema eletrônico expedida pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

7.11.1.26. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços objeto deste contrato.

7.11.1.27. Fornecer aos trabalhadores equipamentos individuais e coletivos de segurança (EPIs e EPCs) adequados às normas.

7.11.1.28. Disponibilizar o veículo para devolução, logo após a conclusão dos serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.11.1.29. Aceitar inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos consertados/recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado danos de média monta.

7.12. Exclusão e Reinclusão de Estabelecimento da Rede Credenciada

7.12.1. O estabelecimento poderá ser excluído da lista de atendimento do Município de Porto Velho a qualquer tempo por solicitação expressa própria, por solicitação do Gestor do Contrato, por solicitação do Gestor Operacional do Contrato, ou no caso de descumprimento às normas e condições estabelecidas neste documento, obedecendo aos seguintes critérios:

7.12.2. O Gestor do Contrato e a Contratada emitirão as devidas notificações a serem protocoladas junto aos estabelecimentos credenciados, informando claramente os motivos da advertência e/ou as normas e condições descumpridas, determinando prazo para readequação.

7.12.3. Em qualquer caso será garantida a ampla defesa e o contraditório ao estabelecimento credenciado, que deverá ser encaminhada ao Gestor Operacional do Contrato na mesma forma definida no item acima, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação.

7.12.4. Notificado o estabelecimento, é facultada a resposta nos termos acima e, se não forem acatadas as justificativas apresentadas, a Contratante não mais utilizará os serviços do respectivo estabelecimento, comunicando por escrito a decisão, devendo a Contratada comunicar expressamente ao respectivo estabelecimento os fatos que motivaram tal decisão.

7.12.5. Os estabelecimentos excluídos por solicitação própria poderão ser novamente incluídos na lista de atendimento, caso não haja restrições da Contratante e do Gestor Operacional do Contrato.

7.13. Serviços a Serem Prestados pela Rede Credenciada

7.13.1. Manutenção Preventiva

7.13.1.1. De acordo com a NBR 5462/1994, norma técnica que estabelece os princípios gerais de gestão da manutenção nas empresas, a manutenção preventiva é aquela realizada antes que uma falha ocorra, com o objetivo de evitar a parada do equipamento e reduzir custos. É uma abordagem baseada em um cronograma de manutenção predeterminado, que busca realizar ações de inspeção, reparo ou substituição de componentes antes que ocorra uma falha. Essa abordagem é indicada para equipamentos críticos que precisam estar sempre disponíveis e em bom estado de funcionamento. Seus principais benefícios são a redução do tempo de parada, aumento da vida útil do equipamento e a redução de custos de manutenção.

7.13.1.2. A essência da manutenção preventiva é a substituição de peças ou componentes antes que atinjam a idade em que passam a ter risco de quebra ou falhas. A base científica deste tipo de manutenção é o conhecimento estatístico da taxa de defeito das peças, equipamentos ou sistemas ao longo do tempo.

7.13.1.3. A manutenção preventiva objeto deste documento consiste na revisão periódica da frota, compreendendo todos os serviços executados em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e outras prestadoras de serviço do ramo, obedecendo às recomendações do fabricante do veículo, visando minimizar a incidência de necessidade de gastos com manutenção corretiva, e visando manter os veículos em perfeito funcionamento e com todas as garantias de cobertura, enquanto vigentes. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo das responsabilidades quanto à execução e fiscalização, conforme definido neste documento.

7.13.1.4. São exemplos de serviços realizados em manutenção preventiva: troca de pneus, protetores e câmaras; alinhamento e balanceamento de rodas e cambagem; troca de óleo de motor, câmbio, diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento; filtro de óleo, de ar e de ar condicionado; lubrificação e elementos filtrantes de veículos; lavagem simples e completa, inclusive de motor; lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação; reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança, correias de alternador/gerador; substituição de itens do motor; substituição de peças desgastadas; limpeza de motor e bicos injetores; regulação de bombas e bicos injetores; troca de lona, pastilha de freio e mangueiras; revisão de fábrica; reaperto de parafusos; inspeção de rolamentos durante a operação; outros serviços constantes no manual dos veículos/equipamentos.

7.13.2. Manutenção Corretiva

7.13.2.1. De acordo com a NBR 5462/1994, a manutenção corretiva é efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida. Em suma: é toda manutenção com a intenção de corrigir falhas em equipamentos, componentes, módulos ou sistemas, visando restabelecer sua função.

7.13.2.2. A manutenção corretiva é indicada para equipamentos menos críticos, ou seja, situações em que a parada do equipamento não trará grandes prejuízos. Também é indicada quando a falha ocorre de forma esporádica e que a manutenção preventiva não foi suficiente para evitá-la.

7.13.2.3. A manutenção corretiva objeto deste documento consiste na intervenção não programada nos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações da frota, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e demais prestadoras do ramo, com vistas a restabelecer as condições normais de operação dos equipamentos após a ocorrência de falha, pane ou avaria. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo a Contratada das responsabilidades quanto à execução e fiscalização.

7.13.2.4. São exemplos de serviços realizados em manutenção corretiva: serviços de retífica de motor; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar condicionado; serviços de instalação elétrica; serviços no sistema de injeção eletrônica; montagem e desmontagem de jogo de embreagem; capotaria; tapeçaria; borracharia; chaveiro; funilaria e pintura; reboque de veículos; revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular.

7.13.3. Serviços de Assistência

7.13.3.1. Entende-se por serviços de assistência, objeto deste documento, como um autosocorro quando ocorrerem imprevistos, em caso de acidente ou pane, portanto com assistência de 24 (vinte e quatro) horas.

7.13.3.2. A assistência deve compreender: serviços de guincho, no caso de veículos ou caminhões usados para rebocar os veículos avariados, transporte em suspenso por guinchamento para remoções e serviços de munck, com guindaste utilizado para a elevação e movimentação de cargas e materiais pesados, além da capacidade humana.

7.13.3.3. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo das responsabilidades quanto à execução e fiscalização, conforme definido neste documento.

7.13.3.4. São exemplos de serviços realizados em assistência: guincho de motocicletas; guincho de veículos leves e médios (carros e caminhonetes); guincho de veículos de grande porte (caminhões de todos os tipos, máquinas em geral, etc.); movimentação por guindaste de veículos, sucatas, materiais pesados (incluindo máquinas e compressores), cargas, etc.

7.13.3.5. Na prestação dos serviços de guincho deverá ser sempre preenchido um "checklist" completo, logo que chegar ao local e antes de iniciado qualquer atendimento, informando a descrição completa do automóvel, seus danos aparentes, acessórios e eventuais pertences deixados no seu interior. Este "checklist" para ter validade deverá

ser assinado pelo usuário.

7.13.3.6. O serviço será pago por quilômetro rodado contado do local do atendimento até a oficina Contratada ou sede da unidade a que pertence, conforme o solicitado.

7.13.4. Logística de Reposição

7.13.4.1. Entende-se por logística de reposição o fornecimento de todos os materiais necessários para garantir a manutenção preventiva e corretiva, através de uma rede de distribuição e autopeças, cobrindo o Município de Porto Velho, impossibilitando a indisponibilidade de veículos da frota administrativa.

7.13.4.2. São exemplos que compreendem a logística de reposição: peças automotivas; acessórios; componentes; pneus; outros materiais originais ou genuínos recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo, ou mesmo de qualidade aprovados pela administração, conforme o caso e necessidade.

7.13.4.3. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo das responsabilidades quanto à execução e fiscalização, conforme definido neste documento.

7.13.4.4. Dentro desta logística de reposição, fica expressamente permitida a aquisição de peças, componentes, pneus e acessórios automotivos de forma avulsa (sem a contratação de mão de obra da rede credenciada), visando atender exclusivamente às necessidades das unidades Contratantes que possuam oficina própria, como exemplo as secretarias: SEINFRA, SEMAGRIC e SEMED/TRANSPORTE ESCOLAR.

7.13.4.5. A aquisição avulsa descrita no subitem anterior deverá ocorrer mediante a emissão de Ordem de Serviço (OS) para fornecimento de peças, a qual seguirá rigorosamente os mesmos trâmites sistêmicos e administrativos descritos neste Termo de Referência, submetendo-se às mesmas regras de cotação de mercado, pré-aprovação pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL) e aprovação final pelo Gestor do Contrato.

7.13.4.6. A logística de reposição opera sob a demanda imediata do veículo. Portanto, é expressamente vedada a utilização do presente contrato para a aquisição de peças, pneus ou outros materiais necessários para manutenção preventiva e corretiva com a finalidade de formação de estoque físico nas dependências das Secretarias.

7.14. Principais Linhas de Fornecimento para o Credenciamento

7.14.1. O credenciamento da rede visa atender às necessidades de manutenção da frota em regime de assistência a uma, ou a multimarcas de veículos; assistência a uma ou mais categorias de veículos e assistência a uma ou a várias especialidades.

7.14.2. Para atendimento dos casos em que o veículo estiver dentro do período de garantia de fábrica, a Contratada deverá cadastrar concessionárias autorizadas para a execução da manutenção e revisão, para a qual será encaminhado o veículo para realização dos serviços.

7.14.3. Havendo mais de uma concessionária autorizada no município, será proporcionada a livre concorrência, nos mesmos moldes dos veículos fora de garantia, ou seja, encaminhar-se-á a cotação eletrônica prévia a todas as concessionárias cadastradas para a localidade.

7.14.4. O rol de credenciamento abaixo determina as principais linhas de fornecimento que deverão ser disponibilizadas no contrato, sendo a listagem meramente exemplificativa, não excluindo nenhum outro serviço ou linha de fornecimento necessária para o bom funcionamento dos veículos que necessite ser incluída posteriormente, desde que se inclua na definição do objeto deste documento:

TIPO DE SERVIÇO	DEFINIÇÃO
Mecânica geral	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, turbina, sistema de freios, arrefecimento e embreagem e todos os outros serviços afins.
Lanternagem	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú) e outras, solda em geral e todos os outros serviços afins.)
Funilaria e pintura/ estufa	Consiste em serviços de funilaria e pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivo de caracterização oficial e todos os outros serviços afins.)
	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do

Capotaria	funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
Sistema elétrico	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz e som (giroflex, kojack, sirene, etc.), faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros.)
Sistema hidráulico	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros).
Borracharia completa	Consiste em remendos/reparos em pneus com/sem câmara de ar, troca de pneus e câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins)
Balanceamento, alinhamento, cambagem	Consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins)
Suspensão	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins.
Instalação de acessórios	Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento, operacionalidade ou segurança dos veículos, assim como, o conserto e instalação de acessórios de som e imagem, tapetes, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, insulfilmes; e outros afins.
Vidraceiro	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas, polimento dos para brisas e todos os outros serviços afins.
Chaveiro	Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins.
Ar-condicionado	Consiste nos serviços de limpeza e reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins.
Troca de óleo e filtros	Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com substituição dos elementos filtrantes (ar, combustível, óleo lubrificante) e todos os outros serviços afins.
Lavagem e aspiração	Consiste nos serviços de lavagem simples e completa do veículo, inclusive de motor; lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação, e outros afins.
Assistência	Consiste nos serviços de elevação e movimentação pesada (serviços de munck) e o socorro mecânico (serviços de guincho e remoção) e outros afins.
Tapeçaria	Consiste na reforma, conserto ou restituição da forragem de bancos, revestimento interno e porta-malas dos veículos, e outros serviços afins.
Autopeças	Consiste no fornecimento de peças, componentes, acessórios e outros materiais afins originais ou genuínos recomendados pelo fabricante, bem como similares de qualidade aprovados pela administração.
Técnico para laudo de bicos injetores	Consiste em pessoa especializada em análise dos bicos injetores que são componentes de extrema precisão, responsáveis por pulverizar finamente o combustível na câmara de combustão do motor.

7.15. Forma de Credenciamento

7.15.1. Somente poderão ser credenciadas as empresas (pessoa jurídica) que possuam instalações próprias e profissionais aptos para prestar os serviços indicados neste instrumento, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento.

7.15.2. O credenciamento dos estabelecimentos, conforme as linhas de fornecimento mínimas e localidades definidas no Anexo II, será de responsabilidade da Contratada, que deverá manter atualizada a lista no sistema de gerenciamento web.

7.15.3. A Contratada deverá apresentar à Contratante, durante a implantação do sistema de autogestão, a sua rede de oficinas e estabelecimentos já credenciados (caso houver), e disponibilizar, no prazo de 15 (quinze) dias, adicionalmente à sua rede, os novos credenciamentos, atendendo as condições e regras mínimas de credenciamento estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente os quantitativos e localidades previstos no Anexo II.

7.15.4. A Contratada deverá manter a listagem atualizada, via internet, da rede de credenciados e integrados ao sistema eletrônico de gerenciamento, informando as eventuais inclusões e exclusões por período e por localidade.

7.15.5. A Contratada obriga-se a garantir que toda a rede credenciada colocada à disposição da Prefeitura de Porto Velho seja formada por empresas idôneas e em dia com suas obrigações fiscais.

7.15.6. A Contratada obriga-se a fiscalizar periodicamente a atuação de cada unidade da rede credenciada visando aferir a capacidade técnica da prestação de serviços executados nos veículos do Contratante.

7.15.7. Deverão ser credenciados, a pedido do Gestor do Contrato e do Gestor Operacional do Contrato (SMCL), novos estabelecimentos de acordo com a necessidade de ampliação da rede credenciada, prezando-se assim pelo maior número de estabelecimentos credenciados e, conseqüentemente, maior disputa de preços nos orçamentos.

7.15.8. A Contratada deverá garantir que os estabelecimentos contidos na rede credenciada, possuam equipamentos adequados à prestação de serviços contratados e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais genuínos ou similares quando for o caso, propondo a recusa de estabelecimentos que comprovadamente não tenham condições de atendimento com a mínima qualidade necessária.

7.16. Regime de Execução

7.16.1. A contratação decorrente do processo licitatório será executada sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global, nos termos do inciso XXIX, art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cuja contratação da execução do serviço se dá por preço certo de unidades determinadas.

7.16.1.1. Nesse caso, é estabelecida uma unidade de medida para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado pelos serviços efetivamente executados, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.

7.17. Forma de Fornecimento

7.17.1. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá por demanda de cada unidade administrativa (requisitante).

7.18. Condições para a Execução dos Serviços

7.18.1. A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

7.18.1.1. A prestação dos serviços da equipe técnica especializada pela Contratada compreende atuação por meio da plataforma de gerenciamento, com atribuição de apoio técnico remoto à análise e aprovação de 1º orçamento, à verificação de compatibilidade de preços com as tabelas de referência e ao suporte técnico especializado ao Gestor Operacional do Contrato, inclusive para fins de reavaliação, correção, complementação ou retificação do orçamento e da Ordem de Serviço, quando identificadas inconsistências técnicas, comerciais ou cadastrais, tais como erro na descrição da peça, código, marca, aplicação, quantitativo, valor, garantia ou especificação do serviço.

7.18.2. A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção deverá dar-se num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à utilização dos sistemas web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados à Contratante.

7.18.3. O início efetivo da prestação dos serviços dar-se-á com a implantação do sistema, devidamente testado e aprovado pelo Gestor Operacional do Contrato.

7.18.4. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador – servidor autorizado da unidade requisitante (Secretaria) – mediante opções de execução oferecidas (menus).

7.18.5. A Contratada deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso a sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas da Contratante no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de veículos listados no Anexo I.

7.18.6. Para execução do contrato, a Contratada deverá tornar disponível sistemas tecnológicos próprios de intendência, fornecendo serviços de manutenção através da rede credenciada gerenciada por sistema informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:

a) Ampla rede de estabelecimentos credenciados nas localidades mínimas do Anexo II, equipados para aceitar transações de usuários do sistema;

b) Implantação de sistema integrado, em ambiente web, para veículos e maquinários componentes da frota oficial da Contratante, proporcionando um controle eletrônico dos serviços de manutenção;

c) Controle informatizado de sistemas integrados de gestão dos serviços de manutenção automotiva, possibilitando à Contratada a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de consumo e total dos gastos envolvidos.

7.18.7. A Contratada disponibilizará acesso a software, em ambiente web, para gerenciamento da frota da Contratante.

7.18.7.1. Caberá à Contratada cadastrar todos os veículos que integram a frota da Contratante, inclusive, em campo próprio, registrar os dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação dos veículos, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para a Administração.

7.18.8. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificadas toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção e aquisição de peças originais.

7.18.9. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante, não deverá ser superior a quatro horas úteis, devendo a Contratada apresentar justificativa por escrito se houver necessidade de solicitação de dilação de prazo, cabendo ao Gestor Operacional do Contrato analisar e tomar as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

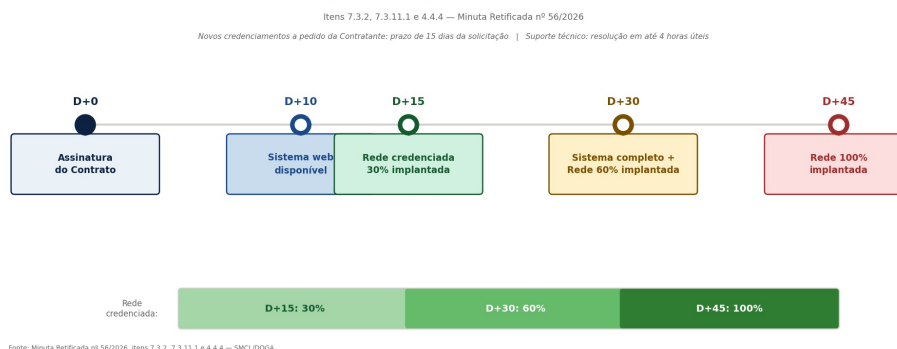
7.18.9.1. Entende-se por horas úteis aquelas ocorridas dentro do horário comercial, isto é, das 8h às 18h, de segunda à sexta-feira.

7.18.10. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração.

7.18.11. A Contratada deverá realizar o credenciamento mínimo de estabelecimentos, nas cidades e distritos informados no **Anexo II** e tornar disponível outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Contratante, em todo o território estadual, sempre que houver interesse da Contratante, observados os critérios estabelecidos no ETP.

7.18.11.1. A implantação da rede credenciada poderá ocorrer de forma progressiva, observados os seguintes marcos mínimos: 30% da rede credenciada em até 15 dias; 60% da rede credenciada em até 30 dias; 100% da rede credenciada em até 45 dias.

FIGURA 3 — Cronograma de Implantação: Sistema e Rede Credenciada



7.18.12. As oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada pela Contratada deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais, observado o prazo para credenciamento definido no item acima.

7.18.13. Os estabelecimentos da rede credenciada da Contratada deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados, dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

7.18.14. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão confeccionar check-list dos itens e acessórios no interior do veículo no momento

do recebimento e entrega do mesmo.

7.18.15. As oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada pela Contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

7.18.16. As oficinas e concessionárias integrantes da rede pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

7.18.16.1. 90 (noventa) dias para as peças repostas e instaladas nas oficinas credenciadas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

7.18.16.2. 90 (noventa) dias para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s).

7.18.17. Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, exceto alinhamento de direção e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 06 (seis) meses.

7.18.18. As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.

7.18.19. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a Contratante, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

a) Substituir o material defeituoso;

b) Corrigir defeitos de fabricação;

c) Trocar o material, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, a contar da data de comunicação da Contratante.

7.18.20. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas pela Contratada estarão sujeitos à aceitação pela Contratante, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

7.18.21. Na hipótese prevista no item acima, as oficinas e as concessionárias credenciadas pela Contratada obrigar-se-ão a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes.

7.18.22. As oficinas integrantes da rede credenciada deverão ter como limite máximo de preço, para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

7.18.23. A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede credenciada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

7.18.24. No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original que não seja contemplada com código da montadora na tabela de preços oficial, a cotação do menor preço ficará a cargo do Gestor Operacional do Contrato.

7.18.25. A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

7.18.26. O Gestor Operacional do Contrato realizará, por meio do sistema eletrônico on-line, disponibilizado pela Contratada, no mínimo, 03 (três) cotações dentre as oficinas credenciadas, preliminarmente à execução de quaisquer serviços, devendo ser pré-autorizado o de menor valor e aprovado pelo Gestor do Contrato.

7.18.27. Deverão ser realizadas pelo Gestor Operacional do Contrato cotações de preços, através do sistema eletrônico, via web, em praças próximas onde está o veículo, ou em todo o Estado de Rondônia, quando houver menos que 03 (três) credenciados na localidade, informando o custo de remoção, visando averiguar se o conserto em outra localidade, incluindo o transporte do bem e seu retorno ao local de origem, apresenta preço mais vantajoso.

7.18.28. As cotações serão realizadas pelo Gestor Operacional do Contrato, por meio de sistema web, que acessa o banco de dados da rede de credenciadas disponibilizado pela

Contratada, selecionando a melhor proposta.

7.18.29. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa credenciada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e respectiva autorização do Gestor do Contrato, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente ao Gestor Operacional do Contrato.

7.18.30. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser, por esta, reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviço.

7.18.31. A Contratante se reserva ao direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da Contratada, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.

7.18.32. Serão designados, como fiscais do contrato, servidores da Contratante para acompanhar a gestão administrativa e financeira do contrato, as ações de acompanhamento físico e controle do contrato, bem como a fiscalização de todas as operações correlacionadas.

7.18.33. A Contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com os fiscais serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

7.18.34. A Contratada deverá disponibilizar painel de gestão completo da operação em formato de gráficos e tabelas com todos os dados no sistema para auxiliar a gestão operacional.

7.18.35. A Contratada deverá indicar um telefone que possa ser acionado 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, como suporte técnico para solução de eventuais problemas relativos ao contrato, quer seja por parte dos estabelecimentos credenciados, quer seja por parte da Contratante.

7.18.36. A Contratada deverá assegurar a disponibilidade mensal mínima de **99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento)** do sistema, medida em base **mensal civil**, de modo a garantir a regular continuidade da prestação dos serviços e a plena operacionalidade das funcionalidades contratadas, cujo descumprimento ensejará glosa na forma do item 9.2, integrando-se de glosa por falha sistêmica já previsto.

7.19. Materiais Complementares de Apoio à Compreensão da Contratação

7.19.1. Com o objetivo de ampliar a transparência, assegurar a adequada compreensão do modelo de contratação e subsidiar a elaboração das propostas pelos licitantes, a Administração disponibilizará, como materiais complementares de caráter explicativo e não vinculante, os seguintes documentos e conteúdos:

I – Guia Interativo do Sistema, contendo orientações operacionais sobre a utilização da plataforma de autogestão de frota e FAQ - Perguntas frequentes;

<https://claudesite/public/artifacts/212385e6-1bd3-4edd-a265-a3015e00aea5/embed>

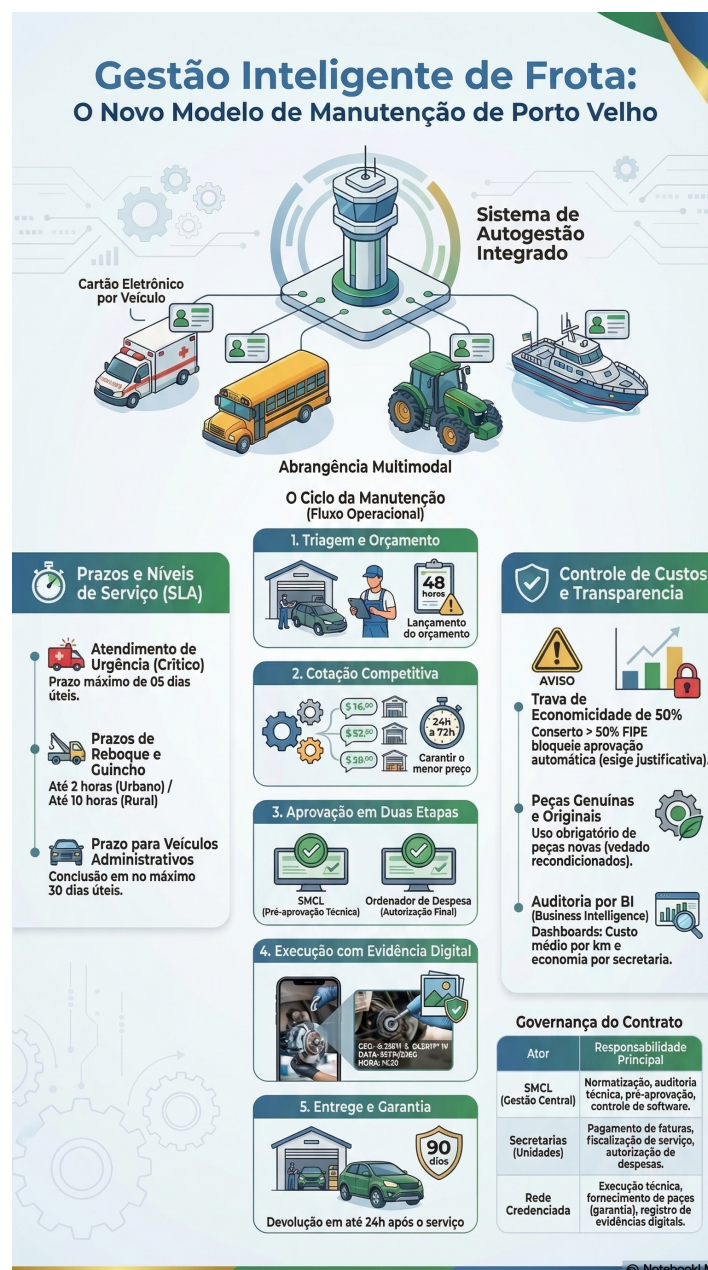
II – Caderno Executivo da Contratação, com apresentação sintética, visual e estruturada do modelo operacional, financeiro e de governança da solução adotada;

https://drive.google.com/drive/folders/1-G0oZI9IMLVIXRRq3fma5UXkDKY4m8wp?usp=drive_link

III – Vídeo Institucional/Ilustrativo, contendo visão geral do modelo de contratação, fluxo operacional e principais regras de execução;

https://drive.google.com/drive/folders/1-G0oZI9IMLVIXRRq3fma5UXkDKY4m8wp?usp=drive_link

IV – Infográfico Institucional, com representação gráfica da lógica de funcionamento da gestão inteligente de frota no âmbito da Prefeitura de Porto Velho;



7.19.1.1. Os materiais mencionados neste item:

- a)** Possuem natureza meramente explicativa, ilustrativa e complementar, não substituindo nem prevalecendo sobre as disposições deste Termo de Referência e do Edital;
- b)** Têm como finalidade reduzir assimetrias de informação, facilitar o entendimento do modelo e promover maior eficiência na formulação das propostas;
- c)** Estarão disponíveis para acesso no processo administrativo eletrônico (SEI) e poderão ser referenciados no Edital.

7.19.1.2. Em caso de divergência entre os materiais complementares e os documentos formais da licitação, prevalecerão integralmente as disposições do Edital e deste Termo de Referência.

7.20. Local e Horário de Execução dos Serviços

7.20.1. O atendimento dos serviços de manutenção solicitados, inclusive fornecimento de materiais, deverá ocorrer em rede de estabelecimentos (oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias) credenciados e disponibilizados pela Contratada em todo o Município de Porto Velho e Distritos, conforme Anexo II e, outros solicitados conforme necessidade da Contratante, bem como, nos casos de emergência e, naqueles cuja realização tornar-se imprescindível, aos sábados, domingos, feriados e fora do horário de expediente e/ou em locais onde ocorrerem quebras ou defeitos nos veículos, especialmente quando se tratar de serviço de guincho e socorro mecânico.

7.20.2. Nas cidades em que não houver estabelecimentos que prestem os serviços de autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias e serviços de guincho de veículos, a Contratada deverá cadastrar todos os estabelecimentos que tiver e que preencham os requisitos necessários, devendo manter a lista dos credenciados atualizada via sistema.

7.20.3. Conforme necessidade da Contratante, e sem qualquer ônus a ela, a Contratada deverá efetuar o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso, o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação.

7.21. Rotinas a Serem Cumpridas – Critérios para Prestação dos Serviços

7.21.1. Os serviços previstos de mecânica, lataria, pintura, eletricidade, tapeçaria, chaveiro a serem executados nos veículos oficiais da Prefeitura de Porto Velho realizar-se-ão nas instalações do estabelecimento credenciado, após o recebimento da Autorização de Execução dos Serviços, expedida pela Contratante.

7.21.2. A oficina/estabelecimento credenciado obrigar-se-á a devolver o veículo em perfeitas condições de funcionamento, realizando tais serviços com pessoal qualificado, mediante emprego técnico e ferramental adequado.

7.21.3. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, conforme as especificações recomendadas pela fabricante do veículo e eventuais complementações da Contratante, conforme documentos integrantes do contrato e rigorosa observância aos demais detalhes e Autorização de Execução de Serviços emanadas e/ou aprovadas pela Contratante.

7.21.4. Realizar inspeção de qualidade nas peças e acessórios fornecidos e nos serviços executados antes da entrega dos veículos à Contratante.

7.21.5. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc. necessários para a completa realização dos serviços.

7.21.6. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um **prazo máximo de 7 (sete) dias úteis**, as peças ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela Contratante, decorrente de culpa da Contratada (credenciada), inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia, mesmo após o vencimento do contrato.

7.21.7. Caso os serviços executados ou as peças empregadas apresentem problemas e/ou defeitos dentro do período de garantia, estes deverão ser refeitos e/ou substituídos em prazo não superior ao do primeiro conserto, sem nenhum ônus adicional para a Contratante.

7.21.8. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela fornecedora, ou prestadora de serviço, seus empregados, representantes ou prepostos, à Contratante, à Prefeitura de Porto Velho ou à livre iniciativa, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisição com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do contrato.

7.21.9. Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da Contratante, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto/roubo, incêndios ou acidentes, desde o momento da entrega do veículo para orçamento até o recebimento pela Contratante.

7.21.10. Não será admitida a utilização de peças, componentes ou acessórios reconicionados, salvo mediante justificativa técnica e autorização prévia do Gestor do Contrato.

7.21.10.1. A utilização de peças e acessórios automotivos paralelos será admitida, desde que observados os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à certificação, qualidade, compatibilidade, garantia e apresentação de laudo técnico, quando exigido.

7.21.10.2. Deverá ser priorizado o fornecimento de peças e acessórios originais ou genuínos novos, nos termos do item 7.3.1, admitindo-se o uso de peças paralelas apenas nas hipóteses devidamente justificadas, conforme item 2.4.2.

7.21.11. Para fins deste pregão serão consideradas:

a) Genuína: peças que passaram pelo controle de qualidade das montadoras e foram

direcionadas ao mercado de reposição;

b) Original: peças com as mesmas especificações mecânicas (materiais e processos) das genuínas;

c) Mercado Paralelo: todas as peças que não forem originais ou genuínas;

d) Recondicionada: peças que passaram por pequenos ajustes e reparos para que o componente volte a funcionar por um determinado período de tempo.

7.21.12. As peças e acessórios que forem substituídos deverão ser disponibilizados à fiscalização do contrato, para que no momento do recebimento do serviço verifique as peças empregadas, ateste a substituição e a real necessidade das mesmas, antes do pagamento daquele serviço.

7.21.12.1. Independente do tipo de peça autorizada para execução do serviço, esta deverá possuir garantia mínima nos mesmos prazos do contido no item que trata da garantia deste Termo.

7.21.13. Para o montante das peças a serem trocadas, a Contratada, através da rede credenciada, fornecerá, por meio do sistema eletrônico via web, orçamento contendo a relação de peças e valores para apreciação da Contratante, onde, obrigatoriamente, deverá discriminar o preço cotado de cada peça.

7.21.14. O veículo deverá ser entregue lavado, com todos os equipamentos de segurança (equipamentos obrigatórios de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro) e em perfeitas condições de uso.

7.21.15. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador devidamente autorizado pelo Gestor do Contrato, mediante opções de execução oferecidas.

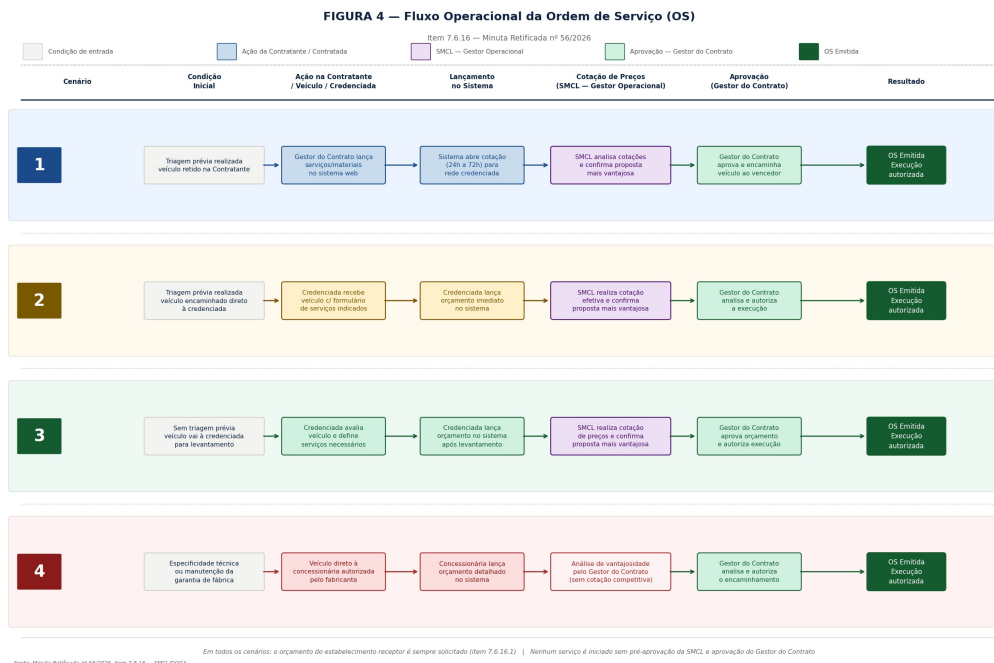
7.21.16. A simples entrada do veículo na oficina não caracteriza a permissão de execução dos serviços, podendo ocorrer as seguintes situações:

1) Solicitação direta de cotação via sistema, com **lançamento próprio pelo Gestor do Contrato, quando já realizada triagem e definição dos serviços necessários por equipe técnica da Contratante** e esta puder permanecer de posse do veículo até que se obtenha a cotação prévia de preços dos estabelecimentos cadastrados. Neste caso, **o próprio Gestor do Contrato informará ao sistema os serviços e/ou materiais necessários para orçamento**, sendo encaminhado o veículo diretamente ao estabelecimento com preços mais vantajosos;

2) Encaminhamento direto do veículo a **estabelecimento credenciado** para fins de manutenção, quando já realizada a triagem e a definição dos serviços necessários por equipe técnica da Contratante, sendo, neste caso, apresentado o **formulário com indicação dos serviços para orçamento**, a ser executado de imediato pela credenciada com lançamento no sistema, que aguardará a efetiva cotação de preços pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**, para confirmação da proposta mais vantajosa e autorização do **Gestor do Contrato** para realização dos serviços;

3) Encaminhamento do veículo para fins de **levantamento da demanda de manutenção**, com avaliação dos serviços e/ou materiais necessários, caso não tenha sido possível a triagem da equipe técnica da Contratante, sendo que, neste caso, somente após o levantamento da demanda é que a credenciada procederá com o lançamento no sistema do seu orçamento para manutenção;

4) Encaminhamento direto do veículo à concessionária autorizada pelo respectivo fabricante do veículo, nos casos em que, pela especificidade do serviço ou considerando a necessidade ou vantagem de manutenção da garantia do veículo, o serviço de manutenção deva ser executado pela própria, sempre a critério da análise e autorização do **Gestor do Contrato**.



7.21.16.1. Em qualquer dos casos acima elencados será solicitado o orçamento do estabelecimento onde o veículo foi deixado.

7.21.17. Para levantamento do preço de mercado e negociação de vantagens para a Administração (consoante ao valor cobrado para manutenção do veículo), o estabelecimento receptor do veículo ou o próprio **Gestor do Contrato**, conforme as situações indicadas no item anterior, lançará no sistema web o orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem utilizados, bem como o volume de tempo previsto para a realização do conserto, abrindo então a cotação de preços com alerta a todos os estabelecimentos do ramo cadastrados no sistema.

7.21.18. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line, em tempo real, pelas empresas credenciadas (estabelecimento receptor e demais interessados da linha de fornecimento cadastrada), do orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e a respectiva pré-aprovação do **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** e aprovação do **Gestor do Contrato**, que se pronunciará após imediata análise e avaliação dos orçamentos previamente submetidos.

7.21.19. Os orçamentos solicitados pela Contratante deverão ser respondidos no sistema web pelos estabelecimentos da rede credenciada em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, conforme o ramo indicado na linha de fornecimento, informando, ainda, o custo do homem/hora a ser empregado.

7.21.20. A execução dos serviços somente considerará-se autorizada pelo Gestor do Contrato após pré-aprovação de orçamento expedida pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

7.21.21. Todo veículo que for entregue na oficina deverá ser efetuado seu recebimento mediante preenchimento do formulário próprio (check list), em duas vias.

7.21.22. No ato do recebimento do veículo (entrada) na oficina, o estabelecimento credenciado preencherá o checklist, onde deverá constar todos os itens/equipamentos e acessórios contidos no interior, inclusive os obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), bem como deverá relacionar o estado geral do veículo, inclusive de sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria, identificando avarias e arranhões do veículo (ressalvas, caso haja divergência), que será posteriormente conferido por representante do estabelecimento em conjunto com o representante da administração, designado para sua retirada, no ato de sua devolução (saída).

7.21.23. Quando o veículo for encaminhado ao estabelecimento credenciado sem a prévia triagem e definição dos serviços pela equipe de mecânicos da Contratante, poderá encaminhar a respectiva equipe para realizar a confirmação dos serviços e/ou materiais levantados como necessários.

7.21.24. Da mesma forma, na indisponibilidade de equipe técnica, poderá redirecionar os veículos a outros estabelecimentos para confirmação da demanda, confrontando as necessidades.

7.21.25. De qualquer modo, a execução do serviço ou troca de materiais só poderá ser iniciada após emissão da Autorização de Execução dos Serviços, expedida pelo Gestor do Contrato, após analisada a cotação de preços pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

7.21.26. A equipe técnica da Contratante deverá conferir, sempre que possível, os serviços prestados pelos estabelecimentos credenciados, a fim de confirmar a execução.

7.21.27. No ato da devolução do veículo, o estabelecimento credenciado deverá proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos que não foram dadas como parte do pagamento, bem como dos certificados de garantia e relação de peças utilizadas com identificação de marca e modelo.

7.21.28. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias credenciadas pela Contratada estarão sujeitos à aceitação pelo gestor ou fiscal do contrato.

7.21.29. Na hipótese de não aprovação dos serviços, as oficinas e as concessionárias credenciadas obrigam-se a realizar os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, arcando com todas as despesas decorrentes.

7.21.30. Os prazos para execução das manutenções e reparos necessários nos veículos deverão observar a classificação de criticidade do bem, conforme item 7.7 deste Termo de Referência.

7.21.31. Para os serviços de manutenção corretiva, os prazos máximos de execução deverão observar os limites estabelecidos no item 7.7.3 deste Termo de Referência.

7.21.32. Os serviços de assistência e remoção (guincho/reboque) deverão observar os prazos estabelecidos no item 7.7.4 deste Termo de Referência.

7.21.33. Os veículos da Contratante só poderão ser testados num raio de até 5 km do local onde está sendo executado o serviço, com os distintivos oficiais cobertos por faixa ou adesivo e com placas de 'Experiência' fixadas sobre as placas oficiais, em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro.

7.21.34. Determinados veículos poderão necessitar que a sua manutenção preventiva ou corretiva seja efetuada em concessionária autorizada do respectivo fabricante do veículo.

7.21.35. Quando da entrega dos veículos na oficina, seu recebimento será efetuado através de formulário próprio, em duas vias, contendo no mínimo:

- 1)** Identificação do veículo: marca, modelo, cor, ano e placa;
- 2)** Data e hora do recebimento;
- 3)** Nível de combustível e quilometragem;
- 4)** Marca/modelo e estado de conservação dos pneus;
- 5)** Acessórios instalados;
- 6)** Descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados;
- 7)** Nome e assinatura das partes.

7.21.36. Deverá, necessariamente constar no formulário que o veículo foi entregue com todos os acessórios e equipamentos obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo).

7.21.37. A devolução do veículo submetido à manutenção será realizada mediante procedimento formal, através de recibo de entrega a servidores credenciados pela Contratante.

7.21.38. É vedada a inclusão e a cobrança apartada, em orçamentos, ordens de serviço, faturas ou quaisquer documentos equivalentes emitidos pela rede credenciada, de materiais de consumo classificados como insumos de uso geral de oficina, tais como estopa, panos, fita isolante, abraçadeiras plásticas, lixas, desengripantes em spray, graxas em pequenas proporções, colas, silicones, solventes, produtos de limpeza de peças e congêneres.

7.21.39. Os custos referentes aos insumos descritos no item anterior são considerados custos indiretos de execução, devendo estar compreendidos no valor da mão de obra, da hora técnica, ou da remuneração global dos serviços, vedada sua cobrança em separado.

7.21.40. Excepcionalmente, poderá ser admitida a cobrança apartada de material auxiliar apenas quando se tratar de insumo:

I – Diretamente vinculado a serviço específico;

II – De consumo individualizável e tecnicamente mensurável;

III – De valor relevante e não enquadrável como insumo ordinário de uso geral da oficina;

IV – Previamente justificado pela credenciada e expressamente autorizado pela Administração.

7.21.41. A inclusão indevida dos insumos referidos neste item ensejará glosa dos valores correspondentes, sem prejuízo da apuração de responsabilidade contratual e da aplicação das sanções cabíveis.

7.22. Materiais/Equipamentos a Serem Disponibilizados pela Rede Credenciada

7.22.1. Para execução do serviço, conforme ramo de atuação (linha de fornecimento) e ordem de serviço emitida, deverão ser disponibilizados pelos estabelecimentos credenciados, no mínimo, os seguintes equipamentos e instalações:

1) Mecânica/Elétrica: equipamento de análise eletrônica e diagnóstico; multímetro; lavadora de peças; macaco para motor; medidor de pressão do sistema de arrefecimento; medidor de compressão de cilindros; medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica; elevador de veículos; equipamento para limpeza e regulagem de bicos injetores.

2) Tapeçaria/Funilaria: rebitador; tracionadores: conjunto para reparo de carroceria; ventosas para manuseio de vidros; máquina e/ou equipamento para soldagem.

3) Pintura: cabine de pintura e estufa de secagem; pistola; compressor; laboratório de tintas.

4) Borracharia: macaco (jacaré e hidráulico); máquina desmontadora de pneus (manual ou pneumática); vulcanizadora de câmara; vulcanizadora de pneus; compressor de ar; saca válvula; espátula; kit de reparo para pneus sem câmara (tip top); chave de roda em cruz, tipo "quatro bocas".

5) Serviços em geral (incluindo as demais linhas de fornecimento): iluminação adequada; sistema de proteção contra incêndio dentro dos padrões do Corpo de Bombeiros; ferramentas adequadas para cada tipo, ano e modelo do veículo.

7.22.2. Qualificação Técnica da Equipe da Rede Credenciada

7.22.2.1. As oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada deverão possuir profissionais qualificados para execução dos serviços de manutenção automotiva, compatíveis com as atividades desempenhadas.

7.22.2.2. A Contratada deverá assegurar que os estabelecimentos credenciados disponham de profissionais capacitados, podendo ser exigida comprovação mediante certificados de capacitação técnica emitidos por entidades reconhecidas, tais como:

I – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;

II – Fabricantes automotivos ou redes autorizadas de concessionárias;

III – Entidades ou instituições reconhecidas de capacitação no setor automotivo.

7.22.2.3. A Administração poderá solicitar a comprovação da qualificação técnica dos profissionais e da capacidade operacional das unidades da rede credenciada mediante solicitação formal, durante a execução do contrato, nas hipóteses de credenciamento, fiscalização periódica, auditoria ou apuração de inconformidade, devendo a Contratada apresentá-la no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

7.23. Definição do Preço da Rede Credenciada

7.23.1. Nenhum orçamento inicial da oficina receptora será aprovado imediatamente, devendo primeiro ser realizada a cotação de preços on-line junto aos demais estabelecimentos, visando apurar a proposta mais vantajosa, de acordo com o valor de mercado, devendo ainda os preços inicialmente ofertados serem compatíveis com os valores de desconto apurados na disputa do certame.

7.23.2. Desta maneira, o Gestor Operacional do Contrato (SMCL) somente pré aprovará o fornecimento ou a execução de serviço, se o preço for compatível com o estabelecido

na licitação, devendo, em cada pré-autorização, restar demonstrada a compatibilidade, através da comparação do preço final proposto.

7.23.3. Para fins de pré-aprovação dos serviços, os preços unitários das peças, componentes, acessórios e materiais deverão ser inferiores, ou pelo menos, iguais aos preços oficiais do fabricante/montadora (ou sistema AUDATEX) com a aplicação mínima do desconto obtido na licitação.

7.23.4. Quando não for possível a comparação de preços com tabela ou preço praticado, o Gestor Operacional do Contrato (SMCL) deverá efetuar pelo menos 03 (três) cotações de preços de mercado para o serviço ou fornecimento específico, objetivando alimentar um banco de informações para comparações futuras.

7.23.4.1. Nos casos específicos de maquinários pesados, implementos agrícolas e embarcações cujas peças ou componentes não possuam indexação em sistemas de precificação padrão do mercado automotivo (como Audatex, Molicar ou equivalentes) nem em tabela oficial pública do fabricante, a precificação prévia à aprovação deverá ser rigorosamente instruída com, no mínimo, 03 (três) orçamentos de mercado (local ou nacional) anexados à respectiva Ordem de Serviço, prevalecendo o menor valor obtido como base, sobre o qual incidirá obrigatoriamente o percentual de desconto licitado.

7.23.5. A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios atentando-se ao melhor desconto ofertado pela rede credenciada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

7.23.6. A Contratada deverá assegurar que a taxa de credenciamento não implique majoração artificial ou distorção nos preços praticados pela rede credenciada, devendo os valores observarem os preços de mercado.

7.23.7. Caso seja comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original que não seja contemplada com código da montadora na tabela de preços oficial da respectiva montadora, ou não seja contemplada pelo sistema AUDATEX, a cotação do menor preço ficará a cargo do Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

7.23.8. A fiscalização de preços ficará a cargo, primordialmente, pelo Gestor do Contrato e, definitivamente, pelo fiscal designado pela unidade Contratante.

7.23.9. A Administração poderá realizar auditoria periódica nos preços praticados pela rede credenciada, comparando-os com valores de mercado, tabelas de fabricantes, sistemas especializados de orçamento automotivo (ex.: AUDATEX, Tempária ou equivalentes) ou histórico de manutenção da frota da Administração.

7.23.10. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria técnica independente nos serviços executados pela rede credenciada ou na operação do sistema de gerenciamento da frota.

7.23.11. Constatadas distorções relevantes entre os preços praticados pela rede credenciada e os valores de mercado ou referenciais adotados pela Administração, o Gestor do Contrato poderá:

I – determinar a revisão dos valores apresentados no orçamento;

II – solicitar novas cotações junto à rede credenciada;

III – recomendar a instauração do procedimento de descredenciamento do estabelecimento que apresentar prática reiterada de preços incompatíveis com o mercado;

IV – determinar a realização do serviço em outro estabelecimento credenciado.

7.23.11.1. A recomendação de descredenciamento deverá ser comunicada formalmente à Contratada, com a indicação dos fatos que motivaram a medida, cabendo a esta promover a notificação do estabelecimento credenciado.

7.23.11.2. Nenhum estabelecimento poderá ser descredenciado sem autorização expressa do Gestor do Contrato, com anuência da unidade responsável pela gestão operacional do contrato no âmbito da SMCL, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.23.11.3. O estabelecimento credenciado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação, para apresentar justificativa ou documentos comprobatórios.

7.23.11.4. O descredenciamento deverá ser motivado e registrado no sistema de gerenciamento e/ou nos autos do processo administrativo correspondente.

7.23.11.5. O estabelecimento descredenciado poderá solicitar novo credenciamento, podendo o pedido ser recusado caso não sejam comprovadas a superação dos motivos que ensejaram o descredenciamento ou a manutenção das condições exigidas neste Termo de Referência.

7.23.11.6. Nos casos de descredenciamento por solicitação própria do estabelecimento, poderá ser admitido novo credenciamento, desde que inexistam restrições junto à Contratada, ao Gestor do Contrato ou à unidade responsável pela gestão operacional do contrato no âmbito da SMCL.

7.23.12. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por ela reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviços.

7.24. Relatório trimestral de eficiência econômica

7.24.1. A Contratada deverá apresentar relatório trimestral contendo indicadores de eficiência econômica da gestão da frota, contemplando, no mínimo:

I – Desconto médio obtido nas cotações realizadas entre estabelecimentos credenciados;

II – Custo médio de manutenção por veículo;

III – Tempo médio de imobilização dos veículos;

IV – Evolução histórica dos custos de manutenção da frota;

V – Comparativo de preços praticados pela rede credenciada em relação aos preços médios de mercado.

7.25. Condições para o Recebimento Provisório e Definitivo dos Serviços

7.25.1. Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo do objeto serão de acordo com o disposto no art. 94 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

7.25.1.1. O recebimento provisório ficará a cargo do condutor ou responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado.

7.25.1.2. O recebimento definitivo ficará a cargo do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

7.25.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.25.3. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste instrumento, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

7.25.4. O serviço somente será considerado concluído e em condições de ser recebido, depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela Contratada e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento ou Fiscais de Contrato designados pela Administração.

7.25.5. Caso sejam insatisfatórios os resultados dos serviços, lavrar-se-á Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, todo o serviço em questão será rejeitado, devendo ser refeito em tempo hábil para que não prejudique o andamento das atividades da Contratante.

7.25.6. Não aceitos os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda à respectiva e imediata substituição, em um prazo não superior a 07 (sete) dias úteis, sem qualquer ônus para a Contratante.

7.25.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações neste instrumento, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias úteis, às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

8. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Execução Contratual e Responsabilidade das Partes

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº

18.892/2023 e, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. Cada **unidade Contratante** pactua seu contrato com a empresa vencedora do certame, conforme modelo padrão a ser anexado ao edital, tendo como unidade interveniente a **Gestora Operacional do Contrato (SMCL)**.

8.2 Prorrogação de Prazo por Impedimentos na Execução

8.2.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. Forma de Comunicação entre as Partes

8.3.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. Convocação de Representante da Contratada

8.4.1. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Designação de Preposto da Contratada

8.5.1. A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-la na execução do Contrato.

8.6. Substituição do Preposto

8.6.1. A Contratante se reserva ao direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da Contratada, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.

8.7. Responsabilidade da Contratada por Danos

8.7.1. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

8.8. Limites da Fiscalização e Responsabilidade da Contratada

8.8.1. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.9. Acompanhamento e Fiscalização do Contrato

8.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato da cada unidade Contratante, especialmente designados para esta finalidade.

8.10. Apoio Técnico e Jurídico à Gestão Contratual

8.10.1. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, para dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes, visando prevenir riscos na execução contratual.

8.11. São atribuições do Gestor Operacional do Contrato - Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL

8.11.1. A **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL**, denominada Gestora Operacional do Contrato, será responsável pela gestão operacional, acompanhamento técnico e pela **interveniência normativa dos contratos decorrentes da licitação**. Atuará como órgão central de governança, competindo-lhe emitir normatizações procedimentais, estabelecer diretrizes de controle e limites de alçada para autorização de despesas, acompanhar as manutenções da frota oficial via sistema e auditar a conformidade técnica e financeira dos serviços e softwares, visando a padronização e a qualidade do gasto público em todas as unidades aderentes, a SMCL figurará como **signatária do instrumento contratual**, sem prejuízo das atribuições inerentes a cada unidade Contratante.

8.11.2. A SMCL deverá emitir Portaria designando comissão do Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos – DQGA, com as seguintes atribuições:

- a)** Monitorar os gastos dos serviços executados via sistema;
- b)** Acompanhar e controlar o gasto com manutenções automotivas das unidades Contratantes, via sistema;
- c)** Buscar negociações objetivando o preço mais vantajoso;
- d)** Pré-aprovar orçamentos;
- e)** Incluir/excluir veículos;
- f)** Atualizar o cadastro de veículo;
- g)** Bloquear, desbloquear, cadastrar e cancelar senha;
- h)** Autorizar o cadastro de senha e determinar o nível de permissão;
- i)** Solicitar inclusão/exclusão de estabelecimento;
- j)** Outras atribuições correlatas.

8.11.3. Como Gestor Operacional do Contrato a SMCL deverá programar os meios necessários ao perfeito acompanhamento da execução contratual, expedir regulamentos para a fiel execução do objeto pactuado e outros, para que cada unidade Contratante possa acompanhar os serviços de manutenção realizados em sua própria frota, e ainda, disponibilizar informação global da gestão dos serviços, para poderem fazer correlações e análises de custos.

8.11.4. O Gestor Operacional do Contrato resguarda o direito de a qualquer momento verificar as condições de uso e manutenção dos equipamentos e softwares, inclusive contratando técnico ou empresa especializada, caso necessário.

8.12. São atribuições do Gestor do Contrato - Unidades Contratantes (ordenadores de despesas:

8.12.1. Designar por Portaria os fiscais do contrato e a comissão de recebimento dentre os servidores do próprio órgão, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/2022, conforme disposto no art. 4º, do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

8.12.1.1. A comissão deverá ser composta por no mínimo 03 (três) servidores, sendo pelo menos 1/3 (um terço) do quadro efetivo da administração, com capacidade para exercer o ateste final (recebimento definitivo), mediante termo circunstanciado assinado pela maioria de seus membros, referente aos serviços relacionados à execução contratual, de modo a aferir o atendimento aos princípios da legalidade, finalidade, eficiência e economicidade, sob pena de responsabilidade solidária junto aos órgãos fiscalizadores.

8.12.1.2. Dentre a comissão designada deverá haver pelo menos um servidor com conhecimentos básicos de informática para consulta e acompanhamento do Sistema de Autogestão a ser disponibilizado via web, possibilitando assim a eficaz fiscalização do contrato para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.12.2. Acompanhar e certificar legalmente o contrato decorrente desta licitação e providenciar a formalização do contrato, execução orçamentária e financeira para cobertura das despesas.

8.12.3. Realizar o pagamento das faturas após conferência dos relatórios de serviços, aquisição de peças e demais documentos comprobatórios, realizando ateste definitivo, exercendo o controle da Frota e dos serviços relacionados à execução contratual.

8.12.4. Acompanhar, conferir e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma da Lei, bem como, deverão ser aferidos pelo agente fiscalizador a correção dos valores praticados em razão dos serviços que tiverem sido realizados em determinado período.

8.12.5. Cabem às unidades Contratantes a identificação do limite disponível para realização dos serviços, conferência dos orçamentos executados, Conferência das Notas Fiscais com os relatórios emitidos pelo sistema de autogestão e realizar o processamento e pagamento das despesas.

8.12.6. O Gestor do Contrato poderá propor, fundamentado em fatos, a suspensão da prestação dos serviços, total ou parcialmente, em definitivo ou temporariamente, bem

como, designar diligências para que sejam aplicadas à Contratada as penalidades previstas no contrato, assegurando à Contratada, o direito de ampla defesa.

8.12.7. O Gestor do Contrato poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à Contratada a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados na relação: empresa Contratada x Prefeitura de Porto Velho.

8.12.8. Sem prejuízo das atribuições determinados no item 8.12., é, também, dever do Gestor do Contrato (art. 21, do Decreto Federal nº 11.246/2022):

I - Coordenar as atividades relacionadas ao acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados;

II - Coordenar as atividades relacionadas ao acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, e reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

III - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

V - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

VI - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

VII - Elaborar o relatório final do sistema de gestão com informações referentes à execução do contrato, que possibilite o envio, o registro, o armazenamento e a divulgação de mensagens de texto ou imagens pelo interessado previamente identificado.

VIII - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais do contrato;

IX - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

X - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de fiscalização ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

8.13. São atribuições do(s) fiscal(ais) do contrato:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão, ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

IX - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

X - Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XI - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento;

XII - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.13.1. Quando da emissão de relatórios, o (s) fiscal (ais) do contrato indicará (ão) aos ordenadores de despesas das unidades Contratantes, as ordens de serviço que se encontram em discordância com os ditames legais e contratuais e, devolverá à empresa Contratada para regularização e justificativas, cabendo aos ordenadores de despesa, caso necessário, a glosa das parcelas irregulares, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, caso se identifique dano ao erário.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Forma, condições e prazo para liquidação e pagamento

9.1.1. A Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para realizar as adequações necessárias, bem como realizar os testes de funcionalidade e validar, junto à Contratante, os instrumentos de que tratam os subitens 9.1.4.1. e 9.1.4.2.

9.1.2. A Contratada deverá disponibilizar, no sistema/plataforma de gestão, relatório específico e atualizado contendo a taxa de credenciamento praticada em relação a cada estabelecimento credenciado, para fins de fiscalização contratual, devendo referido relatório permanecer acessível à Contratante e ser passível de extração sempre que necessário, sem prejuízo de sua consolidação periódica a cada 30 (trinta) dias.

9.1.3. Deverá ser disponibilizado via sistema todas as notas fiscais separadas por **unidade Contratante**, referente aos serviços prestados ou peças fornecidas pela rede credenciada no período correspondente ao fechamento da fatura, sendo as mesmas atestadas na origem pela administração (Contratante), a fim de facilitar a consolidação dos valores que deverão ser exatamente iguais aos das notas fiscais/faturas repassadas pela Contratada, uma vez que elas são geradas com base no consumo efetivo realizado pelas unidades Contratantes na rede credenciada.

9.1.4. Juntamente com as notas fiscais/faturas, a Contratada deverá disponibilizar relatórios analíticos e sintéticos do período faturado, discriminando todas as transações/operações realizadas, por base operacional e respectivo centro de custo, anexando as notas fiscais dos estabelecimentos na ordem que constam no relatório.

9.1.4.1. Deverá apresentar espelhos ou outro instrumento comprobatório dos valores efetivamente cobrados do estabelecimento a título de taxa Rede sobre os serviços executados e/ou peças fornecidas à Contratante.

9.1.4.2. Os relatórios de que trata o item 9.1.4. deverão discriminar as taxas incidentes e efetivamente cobradas da Contratante e do estabelecimento credenciado executor do serviço e/ou fornecedor de peças (taxa rede credenciada).

9.1.5. Ainda, juntamente com a nota fiscal, a Contratada deverá apresentar relatório sintético ao Gestor do Contrato a cada 30 (trinta) dias que discrimine o valor bruto, o valor de desconto com a aplicação da taxa e o valor líquido.

9.1.5.1. O valor total das despesas com serviços de manutenção, e com fornecimento de peças à frota da Prefeitura Municipal de Porto Velho, deverá estar consolidado por Unidade Contratante (contrato/órgão) e por mês, totalizando o valor do contrato

executado até o momento.

9.1.6. O faturamento será constituído de valor apurado mensalmente com base única e exclusivamente nos serviços previamente autorizados pelo **Gestor do Contrato**, incluindo a taxa de administração da Contratada e todos os custos diretos e indiretos pertinentes à prestação dos serviços, comprovadas mediante a apresentação de notas fiscais/faturas **por unidade Contratante (por contrato)**, em 02 (duas) vias (ou outra, com descrição detalhada de todos os serviços prestados, desde que atenda a legislação tributária vigente), devendo conter no corpo da nota fiscal/fatura, a descrição do objeto, número do contrato e processo, para aceite, até o dia 05 (cinco) útil do mês subsequente ao uso (cada mês).

9.1.6.1. Operacionalização da Taxa Administrativa na Fatura Mensal. A taxa administrativa ofertada pela licitante vencedora será aplicada sobre o somatório mensal dos valores das Ordens de Serviço aprovadas e liquidadas no período, gerando, conforme o caso:

I- Acréscimo ao valor a ser faturado, quando a taxa for positiva (percentual aplicado sobre o total mensal de OS);

II - Valor sem variação, quando a taxa for zero;

II- Dedução sobre o valor a ser faturado, quando a taxa for negativa (desconto aplicado sobre o total mensal de OS), gerando economia direta para a Administração em cada ciclo de faturamento.

9.1.6.2. A Nota Fiscal mensal emitida pela Contratada deverá discriminar, em campos separados e de forma transparente: **(I)** o somatório dos valores das Ordens de Serviço do período (base de cálculo); **(II)** o percentual e o valor da taxa administrativa, positivo ou negativo; e **(III)** o valor líquido final a ser pago pela Administração, resultante da aplicação da taxa sobre a base.

9.1.6.3. O valor da taxa administrativa, quando negativa, constará da Nota Fiscal como rubrica de desconto, e não como crédito autônomo. O pagamento à Contratada corresponderá ao valor líquido após aplicação do desconto.

9.1.7. O **Gestor do Contrato** procederá com o recebimento e conferência das Ordens de Serviço e Relatório de Recebimento, conforme competências definidas neste Termo de Referência, consoante aos valores e serviços mencionados no documento fiscal apresentado pela Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento dos respectivos documentos, procedendo ao atesto de conformidade pela Administração, consoante art. 140 da Lei nº 14.133/2021, encaminhando para fins de pagamento e procedendo com a glosa respectiva aos serviços irregulares ou carentes de comprovação.

9.1.8. A Contratada deverá apresentar espelhos ou outro instrumento comprobatório dos valores efetivamente cobrados do estabelecimento a título de taxa Rede sobre os serviços executados e/ou peças fornecidas à Contratante.

9.1.8.1. Caso seja identificado que a taxa de credenciamento aplicada pela Contratada esteja ocasionando aumento artificial ou distorção nos preços praticados pela rede credenciada, a Administração poderá:

I – Determinar a revisão dos valores apresentados;

II – Aplicar glosa nas faturas correspondentes;

III – recomendar a instauração do procedimento de descredenciamento do estabelecimento, observado o disposto no item 7.23.11 deste Termo de Referência;

IV – Aplicar penalidades contratuais cabíveis.

9.1.9. Deverão ser emitidas as notas fiscais no valor líquido e apresentadas à Contratante, devendo conter no seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

9.1.10. Os valores apresentados deverão estar de acordo com o item 11 do Termo de Referência.

9.1.11. Na hipótese de identificação de fraude, superfaturamento, duplicidade de cobrança ou qualquer irregularidade que resulte em pagamento indevido pela Administração, a Contratada deverá ressarcir integralmente os valores pagos a maior, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

9.1.12. Caberá à Contratante a retenção dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre os pagamentos efetuados, conforme legislação vigente, especialmente no que se refere às notas fiscais emitidas pela contratada, observando-se as normas da

Receita Federal do Brasil, da legislação municipal e demais atos normativos aplicáveis.

9.1.13. As notas fiscais deverão estar acompanhadas das certidões que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, como condição para pagamento.

9.1.13.1. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de suspensão do pagamento e aplicação das sanções cabíveis.

9.1.13.2. A fatura mensal deverá discriminar, de forma clara e segregada:

I – O valor correspondente à remuneração da contratada, decorrente da taxa de administração;

II – Os valores correspondentes aos serviços e fornecimentos realizados pela rede credenciada, os quais possuem natureza de mero reembolso.

9.1.13.3. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidirá exclusivamente sobre a remuneração da contratada, correspondente à taxa de administração, por configurar receita própria decorrente da prestação de serviços de gerenciamento.

§1º Os valores destinados ao pagamento dos serviços prestados pela rede credenciada possuem natureza de reembolso, não se caracterizando como receita própria da contratada, razão pela qual não integram a base de cálculo do ISS.

§2º A contratada atuará como intermediadora/gestora da rede credenciada, sendo responsável pelo repasse dos valores aos prestadores, sem que tais valores se confundam com sua receita operacional.

9.1.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

9.1.15. O **pagamento da nota fiscal correspondente ao valor definitivo processado** pela Administração se dará através da Secretaria Municipal de Economia - SEMEC ou setor equivalente (conforme o caso), mediante emissão de Ordem Bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, obedecendo à ordem cronológica estabelecida, contados do recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela comissão de recebimento.

9.1.16. Cada unidade Contratante pagará mensalmente à Contratada o valor total dos itens consumidos e dos serviços de manutenção efetivamente executados, na forma estabelecida no contrato, incluído nesse total o valor de peças de reposição utilizadas e demais itens indicados no Termo de Referência e o valor correspondente à Taxa de Administração fixada.

9.1.17. Nenhum pagamento controverso será efetuado, enquanto estiver pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajuste de preços ou correção monetária.

9.1.18. O valor correspondente à Taxa de Administração será calculado aplicando-se o percentual fixo definido para variável (taxa de administração) na licitação, sobre o valor total dos produtos e serviços indicados na fatura.

9.1.19. A Ordem de Serviço só será emitida após a implantação do sistema e treinamento do pessoal.

9.1.20. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

<p>EM = N x VP x I, sendo: EM = encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da Parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) / 365 I = TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA</p>

9.1.21. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias

correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.1.21.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

9.1.21.2. Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

9.1.22. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

9.1.23. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

9.1.24. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do gestor do contrato.

9.1.25. A **liquidação e processamento da despesa** correspondente ao valor mensal apurado e conferido pelo **Gestor do Contrato**, deduzindo as glosas e sanções aplicadas que porventura tenha sido apuradas no mês, serão efetuados por cada unidade Contratante que procederá ao ateste de conformidade pela comissão de recebimento (art. 140 da Lei nº 14.133/2021), quando encaminhará os documentos para análise da Controladoria Geral do Município, se necessário, a qual deverá efetuar a análise e emitir parecer, devolvendo os autos para fins de inclusão na ordem cronológica de pagamento caso não haja apontamentos do Controle ou regularização e posterior inclusão para pagamento, no caso de apontamentos do órgão de controle.

9.1.26. Sempre que a Contratada incorrer em uma das condutas descritas na Tabela I, deverá ser efetuada glosa progressiva no pagamento de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura mensal, de acordo com a Tabela 2, na hipótese de a Contratada não atingir o desempenho e a qualidade dos serviços esperados:

TABELA 1 - PONTUAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS		
ITEM	OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO (Computada, mensalmente, para fins de glosa no processo de pagamento)
01	Não cumprimento dos prazos estipulados no cronograma de implantação da prestação dos serviços previsto no TR/Contrato.	05 pontos por dia de atraso
02	Atraso na reposição do cartão magnético ou equivalente após 5 dias úteis da solicitação.	05 pontos por dia de atraso
03	Não credenciar novos estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados em local solicitado pelo Contratante, sem apresentar justificativa plausível, após 15 (quinze) dias da solicitação.	06 pontos por dia do não credenciamento
04	Deixar de manter rede mínima de estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados credenciados.	06 pontos por dia do não credenciamento
	Deixar de credenciar	

05	estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados em reposição a estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados descredenciado, não fornecendo quantitativo de rede mínima exigida.	06 pontos por dia do não credenciamento
06	Falta de registro informatizado dos dados de manutenção que não foram sanados.	30 pontos por ocorrência
07	Manutenção indevida de veículo não autorizado, cancelado, bloqueado ou inativo.	35 pontos por ocorrência
08	Condutor impossibilitado de realizar operação de manutenção por estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados que consta como credenciado no sistema, sob alegação de não pertencer a rede credenciada	40 pontos por ocorrência
09	Problemas provenientes de má operacionalização ou não cumprimento de normas estabelecidas pela Contratada, por parte da rede credenciada, bem como não observação dos padrões de segurança e de operação.	25 pontos por ocorrência
10	Suspender ou interromper as manutenções, salvo por motivo de força maior, caso fortuito ou por força de lei.	40 pontos por ocorrência
11	Não atender às determinações da Contratante no que couber a Contratada.	15 pontos por ocorrência
12	Não prestar o suporte via 0800 ou local/presencialmente para operacionalizar a manutenção, quando necessário, especialmente em situações de contingência.	40 pontos por ocorrência
13	Não cumprimento do prazo estabelecido em notificações expedidas pela Contratante.	10 pontos por ocorrência
14	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado, especialmente o não cumprimento do exigido em notificações.	30 pontos por ocorrência
15	Não atendimento de chamados por meios eletrônicos, telefone, atendimento local ou aplicativos de conversas por parte do Preposto ou área técnica no prazo estipulado/acordado.	35 pontos por ocorrência

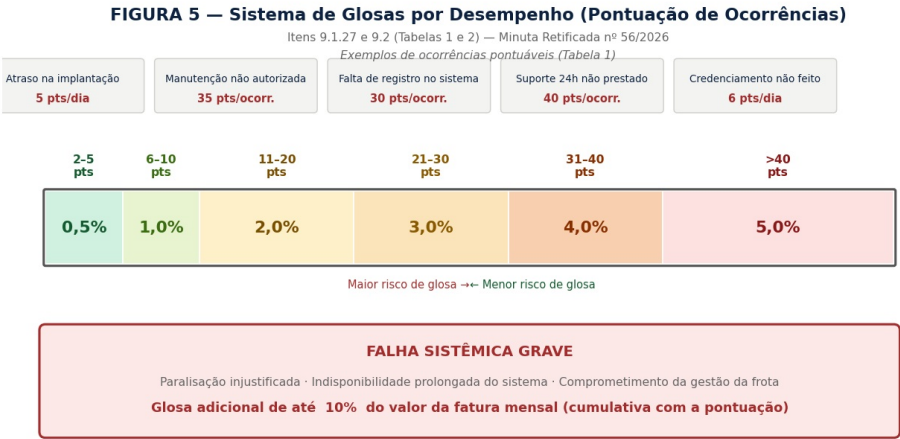
16	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato não previstos nesta tabela, em especial, as obrigações e responsabilidades estipuladas à Contratada previstas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico e Contrato.	10 pontos por ocorrência
----	---	--------------------------

TABELA 2 - PERCENTUAL DE GLOSA	
FAIXA DE PONTUAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
02 a 05	Glosa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da fatura mensal
06 a 10	Glosa de 1,0% (um por cento) do valor da fatura mensal
11 a 20	Glosa de 2,0% (dois por cento) do valor da fatura mensal
21 a 30	Glosa de 3,0% (três por cento) do valor da fatura mensal
31 a 40	Glosa de 4,0% (quatro por cento) do valor da fatura mensal
Acima de 40	Glosa de 5,0% (cinco por cento) do valor da fatura mensal

9.2. Glosa por falha sistêmica

9.2.1. Sem prejuízo das penalidades previstas na tabela de pontuação, poderá ser aplicada glosa de até 10% (dez por cento) do valor da fatura mensal quando verificada falha sistêmica na execução dos serviços, paralisação injustificada da operação ou indisponibilidade prolongada do sistema que comprometa a gestão da manutenção da frota.

9.2.2. A aplicação da glosa não afasta a possibilidade de rescisão contratual motivada, caso constatada reincidência ou prejuízo relevante à Administração.



Fonte: Minuta Retificada nº 56/2026, itens 9.1.27 e 9.2 — SMCL/DQGA

9.3. Pagamento a Rede Credenciada

9.3.1. A Contratada se responsabilizará única e integralmente pelo **fiel e pontual pagamento** à rede credenciada pelos serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios, ficando claro que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

9.3.2. A ausência do repasse do pagamento no prazo definido à rede credenciada autorizará a unidade Contratante a reter os pagamentos devidos à Contratada, até a devida comprovação da quitação de todos os débitos da referida unidade Contratante, sem prejuízo do direito da promoção de ação penal de apropriação indébita e aplicação das sanções cabíveis.

9.3.3. Mesmo no caso previsto no item anterior, a Contratada deverá garantir a manutenção da prestação dos serviços por parte da rede credenciada, impedindo a suspensão da execução dos serviços.

9.3.4. As unidades Contratantes (órgãos) devem ser tratadas distintamente, conforme cada contrato originado da presente licitação, **não se admitindo a suspensão dos serviços de forma generalizada. Portanto, em nenhuma hipótese a Contratada poderá suspender os serviços às demais unidades Contratantes que estiverem em dia com seus pagamentos, por motivo de identificação de débito de uma**

unidade Contratante isolada.

9.3.5. O não pagamento à rede credenciada autorizará a unidade Contratante a reter os pagamentos devidos à Contratada, até a devida comprovação da quitação de todos os débitos relativos ao seu contrato especificamente, sem prejuízo do direito da promoção de ação penal de apropriação indébita e das sanções cabíveis, visando a não suspensão da execução dos serviços à Contratante por parte da credenciada.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Critério de Julgamento das Propostas – Menor Taxa de Administração

10.1.1. A seleção do fornecedor no julgamento da proposta dar-se-á pelo critério de **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade definidos no Edital, conforme inciso I, art. 33 da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.2. O julgamento por menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação. (art. 34, da Lei n.º 14.133/2021).

10.1.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, sendo o valor global estimado de R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos) referência fixa para fins de cálculo comparativo das propostas, não se alterando em razão do sinal — positivo, zero ou negativo — do percentual de taxa administrativa ofertado, o qual incide exclusivamente sobre os valores efetivamente consumidos em cada ordem de serviço, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.4. Para fins deste certame, o termo “menor preço global” corresponde ao **menor custo administrativo ofertado**, representado pelo **percentual da taxa administrativa aplicado de forma referencial sobre o valor estimado da contratação**, sem implicar alteração automática do valor global estimado do contrato.

10.1.5. O valor estimado da contratação servirá apenas como **base de cálculo para comparação objetiva das propostas**, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

10.1.6. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a **menor taxa administrativa**, podendo esta ser **positiva, zero ou negativa**, desde que demonstrada sua exequibilidade.

10.1.7. O critério de julgamento pela menor taxa de administração é juridicamente regular em razão da fixação prévia de parâmetros de controle dos preços de peças e mão de obra praticados pela rede credenciada, previstos nos itens 7.9.5 e 14.12 deste Termo de Referência, em conformidade com o entendimento firmado na Súmula n.º 126 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Plenário, sessão de 13/12/2023, Rel. Cons. Durval Ângelo, publicada no D.O.C. de 19/02/2024, Proc. n.º 1.153.249), segundo a qual é irregular a adoção da menor taxa de administração como critério de julgamento em certames de quarterização quando não houver fixação de parâmetros de preços para os bens e a mão de obra a serem fornecidos pelos estabelecimentos credenciados.

10.2. Exequibilidade das propostas

10.2.1. Será admitida a oferta de **taxa administrativa zero ou negativa**, desde que demonstrada sua viabilidade econômica, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, consubstanciado nos Acórdãos AC1-TC 00549/21 e AC2-TC 00001/22 (Processo n.º 2068/2020/TCE-RO). Tal entendimento é igualmente pacificado pelo Tribunal de Contas da União, que desde a Decisão n.º 38/1996-Plenário veda a desclassificação automática de proposta com taxa zero ou negativa, tendo reafirmado esse entendimento nos Acórdãos n.º 1.556/2014-2ª Câmara, n.º 142/2019-Plenário e n.º 4.578/2022-2ª Câmara. O Acórdão n.º 459/2023-Plenário delimitou expressamente que a vedação legal introduzida pela Lei n.º 14.442/2022 restringe-se a contratos de vale-alimentação e vale-refeição, não se aplicando a contratos de gestão de frota.

10.2.2. Nos casos em que a proposta apresentada suscitar dúvida quanto à sua exequibilidade, especialmente quando a taxa administrativa ofertada for igual a zero ou negativa, a Administração poderá realizar diligência para aferição da viabilidade econômica, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

10.2.3. A licitante deverá apresentar, sempre que a taxa administrativa for igual a zero ou negativa, documentação comprobatória da exequibilidade da proposta, conforme requisitos técnicos detalhados no item 11.3 deste edital

10.2.3.1. A documentação prevista no item 10.2.3 deverá ser apresentada no

prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do encerramento da fase de lances, sob pena de desclassificação da proposta, nos termos do art. 59, IV, da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3.2. O Agente de Contratação deverá proferir decisão fundamentada acerca da exequibilidade da proposta no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da documentação.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. Valor Base de Referência

11.1.1. Corresponde ao valor estimado da contratação em **R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos).**

11.1.1.1. Este valor de referência será considerado como base inicial para aplicação referencial da **taxa administrativa** ofertada pela licitante, exclusivamente para fins de julgamento da proposta, não implicando redução ou majoração automática do valor global estimado da contratação.

11.2. Valor máximo da licitação.

11.2.1. O Pregoeiro deverá cadastrar no sistema eletrônico de licitação, como **parâmetro máximo de aceitabilidade, o valor resultante da aplicação do percentual de taxa de administração apurado na pesquisa de preços sobre o valor estimado da contratação**, exclusivamente para fins de operacionalização da fase competitiva e julgamento das propostas, não representando automaticamente o valor global do futuro contrato.

Item	Descrição do Objeto	A	B	C	D $D = A \times (1 + B/100)$
		Valor base de referência estimado pela Contratante (Secretarias)-peças e serviços (tópico 14.1 do Termo de Referência)	Valor da Taxa de administração (tópico 14.6 do Termo de Referência)	Valor da Taxa de credenciamento (tópico 14.7 do Termo de Referência)	$D = \text{Valor Base} + (\text{Valor Base} \times \text{Taxa Adm.})$
1	Contratação de Sistema de autogestão de frota.	R\$ 33.370.962,03	2,67% (resultado da pesquisa de preços)	10% (fixa)	R\$ 34.261.966,71
Nota 1:	A coluna B deve ser preenchida com o percentual máximo de taxa de administração apurado na pesquisa de mercado realizada pela SEL/SMCL, e a coluna D calculada mediante a fórmula $D = A \times (1 + B/100)$.				
Nota 2:	O valor indicado na Coluna D corresponde ao valor final da proposta para fins de disputa, julgamento, classificação, aceitabilidade e análise de exequibilidade, não representando o valor global do contrato. Para fins de celebração contratual, empenho, execução, faturamento e controle orçamentário, será observado o valor global estimado da contratação, fixado em R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos), o qual constituirá o limite máximo de execução contratual, independentemente de a taxa administrativa ofertada ser positiva, zero ou negativa.				

11.2.2. Deverá ser aplicado o percentual de taxa de administração sobre o valor estimado anual da contratação, exclusivamente para fins de julgamento, classificação das propostas e definição da taxa administrativa vencedora.

11.2.3. A **taxa de credenciamento** a ser cobrada da rede credenciada pela Contratada será limitada ao máximo de 10% (dez por cento), **conforme disposto no item 14.8** deste Termo de Referência, devendo tal percentual ser observado na composição dos custos dos serviços prestados, de modo a garantir a transparência na formação dos preços e a compatibilidade com os valores praticados no mercado.

11.2.4. A taxa de administração oferecida na proposta vencedora será fixada durante toda a vigência contratual e incidirá sobre os valores correspondentes aos serviços/bens consumidos.

11.3. Taxa de Administração

11.3.1. De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no Acórdão AC1-TC 00549/21 e Acórdão AC2-TC 00001/22, Processo nº 2068/2020/TCE-RO (Anexo: Processo nº 2410/2020/TCE-RO), **admitir-se-á a oferta de percentual de taxa zero ou negativa, desde que o valor seja exequível conforme (Art. 59, IV da Lei 14.133/21).**

11.3.2. A taxa administrativa será o único critério de julgamento das propostas, podendo ser ofertada em **percentual positivo, zero ou negativo**, conforme estratégia comercial da licitante.

11.3.3. Para fins de análise de exequibilidade da proposta, nos termos do art. 59, IV, da Lei nº 14.133/2021, quando a taxa administrativa ofertada for igual a zero ou negativa, será obrigatória a apresentação da Planilha de Composição de Preços (Anexo III), acompanhada de estudo demonstrativo da composição da remuneração da licitante, contendo, no mínimo:

I - Memória de cálculo da formação da taxa administrativa ofertada;

II - Demonstração da fonte de receita decorrente da taxa de credenciamento da rede, evidenciando que o percentual fixado de 10% (dez por cento) é suficiente para cobrir os custos operacionais e o desconto ofertado;

III - Estudo demonstrativo da composição da remuneração da licitante, com discriminação detalhada dos custos diretos, indiretos, despesas administrativas, tributos, encargos incidentes e margem projetada de resultado/lucro;

IV - Demonstração objetiva da viabilidade econômica da proposta, vedadas justificativas genéricas ou desacompanhadas de memória de cálculo idônea;

V - Comprovação de que a remuneração total da operação é suficiente para assegurar a execução contratual durante todo o prazo de vigência.

11.4. Taxa da Credenciada

11.4.1. A taxa de credenciamento da rede **será de até 10% (dez por cento)**, ficando a critério da Contratada a definição do percentual efetivamente cobrado de cada estabelecimento credenciado, **desde que não ultrapasse esse limite máximo.** A taxa de credenciamento não é objeto de disputa entre os licitantes.

11.4.1.1. A licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a combinação entre:

I – Taxa de administração ofertada; e

II – Receita decorrente da taxa de credenciamento.

11.4.1.2. A referida taxa será aplicada pela Contratada junto aos estabelecimentos credenciados, como forma de remuneração pelos serviços de intermediação, gestão e disponibilização da rede.

11.4.1.3. A taxa de credenciamento não constituirá encargo adicional explícito cobrado diretamente pela Contratada da Administração Pública, sendo vedada qualquer cobrança destacada ou autônoma ao ente público a este título. A vedação ao repasse indireto da taxa de credenciamento aos preços de peças e serviços praticados pela rede credenciada está disciplinada no item 14.10 deste Termo de Referência.

Parágrafo único. A taxa de credenciamento não compõe o valor da proposta para fins de julgamento, sendo considerada exclusivamente para fins de demonstração da viabilidade econômico-financeira da execução contratual. **Para fins de análise de exequibilidade, a licitante deverá considerar o limite máximo de 10% (dez por cento) como receita de credenciamento projetada, independentemente do percentual efetivo que venha a praticar durante a execução contratual.**

11.4.1.4. A taxa de credenciamento, embora não componha o valor da proposta para fins de julgamento, possui impacto econômico indireto na formação dos preços praticados pela rede credenciada, razão pela qual foi previamente fixada pela Administração, com vistas a evitar distorções concorrenciais e assegurar a

vantajosidade da contratação.

11.5. Apresentação da Proposta

11.5.1. A proponente deverá inserir sua proposta final no sistema, já incluído no valor correspondente, o seu percentual proposto para a **taxa de administração**, apurada na seguinte forma:

I - Deverá ser aplicado o somatório do percentual da taxa (taxa de administração admitida positivo, zero ou negativa) sobre o valor base de referência de **R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos)**, logo este deverá constar em sua planilha como valor inicial da proposta (valor de base de referência);

II - Indicação da taxa de credenciamento fixa de **10%**, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

III - Após aplicação exclusiva da taxa de administração, o resultado será o valor final da proposta;

IV - O percentual ofertado deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas.

11.5.2. Segue abaixo os três cenários das propostas (**taxa positiva, zero e negativa**):

CENÁRIO I - TAXA ADMINISTRATIVA POSITIVA

ITEM	VALOR ESTIMADO	TAXA ADMINISTRATIVA	TAXA DE CREDENCIA	VALOR FINAL (PROPOSTA)
01	R\$ 33.370.962,03	1,80%	10%	R\$ 33.971.639,35

Memória de Cálculo:

Taxa administrativa: $33.370.962,03 \times 1,80\% = \text{R\$ } 600.677,31$

Valor proposta final: $33.370.962,03 + 600.677,31 = \text{R\$ } 33.971.639,35$

CENÁRIO II - TAXA ADMINISTRATIVA ZERO

ITEM	VALOR ESTIMADO	TAXA ADMINISTRATIVA	TAXA DE CREDENCIA	VALOR FINAL (PROPOSTA)
01	R\$ 33.370.962,03	0,00%	10%	R\$ 33.370.962,03

- A empresa será remunerada pela taxa da rede.

CENÁRIO III - TAXA ADMINISTRATIVA NEGATIVA

ITEM	VALOR ESTIMADO	TAXA ADMINISTRATIVA	TAXA DE CREDENCIA	VALOR FINAL (PROPOSTA)
01	R\$ 33.370.962,03	-3,00%	10%	R\$ 32.369.833,17

Memória de Cálculo:

$33.370.962,03 \times -3\% = - \text{R\$ } 1.001.128,86$

Valor proposta final: $33.370.962,03 - 1.001.128,86 = \text{R\$ } 32.369.833,17$

Nota: O valor final indicado nos cenários acima constitui o **valor da proposta para fins de julgamento** comparativo no certame, não correspondendo ao valor global do contrato. O valor global do contrato a ser firmado permanecerá fixo em R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos), independentemente do sinal da taxa administrativa ofertada, nos termos do subitem 11.6.3.2 deste Termo de Referência.

11.5.3. Para fins de exame de aceitabilidade do preço, para REGISTRO NO CONTRATO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA FINAL deverá ser convertido o valor final obtido na proposta vencedora em percentual COM ATÉ DUAS CASAS DECIMAIS, o qual será divulgado no Chat mensagem e demonstrado no Relatório Final do Pregoeiro para subsidiar o Contrato e conferência da proposta final, apurado da seguinte forma:

a) Será considerado o **valor global estimado** da contratação (**VE**), conforme constante no instrumento convocatório;

b) Será considerado o **valor global final** ofertado pela licitante vencedora (**VF**), após a fase de lances e negociação;

c) A **taxa administrativa (TA)**, em percentual, será obtida mediante a seguinte fórmula:

$$TA (\%) = ((VF - VE) \div VE) \times 100$$

d) O resultado deverá ser expresso com até **duas casas decimais**, realizando-se o arredondamento na forma matemática usual;

e) Caso o resultado seja negativo, este representará **taxa administrativa negativa**, com natureza de desconto incidente sobre os valores efetivamente executados e faturados, não implicando redução do valor estimado do contrato, que permanecerá como limite máximo para execução contratual, devendo ser demonstrada sua exequibilidade;

f) Caso o resultado seja positivo, este representará **taxa administrativa positiva**, incidindo exclusivamente sobre os valores efetivamente executados durante a vigência contratual, sem majoração automática do valor global estimado do contrato.

Resumo Comparativo

Cenário	VF – Valor Final da Proposta para Julgamento	TA (%)	Valor do Contrato
Negativa	R\$ 32.369.833,17	-3,00%	R\$ 33.370.962,03
Neutra	R\$ 33.370.962,03	0,00%	R\$ 33.370.962,03
Positiva	R\$ 33.971.639,35	+1,80%	R\$ 33.370.962,03

Nota 1 (Valor do contrato): A taxa administrativa ofertada pela licitante (negativa, zero ou positiva) constitui exclusivamente critério de julgamento da proposta, não implicando reajuste automático do valor global estimado, permanecendo em R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos), de modo a preservar o poder de compra da Administração, nos termos do art. 11 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Nesse caso, o percentual negativo ou positivo incidirá estritamente sobre os valores efetivamente consumidos a cada operação, gerando reflexos financeiros proporcionais em cada operação executada, sem reduzir ou majorar automaticamente o limite financeiro global do contrato.

Nota 2 (Valor máximo cadastrado): O valor máximo cadastrado pelo Pregoeiro no sistema eletrônico de licitação corresponde ao parâmetro de disputa apurado com base na taxa máxima da pesquisa de mercado (subitem 11.2.1), operacionalizando a fase competitiva do certame. O valor global do contrato, contudo, permanece em R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos) em todos os cenários — taxa positiva, zero ou negativa —, nos termos do subitem 11.6.3.2; o percentual ofertado incide exclusivamente sobre os valores efetivamente consumidos em cada ordem de serviço, gerando reflexos financeiros proporcionais em cada operação, sem majorar ou reduzir automaticamente o limite financeiro global do contrato.

11.6. Seleção da proposta mais vantajosa

11.6.1. A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração deverá ser realizada com base na MENOR TAXA ADMINISTRATIVA OFERTADA, considerando que a taxa de credenciamento encontra-se previamente fixada em 10% neste Termo de Referência. Para fins do pregão eletrônico, o valor a ser inserido no campo "Proposta" corresponde ao valor global estimado da contratação (R\$ 33.370.962,03) ajustado pelo percentual da taxa administrativa ofertada, calculado conforme o item 11.5. O julgamento dar-se-á pelo menor valor de proposta apresentado, o qual corresponde diretamente à menor taxa administrativa, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste termo, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, nele incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto do contrato, bem como todos os tributos, encargos

sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas e insumos que incidam ou venham a incidir sobre os itens objeto desta licitação como impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

11.6.1.1. Para fins de julgamento, será considerada exclusivamente a taxa de administração ofertada, **não sendo a taxa de credenciamento computada na formação do valor da proposta.**

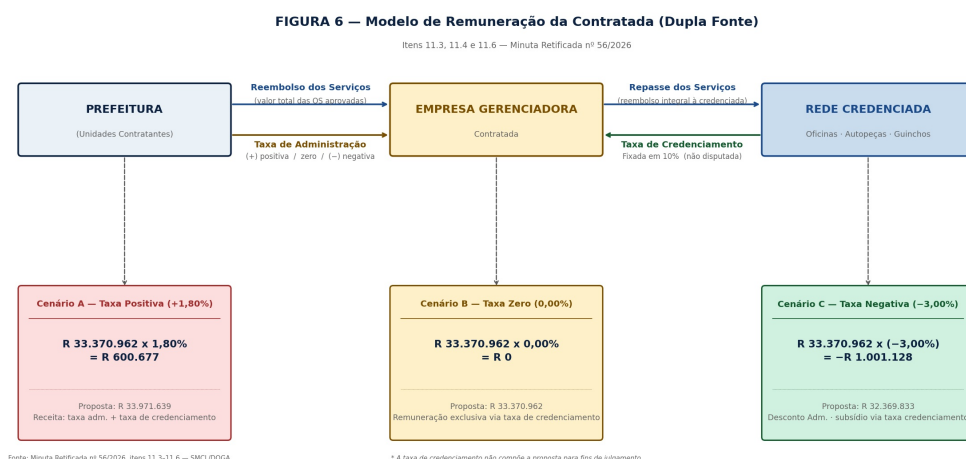
11.6.2. A remuneração da futura Contratada poderá ser composta pela taxa cobrada da Administração, a qual poderá assumir percentual negativo, zero ou positivo, combinada com a taxa cobrada da rede credenciada pelos serviços prestados. Portanto, deverá ser apresentado nas propostas o percentual aplicado para a taxa de administração, que resultará no valor final referencial da proposta para fins de julgamento, bem como estudo demonstrativo da composição da remuneração e da viabilidade econômico-financeira da operação, evidenciando de forma objetiva como a licitante suportará os custos contratuais e obterá resultado econômico compatível com a execução do objeto.

11.6.3. A composição da remuneração da futura Contratada decorrerá da taxa de administração cobrada da Administração, a qual poderá, inclusive, ser negativa, bem como da taxa de credenciamento cobrada da rede credenciada pelos serviços prestados, esta última considerada na proposta exclusivamente para fins de demonstração da viabilidade econômico-financeira da execução contratual e da composição interna de custos da licitante.

11.6.3.1. O valor estimado da contratação representa mera previsão de consumo anual dos serviços de manutenção da frota, não constituindo obrigação de execução mínima pela Administração. Dada a sua natureza estimativa e conforme pacificado pelos Tribunais de Contas, esse montante atua como limite máximo, não se confundindo com o valor efetivamente executado.

11.6.3.2. A taxa administrativa ofertada pela licitante (**negativa, zero ou positiva**) constitui exclusivamente **critério de julgamento da proposta**, não implicando reajuste automático do valor global estimado, **permanecendo em R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos)**, de modo a preservar o poder de compra da Administração, nos termos do art. 11 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Nesse caso, o percentual negativo ou positivo incidirá estritamente sobre os valores efetivamente consumidos a cada operação, gerando reflexos financeiros proporcionais em cada operação executada, sem reduzir ou majorar automaticamente o limite financeiro global do contrato.

11.6.4. Para fins de disputa e comparação objetiva das propostas, os serviços serão prestados sob regime de execução indireta, mediante **pregão eletrônico**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**, representado pela **menor taxa de administração ofertada**.



11.7. Critério de Desempate

11.7.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, conforme prevê o art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, no que couber, conforme assegurado no § 2º, art. 28 do Decreto Municipal nº 18.892/2023:

I – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

III – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.7.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e do § 1º, art. 28, do Decreto Municipal nº 18.892/2023:

I – Empresas estabelecidas no território do Estado de Rondônia;

II – Empresas brasileiras;

III – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.7.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.8. Da Prova de Conceito (POC) do Sistema de Autogestão

11.8.1. Com fundamento no **art. 17, § 3º, art. 18, inciso IX, todos da Lei nº 14.133/2021**, será exigida Prova de Conceito (PoC) da solução tecnológica ofertada pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

11.8.1.1. A exigência encontra-se devidamente motivada na fase preparatória da contratação, considerando a complexidade do objeto, que envolve solução informatizada de autogestão de frota, com necessidade de validação prévia quanto à sua operacionalidade, aderência aos fluxos administrativos e rastreabilidade das informações, garantindo que o sistema atende plenamente aos requisitos técnicos do Edital.

11.8.1.2. A PoC possui caráter prático, técnico e eliminatório. Tem por finalidade aferir, em ambiente real de demonstração, se a plataforma web e o aplicativo móvel ofertados atendem integralmente aos requisitos operacionais, funcionais e de segurança exigidos neste Termo de Referência, não se tratando de mera apresentação ilustrativa ou comercial.

11.8.2. Convocação, Prazos e Local A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá realizar a Prova de Conceito (PoC) no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal expedida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

11.8.2.1. A demonstração ocorrerá, obrigatoriamente, de forma presencial nas dependências da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, situada na Rua México, nº 2331, 3º andar, Bairro Nova Porto Velho, Porto Velho/RO.

11.8.2.2. A sessão será realizada impreterivelmente no horário compreendido entre 08h00min e 14h00min, sendo este o tempo máximo de 06 (seis) horas concedido à licitante para a demonstração completa dos requisitos constantes do Anexo VIII – Checklist da Prova de Conceito (SEI 0811509).

11.8.2.3. Caso ocorra interrupção por falta de energia elétrica, indisponibilidade de internet no órgão ou outro problema estrutural comprovado e não imputável à licitante, o prazo e o horário da sessão poderão ser excepcionalmente dilatados ou reagendados por decisão fundamentada da Administração.

11.8.2.4. A licitante convocada deverá disponibilizar, às suas expensas, todo o ambiente necessário à demonstração, incluindo microcomputador, aplicação web, aplicativo móvel, base de dados de teste suficientemente parametrizada, acesso à internet, cartões/dispositivos de demonstração e demais recursos indispensáveis ao fiel cumprimento do roteiro de avaliação.

11.8.2.5. A Prova de Conceito deverá abranger demonstração prática, completa e operacional da solução, sendo vedada a substituição da prova por apresentação meramente estática, institucional ou comercial, tais como slides, vídeos gravados, folders, catálogos ou documentos descritivos, os quais somente poderão ser admitidos como material subsidiário, sem valor de comprovação autônoma.

11.8.3. Publicidade, Gravação e Transparência

11.8.3.1. A convocação para a Prova de Conceito deverá indicar local, data, horário, duração estimada e condições de realização da POC e será publicada nos autos e divulgada publicamente, garantindo que todos os demais licitantes tenham conhecimento e, querendo, possam comparecer e acompanhar a sessão na condição estrita de observadores, sendo-lhes vedada qualquer forma de interferência nos trabalhos.

11.8.3.2. Toda a apresentação da Prova de Conceito será integralmente gravada em áudio e vídeo pela Administração, compondo o processo administrativo para fins de registro oficial, auditoria e análise de eventuais recursos técnicos.

11.8.4. Metodologia de Avaliação e Critérios de Aprovação

11.8.4.1. A Prova de Conceito (PoC) será conduzida e avaliada por Comissão Técnica de Avaliação, composta por servidores formalmente designados pela Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações (SMCL), **podendo contar, preferencialmente, com a participação de, pelo menos, 1 (um) representante das unidades demandantes**, sem prejuízo da validade dos trabalhos na hipótese de ausência de indicação por alguma unidade. A comissão poderá, ainda, solicitar apoio técnico especializado da Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação (SMTI), quando necessário, para subsidiar a análise e a verificação do atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.8.4.2. Os requisitos constantes do Anexo VIII serão classificados em:

I – OBRIGATÓRIOS (OBRIG.), cujo resultado será registrado como “APTO” ou “INAPTO”; e

II – PONTUÁVEIS (PONT.), cujo resultado será registrado como “ATINGIU” ou “NÃO ATINGIU”, com atribuição exclusiva da pontuação integral prevista no checklist, vedada pontuação parcial.

11.8.4.3. O somatório dos itens pontuáveis totalizará 100 (cem) pontos.

11.8.4.4. O não atendimento de qualquer item classificado como obrigatório implicará INAPTIDÃO automática, independentemente da pontuação obtida nos itens pontuáveis.

11.8.4.5. A avaliação considerará exclusivamente as funcionalidades efetivamente demonstradas na sessão oficial da Prova de Conceito, sendo vedada complementação posterior, envio superveniente de evidências, ajustes corretivos após a sessão ou substituição de funcionalidade não demonstrada por declaração unilateral da licitante.

11.8.4.6. Ao final da sessão, a Comissão Técnica de Avaliação emitirá relatório circunstanciado, com a indicação individualizada dos itens avaliados, da pontuação obtida, das inconsistências verificadas e do resultado final, classificando a licitante como **APTA ou INAPTA**.

11.8.4.7. Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar seja considerada **INAPTA**, o Pregoeiro convocará a licitante remanescente subsequente, observada a ordem de classificação, para submissão à Prova de Conceito, nas mesmas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.8.4.8. O Anexo VIII deverá guardar correspondência direta com os requisitos previstos neste Termo de Referência, especialmente aqueles relativos ao sistema web, perfis de acesso, cadastro da frota e da rede credenciada, ordens de serviço, cotações, garantias, faturamento, evidências digitais por aplicativo móvel, relatórios, exportação de dados, gestão documental, trilhas de auditoria, logs, LGPD, suporte, treinamento e transição contratual.

11.8.5. Vedações à Complementação

11.8.5.1. É expressamente vedada qualquer forma de complementação posterior da apresentação. Encerrada a sessão de POC ou esgotado o tempo limite de apresentação, não será admitido o envio de materiais adicionais, novos códigos, links, vídeos ou a demonstração posterior de funcionalidades que apresentaram falhas ou que não puderam ser exibidas durante a sessão oficial.

11.8.6. Resultado e Convocação de Remanescentes

11.8.6.1. Ao término da avaliação, a Comissão Técnica lavrará Ata Circunstanciada preenchendo o Checklist oficial e terá um prazo para avaliação do sistema de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação.

11.8.6.2. Na hipótese de inaptidão (reprovação) da licitante submetida à POC, esta será desclassificada do certame. O Agente de Contratação convocará imediatamente a licitante subsequente, obedecida a ordem de classificação, para nova avaliação nos mesmos termos e condições, e assim sucessivamente.

11.9. Planilha de Composição de Preços

11.9.1. A composição da taxa administrativa deverá considerar todos os custos operacionais da Contratada, sendo vedada a transferência de custos à Administração por meio da taxa de credenciamento. Por tanto a apresentação da **Planilha Composição de Preços, conforme modelos I, II e III constantes no Anexo III deste Termo de Referência**, é obrigatória para propostas com taxa administrativa **igual a zero ou negativa**, nos termos do subitem 11.9.3, de modo que a Secretaria Executiva de Licitações - SEL, realize os procedimentos pertinentes à análise.

11.9.2. A planilha constitui modelo orientador, podendo a licitante realizar adequações necessárias à sua realidade operacional, desde que mantida a estrutura mínima de custos e receitas exigida pela Administração para análise da exequibilidade

11.9.3. Para propostas com taxa administrativa **igual a zero ou negativa**, a apresentação da Planilha de Composição de Preços é condição obrigatória para análise da exequibilidade, devendo ser encaminhada à Secretaria Executiva de Licitações — SEL no prazo definido no item 10.2.3.1, sob pena de desclassificação, nos termos do art. 59, IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.9.3.1. A Planilha deverá demonstrar, no mínimo: (I) custos fixos e variáveis da operação (sistema web, suporte técnico, equipe de credenciamento, preposto local); (II) receita projetada da taxa de credenciamento de 10% aplicada sobre o volume estimado de OS; e (III) demonstração de que a diferença entre receita projetada e custo operacional supera o desconto oferecido a título de taxa administrativa negativa.

11.10. Do valor estimado da contratação

11.10.1. O valor estimado da contratação constitui referência para fins de planejamento e não será automaticamente reduzido em razão da taxa de administração negativa ofertada.

11.10.2. A taxa administrativa possui natureza de critério competitivo e não implica, por si só, redução do valor global estimado, preservando-se o poder de compra da Administração.

11.10.3. O valor global estimado da contratação permanecerá como limite máximo de execução contratual em qualquer hipótese, seja a taxa de administração ofertada positiva, zero ou negativa. Em nenhum caso a taxa de administração implicará ajuste automático do valor global do contrato. O percentual ofertado incidirá exclusivamente sobre os valores efetivamente consumidos em cada ordem de serviço, gerando reflexos financeiros proporcionais em cada operação executada, sem alterar o teto financeiro global, preservando o poder de compra da Administração, nos termos do princípio da vantajosidade previsto no art. 11 da Lei n.º 14.133/2021 e do subitem 11.6.3.2 deste Termo de Referência.

11.10.4. O valor estimado da contratação foi definido com base no consumo histórico e projeções de demanda, servindo como limite máximo de execução contratual.

11.11. Matriz de Alocação de Riscos

11.11.1. Nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, a alocação de riscos desta contratação define as responsabilidades das partes da seguinte forma:

I - Riscos assumidos integralmente pela Contratada:

a) Oscilações de custos de insumos, infraestrutura de TI, licenças de software e mão de obra de sua equipe de suporte, absorvidos pela taxa de administração ofertada;

b) Indisponibilidade temporária de internet ou falhas no sistema web/mobile, devendo arcar com soluções de contingência para não paralisar o atendimento;

c) Inadimplência ou falência de oficinas de sua rede credenciada, devendo assumir os ônus e realocar a demanda imediatamente sem prejuízo ao Município.

II - Riscos assumidos pela Contratante (Município):

a) Alterações na legislação tributária que afetem diretamente o preço final do serviço, desde que supervenientes à apresentação da proposta (Fato do Príncipe);

b) Atrasos atípicos de pagamento superiores a 30 dias após o ateste regular da nota

fiscal, sujeitando-se à incidência de encargos moratórios;

c) Flutuações extraordinárias na demanda de manutenções em decorrência de calamidades públicas decretadas que elevem exponencialmente o uso severo da frota municipal.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO LUCRO DA CONTRATADA

12.1. Da Remuneração da Contratada

12.1.1 A remuneração da futura Contratada será composta por dois componentes econômicos complementares, a seguir descritos:

I – Taxa de Administração: incidirá sobre o valor total dos serviços efetivamente executados pela rede credenciada sob coordenação e intermediação da Contratada, podendo assumir valores positivos, nulos ou negativos, conforme proposta apresentada na licitação;

II – Taxa de Credenciamento: a Contratada será remunerada indiretamente por meio da taxa de credenciamento, fixada em 10% (dez por cento), incidente sobre os valores pagos à rede credenciada, cuja cobrança será realizada diretamente junto aos estabelecimentos credenciados, conforme disciplinado no item 14.8 deste Termo de Referência, não sendo objeto de disputa entre os licitantes.

12.2. Da Composição de Lucro

12.2.1. A composição do lucro da Contratada decorrerá da conjugação dos seguintes elementos econômicos:

I – da taxa de administração ofertada na proposta, podendo ser negativa, hipótese em que a Contratada concede desconto à Administração;

II – da taxa de credenciamento fixa de 10% (dez por cento), cobrada da rede credenciada; e

III – da eficiência operacional e capacidade de negociação da Contratada junto à rede credenciada.

12.2.2. Para fins de apresentação das propostas, os licitantes deverão:

I – Indicar expressamente o percentual da taxa de administração ofertada;

II – Considerar a taxa de credenciamento fixa em 10% (dez por cento), vedada sua alteração durante toda a vigência contratual; e

III – Apresentar a composição da proposta de forma clara e discriminada, evidenciando os percentuais aplicáveis.

12.2.3. Para fins de julgamento das propostas, será considerado exclusivamente o percentual da **taxa de administração ofertada**, não sendo admitida a dedução ou compensação da taxa de credenciamento no cálculo da proposta, por se tratar de receita de natureza distinta e vinculada à relação privada entre Contratada e rede credenciada.

12.2.4. A taxa de credenciamento não poderá, em nenhuma hipótese, ser repassada à Administração Pública Contratante, devendo sua incidência restringir-se exclusivamente à relação entre a Contratada e os estabelecimentos credenciados, nos termos do **item 14.11 deste Termo de Referência**.

12.2.5. A eventual apresentação de proposta que desconsidere a taxa de credenciamento fixa ou que a utilize para distorcer o valor da taxa de administração será considerada inexequível ou em desacordo com o edital, sujeitando o licitante à desclassificação, nos termos do art. 59, IV, da Lei nº 14.133/2021.

13. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

13.1. Exigências de habilitação

13.1.1. Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021: Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no edital de licitação.

13.2. Exigências de Habilitação referente à Qualificação Técnica

13.2.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de

direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente.

13.2.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a licitante prestou ou está prestando a contento, serviço de gerenciamento e controle de frota de veículos através de sistema acessível via web, ou serviço(s) pertinente(s) e compatível(is) com a licitação em questão, ou seja, o atestado deve comprovar sua aptidão para o desempenho de atividade condizente com o objeto da licitação (capacidade para executar o objeto);

13.2.2. Para fins de comprovação da **compatibilidade em características:** apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou ou presta serviço com o objeto da licitação, para o qual apresenta a proposta da prestação de serviços, a fim de demonstrar atuação da atividade no ramo de negócio;

13.2.3. Para fins de comprovação da **compatibilidade em quantidade:** apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou ou presta serviço de gerenciamento de manutenção de frota, através do sistema informatizado por meio de rede credenciada de prestadora de serviço, de **no mínimo 20% (vinte por cento)** do quantitativo total de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações constantes no **Anexo I e IA** deste Termo de Referência, com o fito de atestar que o licitante suporta a demanda a que será submetido, consoante limite definido no § 2º, art. 67, da Lei nº 14.133/2021 e em observância ao Princípio da Razoabilidade e do Julgamento Objetivo a fim de não comprometer, restringir ou frustrar o seu caráter competitivo;

13.2.4. Para fins de comprovação da **compatibilidade em prazo:** apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou ou presta serviço de gerenciamento de manutenção de frota, através do sistema informatizado por meio de rede credenciada de prestadora de serviço de maneira satisfatória e harmônica com as especificações técnicas contidas no instrumento convocatório por um período mínimo de 06 (seis) meses, com o propósito de evidenciar a capacidade prática de execução do objeto neste lapso temporal, em atendimento ao Princípio da Razoabilidade, a fim de não comprometer, restringir ou frustrar o seu caráter competitivo;

13.2.4.1 Poderão ser comprovadas mediante um único atestado de capacidade técnica, desde que nele conste, cumulativamente, informação sobre o ramo de atividade, o quantitativo atendido e o período de prestação. É facultada, também, a apresentação de atestados parciais em conjunto, somando-se os quantitativos para fins da exigência do subitem 13.2.3.

13.2.5. As exigências de qualificação técnica estão adequadas ao objeto do Termo de Referência, sendo necessárias em função da quantidade do item, seu valor e complexidade, estando em harmonia com o que dispõe o art. 67, da Lei nº 14.133/2021 e com o Princípio da Razoabilidade, objetivando, única e exclusivamente, garantir que a(s) empresa(s) vencedora(as) detenha(m) especialização técnica para executar o futuro contrato, garantindo, desta forma, o pleno atendimento às necessidades públicas;

13.2.6. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações básicas: nome do contratado e do Contratante, a identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço), a localização de realização do serviço, os serviços executados (discriminação e quantidades), os prazos de execução (data início e término), o nome, o endereço e o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes;

13.2.6.1. Caso as informações não estejam explícitas no atestado, isso não será motivo de inabilitação, visto que o Pregoeiro poderá realizar diligência para validar o(s) Atestado(s) apresentado(s), se assim julgar pertinente;

13.2.7. As empresas licitantes deverão apresentar **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**, conforme **Anexo V** deste Termo, informando que disporá ou já dispõe de instalações, aparelhamento e de pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, nos termos do inciso VI, art. 67 da Lei nº 14.133/2021 - *"declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação."*

13.2.8. Para efeito de verificação da qualificação técnica, os atestados de capacidade técnico profissional e/ou técnico operacional **poderão ser substituídos** por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, como por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, **desde que**, em qualquer caso, o Agente de Contratação (Pregoeiro) ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações, nos termos do art. 32, do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

13.3. Exigências de Habilitação Econômico-financeira, Regularidade Fiscal, Trabalhista e Jurídica

13.3.1. As exigências referente à Habilitação Econômico-financeira, Regularidade Fiscal, Trabalhista e Jurídica são aquelas definidas no edital da licitação.

13.4. Dos benefícios da lei nº 123/2006 e suas alterações

13.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios da Lei Federal n. 123/2006, para fins de participação nesta Licitação, tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

a) ITEM/LOTE COM VALORES ACIMA DE R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), sendo eles destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, cujo o valor exceda a receita anual bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresas de Pequeno Porte, aplica-se a regra do art. 4º da Lei n. 14.133/2021, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação para a licitação.

b) Para fins de verificação desse limite, primando pelo princípio da boa-fé, a Administração exigirá dos licitantes declarações de observância desse limite, quando for o caso. Ficando resguardado o direito do pregoeiro de solicitar documentos que comprovem a veracidade da declaração.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. Conforme **ANEXO IB - QUADRO CONSOLIDADO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, a estimativa do valor global para contratação é de **R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos)**, sendo a estimativa do valor para aquisição de materiais (peças) em R\$ 21.601.305,43 (vinte um milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e cinco reais e três centavos), e estimativa do valor para mão de obra em R\$ 11.769.656,60 (onze milhões, setecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

14.2. Da memória de cálculo

14.2.1. A estimativa prévia do valor da contratação baseia-se nos valores efetivamente consumidos nos contratos de cada unidade requisitante, bem como nas metodologias apresentadas nos respectivos Documentos de Formalização da Demanda – DFD. Em cada caso, foi demonstrada a memória de cálculo contendo o método adotado por cada Secretaria para estimar o valor da nova contratação.

14.3. Das metodologias adotadas para estimativa do valor da contratação

14.3.1. Ressalta-se que, o método escolhido por cada unidade administrativa para estimar o valor pretendido para a contratação, por discricionariedade do ordenador de despesa, foi justificado em seus DFD, devidamente detalhados no **ANEXO IB - QUADRO CONSOLIDADO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, quais sejam:

- a)** Média de consumo dos últimos 03 (três) ou 05 (cinco) anos;
- b)** Valor global de contrato anterior, com ou sem reajuste, atualização monetária ou termo aditivo, quando compatível com a realidade atual da unidade requisitante;
- c)** Valor global de contrato anterior acrescido de margem de segurança ou reserva técnica, considerando a expansão da frota, o aumento da demanda ou aquisições futuras;
- d)** Média histórica de consumo ou de despesas, com aplicação de índice inflacionário, inclusive IGPM, quando expressamente adotado pela unidade demandante;
- e)** Valores apurados com base em notas de empenho, contratos pretéritos, consumo efetivamente executado ou dados financeiros constantes dos exercícios anteriores;
- f)** Aplicação de percentual técnico sobre o valor atualizado da frota, inclusive com base na Tabela FIPE, acrescido de margem técnica de segurança;
- g)** Aplicação de metodologia técnica específica de severidade operacional, inclusive o Índice de Severidade Operacional Rural - ISOR, nos casos em que a natureza da frota e as condições de uso assim justificarem;
- h)** Utilização de parâmetros comparativos extraídos de outras unidades administrativas, com os devidos ajustes proporcionais à frota, à demanda e à realidade operacional da

Secretaria interessada.

14.4. Da adequação das metodologias à realidade operacional das unidades

14.4.1. As metodologias referidas no item anterior foram adotadas conforme a realidade operacional de cada unidade administrativa, observadas as informações constantes dos respectivos DFDs e documentos complementares encaminhados no curso da instrução processual.

14.5. Da legitimidade e da natureza estimativa do orçamento

14.5.1. Portanto, a estimativa do valor da contratação representa a legitimidade do orçamento previsto para a contratação dos serviços de manutenção da frota;

14.5.2. Tais previsões de consumo não vinculam as Contratantes à rigidez de seu cumprimento, haja vista se tratar de despesa contínua e incerta, por demanda factual, portanto, imprevisível e imensurável em quantitativos fixos, onde somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e liquidados, conforme disposto na legislação regente, ou seja trata-se apenas de valor estimativo.

14.6. Da fonte dos dados e do demonstrativo consolidado

14.6.1. No **ANEXO IB - QUADRO CONSOLIDADO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, constam as informações dos eDOC e COD. SEI para fins de demonstrativo da fonte, onde o Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos - DQGA apurou o valor total estimado para a contratação de serviços de manutenção da frota para o novo processo licitatório, sendo a estimativa do valor para aquisição de materiais (peças) em 21.601.305,43 (Vinte e um milhões, seiscentos e um mil, trezentos e cinco reais e quarenta e três centavos) para peças e 11.769.656,60 (Onze milhões, setecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos) para serviços, que totalizam em R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos).

COMPONENTE	VALOR ESTIMADO
Aquisição de materiais (peças e acessórios)	R\$ 21.601.305,43
Prestação de serviços (mão de obra)	R\$ 11.769.656,60
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 33.370.962,03

Nota: O valor global estimado de R\$ 33.370.962,03 (trinta e três milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos) será utilizado como base de referência para a disputa licitatória. Tais previsões não vinculam as contratantes à rigidez de seu cumprimento, haja vista tratar-se de despesa contínua e por demanda factual, portanto, imprevisível e imensurável em quantitativos fixos, onde somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e liquidados.

14.7. Da Taxa de Administração

14.7.1. Os serviços serão prestados na forma de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global, com a taxa de administração calculada sobre o valor total dos serviços efetivamente executados pela rede credenciada sob a coordenação e intermediação da Contratada, no período de vigência do contrato.

14.7.1.1. De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no Acórdão AC1-TC 00549/21 e Acórdão AC2-TC 00001/22, Processo nº 2068/2020/TCE-RO (Anexo: Processo nº 2410/2020/TCE-RO), **admitir-se-á a oferta de percentual de taxa zero ou negativa, desde que o valor seja exequível, conforme art. 59, IV, da Lei 14.133/2021.**

14.8. Da Taxa de Credenciamento

14.8.1. A taxa de credenciamento a ser cobrada da rede credenciada **fica limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do valor bruto de cada nota fiscal emitida pelo estabelecimento credenciado, constituindo esse percentual o único encargo que a Contratada pode reter, sob qualquer denominação, sobre os valores devidos a cada credenciado. É vedada a cobrança de qualquer valor que, isolada ou cumulativamente, supere esse limite máximo**, em conformidade com o entendimento firmado no Acórdão nº 2312/2022 – Plenário do TCU (TC 020.468/2022-9, Rel. Min.-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti), bem como com os Acórdãos nº 1.387/2021, nº 933/2022 e nº 1.949/2021 – Plenário;

14.8.2. Conforme a memória de cálculo demonstrada nos Quadros 1 a 5 deste item, a taxa a ser cobrada da rede credenciada para credenciamento **não poderá exceder o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor bruto de cada nota fiscal emitida**

pelo estabelecimento credenciado, podendo a Contratada praticar percentual inferior a esse limite, a seu exclusivo critério, em relação a qualquer credenciado. O limite máximo de 10% não constitui objeto de disputa entre os licitantes, cabendo à licitante apresentar proposta em conformidade com as condições previamente estabelecidas neste Termo de Referência;

14.8.2.1 A fixação da taxa de credenciamento tem por finalidade preservar a economicidade da contratação e evitar repasse indireto de custos aos preços de peças, componentes, acessórios e serviços prestados pela rede credenciada, garantindo que os descontos obtidos na licitação representem efetiva vantagem econômica para a Administração.

14.8.3. Do Repasse Mínimo Garantido e da Vedação a Encargos Adicionais sob Qualquer Denominação

14.8.3.1. A Contratada fica obrigada a repassar aos estabelecimentos integrantes de sua rede credenciada, para cada nota fiscal ou documento fiscal equivalente emitido pelo estabelecimento em razão de serviços prestados ou materiais fornecidos à Administração, valor líquido correspondente a, no mínimo, **90% (noventa por cento) do valor bruto total** constante daquele documento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento do pagamento da Contratante, nos termos do subitem 15.1.39 deste Termo de Referência.

14.8.3.2. O limite de **10% (dez por cento)** fixado para a taxa de credenciamento constitui o **teto absoluto e único** de qualquer retenção, desconto, cobrança ou dedução que a Contratada possa realizar sobre o valor bruto de cada nota fiscal emitida pela rede credenciada, **independentemente da denominação adotada**, incluindo, sem limitação: taxa de credenciamento, taxa de sistema, taxa de plataforma, taxa de uso de software, taxa de intermediação, taxa de suporte técnico, taxa de homologação, taxa de cadastro, taxa de vistoria, taxa de auditoria, taxa de relatório, taxa de acesso à rede, taxa de processamento financeiro, ou qualquer outra nomenclatura criada durante a vigência contratual.

14.8.3.3. É vedada à Contratada a criação, a imposição, a cobrança ou a dedução de quaisquer encargos adicionais à taxa de credenciamento de 10%, ainda que:

- I — Apresentados como condição de ingresso ou permanência na rede credenciada;
- II — Vinculados à utilização do sistema informatizado de gestão de frota;
- III — Descritos como remuneração por serviços de suporte, treinamento, homologação ou vistoria realizados pela Contratada em favor do credenciado;
- IV — Cobrados de forma parcelada, periódica ou eventual, sob qualquer forma de pagamento; ou
- V — Inseridos nos instrumentos de credenciamento (contratos, termos de adesão ou regulamentos internos) sob qualquer nomenclatura.

14.8.3.4. Para fins de aplicação dos subitens anteriores, a **base de cálculo da taxa de credenciamento de 10%** é sempre o **valor bruto total da nota fiscal emitida pelo estabelecimento credenciado**, vedada qualquer redução artificial da base de cálculo por abatimentos, compensações ou créditos com o propósito de diminuir o montante líquido a ser repassado ao credenciado.

14.8.3.5. O estabelecimento credenciado que se sentir prejudicado por cobranças em desacordo com este item poderá comunicar o fato diretamente ao **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**, por qualquer meio com registro, sem necessidade de intermediação da Contratada. A SMCL apurará o fato por meio de diligência e, se confirmada a irregularidade, adotará as medidas previstas nos itens 14.13 e 16 deste Termo de Referência.

14.8.3.6. O descumprimento do **percentual mínimo de repasse de 90%**, ou a cobrança de qualquer encargo adicional à taxa de credenciamento fixada, ainda que verificado de forma indireta ou mediante encargos sob denominações diversas, configura **infração contratual de natureza grave**, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Seção 16 deste Termo de Referência, sem prejuízo da obrigação de ressarcimento imediato, integral e corrigido pelo IPCA aos estabelecimentos credenciados prejudicados, e da possibilidade de rescisão unilateral do contrato por parte da Administração.

14.9. Memória de cálculo indicando como a administração chegou ao limite máximo da taxa de credenciamento em até 10%:

14.9.1. QUADRO 1 — IMPACTO DA TAXA DE CREDENCIAMENTO

Valor Base	Taxa Credenciame	Valor Final
------------	------------------	-------------

R\$ 100,00	10%	R\$ 110,00
R\$ 100,00	12%	R\$ 112,00
R\$ 100,00	22%	R\$ 122,00
R\$ 100,00	25%	R\$ 125,00

Nota Explicativa Quadro 1: Quanto maior a taxa de credenciamento, maior o custo direto suportado pelo erário pois, como reconhecido pelo TCE/ES no Acórdão TC-1502/2022, as administradoras transferem essa taxa ao Poder Público em última análise. Daí a necessidade de limitação preventiva.

14.9.2. QUADRO 2 - EFEITO DA TAXA ADMINISTRATIVA 0% OU NEGATIVA (DESCONTO)

Base (já com credenciamento 10%)	Taxa Adm	Valor Final
R\$ 110,00	0%	R\$ 110,00
R\$ 110,00	-1%	R\$ 108,90
R\$ 110,00	-3%	R\$ 106,70
R\$ 110,00	-5%	R\$ 104,50

Nota Explicativa Quadro 2: O desconto da taxa administrativa atua sobre o valor já acrescido do credenciamento. Quanto menor a taxa de credenciamento, maior é a efetividade do desconto administrativo.

14.9.3. QUADRO 3 - CENÁRIO COM TAXA ADMINISTRATIVA POSITIVA

Cenário	Cálculo	Valor Final
10% credenciamento + 2% taxa adm	$100 \times 1,10 \times 1,02$	R\$ 112,20
10% credenciamento + 5% taxa adm	$100 \times 1,10 \times 1,05$	R\$ 115,50
22% credenciamento + 2% taxa adm	$100 \times 1,22 \times 1,02$	R\$ 124,44
25% credenciamento + 5% taxa adm	$100 \times 1,25 \times 1,05$	R\$ 131,25

Nota Explicativa Quadro 3: A simulação de cenários com taxa administrativa positiva evidencia que, quando combinada com taxas de credenciamento elevadas, ocorre efeito cumulativo de aumento de preços, potencializando o custo final para a Administração. Tal comportamento reforça a necessidade de limitação da taxa de credenciamento, como mecanismo de controle econômico da contratação.

14.9.4. QUADRO 4 - COMPARATIVO FUNDAMENTAÇÃO DO LIMITE DE 10%

Cenário	Valor Final
25% credenciamento + 5% desconto	R\$ 118,75
22% credenciamento + 5% desconto	R\$ 115,90
10% credenciamento + 0% desconto	R\$ 110,00

Nota Explicativa Quadro 4: Mesmo com desconto agressivo na taxa administrativa, taxas elevadas de credenciamento continuam resultando em maior custo final. A fixação em 10% assegura que o limite imposto à rede credenciada é suficientemente contido para que a contratação mantenha economicidade.

14.9.4.1. A presente comparação demonstra que a **taxa de credenciamento** possui impacto direto na formação do preço dos serviços, sendo este impacto superior ao eventual desconto oferecido pelas licitantes a título de **taxa administrativa**. Dessa forma, a **fixação de 10% para a taxa de credenciamento** visa garantir a economicidade da contratação e evitar que taxas elevadas sejam repassadas à Administração Pública por meio da rede credenciada.

14.9.5. Memória de Cálculo - Fundamentação da Taxa de Credenciamento Limitada a 10%

14.9.5.1. Fundamento normativo da memória de cálculo

14.9.5.1.1. A fixação do limite máximo de 10% (dez por cento) para a taxa de credenciamento a ser cobrada pela Contratada de sua rede de prestadores de serviço encontra respaldo direto em Acórdãos.

14.9.5.1.2. Acórdão TCU nº 2.312/2022-Plenário (TC 020.468/2022-9, Rel. Min.-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti), que pacificou ser regular a fixação de limite máximo para a taxa secundária em licitações de gestão compartilhada de frota, desde que atendidos dois requisitos cumulativos:

(a) O processo licitatório contenha

"memórias de cálculo indicando como a Administração chegou ao limite máximo da taxa secundária ou de credenciamento", nos parâmetros metodológicos da IN Seges/ME nº 73/2020 (pesquisa de preços em contratos similares, painel de preços e cotações diretas); e

(b) O edital preveja mecanismo de verificação, pela fiscalização do contrato, das cláusulas pactuadas quanto à taxa de credenciamento — requisito atendido pelos itens 14.11, 14.12 e 14.13.2 deste Termo de Referência.

14.9.5.1.3. Acórdão TCU nº 933/2022-Plenário reiterou essa exigência ao dar ciência a ente federal sobre a irregularidade de ter fixado limite para a taxa de credenciamento sem apresentar as memórias de cálculo correspondentes, confirmando, *a contrario sensu*, que a fixação com memória de cálculo é plenamente regular.

14.9.5.1.4. A presente memória baseia-se no método de **comparação com contratos similares** celebrados por entes públicos e pesquisados em fontes oficiais verificáveis, nos termos do art. 5º da IN Seges/ME nº 73/2020, evitando-se a decomposição de custos internos da futura Contratada — cujos valores reais são de conhecimento exclusivo do mercado.

14.9.5.2. Características específicas que influenciam a formação do percentual

14.9.5.2.1. Antes da análise comparativa, registram-se as características do presente contrato que, por sua especificidade, situam a taxa adequada na faixa superior ao mínimo praticado em contratos similares:

#	Característica Específica / Impacto na Taxa de Credenciamento
1	Frota de 1.244 veículos distribuída por 19 Secretarias — frota de porte médio com elevada diversidade (leves, pesados, embarcações e maquinários), exigindo rede credenciada de múltiplas especialidades.
2	Cobertura obrigatória do Estado de Rondônia (52 municípios, 237.576 km²), incluindo municípios de difícil acesso e com escassez de estabelecimentos especializados, especialmente para embarcações e maquinários pesados.
3	Preposto local presencial obrigatório em Porto Velho/RO com escritório físico (item 15.1.17 do TR) — custo fixo adicional ausente em contratos com exigência apenas de representante remoto.
4	Volume anual de R\$ 33.370.962,03 com 19 ordenadores de despesa independentes — fragmentação administrativa que eleva custos de processamento de OS, NF e repasses à rede credenciada.
5	Relação Frota/Valor: R\$ 26.826,33/veículo/ano — base menor por veículo do que contratos estaduais de maior escala, o que eleva proporcionalmente os custos fixos por unidade gerenciada.

14.9.5.3. Pesquisa de contratos análogos em fontes públicas verificáveis

14.9.5.3.1. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o art. 5º, inciso III, da IN Seges/ME nº 73/2020, por meio de consulta a contratos de serviços similares celebrados por entes públicos e disponíveis em portais de transparência, com ênfase em contratos de autogestão/quarteirização de frota que discriminem a taxa de credenciamento (taxa secundária). Foram identificados os seguintes contratos de referência:

#	Órgão Contratante	Processo / Edital	Frota (veíc.)	Val. Anual Est.	Taxa de Credenciamento	Exigên de Prepos Local	Fonte Verificável
1	Governo do Estado de Rondônia — SUPEL/RO	PE nº 90.429/2024	Frota estadual completa	R\$ 23,2 milhões	6,38%	Sim	PNCP / rondonia.ro.gov.br

2	Justiça Federal 1ª Inst. Paraná — SJPR	PE nº 38/2022	Frota SJPR	Não divulgado	5% (sem memória de cálculo — apontado pelo TCU)	Não especifi	Acórdão TCU 2.312/2022
3	Município de Campo Grande — MS	PE Autogestão Frota 2023	Frota municipal	Não divulgado	10%	Sim	TCE-MS — Diário Oficial de Contas
4	Município de Cachoeiro de Itapemirim — ES	PE nº 019/2022	Frota municipal	Não divulgado	6,30%	Não especifi	TCE-ES Acórdão TC- 1502/2022
5	Estado do Paraná — SEAP	PE nº 389/2019	Frota estadual ampla	Não divulgado	Não discriminado	Sim (exigência expressa no TR)	administracao.pr.gov.br
6	Prefeitura de São Paulo — SMSU	CT 017/SMSU (QFROTAS)	Frota CBM + Defesa Civil	R\$ 13,7 milhões	Embutida no valor global	Sim	prefeitura.sp.gov.br
7	Faixa documentada pela doutrina especializada	Múltiplos contratos analisados	Variada	Variado	5% a 15%	Variável	consultordoprefeito.org

Fontes dos contratos pesquisados:

- Contrato 1 (RO): [SEI_RO-0057077400-Termo.pdf](#)
- Contratos 2 (TCU): [Acórdão TCU 2.312/2022 — Plenário](#)
- Contrato 3 (MS): [TCE-MS — Diário Oficial de Contas](#)
- Contrato 4 (ES): [TCE-ES Acórdão TC-1502/2022](#)
- Contrato 5 (PR): [TR PE 389/2019 — SEAP/PR](#)
- Contrato 6 (SP): [CT 017/SMSU/2025 — QFROTAS](#)
- Faixa de mercado: [consultordoprefeito.org — Taxa de credenciamento em gestão de frota](#)

14.9.5.4. Quadro comparativo — posicionamento de Porto Velho na faixa de mercado

14.9.5.4.1. A análise dos contratos pesquisados demonstra que a taxa de credenciamento em contratos de autogestão de frota varia de **5% a 15%** no mercado brasileiro. O quadro abaixo posiciona o presente contrato de Porto Velho/RO em relação a esse intervalo, considerando os fatores que justificam percentual superior ao mínimo praticado:

Critério de Comparação	RO — Estado (PE 90.429)	ES — Cach. Itapemirim (PE 019/2022)	PR — SJPR (PE 38/2022)	MS — Município (2023)	Faixa de Mercado (Doutrina)	PVH — Porto Velho (Presente TR)
Taxa de Credenciamento	6,38%	6,30%	5,00%	10,00%	5% a 15%	10,00%
Cobertura geográfica	Frota estadual (52 mun.)	Município único	Município único	Município único	Variada	52 municípios/RO
Diversidade da frota	Leves e pesados	Leves e pesados	Leves	Leves e pesados	Variada	Leves + Pesados + Emb. + Maq.
Prepos. presente exigido	Sim	Não especifica	Não especifica	Sim	Variado	Sim — item 15.1.17
Escala						

da frota (veículos)	Frota estadual inteira	Frota municipal menor	Frota judicial menor	Frota municipal média	Variada	1.244 veículos
Memór de cálculo do %	Não exigida (anterior ao Ac. 2312/2022)	Não apresentada	Sem memória — apontado TCU	Não identificada —		Presente (este Quadro 5)

Nota interpretativa: a taxa de 6,38% do Estado de Rondônia é praticada em contrato com frota estadual de escala significativamente maior — base de faturamento mais ampla diluindo os mesmos custos fixos de plataforma e estrutura. A taxa de 5% da SJPR, por sua vez, foi justamente a que o TCU apontou como irregular por ausência de memória de cálculo (Acórdão 2.312/2022). A taxa de 10% está dentro da faixa de mercado documentada, foi aprovada pelo TCE-MS em contrato municipal similar e é compatível com as especificidades logísticas e operacionais do Município de Porto Velho/RO.

14.9.5.5. Simulação da inviabilidade de percentuais inferiores — método comparativo

Taxa	Receita Mensal Estimada (R\$)	Situação em relação ao mercado pesquisado	Avaliação à luz da jurisprudência do TCU	Conclusão
5%	R\$ 139.045	Abaixo da taxa do contrato estadual RO (6,38%) e equivalente ao percentual da SJPR, que o TCU declarou irregular por ausência de memória de cálculo. Nenhum contrato municipal analisado opera a 5%.	Proposta com taxa de credenciamento de 5% seria potencialmente inexecutável, pois não encontra amparo em nenhum contrato municipal similar e foi a taxa reprovada pelo TCU (Ac. 2.312/2022) por falta de sustentação. A receita de R\$ 139.045/mês é insuficiente para contratos com preposto local e cobertura estadual.	Inviável
7%	R\$ 194.664	Acima do mínimo de 5%, porém abaixo de todos os contratos com preposto local obrigatório identificados na pesquisa. Inexistência de contrato municipal similar operando a 7%.	Sem precedente verificável em contratos municipais com exigências similares (preposto presencial + cobertura estadual de 52 municípios). A ausência de referência de mercado a esse percentual indica que o mercado não o pratica para esse perfil de	Sem amparo de mercado

			contrato.	
8%	R\$ 222.473	Próximo à taxa do ES (6,30%) e RO (6,38%), mas ambos sem preposto presencial obrigatório e sem cobertura de 52 municípios. O TCE-ES (Acórdão TC-1502/2022) reconheceu que as administradoras transferem a taxa ao erário, legitimando a limitação.	A diferença de 1,7 p.p. entre Porto Velho (10%) e a média dos contratos sem preposto local (6,34%) é compatível com o custo adicional de estrutura física exigida pelo item 15.1.17 do TR e pela maior dispersão geográfica. Não há contrato com exigências equivalentes operando a 8%.	Abaixo do perfil do contrato
10%	R\$ 278.091	Percentual aprovado pelo TCE-MS em contrato municipal com preposto local. Dentro da faixa documentada de 5% a 15% (doutrina especializada). Compatível com o perfil operacional do presente contrato.	Percentual com precedente direto em contrato municipal similar (TCE-MS, 2023), dentro da faixa de mercado e superior ao mínimo praticado em contratos de escala estadual sem preposto presencial. Atende ao critério de razoabilidade do TCU para contratos com exigências operacionais superiores à média.	Razoável e amparado

14.9.5.6. Fundamentação na jurisprudência dos Tribunais de Contas

#	Decisão	Teor Relevante para a Taxa de Credenciamento de 10%
1	Acórdão TCU nº 2.312/2022 Plenário	Paradigma central: declara regular a fixação de limite máximo para a taxa de credenciamento em contratos de autogestão de frota, condicionada à existência de memória de cálculo fundamentada. Apontou como irregular a taxa de 5% da SJPR justamente pela ausência da memória — confirmando, a contrario sensu, que 10% com memória é regular. Rel. Min.-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti.
2	Acórdão TCU nº 933/2022 Plenário	Deu ciência a órgão federal sobre impropriedade de fixar taxa de credenciamento sem memória de cálculo nos parâmetros da IN Seges/ME 73/2020. Confirma que o método de comparação com contratos similares é o exigido — exatamente o adotado neste Quadro 5.

3	Acórdão TCU nº 1.387/2021 Plenário	Precedente fundador: referendou a regularidade da fixação de limite para a taxa secundária cobrada dos credenciados e de prazo para seu pagamento. Rel. Min. Benjamin Zymler.
4	Acórdão TCU nº 1.949/2021 Plenário	Referendou a regularidade da limitação da taxa secundária em pregão de gestão compartilhada de frota com credenciamento de rede para manutenção veicular. Rel. Min.-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti (mesmo relator do Acórdão 2.312/2022).
5	Acórdão TCE-ES nº TC-1502/2022	"As administradoras, como empresas que perseguem o seu lucro, em última análise, transferem essa Taxa de Credenciamento ao Poder Público, destinatário final dos serviços/peças fornecidos pelas empresas credenciadas" — legitimando expressamente a limitação da taxa para evitar oneração excessiva ao erário. Analisou taxa de 6,30% em contrato sem preposto local obrigatório.
6	Súmula TCE-MG nº 126 (2024)	Consolida que o critério 'menor taxa de administração' em contratos de quarterização só é regular quando acompanhado de fixação de parâmetros de preços para bens e mão de obra da rede credenciada — o que este TR cumpre nos itens 7.9.5. e 14.12. Proc. 1.153.249, Rel. Cons. Durval Ângelo.
7	TCE-MS — Autogestão de Frota Municipal (2023)	Aprovou como regular a fixação de taxa máxima de credenciamento de 10% em contrato de autogestão de frota municipal — único precedente com percentual idêntico ao adotado por Porto Velho/RO.
8	Acórdão TCU nº 120/2018 Plenário	Reconheceu a licitude do modelo de quarterização de manutenção de frota, condicionada à justificativa técnica demonstrando adequação, eficiência e economicidade — atendida pelo ETP (ANEXO VI, SEI 0750863). Rel. Min. Bruno Dantas.

14.9.5.7. Conclusão da Memória de Cálculo

14.9.5.7.1. Com base na pesquisa de contratos similares e na jurisprudência dos Tribunais de Contas, a Administração Municipal conclui que a taxa de credenciamento de **10% (dez por cento)** é o percentual que melhor equilibra os três objetivos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021:

I - Economicidade: o percentual não excede o praticado no contrato municipal aprovado pelo TCE-MS (10%) e está dentro da faixa documentada de 5% a 15%, evitando sobrepreço.

II - Competitividade: percentuais inferiores (5% a 8%) não encontram amparo em contratos municipais com perfil operacional similar (preposto presencial + cobertura de 52 municípios), o que restringiria a disputa a propostas inexequíveis ou sem sustentação de mercado.

III - Sustentabilidade: a taxa de 10% assegura que empresas do mercado de autogestão de frota possam apresentar proposta viável para um contrato com vigência de até 10 anos (art. 107, Lei nº 14.133/2021) e com as exigências operacionais específicas deste Termo de Referência.

14.9.5.7.2. Atende-se, assim, ao duplo requisito do **Acórdão TCU nº 2.312/2022-Plenário:** **(a)** memória de cálculo fundamentada em contratos similares e jurisprudência consolidada; e **(b)** mecanismo de verificação da taxa cobrada das credenciadas, disciplinado nos itens 14.11, 14.12 e 14.13.2 deste Termo de Referência.

IN Seges/ME nº 73/2020, art. 5º, III — método aplicado:

"Art. 5º Para a estimativa do valor da contratação, a pesquisa de preços deverá ser realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: [...] III – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços [...]"

14.10. Da Fundamentação da Taxa de Credenciamento

14.10.1. A fixação da taxa de credenciamento em 10% (dez por cento) encontra respaldo na análise comparativa da jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, bem como na avaliação dos componentes mínimos de custo inerentes à operação do modelo de autogestão de frota, conforme se demonstra nos itens subsequentes.

14.10.2. Do fundamento econômico da taxa de credenciamento

14.10.2.1. A taxa de credenciamento possui impacto econômico indireto na formação dos preços praticados pela rede credenciada, uma vez que integra a estrutura de custos dos estabelecimentos participantes, podendo influenciar os valores ofertados nos orçamentos de peças, componentes, acessórios e serviços.

14.10.2.2. Em razão desse impacto econômico indireto, a Administração optou por fixar a taxa de credenciamento em 10% (dez por cento), com base em memória de cálculo e análise de mercado, não sendo esta objeto de disputa entre os licitantes, como forma de garantir a economicidade, a isonomia e a comparabilidade objetiva das propostas.

14.10.2.3. O impacto econômico indireto decorrente da taxa de credenciamento não autoriza, em nenhuma hipótese, o repasse automático, linear ou artificial desse percentual aos preços praticados pela rede credenciada, os quais deverão permanecer compatíveis com os valores de mercado, sob pena de caracterização de sobrepreço e violação ao princípio da vantagem.

14.10.3. Da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União — TCU:

14.10.3.1. O Tribunal de Contas da União pacificou, no Acórdão nº 2.312/2022 — Plenário, a tese de que em licitações para contratação de serviço de gestão compartilhada de frota mediante credenciamento de rede especializada em manutenção veicular, é regular o estabelecimento de limite máximo para a taxa a ser cobrada pela Contratada de sua rede de credenciados, desde que: (a) o processo licitatório contenha memórias de cálculo indicando como a Administração chegou ao limite máximo da taxa secundária ou de credenciamento; e (b) o edital preveja mecanismo de verificação, pela fiscalização do contrato, das cláusulas pactuadas quanto à taxa secundária ou de credenciamento.

14.10.3.2. Referido entendimento foi construído a partir dos paradigmas anteriores firmados nos Acórdãos nº 1.387/2021 (TC 014.997/2021-5, Rel. Min. Benjamin Zymler) e nº 1.949/2021 (TC 025.832/2021-2, Rel. Min.-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti), ambos do Plenário do TCU, que referendaram a regularidade da fixação de limite para a taxa secundária cobrada dos credenciados pelas empresas Contratadas, e de prazo para o seu pagamento.

14.10.3.3. Complementarmente, o Acórdão nº 933/2022 — Plenário do TCU deu ciência à Administração sobre o fato de que o limite à taxa de credenciamento a ser cobrada pela empresa Contratada de suas credenciadas não havia sido estimado de acordo com os parâmetros descritos na Instrução **14.10.2**. Normativa Seges/ME 73/2020 e sem a inclusão nos autos das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte — ressaltando, a contrario sensu, que a fixação do limite é plenamente regular desde que acompanhada da devida memória de cálculo, exatamente como consta dos itens 14.9.1 a 14.9.5 deste Termo de Referência.

14.10.4. Da jurisprudência dos Tribunais de Contas Estaduais

14.10.4.1. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao apreciar o Processo nº 1.174.292 (Denúncia, 2024), no qual se questionava especificamente o limite máximo de 10% (dez por cento) fixado para a taxa de credenciamento em certame de gerenciamento e controle de frota, firmou o entendimento de que é admissível a previsão de limite para a "taxa secundária" ou "taxa de credenciamento" a ser cobrada pela empresa gerenciadora das credenciadas, desde que devidamente justificada e apresentadas as memórias de cálculo relativas à baliza estabelecida.

14.10.4.2. Adicionalmente, o TCE/MG editou a Súmula nº 126 (D.O.C. 19/02/2024), de observância obrigatória no âmbito daquele Estado, segundo a qual nos procedimentos licitatórios em que for utilizado o sistema de quarteirização para contratação de serviços de manutenção de frota de veículos ou máquinas, tem-se por irregular a adoção da menor taxa de administração como critério de julgamento quando não houver a fixação de parâmetros de preços para os bens e para a mão de obra a serem fornecidos pelos estabelecimentos credenciados, por ensejar prejuízo à seleção da proposta mais vantajosa. — confirmando que o controle da taxa secundária é elemento necessário para a regularidade do certame, e não mera faculdade do gestor.

14.10.5. Do fundamento econômico: transferência da taxa ao erário

14.10.5.1. Conforme reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no Acórdão TC-1502/2022, as administradoras, como empresas que perseguem o seu

lucro, em última análise, transferem essa taxa de credenciamento ao Poder Público, legitimando a limitação dessa taxa para que essa prática não configure oneração excessiva ao erário. Este é exatamente o raciocínio que fundamenta a fixação preventiva do percentual de 10% neste instrumento.

14.10.6. Dos componentes mínimos de custo que justificam o patamar de 10%

14.10.6.1. A análise econômica dos custos operacionais necessários à execução deste contrato demonstra que a taxa de credenciamento de 10% corresponde ao patamar mínimo capaz de assegurar a sustentabilidade da operação nas hipóteses de taxa administrativa zero ou negativa. Os componentes de custo que devem ser cobertos pela taxa de credenciamento compreendem, no mínimo: (I) manutenção e atualização da plataforma web e aplicativo móvel em ambiente de nuvem seguro, com disponibilidade contínua; (II) equipe técnica de suporte operacional local presencial em Porto Velho/RO, conforme exigido no item 15.1.21. deste Termo de Referência; (III) equipe dedicada ao credenciamento, monitoramento e atualização da rede de prestadores em todo o Estado de Rondônia; (IV) processamento financeiro, emissão de relatórios, conciliação de notas fiscais e repasse às credenciadas no prazo de 15 (quinze) dias úteis; e (V) margem operacional mínima para garantia da continuidade e qualidade do serviço ao longo da vigência contratual e suas eventuais prorrogações. A soma desses componentes, considerada a extensão territorial do Município de Porto Velho e a diversidade da frota atendida — que inclui veículos leves, pesados, embarcações e maquinários —, não é compatível com percentuais inferiores a 8% (oito por cento), sendo 10% (dez por cento) o patamar que assegura a sustentabilidade econômica do contrato em qualquer dos cenários de taxa administrativa admitidos neste Termo de Referência, inclusive na hipótese mais onerosa de taxa administrativa negativa.

14.11. Vedação ao repasse da taxa de credenciamento

14.11.1. A taxa de credenciamento ou qualquer outro encargo cobrado pela Contratada dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada não poderá ser repassado, direta ou indiretamente, aos preços das peças, componentes, acessórios ou serviços executados em favor da Administração.

14.11.2. Sem prejuízo do disposto no subitem anterior, a Contratada fica impedida de reter dos estabelecimentos credenciados qualquer valor superior à **taxa de credenciamento de 10% (dez por cento)** calculada sobre o valor bruto da nota fiscal de cada ordem de serviço, conforme disciplinado no item 14.8.3. O repasse líquido ao estabelecimento credenciado, a ser comprovado no relatório mensal do item 14.13.2, nunca poderá ser inferior a 90% (noventa por cento) do valor bruto da OS aprovada e executada.

14.11.3. A vedação estabelecida neste item e no item 14.8.3 aplica-se integralmente aos instrumentos jurídicos firmados entre a Contratada e os estabelecimentos credenciados — contratos de adesão, termos de credenciamento, regulamentos operacionais e demais documentos congêneres, que deverão ser disponibilizados à SMCL na forma do subitem 15.1.106. A SMCL poderá, a qualquer momento durante a vigência contratual, requisitar à Contratada cópia integral de qualquer instrumento firmado com credenciado, para fins de verificação da conformidade com os limites fixados neste Termo de Referência.

14.12. Compatibilidade com preços de mercado

14.12.1. Os preços praticados pela rede credenciada deverão permanecer compatíveis com os valores de mercado, com as tabelas de fabricantes ou montadoras, sistemas especializados de orçamento automotivo (ex.: AUDATEX, Tempária ou equivalentes) e demais parâmetros utilizados pela Administração para verificação da economicidade.

14.13. Medidas em caso de distorção de preços

14.13.1. Caso seja constatado que a taxa de credenciamento ou quaisquer encargos aplicados pela Contratada estejam ocasionando aumento artificial ou distorção nos preços praticados pela rede credenciada, a Administração poderá:

- I** – Determinar a revisão dos valores apresentados nos orçamentos;
- II** – Solicitar novas cotações entre os estabelecimentos credenciados;
- III** – recomendar a instauração do procedimento de desc credenciamento do estabelecimento, observado o disposto no item 7.23.11 deste Termo de Referência;
- IV** – Aplicar as sanções contratuais cabíveis à Contratada, quando comprovada falha no controle ou supervisão da rede credenciada.

14.13.2. A Contratada deverá emitir relatório mensal, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, informando a taxa de credenciamento efetivamente cobrada de cada estabelecimento integrante da rede credenciada, com discriminação por CNPJ, razão social, localidade, linha de fornecimento e **percentual efetivo cobrado de cada**

estabelecimento, para fins de fiscalização pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL). **O relatório deverá atestar que a taxa cobrada de cada estabelecimento não excedeu o limite máximo de 10% (dez por cento), informando o percentual efetivamente praticado em relação a cada CNPJ credenciado. Qualquer cobrança superior a esse limite deverá ser comunicada imediatamente à SMCL com justificativa fundamentada, configurando, se confirmada, infração contratual sujeita às sanções da Seção 16.**

14.13.2.1. A cobrança de taxa de credenciamento em **percentual superior ao limite máximo de 10% (dez por cento)** para qualquer estabelecimento credenciado configura infração contratual passível das sanções previstas na Seção 16 deste Termo de Referência, **independentemente de denominação utilizada e sem necessidade de autorização prévia para a aplicação das sanções cabíveis.**

14.13.2.2. A cobrança de taxa de credenciamento em percentual inferior ao limite máximo de 10% (dez por cento) é lícita e não configura infração contratual, podendo a Contratada praticá-la a seu exclusivo critério em relação a qualquer estabelecimento credenciado, desde que respeitado o prazo de repasse e o valor mínimo de 90% (noventa por cento) do valor bruto de cada nota fiscal, na forma dos itens 14.8.3 e 15.1.39.1 deste Termo de Referência.

14.13.3. Cumpre-nos ressaltar que este processo administrativo visa à contratação do **“custo de administração”**, em razão do objeto que trata de prestação de serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota. Entende-se por “Custo de Administração” pela prestação de serviços de gestão da manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais originais recomendados pelo fabricante, de acordo com as características de cada veículo que compõe a frota da Prefeitura de Porto Velho.

15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. Obrigações da Contratada

15.1.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes a legislação brasileira, bem como, as normas previstas no Termo de Referência e seus Anexos, são obrigações da Contratada:

15.1.2. Manter, durante a inteira execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios;

15.1.3. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto, nos termos da legislação vigente, sendo que o estabelecimento credenciado responde solidariamente com a Contratada por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

15.1.4. Executar os serviços objeto desta licitação de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma a todas as unidades Contratantes nelas compreendidas, mantendo a distinção contratual entre cada contrato para fins de atendimento, faturamento, pagamento, etc., reconhecendo não haver vínculo entre as mesmas quanto aos contratos oriundos do certame licitatório, por se tratarem de unidades orçamentárias financeiras distintas, a não ser a coincidência de um único Gestor Operacional do Contrato pré definido;

15.1.5. Executar os serviços em caráter contínuo, mediante Ordem de Serviço (OS), autorizada pelo Gestor do Contrato após prévia aprovação do Gestor Operacional do Contrato (SMCL);

15.1.6. Disponibilizar, implantar e colocar em plena operação a solução de autogestão de frota, em perfeitas condições de uso e funcionamento, observadas as especificações técnicas, prazos, condições de execução, níveis mínimos de serviço e local de atendimento estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, devendo a execução ser acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura e, quando aplicável, dos relatórios gerenciais, comprovantes de implantação, parametrização, integrações, liberação de usuários, suporte técnico e demais documentos necessários à aferição da regular execução contratual.

15.1.6.1. É vedada a subcontratação total ou parcial das atividades de obrigação direta da Contratada definidas neste Termo de Referência — a saber: implantação e manutenção do sistema informatizado de autogestão de frota, gerenciamento e controle dos serviços, suporte técnico permanente e faturamento mensal — às quais não se submetem à rede credenciada. As atividades da rede credenciada, por configurarem relação de Direito Privado entre a Contratada e terceiros, não se enquadram nesta

vedação.

15.1.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato;

15.1.8. Responder integralmente por perdas e danos que causar a unidade Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

15.1.9. Responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros e ao patrimônio da Contratante, por negligência ou imprudência de seus empregados, pelo seguro contra quaisquer tipos de acidentes que possam ocorrer ao seu pessoal;

15.1.10. A Contratada prestará os serviços objeto desta licitação em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental, recurso humanos e tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigidas;

15.1.11. Será de inteira responsabilidade da Contratada todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação;

15.1.12. A Contratada deverá fazer uma apresentação ilustrativa do funcionamento da senha e dos protocolos de atendimento a serem observados no ambiente web em até 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, no local e horário a serem determinados pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL);

15.1.13. A Contratada deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pelo Gestor Operacional do Contrato, conforme a necessidade;

15.1.14. O estabelecimento credenciado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

15.1.15. O estabelecimento credenciado responsabilizar-se-á pela guarda e segurança dos veículos enviados para manutenção nas oficinas/concessionárias credenciadas, ressarcindo a unidade Contratante quaisquer danos que venham a ocorrer a esse, para os quais não tenha concorrido;

15.1.16. A Contratada deverá nomear e manter um preposto estabelecido na localidade sede do Contratante (Porto Velho/RO), com instalação física (escritório), que atuará em representação presente a Administração, durante toda a vigência dos contratos do Município de Porto Velho. Este prestará esclarecimentos, acompanhará, capacitará, realizará treinamentos e reciclagem para os gestores, sanará dúvidas operacionais quanto ao uso do sistema de gestão e atenderá às reclamações, repasse das notificações, demandas que porventura surgirem e representará perante a Contratante e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato com poderes de representante ou preposto para tratar com a Contratante;

15.1.17. A Contratada deverá disponibilizar, no prazo máximo de 30 dias (corridos) a partir da data de assinatura do contrato, preposto com escritório físico no município de Porto Velho/RO, para fins de atendimento presencial, suporte operacional e interlocução com a Administração, não sendo exigida tal estrutura como condição de habilitação;

15.1.18. A Contratada deverá fornecer telefones fixos, celulares diretos do representante local, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato CONTRATANTE-CONTRATADA, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados;

15.1.19. A Contratada se responsabilizará pela permanente manutenção da validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais;

15.1.20. A Contratada deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados;

15.1.21. A Contratada deverá gerar, em base mensal, Nota Fiscal única para a unidade Contratante, com a consolidação financeira dos serviços efetuados, acompanhadas do

relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência;

15.1.22. A Contratada deverá entregar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados e/ou custo de administração se houver, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS e a Certidão Negativa de Débito do INSS devidamente válidas, ao Fiscal do Contrato que a atestará e encaminhará ao setor competente;

15.1.23. A Contratada deverá acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual;

15.1.24. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações determinadas no Termo de Referência;

15.1.25. A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal da empresa, em conformidade ao art. 195, § 3º da Constituição Federal;

15.1.26. A Contratada assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações Contratadas;

15.1.27. A Contratada deverá fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas pelo Gestor Operacional do Contrato, além da previsão inicial, sem qualquer ônus adicional;

15.1.28. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco cento) do valor total do contrato, conforme estabelecido no item 6.3.1. deste termo;

15.1.29. A Contratada deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato, durante a sua vigência;

15.1.30. É vedado à Contratada, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

15.1.31. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante;

15.1.32. A Contratada responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços;

15.1.33. O estabelecimento credenciado obriga-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações. ;

15.1.34. A Contratada deverá facilitar a ação de fiscalização da Contratante fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas, o que não diminui ou substitui a responsabilidade daquela decorrente das obrigações assumidas;

15.1.35. A Contratada obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração;

15.1.36. Atender às determinações da fiscalização do Gestor do Contrato e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços;

15.1.37. A Contratada deverá aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal referentes aos serviços por parte de representante designado da Administração;

15.1.38. A Contratada se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Contratante, pelos serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais aos veículos

pertencentes à sua frota oficial;

15.1.39. O pagamento a ser efetuado à rede credenciada, no prazo fixado no subitem anterior, corresponderá a, no mínimo, 90% (noventa por cento) do valor bruto total de cada nota fiscal ou documento fiscal equivalente emitido pelo estabelecimento credenciado em razão de serviços prestados e/ou materiais fornecidos. É vedada qualquer retenção, desconto ou dedução que, isolada ou cumulativamente com a taxa de credenciamento de 10%, resulte em repasse inferior a esse percentual mínimo, nos termos dos itens 14.8.3 e 14.11.2 deste Termo de Referência.

15.1.39.1. Para cada nota fiscal processada no período, a Contratada deverá demonstrar no relatório mensal previsto no item 14.13.2 os seguintes dados, por estabelecimento credenciado:

I — CNPJ e razão social do estabelecimento credenciado;

II — número e valor bruto da nota fiscal (ou documento equivalente) emitida pelo credenciado;

III — percentual e valor da taxa de credenciamento retida (obrigatoriamente 10%);

IV — valor líquido efetivamente repassado ao estabelecimento credenciado (obrigatoriamente $\geq 90\%$ do valor bruto);

V — data e comprovante do repasse (transferência bancária, PIX ou equivalente com identificação do destinatário); e

VI — declaração, firmada pelo preposto da Contratada, de que nenhum encargo adicional foi cobrado do estabelecimento sob qualquer denominação.

15.1.39.2. A ausência ou incompletude dos dados exigidos neste subitem no relatório mensal implicará notificação imediata ao preposto da Contratada, com prazo de 72 (setenta e duas) horas para regularização, e, não sanada a omissão, ensejará a aplicação das sanções previstas na Seção 16.

15.1.40. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

15.1.41. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

15.1.41.1. A Contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no tratamento de dados pessoais eventualmente acessados ou processados no âmbito da execução do contrato, devendo:

I – Utilizar os dados exclusivamente para a execução do contrato, vedado qualquer uso diverso, inclusive após o encerramento contratual;

II – Adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

III – Manter registro das operações de tratamento de dados realizadas no sistema, disponibilizando-o à Administração sempre que solicitado;

IV – Indicar responsável pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, comunicando formalmente ao Gestor Operacional do Contrato (SMCL) a identidade e os dados de contato do profissional designado.

15.1.41.2. São da exclusiva responsabilidade da Contratada todas as despesas com:

15.1.41.2.1. Disponibilidade de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência;

15.1.41.2.2. Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

15.1.41.2.3. Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços durante a execução contratual;

15.1.41.2.4. Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato.

15.1.42. A Contratada deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela Contratante a utilizar todos os recursos do sistema.

15.1.43. A Contratada deverá disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto do contrato.

15.1.44. A Contratada deverá entregar ao Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato, sempre que solicitado, cópia dos contratos firmados com as credenciadas.

15.1.45. A Contratada deverá providenciar o credenciamento de oficinas nas localidades mínimas informadas no Anexo II, e em localidades no território estadual que vejam a ser de interesse da Contratante por razões operacionais, e sejam solicitadas pela Contratante ou Gestor Operacional do Contrato, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso.

15.1.46. Cadastrar concessionárias para a execução de referido serviço, em caso de veículo dentro da garantia de fábrica e, em havendo mais de uma na região, será proporcionada a livre concorrência, como nos veículos fora de garantia.

15.1.47. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.48. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

15.1.49. Prestar, através dos estabelecimentos credenciados e conforme Termo de Referência, os seguintes serviços na frota da Prefeitura:

a) Assistência mecânica;

b) Manutenção corretiva e preventiva;

c) Revisão;

d) Assistência e reparos no sistema elétrico;

e) Lanternagem em geral, pintura e funilaria;

f) Substituição e instalação de peças e acessórios (utilizando-se obrigatoriamente preços de mercado);

g) Vidraçaria, capotaria e tapeçaria;

h) Reboque de veículos 24 horas;

i) Chaveiro;

j) Serviços de borracharia.

15.1.50. Fornecer através da rede credenciada à Contratante, bem como utilizar no serviço de reposição de peças em seus veículos, peças e acessórios originais ou genuínos, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de viaturas fora de linha de fabricação de peças novas.

15.1.51. Exigir que o estabelecimento credenciado devolva à Contratante, através do condutor do veículo em manutenção, as peças, materiais e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos realizados.

15.1.52. A Contratada deverá exigir que o estabelecimento credenciado forneça à mesma, cópia simples da nota fiscal referente ao serviço efetuado, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão-de-obra – homem/hora (em sendo o caso), sob pena de não serem computadas as faturas dos serviços que tiverem sido realizados e não forem enviadas dentro do prazo de fechamento da sua Nota Fiscal, sendo que, nesse caso, a credenciada deverá aguardar novo encerramento de fatura.

15.1.53. A rede credenciada não poderá colar nos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações da administração pública, decalques ou adesivos com propaganda própria da Contratada, ou de terceiros.

15.1.54. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

15.1.55. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a

utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

15.1.56. Quando solicitado pelo Gestor do Contrato ou Gestor Operacional do Contrato, a Contratada deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a lista com relação da rede credenciada.

15.1.57. Repassar, ao final do contrato, à Contratante ou a quem ela determinar, todos os dados históricos dos veículos que receberam manutenção, de forma que esses dados possam ser migrados para sistema próprio da Prefeitura de Porto Velho ou por ele contratado.

15.1.58. Para efeito de ampliação da rede credenciada, a Contratada, efetuará chamamento público, convocando as empresas fornecedoras ou prestadoras de serviço do ramo, através da divulgação de aviso, em jornal de circulação estadual e em página oficial na internet, pelo menos a cada 03 (três) meses, sendo o primeiro chamamento publicado até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

15.1.59. A Contratada deverá franquear, quando solicitado, inclusive aos órgãos de controle, acesso ao sistema de gerenciamento da frota a fim de que, por meio de auditoria, seja aferida a fidedignidade de suas informações.

15.1.60. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, conforme o art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sendo os mesmos, objeto de exame da Contratante.

15.1.61. Retirar a Nota de Empenho e assinar Termo Contratual ou instrumento equivalente junto ao Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, prorrogáveis pelo mesmo período quando devidamente justificado, bem como fornecer, em até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), relação completa das oficinas conveniadas e comunicar ao Contratante qualquer acréscimo ou supressão ocorrida.

15.1.62. A Contratada deverá atender às solicitações de credenciamento de novos estabelecimentos realizadas pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL) a qualquer tempo, devendo este ser efetivado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir recebimento da solicitação, desde que cumpridas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

15.1.63. A Contratada deverá credenciar oficinas, concessionárias/representantes autorizados das marcas dos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações da frota relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência.

15.1.64. A Contratada deverá emitir Termo de Compromisso das redes credenciadas atestando que os estabelecimentos detêm o conhecimento das exigências deste Termo de Referência e demais anexos do edital da licitação, quando da realização dos credenciamentos. Para isso, a Contratada se responsabilizará por repassar as credenciadas, formalmente, com colhimento de assinatura da mesma, cópia do Termo de Referência e demais Anexos para ciência de todos os critérios e procedimentos referente a prestação de serviços pela credenciada, não podendo eximir-se da responsabilidade por serviços prestados em desacordo, exceto se comprovado que a credenciada assinou o Termo de Compromisso e que recebeu a cópia do referido Termo

15.1.65. A Contratada observará, quanto à taxa de credenciamento, as disposições fixadas no item 14.8 deste Termo de Referência.

15.1.66. A Contratada deverá realizar o treinamento dos gestores e usuários de cada unidade Contratante envolvidos na utilização da solução proposta, a ser realizado nas instalações da sede da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações, ou em outro local previamente determinado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários por meio do Gestor Operacional do Contrato.

15.1.67. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) instrutor, com capacidade técnica em informática e conhecimento e domínio teórico e prático no sistema de gerenciamento, para treinamento de até 15 (quinze) servidores por unidade Contratante, com carga horária de 20 (vinte) horas.

15.1.68. A Contratada deverá disponibilizar assistência operacional à Contratante, no período das 8:00 às 18:00 horas, através de atendimento por call center (0800) e por via chat on-line. Esses sistemas deverão ser operados por funcionários que possuam capacidade técnica em informática e conhecimento e domínio teórico e prático no

sistema de gerenciamento.

15.1.68.1. A existência de Central de Atendimento (Call Center/0800) tem caráter estritamente operacional e de suporte de primeiro nível, não substituindo, em hipótese alguma, a obrigatoriedade de atendimento presencial e imediato pelo Preposto Local em Porto Velho/RO para resoluções que exijam presença física, resolução de falhas no sistema ou demandas diretas da fiscalização.

15.1.69. A Contratada deverá fazer constar nas faturas mensais o montante já aplicando o percentual da taxa administrativa devidamente discriminado.

15.1.70. Ao término do contrato de 12 meses, a Contratada compromete-se a fornecer ao Contratante todas as informações relacionadas à manutenção dos veículos da Prefeitura de Porto Velho armazenadas no sistema desenvolvido pela Contratada.

15.1.71. A Contratada deverá disponibilizar, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de encerramento do contrato, uma cópia integral e estruturada da base de dados do sistema.

15.1.72. A cópia da base de dados fornecida deverá ser compatível com os padrões e formatos de dados utilizados durante a vigência do contrato, permitindo uma transição eficiente para qualquer sistema subsequente que a Contratante venha a adotar.

15.1.73. A Contratada compromete-se a prestar assistência técnica adicional, se necessário, para facilitar a transição de dados e garantir a integridade das informações transferidas.

15.1.74. O não cumprimento desta obrigação por parte da Contratada poderá resultar em penalidades contratuais, conforme estabelecido nas cláusulas pertinentes.

15.1.75. Atender, de forma prioritária, às solicitações do Gestor do Contrato, seja presencialmente no escritório da Contratada ou na sede do Gestor do Contrato, bem como por meio de telefone direto e e-mail do preposto designado, devendo o comparecimento presencial ocorrer no prazo mínimo de 04 (quatro) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme a necessidade e a complexidade da demanda apresentada.

15.1.76. Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado.

15.1.77. Prestar os serviços de acordo com a demanda, necessidade, interesse e características definidos e informados pela Contratante.

15.1.78. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto deste instrumento, mesmo que para isso outra solução não prevista no contrato tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a Contratante, desde que sob inteira responsabilidade da Contratada.

15.1.79. Analisar, sempre que exigido, a substituição de seus empregados, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes, ou insatisfatórios.

15.1.80. Assumir inteira responsabilidade por despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, seguros, transporte, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de classes, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho do objeto da contratação.

15.1.81. Comunicar no prazo de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, por escrito, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do contrato, total ou parcialmente.

15.1.82. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

15.1.83. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

15.1.84. Colocar à disposição da Contratante, quando da ocorrência de parada por manutenção ou conserto técnico, outro objeto (software, equipamentos, etc.) igual ou semelhante ao contratado, observando-se os pedidos previstos de manutenção.

15.1.85. Prestar assistência técnica de forma a permitir o acesso on-line ao sistema de gerenciamento da frota em todas as localidades do Município de Porto Velho.

15.1.86. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus referente aos direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, devendo por eles responder, e defender a Contratante em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

15.1.87. Responsabilizar-se integralmente por todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema, treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.

15.1.88. Aceitar inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos consertados/recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado em danos de média monta, assim entendidos os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de equipamentos de segurança especificados pelo fabricante.

15.1.89. Guardar sigilo sobre as informações da Contratante constantes do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis ao Contratante, após a extinção do contrato, por no mínimo, 05 (cinco) anos ou lhe fornecendo backup total dos dados. Desta forma, à Contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

15.1.90. Garantir que não seja executada qualquer manutenção em veículos que não estejam cadastrados na frota da Contratante, devendo tal situação ser detectada automaticamente pelo sistema de gestão.

15.1.91. Oferecer suporte técnico (presencial ou por telefone) e acesso remoto, sem custo, durante a vigência contratual, a ser realizado por profissional devidamente autorizado pela Contratada, objetivando subsidiar o uso do sistema e a aferição quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota.

15.1.92. Proporcionar ao Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato (SMCL), pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos, conforme parâmetros definidos, não podendo haver limitações para qualquer período solicitado.

15.1.93. Disponibilizar permanentemente ao Gestor do Contrato, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do contrato, mantendo-a disponível, inclusive, após o seu término.

15.1.94. Disponibilizar, sem ônus ao Contratante, as atualizações das funcionalidades do software e de todas as alterações do sistema.

15.1.95. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, bem como responsabilizar-se pela troca da senha dos mesmos, em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos, conforme informado pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

15.1.96. Garantir que toda a rede credenciada colocada à disposição da Prefeitura de Porto Velho seja formada por empresas idôneas, respondendo solidariamente pela inobservância das normas vigentes por quaisquer das unidades da rede credenciada em relação ao contrato celebrado.

15.1.96.1. É de responsabilidade da Contratada verificar que sua rede credenciada possui capacidade técnica e operacional para a prestação dos serviços.

15.1.97. Fornecer ao Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato (SMCL) todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica acompanhado dos preços de revisões programadas, a lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

15.1.98. Fiscalizar periodicamente a atuação de cada unidade da rede credenciada visando aferir a capacidade técnica de prestação de serviços executados nos veículos da Contratante.

15.1.99. Providenciar o credenciamento de novas empresas através de solicitações

oriundas do Gestor Operacional do Contrato (SMCL), bem como, atender ao pedido de credenciamento dos próprios estabelecimentos credenciados, a fim de ampliar o rol de credenciadas para realização dos serviços.

15.1.100. Garantir que toda a rede credenciada possua os meios tecnológicos necessários, inclusive dispositivos móveis compatíveis com Android/iOS e conectividade à internet, para o fiel cumprimento do registro fotográfico em tempo real, conforme os requisitos previstos na cláusula 14.8 deste Contrato.

15.1.100.1. A Contratada deverá disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, acesso ao Sistema AUDATEX MOLICAR ou outro instrumento hábil similar, de modo a possibilitar ao Gestor do Contrato e ao Gestor Operacional do Contrato a consulta on-line à tabela de preços dos fabricantes de peças e à tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios, sem ônus adicional à Administração.

15.1.101. Fornecer suporte técnico e treinamento operacional contínuo aos estabelecimentos credenciados e aos servidores designados pela Administração (Gestores e Vistoriadores), visando a correta utilização da aplicação móvel e a adequada captação das evidências digitais.

15.1.102. Arcar com todos os custos relativos ao licenciamento, manutenção e atualização do aplicativo móvel de captura de imagens, não cabendo qualquer ônus adicional ou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro para a disponibilização desta ferramenta de controle.

15.1.103. Manter e disponibilizar, em repositório digital específico integrado ao sistema de gestão da frota, cópia integral e atualizada de todos os instrumentos firmados com a rede credenciada, incluindo contratos, termos de adesão, aditivos e distratos, garantindo acesso imediato à SMCL/DQGA para fins de fiscalização, auditoria e verificação das condições comerciais e prazos de repasse financeiro praticados entre a Contratada e os estabelecimentos credenciados.

15.2. Obrigações da Contratante

15.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, observadas as normas previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 18.892/2023;

15.2.2. Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

15.2.3. Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos no item 09 deste instrumento;

15.2.4. Prestar informações indispensáveis à regular execução do contrato e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

15.2.5. Realizar a fiscalização e o gerenciamento da entrega do objeto;

15.2.6. Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada;

15.2.7. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

15.2.8. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

15.2.9. Expedir as autorizações das Ordens de Serviço (OS);

15.2.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2.11. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.2.12. Fornecer ao Contratado, após a lavratura do contrato, o cadastro completo dos veículos contendo todos os dados necessários à execução do objeto deste certame, bem como toda e qualquer alteração referente à frota durante a vigência do contrato;

15.2.13. Providenciar o pagamento das faturas aprovadas de prestação dos serviços, de

acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo ordenador de despesas da unidade Contratante;

15.2.14. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

15.2.15. Efetuar o pagamento/cobrança de multas aplicadas, nos termos deste instrumento, no mês seguinte ao de sua ocorrência e na mesma data de vencimento da fatura mensal, salvo no caso de atraso justificado;

15.2.16. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às dependências da Contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;

15.2.17. A Contratante somente autorizará o fornecimento ou a execução de serviço, cujo preço for compatível com o estabelecido no mercado, devendo, em cada autorização, demonstrar a compatibilidade, através da comparação do preço final proposto, com tabelas de preços e quantitativos elaboradas por entidades idôneas, cujos critérios de mensuração sejam obtidos mediante adequadas técnicas quantitativas;

15.2.18. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as exigências estabelecidas no contrato;

15.2.19. Recusar os serviços prestados em desacordo com as normas técnicas e condições estabelecidas e solicitar a sua imediata regularização, sob pena de impossibilitar a realização do pagamento;

15.2.20. Receber as solicitações de serviço, proceder à devida análise, quanto à necessidade, finalidade e interesse público, para, somente então, emitir autorização de execução à Contratada, obedecidas às competências pré definidas neste instrumento;

15.2.21. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

15.2.22. Conferir, receber e atestar, por intermédio dos funcionários previamente indicados, os documentos apresentados pela Contratada para a execução dos serviços;

15.2.23. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

15.2.24. Ficará a cargo do Contratante a aprovação dos serviços, após a comprovação de preços, por meio das cotações, a ser realizado pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL) que opera o sistema, de modo a conferir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de mercado;

15.2.25. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

15.2.26. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021.

16. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DA SANÇÕES

16.1. Disposições Gerais sobre Infrações e Sanções

16.1.1. A Contratada que incorrer nas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeita-se às sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar previstas no art. 156 da mesma Lei, conforme disciplinado no art. 95, do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

16.1.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantia de contraditório e da ampla defesa (art. 96, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

16.1.3. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

16.1.4. Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e, ainda considerará a gravidade da conduta do infrator e o caráter educativo da pena, observado o princípio da proporcionalidade.

16.1.5. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como em sistemas Estaduais e Municipais.

16.2. Advertência e Multa

16.2.1. A sanção de **advertência** será aplicada na hipótese de descumprimento de pequena relevância que importem em descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração e na hipótese de inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

16.2.2. A sanção de advertência deverá ser emitida por escrito e cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

16.2.3. A sanção de **multa**, eventualmente imposta à Contratada, que poderá ser aplicada pelo cometimento de quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, caso houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda, a Administração proceder à cobrança judicial (art. 97, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

16.2.4. A sanção de multa será aplicada nos seguintes percentuais, em observância aos limites previstos no art. 101, do Decreto Municipal nº 18.92/2023:

a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 10% (dez por cento);

b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);

c) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, limitado a 10 (dez) dias;

d) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto;

e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no item 16.4., concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

f) Se a multa a ser aplicada ultrapassar os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III do item 16.4., concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

16.2.5. Para efeito de aplicação de multas, serão observadas ainda às infrações são atribuídos graus, de acordo com a Tabela a seguir:

Item	Descrição da Infração	Grau	Correspondência
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
02	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.

05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
06	Fornecer informação pífida de serviço ou substituição de Cartão/equipamento/software por ocorrência.	02	0,4% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
07	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento para atender ao Contratante sem a anuência prévia do Gestor Operacional do Contrato, por ocorrência(s).	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
08	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
Para os itens a seguir, deixar de:			
09	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
10	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência. Tratam de encargos TRABALHISTAS/PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS e COMERCIAIS.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência.	03	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência.	03	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
13	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
14	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	0,4% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
15	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
16	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
17	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
18	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
	Deixar de fornecer suporte técnico à		0,2% por dia sobre o valor

19	Contratante e à rede credenciada, por ocorrência e por dia.	01	mensal do Contrato.
20	Reter dos estabelecimentos credenciados valor superior a 10% (dez por cento) do montante bruto de cada nota fiscal/OS, ou cobrar, sob qualquer denominação, encargos adicionais à taxa de credenciamento fixada; por ocorrência e por estabelecimento.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato
21	Deixar de incluir no relatório mensal (item 14.13.2) a discriminação de valor bruto, taxa retida, valor líquido repassado, data e comprovante de pagamento por estabelecimento credenciado, conforme subitem 15.1.39.2; por mês de omissão.	03	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato

16.2.6. Pelo **inadimplemento absoluto das obrigações** sujeita a Contratada a aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida;

16.2.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

16.3. Processo Administrativo Sancionador

16.3.1. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa se dará em processo administrativo simplificado, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.4. Impedimento de Licitar e Declaração de Inidoneidade

16.4.1. Será aplicada a sanção de **impedimento de licitar e contratar** com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos a Contratada que incorrer nas infrações administrativas abaixo elencadas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave,

I - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.4.2. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar fica a cargo da unidade participante (Secretaria) do Poder Executivo Municipal e será precedida de análise jurídica.

16.4.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

16.4.4. Será aplicada a sanção **pelos danos que dela provierem para a Administração Pública** e impedirá a Contratante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos se incorrer nas infrações administrativas abaixo elencadas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16.4.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc, designada pela autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Porto Velho, composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.4.6. Os efeitos de impedimento pela declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública se mantêm enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

16.5. Disposições Finais sobre Sanções

16.5.1. Se a adjudicatária recusar a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplica-se à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

16.5.2. A licitante, adjudicatária ou Contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, **não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação** exigida para o certame, **ensejar o retardamento** da execução do objeto ou **não mantiver a proposta**, garantida a prévia e ampla defesa, ficará **impedida de licitar e contratar** com o Município pelo prazo de até **3 (três) anos**, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, devendo ser registrada a penalidade no SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedores Impedidos de Licitar.

16.5.2.1. Nas hipóteses de **apresentação de declaração ou documentação falsa, fraude na execução** do instrumento contratual, **comportamento inidôneo** ou **cometimento de fraude fiscal**, garantida a prévia e ampla defesa, será aplicada a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de **3 (três)** e máximo de **6 (seis) anos**, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, devendo ser registrada a penalidade no SICAF, no Cadastro Municipal de Fornecedores Impedidos de Licitar e no Cadastro de Fornecedores Estadual.

16.5.3. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

16.5.4. A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

16.5.5. Será admitida a reabilitação do licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida desde que cumpridos cumulativamente a seguintes exigências:

I - Tenha reparado integralmente o dano causado à Administração Pública;

II - Tenha pago da multa;

III - Tenha transcorrido o prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Tenha cumprido as condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Tenha havido análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao

cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.5.6. A sanção pelas infrações previstas nos incisos **I e V do item 16.4.4** exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. Hipóteses de Extinção por Iniciativa da Administração

17.1.1 A Contratada que incorre nas situações abaixo previstas constituirá motivo para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa (art. 137 da Lei nº 14.133/2021):

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;

VIII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2. Extinção por Direito do Contratado

17.2.1 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (§2º, art. 137 da Lei nº 14.133/2021):

I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido de 25%;

II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - Repetidas suspensões que totalizam 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

17.2.2. Nas hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 17.2, deverão ser observadas as seguintes disposições previstas no §3º, art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

17.2.3. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei](#) nº 14.133/2021 serão notificados pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.3. Formas de Extinção

17.3.1 A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.4. Direitos do Contratado e Consequências da Extinção

17.4.1 Se a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado fará jus ao ressarcimento pelos prejuízos comprovadamente sofridos e terá direito a devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e ao pagamento do custo da desmobilização, nos termos do §2º, art. 138, da Lei nº 14.133/2021.

17.4.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na mesma lei.

18. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

18.1. Instrumento Contratual

18.1.1. Após a homologação da licitação, **a contratação será instrumentalizada mediante contrato administrativo**, para a prestação dos serviços, estabelecendo em cláusulas as condições e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência, a proposta da empresa e o edital de licitação, que se constituirão parte integrante do Termo Contratual, como se nele estivessem transcritos, tudo conforme a legislação vigente.

18.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência (art. 90, da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, **por solicitação justificada da Adjudicatária**, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (§ 1º, art. 90, da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4. Após a assinatura do contrato será emitida a Ordem de Serviço, por meio da qual a empresa estará autorizada a dar início a execução do objeto contratado.

18.2. Vigência do Contrato

18.2.1. Cada contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir da publicação do extrato do contrato no PNCP", em conformidade com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da mesma Lei.

18.3. Alteração do Contrato

18.3.1. A Contratante poderá modificar **unilateralmente** o contrato mediante **aditivo** contratual para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação (alteração qualitativa), respeitados os direitos da Contratada, nos termos do inciso I, art. 104, da Lei nº 14.133/2021.

18.3.2. A Contratante poderá modificar **unilateralmente** o contrato mediante **aditivo** contratual, quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa (alteração quantitativa) de seu objeto (art. 124 da Lei nº 14.133/2021), ficando a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato dos serviços (art. 125 da Lei nº 14.133/2021).

18.3.3. Os casos que têm por objetivo apenas registrar e/ou anotar novas condições que não alterem a essência da avença ou que não modifiquem as bases contratuais, será adotado o **apostilamento** (§ 5º, art. 115 e art. 136 da Lei nº 14.133/2021), devidamente assinado pelo ordenador despesa da unidade Contratante, sendo dispensado o envio ao órgão de assessoria jurídica.

18.4. Alteração de Preço do Contrato

18.4.1. Para efeito de alteração de preço contratual, referente **ao percentual da taxa de administração** resultante da licitação, esta **será fixa e irrevogável**, sendo ainda, **inalterada nas possíveis renovações contratuais**, considerando que este processo

administrativo visa à contratação do “**custo de administração**”, em razão do objeto que trata de prestação de serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota. Entende-se por “Custo de Administração” pela prestação de serviços de gestão da manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais originais recomendados pelo fabricante, conforme as características de cada veículo que compõe a frota da Prefeitura de Porto Velho.

18.4.2. Conforme acordado entre as partes (Contratante e Contratada), o valor do contrato poderá ser alterado (**revisado**) para menos ou para mais, com o objetivo, específico para recompor o equilíbrio entre os direitos e as obrigações assumidas no momento da formalização da contratação, nas seguintes hipóteses:

18.4.2.1. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro (**reequilíbrio contratual**) inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado (pressupõe um fato novo, um acontecimento imprevisível e inevitável), respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato (art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021).

18.4.2.2. Se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134, da Lei nº 14.133/2021).

18.4.2.3. A revisão contratual, será concedida a pedido da Contratada e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento da Contratada devidamente assinado pelo seu responsável;

II - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;

III - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;

IV - Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual.

18.5. Do reajuste

18.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id. 0898925. Data-base: PORTO VELHO (RO), 11 DE MAIO DE 2026.

18.5.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18.5.9. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo

fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Dos Recursos Por Unidade Contratante/Secretarias

19.1.1. Para a contratação dos serviços, cada unidade Contratante (secretarias e órgãos municipais) utilizará os recursos financeiros provenientes da sua dotação orçamentária própria.

19.2. Os recursos financeiros estimados para contratação deste objeto correrão por conta da Administração, cujos Programas de Trabalho, Fontes de Recurso e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos e notas de empenho da despesa a serem emitidos por cada unidade Contratante, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório, podendo ser alteradas no curso da contratação, diante dos remanejamentos, demandas e projetos de Lei que porventura ocorram, mantendo-se o contrato originário de cada órgão.

19.3. Os recursos orçamentários para atender as contratações oriundas deste procedimento licitatório estão previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2026 e no Plano Plurianual de Ação Governamental, garantidos para este exercício e os seguintes, através dos elementos de despesa 339039 – (Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica) e 339030 – (Aquisição de Material de Consumo). Os órgãos e Programas de Trabalho previstos para atendimento mediante esta licitação são os abaixo detalhados:

ÓRGÃO	P.A.	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
SGOV	0201.0412200072.001	3.3.90.39.19/ 3.3.90.39	1.500
SEMAD	07.01.04.122.007.2002	3.3.90.30- 39/3.3.90.39- 19	1500
SEMED	09.01.12.122.313.2.273	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1.500.0025.1001
SEMED (ÔNIBUS ESCOLAR)	09.01.12.361.311.2.752	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1571
SEMUSA	08.31.10.302.329.2.396 08.31.10.302.329.2.280 08.31.10.302.329.2.669 08.31.10.305.335.2.058 08.31.10.301.317.2.664 08.31.10.122.336.2.675	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1600 / 1500.0015.1002
SEMUR	18.01.16.122.007.2.724	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMIAS	12.01.08.122.007.2.001/ 12.33.08.244.160.2.852/ 12.33.08.244.160.2.853/ 12.33.08.244.168.2.860	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500/ 1660/ 1661/ 2660/ 2661/ 1709/ 2709
SEMA	16.01.18.122.181.2.604	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1709
SEMTEL	17.01.04.122.0007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMTRAN	14.01.04.122.007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMEC	06.01.04.122.007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEINFRA	11.01.15.451.154.2.145	4.4.90.39.99	2754
SMCL	23 01 04 122 192 2.615	3.3.90.30/3.3.90.39	1500
SMTI	02.81.04.122.007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SMD	02.71.04.122.286.2.692	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
FUNCULTURAL	02.21.04.122.0007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
PGM	04.01.04.122.0007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500

CGM	03.01.04.122.007.2.183	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMAGRIC	15.01.20.782.240.2.643	3.3.90.39 e 3.3.90.30	1500
SMPDC	0291.0412202932.819	3.3.90.39 e 3.3.90.30	1500

19.4. Conforme o órgão, origem dos recursos, origem dos veículos a serem atendidos e demandas disponíveis, poderão ser utilizadas fontes de recursos diferenciadas da Fonte de Recurso 01.00 (Tesouro Municipal), no caso de atendimento de recursos de convênio ou contrapartida do Municipal, incluindo-se ou alterando-se o P.A. na elaboração do contrato.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Do regime jurídico, formalização e execução contratual

20.1.1. Os contratos advindo deste instrumento de vinculação regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.2. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei (art. 90 da Lei nº 14.133/2021), podendo a convocação ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (§1º do mesmo artigo).

20.1.3. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (§2º, art. 90 da Lei nº 14.133/2021).

20.2. Das obrigações dos licitantes, interpretação normativa e disposições gerais

20.2.1 Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar minuciosamente toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejar a rescisão do contrato.

20.2.2. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização.

20.2.3. Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

20.2.4. Toda prestação de serviços Contratada pelo Município não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta (art. 141, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

20.2.5. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 143, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

20.2.6. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais, a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e o Decreto Municipal nº 18.892/2023 e suas alterações.

20.2.7. Na ausência de prazos definidos no edital, salvo justificativa da Administração, entenda-se 05 (cinco) dias úteis para atuação dos departamentos Municipais em consonância com a Lei nº 9784/1999.

20.2.8. Qualquer tolerância, por parte da Contratante, quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos, e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

20.3. Das vedações à participação e do foro

20.3.1. Não poderão participar da licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

I - Tenha sido declarada impedida de licitar e contratar com o Município de Porto Velho, nos termos do art. 98, do Decreto Municipal nº 18.892/2023;

II - Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Prefeitura de Porto Velho;

III - Sejam declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, nos termos do art. 99, da Lei nº 14.133/2021;

IV - Se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

V - Empresas que descumpriram o art. 14º da Lei nº 14.133/2021;

VI - Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

VII - Estejam reunidas em consórcio qualquer que seja sua forma de constituição.

20.3.2. A vedação à participação de empresas em consórcio justifica-se pela natureza do objeto, que exige uma **solução tecnológica integrada** e uma **cadeia de responsabilidade única** (Art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), sendo a estrutura de cogestão inerente ao consórcio incompatível com a execução de serviços de autogestão de frota via software em tempo real. A fragmentação da prestação comprometeria a segurança de dados, a interoperabilidade do sistema e a eficiência na gestão da rede credenciada, além de inexistir complexidade técnica que demande a união de esforços para viabilizar a execução, dado que o mercado especializado apresenta ampla competitividade de empresas aptas ao atendimento integral e individualizado das exigências deste certame.

20.3.3. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, I, 'd', da Constituição Federal de 1988.

21. ANEXOS

21.1. Fazem parte deste Termo de referência os seguintes anexos:

Anexo I – RELAÇÃO DA FROTA OFICIAL POR UNIDADE CONTRATANTE/SECRETARIA (SEI0775918);

Anexo IA – QUADRO CONSOLIDADO DE QUANTIDADES POR UNIDADE CONTRATANTE/SECRETARIA;

Anexo IB - QUADRO CONSOLIDADO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO;

Anexo II – RELAÇÃO DE QUANTIDADES E LOCALIDADES MÍNIMAS DE ESTABELECIMENTOS DA REDE CREDENCIADA;

Anexo III - MODELOS DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (I, II E III);

Anexo IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

Anexo V - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO;

Anexo VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

Anexo VII - MINUTA DO CONTRATO;

Anexo VII-A - TERMO DE ANTICORRUPÇÃO (Anexo do Contrato);

Anexo VII-B - TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E DE CONFIABILIDADE

Anexo VIII - CHECKLIST DA PROVA DE CONCEITO - POC (SEI 0811509)

**ANEXO I - RELAÇÃO DA FROTA OFICIAL POR UNIDADE
CONTRATANTE/SECRETARIA (0775918)**

**ANEXO IA - QUADRO CONSOLIDADO DE QUANTIDADES POR UNIDADE
CONTRATANTE/SECRETARIA:**

ITEM	SECRETARIA	QUANTIDADE	SEI
01	SGOV	13	0269389
02	SEMAD	23	0176419
03	SEMED (VEÍCULOS + ÔNIBUS ESCOLAR)	219	0599233
04	SEMUSA	321	0228831
05	SEMDEC	12	0531069
06	SEMIAS	67	0161041
07	SEMA	39	0512866
08	SEMTRAN	34	0151062
09	SEINFRA	367	0551262
10	SEMEC	13	0164565
11	SEMTel	27	0422925
12	SEMAGRIC	59	0544384
13	SMCL	10	0472324
14	FUNCULTURAL	06	0583874
15	PGM	05	0227498
16	CGM	04	0207310
17	SMD	17	0574830
18	SMPDC	05	0387216
19	SMTI	03	0122495
	TOTAL GERAL DA FROTA	1.244	

ANEXO IB - QUADRO CONSOLIDADO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA	DOCUMENTOS APRESENTADOS	SEI	TOTAL FROTA	METODOLOGIA DE CÁLCULO ADOTADA PELA SECRETARIA (DFD)	ESTIMATIVA DE PEÇAS	ESTIMATIVA DE SERVIÇO	VALOR TOTAL (PEÇAS E SERVIÇOS)
SGOV	-OFÍCIO Nº 113/DA/SGG/2024	0269387	13	Média de consumo dos anos 2021 a 2023	R\$ 178.916,66	R\$ 55.263,33	R\$ 234.179,99
SEMAD	-OFÍCIO Nº 023/2024/DCAOF/1 -OFÍCIO Nº 41/2024 – DCAOF/SEMAD -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0165487 0165752	23	Como base de referência, utilizou-se o 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 096/PGM/2019, originado do Processo nº 07.04594/2019, firmado em 2019, cujo valor original foi reajustado e tem atendido às necessidades da SEMAD nos exercícios de 2022, 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025.	R\$ 100.051,04	R\$ 91.462,81	R\$ 191.513,85
SEMED ADMINISTRATIVO	-OFÍCIO Nº 023/DA/GAB/SEMED -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0193499 0589384	49	Frota Oficial (49 veículos): Aplicação do percentual médio de 8% sobre o valor total da frota (base Tabela FIPE) , acrescido de uma margem técnica de segurança de 25%	R\$ 583.440,00	R\$ 388.960,00	R\$ 972.400,00
SEMED - TRANSPORTES ESCOLAR	-OFÍCIO Nº 023/DA/GAB/SEMED -OFÍCIO Nº 43/2024 – DAGTE/SEMED -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0589384	170	Transporte Escolar Rural (170 veículos): Aplicação do Índice de Severidade Operacional Rural (ISOR), que resultou em um percentual médio de 16,29% sobre o valor FIPE da frota (devido ao desgaste severo em estradas de terra, poeira e lama) , também acrescido de uma margem técnica de segurança de 25%.	R\$ 6.762.589,7	R\$ 4.508.393	R\$ 11.270.982
SEMUSA	-OFÍCIO Nº 64/2024 – DIGEAS/SEMUSA -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA -OFÍCIO Nº 262/2024 - DITRAN/SEMUSA	0228831	321	Consumo referente ao ano de 2023 + expansão da frota em 30% + 20% de reserva técnica	R\$ 4.044.300,00	R\$ 2.177.700,60	R\$ 6.222.000,60
SEMDEC	DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 6/2024 - DA/SEMUR -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 9/2024 – DA/SEMUR	0531069	12	Notas de Empenho emitidas nos exercícios de 2019 a 2023, Contrato n.º 069/PGM/201, Processo nº 18.05210/20219 / 00600-00011533/2023	R\$ 44.680,06	R\$ 68.502,16	R\$ 113.182,22
	-OFÍCIO Nº 29/2024 – DIML/SEMASF -OFICIO			Valores praticados no Contrato nº			

SEMIAS	EXTERNO N°. 82/2024 - DA/SEMASF -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA	0159798	67	081/PGM/2018 referente ao décimo primeiro aditivo	R\$ 149.584,20	R\$ 99.122,80	R\$ 248.706,95
SEMA	-OFÍCIO Nº 82/DA/GAB/SEMA/ -OFÍCIO INTERNO N°. 86/2024 - DTA/SEMA -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA -OFÍCIO INTERNO N° 94/2024 - DTA/SEMA	0274467 0274624 0510399	39	Empenhos nº 5667, 1847 e 1848, Processo nº 00600-00009107/2023-40 + 25% de reserva técnica	R\$ 219.140,62	R\$ 149.821,8	R\$ 368.962,50
SEMTRAN	-DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - RETIFICADO	0151062	34	Valor global do Contrato nº 068/PGM/2019 + projeção do aumento de 13 veículos na frota + reserva técnica de 25%	R\$ 284.459,39	R\$ 71.114,84	R\$ 355.574,23
SEINFRA	OFÍCIO Nº 145/2024/DA/SEM 178/2024/DA/SEM - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0235350 0541649	367	Base de Cálculo: Média aritmética das despesas dos últimos 05 anos (2021 a 2025) = 25% de Margem de Segurança. Ajuste Técnico: Aplicação de um redutor técnico de 2/3 sobre o histórico da SEMAGRIC/DEV para adequação administrativa.	R\$ 6.576.813,0	R\$ 2.818.634	R\$ 9.395.447,1
SEMEC	-OFÍCIO Nº 17/2024/DA/GAB/SEMPOG -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0165824 0164565	13	Valor global de Contratos anteriores	R\$ 107.918,17	R\$ 82.216,45	R\$ 190.134,62
SEMTEL	-OFÍCIO Nº 85/2024 - DA/SEMDESTUR -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0422925	27	Valor Global R\$220.000,00 + 25% de reserva técnica. R\$55.000	R\$ 178.750,00	R\$ 96.250,00	R\$ 275.000,00
SEMAGRIC	--DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) N°. 14/2024 - DA/SEMAGRIC	0544384	59	A projeção de custo aplicou margem de segurança de 30% para veículos leves e caminhonetes, e 20% para veículos pesados e maquinários. O Valor Global Estimado é de R\$ 3.033.909,39, com distribuição por natureza de despesa estimada em 70% para Peças e componentes e 30% para Serviços de manutenção."	R\$ 2.123.736,53	R\$ 3910.172,82	R\$ 23.033.909,39
SMCL	--DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO	0472324	10	Valor global do Contrato nº 002/PGM/2023	R\$ 31.386,86	R\$ 47.080,29	R\$ 78.467,16

DA DEMANDA							
FUNCULTURAL	-OFÍCIO Nº 181/DIAP/DA/GAB/FUNCULTURAL/2024 DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0309725 0583874	06	Valor global do Contrato nº 062/PGM/2018 + aplicação do índice inflacionário de 2018 a 2023-IGPM (considerando também as aquisições ocorridas no período de 05 anos do contrato)	R\$ 75.736,53	R\$ 32.150,26	R\$ 107.886,79
PGM	OFÍCIO Nº 188/2024/DA/PGM -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0240595 0227498	05	Valor global do Contrato nº 056/PGM/2019 + 25% de reserva técnica	R\$ 19.443,05	R\$ 19.636,64	R\$ 39.079,69
CGM	OFÍCIO Nº 48/DIAD/DAD/CGM/2024 DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0207338 0207310	04	Valor global do Contrato nº 072/PGM/2019	R\$ 13.280,00	R\$ 6.240,00	R\$ 19.520,00
SMD	--DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 1/2024 - DAL/SMD	0574830	17	Valor global do Contrato nº 056/PGM/2019 + 25% de reserva técnica	R\$ 64.999,50	R\$ 97.495,00	R\$ 162.494,50
SMTI	-OFÍCIO INTERNO Nº 76/2024 - DA/SMTI Ofício Nº 417/2025/SMTI-DA -DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0122495 0208422 0122506	03	Contrato nº 057/PGM/2019 da SGG, extraindo somente parcela referente aos veículos da SMTI	R\$ 13.280,00	R\$ 6.240,00	R\$ 19.520,00
SMPDC	--DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	0387216	05	Base de Cálculo: Parâmetros extraídos dos DFDs de outras secretarias (SEMDEC, SMTI e PGM), ajustados à proporção da frota da SMPDC (5 veículos).	R\$ 28.800,00	R\$ 43.200,00	R\$ 72.000,00
TOTAL			1.244		R\$ 21.601.305,13	R\$ 13.769.653,38	R\$ 35.370.962

ANEXO II - RELAÇÃO DE QUANTIDADES E LOCALIDADES MÍNIMAS DE ESTABELECIMENTOS DA REDE CREDENCIADA

ITEM	MUNICÍPIO	DISTRITO	QUANTIDADE MÍNIMA
01	Ariquemes		04
02	Candeias do Jamari		03
03	Guajará -Mirim		04
04	Jaru		04
05	Ji-Paraná		04
06	Ouro Preto do Oeste		04
07	Cacoal		04
08	Pimenta Bueno		04
09	Rolim de Moura		04
10	Vilhena		04
11	Porto Velho (capital)		30
12	Porto Velho (distrito)	Jaci Paraná	01
13	Porto Velho (distrito)	Nova Mutum	01
14	Porto Velho (distrito)	União Bandeirantes	01
15	Porto Velho (distrito)	Extrema de Rondônia	01
16	Porto Velho (distrito)	Nova Califórnia	01
17	Porto Velho (distrito)	Vista Alegre do Abunã	01
18	Porto Velho (distrito)	Fortaleza do Abunã	01
19	Porto Velho (distrito)	Rio Pardo	04
		TOTAL DE REDE CREDENCIADAS	80

OBS:

- Nos locais com possibilidade de mais de um estabelecimento credenciado, deverá a Contratada almejá-lo, visando aumentar o leque de opções de prestação dos serviços;
- A estimativa de quantitativos se justifica diante da necessidade e abrangência dos serviços prestados à população pela Prefeitura de Porto Velho.

ANEXO III - MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO REAL			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	<input checked="" type="checkbox"/> LUCRO REAL <input type="checkbox"/> LUCRO PRESUMIDO <input type="checkbox"/> SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXXX	XXXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	1,65%	115,50	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	7,60%	532,00	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXXX	XXXX	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXXX	XXXX	
g) Simples Nacional	XXXX	XXXX	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-a-b-c-d-e-f)	6.352,50	90,75%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativas		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=1.1+1.2)	225,66	
E - LUCRO BRUTO (p/ Lucro Real)	(E=B-C)	6.126,84	
6) CSLL	9%	551,42	
7) IRPJ	15%	919,03	
8) ADICIONAL DE IRPJ	10%	612,68	
F - LUCRO LIQUIDO (Apurado)	(F=E-6-7-8)	4.043,71	

MODELO I I

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO PRESUMIDO			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	() LUCRO REAL (X) LUCRO PRESUMIDO () SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXXXX		XXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	0,65%	45,50	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	3,00%	210,00	
d) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	2,00%	145,00	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	4,80%	336,00	
g) Simples Nacional	XXX	XXX	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-a-b-c-d-e-f)	6.262,90	89,47%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativas		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C)=(1.1+1.2)	225,66	
D - LUCRO BRUTO	(D)=B-C	6.037,24	

MODELO III

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - SIMPLES NACIONAL			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	[] LUCRO REAL [] LUCRO PRESUMIDO [X] SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	XXX	XXX	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	XXX	XXX	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
g) Simples Nacional	6,00%	420,00	
B - VALOR LÍQUIDO DOS SERVIÇOS		6.580,00	94,00%
(B)=(A-g)			
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativa	98,54		
1.2) Despesas Financeiras	127,12		
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=1.1+1.2)		
	225,66		
D - LUCRO BRUTO	(D=B-C)		
	6.354,34		

OBS: Os modelos de planilhas I, II e III deste Anexo III, são modelos/exemplos a serem seguidos, podendo a empresa, sendo o caso, realizar adequações necessárias que se encaixem com sua realidade.

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	A	B	C	D = A × (1 + B/100)
		VALOR ESTIMADO (R\$)	TAXA ADMINISTRATIVA (%)	TAXA DE CREDENCIAMENTO (%)	VALOR FINAL DA PROPOSTA (R\$)
01	Contratação de empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação, de forma contínua, de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip ou outro dispositivo disponível no mercado, visando atender as necessidades da frota oficial da Prefeitura de Porto Velho, por um período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, observado o critério do § 4º, art. 91, de acordo com as necessidades das Unidades Contratantes, conforme detalhamento, condições, especificações técnicas e quantitativos mínimos contidos no Termo de referência.	33.370.962,03	% () PREENCHER (positivo, zero ou negativo, com 2 casas decimais)	10% (LIMITE MÁXIMO — não integra a disputa)	R\$ (calculado automaticamente pelo sistema eletrônico a partir de: R\$ 33.370.962,03 × (1 + B/100))

Nota explicativa — Instruções ao licitante:

I — O licitante deverá preencher exclusivamente a **COLUNA B**, inserindo o percentual da taxa de administração ofertada, com até duas casas decimais, podendo ser positivo, zero ou negativo, conforme estratégia comercial;

II — O valor da **COLUNA A (R\$ 33.370.962,03)** é fixo e corresponde ao valor estimado da contratação, devendo constar como valor inicial da proposta (base de referência);

III — A **COLUNA C 10% (LIMITE MÁXIMO — não integra a disputa)**, estabelecida pela Administração, e NÃO integra o valor da proposta para fins de julgamento. Sua indicação é obrigatória apenas para fins de demonstração da viabilidade econômico-financeira da operação e análise de exequibilidade da proposta, conforme itens 10.2 e 11.4 deste termo;

IV — O Valor Final (**COLUNA D**) será calculado automaticamente pelo sistema eletrônico mediante a fórmula **D = A × (1 + B/100)**. Nos cenários disponíveis:

- **Taxa positiva** (ex.: B = +1,80%): D = R\$ 33.370.962,03 × 1,0180 = R\$ 33.971.639,35
- **Taxa zero** (B = 0,00%): D = R\$ 33.370.962,03 × 1,0000 = R\$ 33.370.962,03
- **Taxa negativa** (ex.: B = -3,00%): D = R\$ 33.370.962,03 × 0,9700 = R\$ 32.369.833,17

V — O percentual da taxa de administração deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas. **Propostas com taxa zero ou negativa deverão ser acompanhadas obrigatoriamente da Planilha de Composição de Preços (Anexo III)**, bem como de estudo demonstrativo da composição da remuneração, da viabilidade econômico-financeira da proposta e da margem projetada de resultado/lucro, **conforme subitens 10.2.3 e 11.3.3 deste Termo de Referência.**

VI — Encontra-se no **item 7.4. Materiais Complementares de Apoio à**

Compreensão da Contratação

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS
NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

A Empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço) declara, perante a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL, que:

- Disporá até o ato da assinatura do contrato de toda a estrutura e recursos necessários para execução do objeto especificado no certame licitatório do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo Administrativo nº _____ em especial os seguintes:
- Dos equipamentos necessários para execução do objeto; e
- Mão de obra qualificada.

Dessa forma, declaro que encontra-se apta à perfeita execução das atividades especificadas contratualmente.

Sendo isto o que havia a declarar.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano)

(assinatura)

(carimbo)

(nome do responsável)

(cargo)

ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

LINK: SEI Nº 0750863

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AUTOGESTÃO DE FROTA, PARA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E CREDENCIAMENTO DE REDE ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS E EMBARCAÇÕES PARA ATENDER A FROTA OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR 12(DOZE) MESES, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, DE UM LADO, E DO OUTRO, A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos _____ dias do mês _____ do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 237, esquina com Av. Farquar, Centro, CEP: 76.801-020, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, representada pelo Secretário Senhor _____, brasileiro, _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **CONTRATANTE**, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL**, representada pelo Secretário Senhor _____, brasileiro, _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada **INTERVENIENTE INSTITUCIONAL**, e **Contratada**, Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, nesta Capital, neste ato legalmente representada pelo (a) Sr. (a) _____, brasileiro (a), _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____/SSP/_____ e CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução contratual, tudo de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e alterações, posteriores, resultante do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026/SML/PVH**, nos termos do **PARECER Nº _____/2026/SPACC/PGM**, devidamente autorizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____** e, da Proposta da Contratada (**xxxxxxxxxx**), mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Objeto: SERVIÇOS DE AUTOGESTÃO DE FROTA, PARA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E CREDENCIAMENTO DE REDE ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS E EMBARCAÇÕES PARA ATENDER A FROTA OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR 12 (DOZE) MESES, conforme condições, especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Edital de Licitação e seus Anexos, para atender à Contratante.

1.2. Especificações Técnicas: Contratação de empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação, de forma contínua, de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip ou outro dispositivo disponível no mercado, em rede de serviços disponíveis nas regiões de atendimento (oficinas multimarcas e centros automotivos, borracharias, lojas de autopeças e componentes, funilarias, lava a jatos, concessionárias, tapeçarias, etc.), incluindo peças, acessórios, componentes, pneus e materiais originais, genuínos, ou paralelos, recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo, e a mão-de-obra de serviços de mecânica em geral, lanternagem, funilaria, pintura, eletricidade, ar-condicionado, trocas de óleo e filtros, alinhamento de direção, balanceamento e cambagem, borracharia (reparos dos pneus), chaveiro, tapeçaria, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, além de reboque por empresas de transporte em suspenso por guinchamento e socorro mecânico, elevação e movimentação pesada (serviços de muck), visando atender as necessidades da frota oficial da Prefeitura de Porto Velho, por um período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme detalhamento, condições, especificações e quantidades estimadas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	Contratação de empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação, de forma contínua, de gerenciamento, controle		

01	<p>e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético ou cartão eletrônico tipo smart com chip, visando atender as necessidades da frota oficial da Prefeitura de Porto Velho, por um período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, observado o critério do § 4º, art. 91, de acordo com as necessidades das Unidades Contratantes, conforme detalhamento, condições, especificações técnicas e quantitativos mínimos contidos neste documento.</p>	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1
----	---	-----------------------	---

1.3. Detalhamento do Objeto

1.3.1. O contrato compreenderá o fornecimento de sistema de gestão dos serviços de manutenção automotiva de todos os veículos oficiais (veículos, maquinários, equipamentos e embarcações), relacionados no **Anexo I**, e outros que forem adquiridos ou disponibilizados à frota da Prefeitura de Porto Velho no período de vigência contratual, a qualquer tempo, reservando-se o direito da administração de incluir ou excluir veículos, equipamentos, maquinários e embarcações do contrato, conforme a necessidade da unidade Contratante.

1.3.2. O atendimento dos serviços de manutenção bem como o fornecimento de materiais deverá ocorrer por meio de rede credenciada (oficinas multimarcas, centros automotivos, autopeças e concessionárias) em caráter contínuo e ininterrupto, que inclui o fornecimento de peças e insumos, abrangendo todas as áreas e especialidades dos veículos e equipamentos relativos à manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação e diagnóstico, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, remoção, transporte, complementação e conservação.

1.3.3. A frota a ser atendida pela rede credenciada é composta por veículos, tipo passeio; caminhonetes; camionetas; pick-ups; vans; ônibus; caminhões; motocicletas e similares; carretas e similares; embarcações e similares; maquinários e equipamentos rodoviários, tais como: tratores, retroescavadeiras, motoniveladoras, rolos compactadores, dentre outros que sejam acrescidas à frota, conforme o descritivo detalhado do quantitativo disponível no Anexo I do Termo de Referência.

1.3.4. Conforme art. 8º da Resolução nº 396, de 13 de dezembro de 2011, do Conselho Nacional de Trânsito -CONTRAN, os veículos são classificados em 02 (dois) tipos, sendo:

1.3.4.1. Veículos leves – correspondendo a ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete e camioneta, com peso bruto total – PBT – inferior ou igual a 3.500 kg;

1.3.4.2. Veículos pesados - correspondendo a ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão-trator, trator de rodas, trator misto, chassi-plataforma, motor-casa, reboque ou semirreboque e suas combinações;

1.3.7. A metodologia de contratação pretendida se resume na seguinte sequência: o órgão municipal contrata uma empresa especializada no gerenciamento da manutenção da frota de seus veículos oficiais; o objetivo da contratação é um sistema de gestão integrado a um sistema de pagamento dos serviços de manutenção utilizados, sendo que, para tanto, os veículos recebem seu próprio cartão magnético ou outro dispositivo disponível no mercado, a manutenção dos veículos, equipamentos leves e pesados é realizada na rede de estabelecimentos credenciados, sendo que o credenciamento dos mesmos é de competência da Contratada; em contrapartida, o órgão municipal paga à Contratada uma taxa de administração relativa ao sistema e seus serviços de credenciamento, suporte e gerenciamento, além dos valores correspondentes aos serviços utilizados.

TIPO DE SERVIÇO	DEFINIÇÃO
Mecânica geral	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, turbina, sistema de freios, arrefecimento e embreagem e todos os outros serviços afins.
	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos,

Lanternagem	para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú) e outras, solda em geral e todos os outros serviços afins.)
Funilaria e pintura/ estufa	Consiste em serviços de funilaria e pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivo de caracterização oficial e todos os outros serviços afins.)
Capotaria	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
Sistema elétrico	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz e som (giroflex, kojack, sirene, etc.), faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros.)
Sistema hidráulico	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros).
Borracharia completa	Consiste em remendos/reparos em pneus com/sem câmara de ar, troca de pneus e câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins)
Balanceamento, alinhamento, cambagem	Consiste em serviços de regulação do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins)
Suspensão	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins.
Instalação de acessórios	Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento, operacionalidade ou segurança dos veículos, assim como, o conserto e instalação de acessórios de som e imagem, tapetes, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, insulfilmes; e outros afins.
Vidraceiro	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas, polimento dos para brisas e todos os outros serviços afins.
Chaveiro	Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins.
Ar-condicionado	Consiste nos serviços de limpeza e reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins.
Troca de óleo e filtros	Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com substituição dos elementos filtrantes (ar, combustível, óleo lubrificante) e todos os outros serviços afins.
Lavagem e aspiração	Consiste nos serviços de lavagem simples e completa do veículo, inclusive de motor; lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação, e outros afins.
Assistência	Consiste nos serviços de elevação e movimentação pesada (serviços de munck) e o socorro mecânico (serviços de guincho e remoção) e outros afins.
Tapeçaria	Consiste na reforma, conserto ou restituição da forragem de bancos, revestimento interno e porta-malas dos veículos, e outros serviços afins.
Autopeças	Consiste no fornecimento de peças, componentes, acessórios e outros materiais afins originais ou genuínos recomendados pelo fabricante, bem como similares de qualidade aprovados pela administração.
Técnico para laudo de bicos injetores	Consiste em pessoa especializada em análise dos bicos injetores que são componentes de extrema precisão, responsáveis por pulverizar finamente o combustível na câmara de combustão do motor.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência por um período de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante aditivos, observado o critério do § 4º, art. 91, de acordo com as necessidades das unidades Contratantes e, ainda, observada a exigência de divulgação no PNCP estabelecida no art. 94, ambos da mesma Lei.

2.2. Após a assinatura do contrato será emitida a Ordem de Serviço, por meio da qual a empresa estará autorizada a dar início a execução do objeto contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O presente contrato será executado sob o **regime de empreitada indireta de empreitada por preço global**, nos termos do inciso XXIX, art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cuja contratação da execução do serviço se dá por preço certo de unidades determinadas.

3.2. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá **por demanda** de cada unidade administrativa (requisitante).

3.3. Do Sistema de Autogestão, Gerenciamento e Controle da Frota

3.3.1. Entende-se por Sistema de Autogestão, o sistema de gerenciamento disponibilizado pela Contratada para controlar toda a operação e gestão da frota de forma integrada, identificando, consolidando e controlando todos os dados relativos aos veículos, incluindo prestação dos serviços, peças substituídas, garantias, rede de credenciadas, orçamento, faturamento, custos inerentes a cada operação, etc., sendo importante identificar e medir os custos dos materiais, custos da própria manutenção e índices de discrepância nos orçamentos, bem como as diversas tabelas de preços existentes, apresentando a opção mais vantajosa, que consiste essencialmente em:

a) Aplicação web – sendo disponibilizado um **sistema informatizado** projetado para utilização através de um navegador, na internet (aplicação de software que utiliza a web, através de um browser, como ambiente de execução).

b) Tecnologia integrada – que viabilize a utilização de **cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip individual para cada veículo ou outro dispositivo** disponível no mercado, para realização dos serviços de manutenção automotiva junto aos estabelecimentos da rede credenciada, por meio de senha fornecida aos usuários (motoristas) designados pela Contratante.

c) Suporte técnico permanente – que possibilite o **restabelecimento, correções e alterações do sistema em prazo hábil**, garantindo inclusive o cadastramento inicial e/ou migração dos dados do sistema anterior, bem como o esclarecimento de dúvidas durante a operação do sistema por parte da Contratante ou da rede credenciada, através de técnicos capacitados sob orientação do responsável técnico da Contratada.

3.3.1.1. Ainda, a Contratada deverá dar treinamento para gestores e usuários da Contratante e para os estabelecimentos credenciados, que garanta o uso dos softwares disponibilizados pela Contratada, bem como de todo o funcionamento do sistema, visando o seu adequado e total gerenciamento.

3.4 Descrição dos serviços

3.4.1. Fornecimento parcelado de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos novos, primeiro uso, necessárias para manutenção da frota de veículos e equipamentos leves e pesados da Prefeitura de Porto Velho

3.4.2. Prestação de serviço de manutenção geral preventiva e corretiva da frota de veículos, maquinários, equipamentos e embarcações, incluído socorro-guincho/reboque 24 (vinte e quatro) horas todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

3.4.3. Custo de administração.

3.5. Soluções Técnicas Globais

3.5.1. Contratação de Sistema de autogestão de frota, de acordo com as justificativas, especificações e quantidades descritas no Termo de Referência.

3.5.2. Aos gestores das unidades contratantes: **a razão social da empresa credenciada permanecerá oculta no sistema, tanto na fase de orçamento inicial quanto na fase de cotações, até a liberação inicial pela Gestora Operacional (SMCL)**, ficando disponíveis, nesse momento, apenas os valores apresentados. Para fins de segurança jurídica, operacional e de legalidade, os parâmetros de visualização, controle e liberação serão definidos pela SMCL, podendo ser alterados sempre que necessário, conforme análise administrativa.

3.5.3. A Ordem de Serviço deverá assegurar a regularidade, a impessoalidade e a integridade do procedimento de cotação, devendo o sistema impedir que os estabelecimentos credenciados tenham acesso aos valores apresentados pelos demais participantes durante a fase de envio e análise dos orçamentos, de modo a preservar a

independência das propostas e evitar interferências que comprometam a competitividade e a lisura do processo.

3.5.4. Em síntese, a implantação do sistema informatizado de gerenciamento de dados de gestão e controle da frota a serem efetuados pela Contratada compreende:

- a)** O cadastramento e o registro dos veículos pertencentes à frota do Contratante;
- b)** O cadastramento de todos os usuários e gestores do sistema, com seus respectivos níveis de acesso;
- c)** O credenciamento e apresentação da rede credenciada, com todos os dados relativos (nome fantasia, razão social, CNPJ, porte empresarial, contatos, telefones, endereços, e-mails, linhas de fornecimento/objeto social, município, estado, etc.);
- d)** A identificação visual e divulgação da rede credenciada;
- e)** A implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos, informatizado, compatível com o ambiente seguro, via web, on-line;
- f)** O treinamento de usuários e gestores do contrato para operar o sistema, com previsão máxima de 15 (quinze) servidores de cada unidade Contratante para capacitação;
- g)** O treinamento da rede credenciada para operar o sistema;
- h)** O sistema deverá apresentar campo para aplicação de saldo para conclusão dos serviços e/ou peças executados, diretamente na ordem de serviço.

3.5.5. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos credenciados (concessionárias, oficinas automotivas, autopeças, serviços de guincho e borracharia) em todo o Estado, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da Contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, considerando as manutenções preventivas, corretivas, os serviços de reboque e o credenciamento das localidades mínimas definidas no **Anexo II**.

3.5.6. A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda dos serviços de manutenção em todo o território estadual, contendo, obrigatoriamente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, conforme forma progressiva do item **3.19.27.**, após a assinatura do contrato, estabelecimentos credenciados de autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias autorizadas e serviços de guincho de veículos.

3.5.7. As localidades mínimas a serem credenciadas para os prestadores e fornecedores são as relacionadas no **Anexo II**.

3.5.8. Nas cidades em que não houver estabelecimentos credenciados que prestem os serviços de autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias e serviços de guincho de veículos, a Contratada deverá cadastrar todos os estabelecimentos que tiver e que preencham os requisitos necessários.

3.5.9. Conforme necessidade da Contratante, e sem qualquer ônus a ela, a Contratada deverá efetuar o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso, o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação.

3.5.10. O sistema de gerenciamento dos serviços contratados deve permitir acesso categorizado por diferentes níveis de permissões e perfis, mediante senhas individuais, tais como, gestor do contrato, ordenador de despesas, gerentes setoriais, órgãos de controle interno e externo, rede credenciada, acesso livre, etc.

3.5.11. A Contratada deverá apresentar o sistema em ambiente web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidades, à Contratante **no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados** da assinatura do contrato, conforme o descrito nos itens a seguir:

- Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;
- Recebimento de orçamento on-line/real time;
- Acesso ao sistema somente para consulta, onde o operador terá acesso somente aos lançamentos feitos na rede credenciada, demonstrando peças lançadas, data de lançamento sem consulta a valores;
- Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;

- Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);
- Identificação do gestor responsável pela pré aprovação e aprovação da Ordem de Serviço (nome e matrícula)
- Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;
- Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;
- Sistemas integrados de informações, permitindo a geração de relatórios gerenciais;
- Sistemas tecnológicos integrados que viabilizem a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;
- Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional;
- Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;
- Fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e mão de obra;
- Relatório disponível por período, discriminando placa, marca, ano, modelo, renavam e total gasto com manutenção, valores gastos (peças e mão de obra);
- Sistema tecnológico que possibilite a visualização dos saldos para o Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato no respectivo contrato de manutenção preventiva e corretiva da frota;
- O sistema eletrônico deverá permitir o cadastramento de preços praticados no mercado;
- O sistema deverá emitir alerta, via correio eletrônico, a toda a rede credenciada, informando quando houver orçamento aberto para cotação de preços;
- O sistema deverá permitir que no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer unidade credenciada possa ofertar cotação e preços para o orçamento aberto no sistema.

3.5.12. O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo e, a cada operação:

- a)** Número de identificação da ordem de serviço;
- b)** Número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante;
- c)** Identificação do veículo (tipo de frota e placas);
- d)** Modelo do veículo;
- e)** Centro de Custo;
- f)** Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço;
- g)** Data e hora de início e fim da manutenção do veículo;
- h)** Tipo de serviço (aquisição de peça/ manutenção corretiva/ serviço de guincho);
- i)** Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);
- j)** Quilometragem do veículo no momento da execução do serviço;
- k)** Descrição dos serviços executados e peças trocadas;
- l)** Valor total de mão de obra;
- m)** Valor total das peças;
- n)** Tempo de garantia do serviço realizados;
- o)** Tempo de garantia das peças substituídas;
- p)** Valor total da operação;

- q)** Descrição sumarizada da operação;
- r)** Razão Social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço;
- s)** Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor;
- t)** Dados do IP do computador do fornecedor e/ou prestador de serviço.

3.5.13. Todos os dados do item **3.5.12.** deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

3.5.14. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão-de-obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e por órgão, bem como centro de custo de forma que as notas fiscais que foram emitidas para pagamento esteja em sintonia com relatório de pagamento na ordem numérica.

3.5.15. O histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual, permitindo o backup dos dados e restauração dos mesmos, para que não haja risco de continuidade.

3.5.16. Ao término do contrato, o backup e o histórico das operações deverão ser disponibilizados pela Contratada em planilha eletrônica e em formato passível de importação de dados por outro sistema que porventura venha a ser utilizado.

3.6. Proteção de dados pessoais

3.6.1. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter no mínimo, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante, as seguintes informações:

- a)** Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e valor total de mão de obra;
- b)** Ordem de serviço cadastrada;
- c)** Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;
- d)** Comparativo de cotações/orçamentos, inclusive de acordo com preço praticado e tabelas cadastradas;
- e)** Registro de garantia de peças e serviços;
- f)** Histórico de orçamentos;
- g)** Histórico de preço praticado por tipo de serviço/produto, linhas de fornecimento, localidade e fornecedor credenciado;
- h)** Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- i)** Composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;
- j)** Relação completa e discriminada de rede credenciada, por localidade e linhas de fornecimento;
- k)** Tempo de imobilização do veículo;
- l)** Custo por tipo de manutenção;
- m)** Custo global, mensal e anual de serviços e peças em geral, por veículo, por tipo de veículo, por porte de veículo, por órgão e por localização;
- n)** Tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, de acordo com os valores efetivamente faturados através de ordens de serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, por linha de fornecimento e por localidade;
- o)** Dados do IP do computador do fornecedor e/ou prestador de serviço.

3.6.2. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração

de dados para planilha eletrônica tipo Excel.

3.7. Da Execução dos Serviços e dos Prazos Aplicáveis

3.7.1. Os prazos para execução das manutenções e reparos necessários nos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações deverão observar a classificação de criticidade do bem, considerando a natureza do serviço público atendido, e serão contados a partir da aprovação do orçamento e da autorização de execução pelo Gestor do Contrato, vedada a adoção de prazo diverso em outros dispositivos, salvo previsão expressa e específica neste instrumento.

3.7.1.1. Para os serviços de manutenção preventiva e de pequena monta, o prazo máximo de execução será de até 10 (dez) dias úteis, contados na forma do item anterior, ressalvada hipótese de enquadramento em prazo inferior em razão da criticidade do bem ou da essencialidade do serviço público a que esteja vinculado.

3.7.1.2. Para os serviços de manutenção corretiva, os prazos máximos de execução deverão observar os seguintes limites, a contar da aprovação da Ordem de Serviço (OS), conforme a classificação de criticidade da frota, do maquinário, do equipamento ou da embarcação:

I – CRÍTICO: até 05 (cinco) dias corridos, compreendendo ambulâncias, viaturas de emergência, veículos da defesa civil, ônibus escolares e outros diretamente vinculados à continuidade imediata de serviços públicos essenciais;

II – PRIORITÁRIO: até 10 (dez) dias corridos, compreendendo veículos operacionais utilizados em fiscalização, manutenção urbana, apoio logístico e demais atividades essenciais da Administração;

III – ORDINÁRIO: até 15 (quinze) dias corridos, compreendendo veículos administrativos de uso interno e demais bens que não se enquadrem nas categorias anteriores.

3.7.1.3. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Contratada e analisadas pela Administração, os prazos poderão ser prorrogados mediante autorização expressa do Gestor do Contrato, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais.

3.7.1.4. Os serviços de assistência e remoção de veículos, maquinários e embarcações (guincho/reboque), deverão observar os seguintes prazos máximos de chegada ao local, contados da solicitação formal registrada no sistema:

I – Perímetro urbano (Sede e Distritos com acesso pavimentado): até **2 (duas) horas** para veículos leves e até **4 (quatro) horas** para veículos pesados e maquinários.

II – Zona rural, estradas vicinais e ramais (não pavimentados): até **10 (dez) horas**, independentemente do porte do veículo, devendo a previsão estimada ser informada de imediato ao Gestor.

III – Embarcações e resgates de altíssima complexidade: até **24 (vinte e quatro) horas** para a mobilização de logística específica.

3.7.5. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Contratada e analisadas pela Administração, os prazos poderão ser prorrogados mediante autorização expressa do Gestor do Contrato, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais.

3.8. Relatório trimestral de eficiência econômica

3.8.1. A Contratada deverá apresentar relatório trimestral contendo indicadores de eficiência econômica da gestão da frota, contemplando, no mínimo:

I – Desconto médio obtido nas cotações realizadas entre estabelecimentos credenciados;

II – Custo médio de manutenção por veículo;

III – Tempo médio de imobilização dos veículos;

IV – Evolução histórica dos custos de manutenção da frota;

V – Comparativo de preços praticados pela rede credenciada em relação aos preços médios de mercado.

3.8.2. O relatório trimestral deverá ser disponibilizado em ambiente web e em formato exportável, permitindo análise comparativa por período, unidade orçamentária, veículo, tipo de serviço, fornecedor e centro de custo.

3.8.3. Disponibilizar acesso ao Sistema AUDATEX MOLICAR ou outro instrumento hábil

similar, composta por uma ferramenta que possibilita ao gestor do contrato e gestor operacional do contrato efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.

3.8.4. A Contratante fornecerá à Contratada os dados para o cadastro dos veículos, condutores e identificação das respectivas unidades onde os mesmos estão alocados, contendo os seguintes dados:

tipo da frota (própria, locada ou convênio); prefixo; placas; marca; modelo; chassi; tipo de Combustível; ano de fabricação do veículo; lotação (unidade); capacidade do tanque;tombamento.

3.8.5. Cada veículo terá um único cartão magnético, microprocessado ou outro dispositivo disponível no mercado.

3.8.6. A Contratada deverá emitir ou possibilitar a emissão pelo sistema eletrônico, mensalmente, de faturas detalhadas dos serviços executados para cada unidade Contratante (secretaria ou órgão), para promover o melhor acompanhamento das despesas e garantir a eficiência do procedimento de manutenção da frota.

3.8.7. O sistema de Autogestão da frota deverá disponibilizar:

a) Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional;

b) Banco de dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota oficial, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;

c) Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado no sistema os valores gastos com mãos de obra, peças e taxa de administração, por órgão e por fornecedor, relacionando cada nota fiscal com a respectiva nota fiscal emitida pela Contratada para fins de cobrança;

d) Sistemas operacionais para processamento das informações da Contratante e da rede credenciada através da web (internet);

e) Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação dos veículos, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para a Contratante;

f) Local para cadastramento do prazo de garantia das peças e serviços prestados, com funcionalidade de alerta e bloqueio da contratação de mesmos produtos, se ainda estiver no período de validade da garantia, na própria tela de aprovação do orçamento;

g) Cadastramento da rede credenciada por localidade e por linha de fornecimento, identificando todos os serviços/produtos oferecidos por cada fornecedor, para possibilitar solicitação de cotação em massa, num só clique, a todos os possíveis interessados, na busca pelo menor preço;

h) Permissibilidade para realização de cotações diárias dentre os estabelecimentos credenciados, preliminarmente à execução de quaisquer serviços com o objetivo de serem analisados, com funcionalidade de envio da cotação de uma só vez (único clique) a todos os credenciados do ramo do objeto a ser contratado, devendo ser autorizada a cotação de menor valor, ou a mais vantajosa, levando-se em consideração a relação custo benefício pelo **gestor do contrato**, inclusive para os veículos cuja garantia não esteja vencida, salvo quando houver um número inferior de concessionárias capacitadas para o serviço, devendo tal fato constar na ordem de serviço;

i) Campo para informar as observações quanto à autorização, especialmente para registrar descontos obtidos na negociação, informando inclusive quando essa negociação visa manter todos os serviços num mesmo local para evitar deslocamentos, se identificado como mais vantajoso e se o fornecedor concordar em reduzir o preço inicialmente cotado;

j) Módulo de **Gestão de Documentos da Rede**, permitindo o *upload* e a visualização de arquivos em formato PDF correspondentes aos instrumentos contratuais firmados entre a **Contratada** e as **REDES CREDENCIADAS**, com busca por CNPJ, Razão Social e Tipo de Serviço.

k) Campo para que o **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** solicite informações adicionais da credenciada responsável pela abertura da Ordem de Serviços, antes do sistema disparar para cotação, durante a pré-aprovação e aprovação.

3.8.8. O sistema deverá emitir alerta, via correio eletrônico e na tela de acesso via web, a toda a rede credenciada, conforme o ramo de atuação (linhas de fornecimento cadastradas), informando quando houver orçamento aberto para cotação de preços.

3.8.9. O sistema deverá dispor de campo para que a Contratante determine o prazo disponível para cotação, variável **entre 24 (vinte e quatro) e 72 (setenta e duas) horas**, de acordo com a urgência dos serviços, bem como possibilidade de prorrogação do prazo com reenvio dos alertas aos credenciados, quando não se alcançarem o número de pelo menos 03 (três) cotações ou que a Contratante não esteja certa da vantajosidade dos preços alcançados.

3.8.10. O sistema de gerenciamento dos serviços contratados deve permitir acesso categorizado por diferentes níveis de permissões e perfis, mediante senhas individuais, tais como, gestor do contrato, ordenador de despesas, gerentes setoriais, órgãos de controle interno e externo, rede credenciada, acesso livre, etc.

3.8.11. O sistema deverá permitir que no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas qualquer unidade credenciada possa ofertar cotação de preços para o orçamento aberto no sistema.

3.8.12. O sistema deverá dispor de painel de gestão completo da operação em formato de gráficos e tabelas com todos os dados, no sistema para auxiliar a gestão operacional.

3.8.13. O sistema deverá disponibilizar **funcionalidade integrada de análise, consolidação e visualização gerencial de dados**, vinculada à emissão de relatórios detalhados e à apresentação de painéis visuais dinâmicos, assegurando que toda representação gráfica possua lastro técnico nos dados efetivamente registrados na solução e correspondência com os relatórios analíticos previstos neste item, inexistindo divergências entre o detalhamento das Ordens de Serviço (OS) e os indicadores gerenciais apresentados.

3.8.14. O sistema deverá apresentar gráficos e tabelas dinâmicas que consolidem os dados dos relatórios, permitindo ao gestor:

I – Navegação entre níveis de detalhamento: ao selecionar qualquer indicador gráfico, o sistema deverá possibilitar o acesso ao respectivo relatório analítico detalhado que lhe deu origem;

II – Aplicação simultânea de filtros: os painéis visuais deverão permitir a combinação de filtros por período, unidade orçamentária, placa, condutor e fornecedor, com atualização correlata das informações apresentadas;

III – Visualização de indicadores de desempenho: o sistema deverá permitir a visualização destacada de indicadores gerenciais, tais como custo médio por quilômetro rodado, tempo médio de permanência em oficina e economia obtida em razão dos descontos alcançados.

3.8.15 Os relatórios e dashboards disponibilizados pela Contratada deverão **conter no mínimo**, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante, as seguintes informações:

a) Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e valor total de mão de obra;

b) Ordem de serviço cadastrada;

c) Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;

d) Comparativo de cotações/orçamentos, inclusive de acordo com preço praticado e tabelas cadastradas;

e) Registro de garantia de peças e serviços;

f) Histórico de orçamentos;

g) Histórico de preço praticado por tipo de serviço/produto, linhas de fornecimento, localidade e fornecedor credenciado;

h) Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;

i) Composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;

j) Relação completa e discriminada de rede credenciada, por localidade e linhas de fornecimento;

k) Tempo de imobilização do veículo;

l) Custo por tipo de manutenção;

m) Custo global, mensal e anual de serviços e peças em geral, por veículo, por tipo de veículo, por porte de veículo, por órgão e por localização;

n) Tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, de acordo com os valores efetivamente faturados através de ordens de serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, por linha de fornecimento e por localidade;

o) Registro de logs de acesso, incluindo endereço de IP, data e hora do fornecedor/prestador de serviço.

3.8.16. Todos os dados consolidados nos painéis visuais e os relatórios analíticos devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e extração integral da base de dados em formatos abertos (CSV, XML e XLS) e formatados (PDF).

3.8.17 O sistema deverá fechar automaticamente o orçamento, quando finalizado o prazo definido pela Contratante, disponibilizando imediatamente os resultados para consulta.

3.8.18. O sistema deverá disponibilizar a consulta à tabela de preços praticados no âmbito da própria administração, de acordo com os valores efetivamente faturados através de Ordens de Serviço emitidas pelo próprio sistema, elencando todos os serviços e produtos adquiridos no interregno de 60 (sessenta) dias, permitindo também filtro de pesquisa de acordo com o objeto ou linha de fornecimento, a fim de subsidiar a análise da vantajosidade quando não houver cotações suficientes para os mesmos itens;

3.8.19. O sistema deverá disponibilizar consulta comparativa na própria tela de orçamento, contendo as informações de data e menor preço da cotação atual, data e menor preço praticado/contratado para o produto/serviço registrado no próprio sistema nos últimos **60 (sessenta) dias**, data e menor preço praticado na localidade e data e menor preço ofertado pelo próprio fornecedor detentor da menor cotação atual.

3.8.21. O sistema deverá realizar análise comparativa automatizada entre o valor total do orçamento submetido à aprovação e o valor venal, de mercado ou referencial atualizado do respectivo bem, conforme base de dados parametrizada pela Administração, com a finalidade de subsidiar a aferição da economicidade da manutenção.

3.8.22. Para os veículos automotores leves e pesados, o valor referencial mencionado no subitem anterior será, preferencialmente, o constante da Tabela FIPE vigente na data da cotação. Para maquinários, equipamentos e embarcações, deverá ser utilizada base oficial de mercado disponível, cotação idônea ou laudo técnico de avaliação previamente parametrizado no sistema pela Contratante.

3.8.23. Quando o valor total do orçamento atingir ou **ultrapassar 40% (quarenta por cento)** do valor referencial do bem, o sistema deverá gerar alerta automático de criticidade, com destaque visual na tela de aprovação para o Gestor do Contrato e para o Gestor Operacional do Contrato (SMCL).

3.8.24. Caso o valor total do orçamento atinja ou **ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento)** do valor referencial do bem, o sistema deverá bloquear a pré-aprovação e aprovação. A liberação da Ordem de Serviço, neste cenário, ocorrerá exclusiva e excepcionalmente mediante **autorização expressa do respectivo Ordenador de Despesas da Unidade Contratante**, por meio de senha pessoal e intransferível, acompanhada de justificativa fundamentada, atestando a necessidade e a vantajosidade da intervenção.

3.8.25. Na hipótese de incidência do subitem anterior, o sistema deverá registrar e armazenar de forma indelével e auditável: a data, o horário, o IP, o usuário autorizador (nome e matrícula), a unidade administrativa, o percentual apurado em relação ao valor referencial do bem e o inteiro teor da justificativa exarada, sendo terminantemente vedada a liberação da OS sem o preenchimento simultâneo de todos estes requisitos.

3.8.26. A autorização excepcional para manutenções que ultrapassem a trava de 50% (cinquenta por cento) não exime a Administração da análise continuada de economicidade e, quando cabível, da instauração de procedimento de avaliação patrimonial para classificar o bem quanto à sua recuperabilidade, antieconomicidade ou

inservibilidade, em estrita observância à legislação patrimonial vigente.

3.8.27. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão-de-obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e por órgão, bem como centro de custo de forma que as notas fiscais que foram emitidas para pagamento esteja em sintonia com relatório de pagamento na ordem numérica (tanto da notas fiscais em um único arquivo).

3.8.28. O histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual, permitindo o backup dos dados e restauração dos mesmos, para que não haja risco de continuidade.

3.8.29 Ao término do contrato, o backup e o histórico das operações deverão ser disponibilizados pela Contratada em planilha eletrônica e em formato passível de importação de dados por outro sistema que porventura venha a ser utilizado.

3.8.30. O sistema deverá permitir que os relatórios sejam exportados para os formatos .xls, .doc., .docx e .pdf., devendo os mesmos estarem disponíveis em ambiente web (internet), conforme o nível de credenciamento e permissões de senha.

3.8.31. O sistema web da Contratada deverá promover a otimização e a padronização das operações de manutenção realizadas, assegurando o controle integral dos veículos, usuários, ordens de serviço, peças, custos e histórico de intervenções.

3.8.32. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica tipo excel.

3.8.33. Nenhuma permissão de acesso categorizado através de senhas individuais poderá ser cadastrada e liberada sem a prévia autorização formal do **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**, que definirá os diferentes níveis de permissões e perfis adequados a cada usuário, garantindo a segurança e competência para acesso a cada informação gerencial.

3.8.34. A Contratada deverá fornecer as garantias e segurança do sistema conforme abaixo detalhadas:

a) Gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos fiscalizadores indicados pelo **Gestor do Contrato**;

b) Autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;

c) Bloqueio do uso da senha deverá ser on-line e a partir da base operacional definida pela Contratante, mediante senha/rotina específica;

d) Troca periódica ou validação de senha pessoal;

e) Cancelamento e cadastramento de senha somente pela unidade autorizada, definida pelo **Gestor do Contrato**.

f) Identificação e alerta no sistema nas ocorrências de acesso ao sistema por estabelecimentos credenciados que possuem o mesmo endereço IP (protocolo de rede).

3.8.35. O uso indevido de senha não autorizada, cancelada ou bloqueada pela Contratante, será considerado falha do sistema e as despesas ficarão por conta da Contratada.

3.8.36. A Contratada deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, em idioma português, na quantidade a ser definida pelo **Gestor do Contrato**, bem como para toda a rede credenciada, conforme a necessidade.

3.8.37. A utilização dos equipamentos e do sistema será precedida de treinamento específico e obedecerá aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da Contratada, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos e metodologias de uso que se mostrarem insatisfatórios à plena execução.

3.8.38. O treinamento deverá ser oferecido para os gestores e usuários da Contratante quanto ao uso dos softwares na **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL**, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, em data e horário a serem definidos pelas partes.

3.8.39. O treinamento da rede credenciada poderá ser realizado em grupo ou individualmente, de conformidade com a instalação do sistema, em horários e locais diferentes do treinamento da administração, ocorrendo a critério e sob inteira responsabilidade da Contratada, entendendo-se como orientação técnica de manuseio, eis que disponibilizará menor quantidade de telas para gestão de cada estabelecimento.

3.8.40. Na execução dos serviços, deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes equipamentos e instalações:

I - Mecânica/Elétrica: Equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (para análise e leitura das partes elétrica e eletrônica do veículo); Multímetro; Lavadora de peças; Macaco para motor; Medidor de pressão do sistema de arrefecimento; Medidor de compressão de cilindros; Medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica; Elevador de veículos; Equipamento para limpeza e regulagem de bicos injetores.

II - Tapeçaria/Funilaria: Rebitador; Tracionadores: conjunto para reparo de carroceria; Ventosas para manuseio de vidros; Máquina e/ou equipamento para soldagem, etc.

III - Pintura: Cabine de pintura e estufa de secagem; Pistola; Compressor; Laboratório de tintas, etc.

IV - Borracharia: Macaco (jacaré e hidráulico); Máquina desmontadora de pneus (manual ou pneumática); Vulcanizadora de camara; Vulcanizadora de pneus; Compressor de ar; Saca válvula; Espátula; Kit de reparo para pneus sem câmara (tip top); Chave de roda em cruz, tipo "quatro bocas".

V - Gerais: Iluminação adequada; Sistema de proteção contra incêndio dentro dos padrões do Corpo de Bombeiros; Ferramentas adequadas para cada tipo, ano e modelo do veículo.

3.9. Qualificação técnica da equipe da Rede Credenciada

3.9.1. As oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada deverão possuir profissionais qualificados para execução dos serviços de manutenção automotiva, compatíveis com as atividades desempenhadas.

3.9.2. A Contratada deverá assegurar que os estabelecimentos credenciados disponham de profissionais capacitados, podendo ser exigida comprovação mediante certificados de capacitação técnica emitidos por entidades reconhecidas, tais como:

I – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;

II – fabricantes automotivos ou redes autorizadas de concessionárias;

III – entidades ou instituições reconhecidas de capacitação no setor automotivo.

3.9.3. Administração poderá solicitar a comprovação da qualificação técnica dos profissionais e da capacidade operacional das unidades da rede credenciada poderá ser exigida pela fiscalização contratual, mediante solicitação formal, **durante a execução do contrato**, nas hipóteses de credenciamento, fiscalização periódica, auditoria ou apuração de inconformidade, devendo a Contratada apresentá-la no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

3.10. Da Rede Credenciada E Os Serviços Prestados Por Seu Intermédio

3.10.1. Entende-se por rede credenciada, para fins deste documento, todos os estabelecimentos comerciais fornecedores dos serviços ou materiais objetos do contrato que, através da manifestação voluntária de interesse e mediante consulta da Contratada, concordem com as condições estabelecidas e preencham os requisitos aqui definidos, podendo então prestar os serviços solicitados ou fornecer os materiais necessários à manutenção da frota, constando no rol de linhas de fornecimento por localidade definida.

3.10.2. Poderão ser credenciadas as empresas (pessoa jurídica) que possua instalações próprias e profissionais aptos para prestar os serviços indicados neste instrumento, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento.

3.10.3. Não poderão ser credenciadas empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

3.10.4. As empresas deverão possuir CNPJ, Conta jurídica, computador, impressora, telefone, acesso à internet e emissão de nota fiscal, preferencialmente, eletrônica.

3.10.5. Quando o estabelecimento não possuir nota fiscal eletrônica, será aceita a nota fiscal tradicional;

3.10.6. A credenciada deverá entregar mensalmente, junto às notas fiscais dos serviços realizados, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados, com consolidação financeira dos serviços executados.

3.10.7. Deverão acompanhar mensalmente as Notas Fiscais: a Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, a Certidão Negativa de Débito Federal e a Certidão Negativa Trabalhista, as quais devem estar válidas.

3.10.7.1. O Fiscal do Contrato deverá atestar as Notas Fiscais, bem como as Certidões enviadas pelas credenciadas e, após, encaminhará ao setor competente.

3.10.8. Os serviços somente serão autorizados pela Contratante para oficinas/concessionárias devidamente credenciadas pela Contratada e que se comprometam a atender aos seguintes requisitos mínimos:

3.10.9. Não estabelecer diferenciação entre pagamento através do sistema informatizado e pagamento de cartão de crédito convencional (cliente tradicional e cliente município).

3.10.10. Executar os serviços de manutenção automotiva de acordo com sua especialidade, com o fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da Contratante, em instalações próprias.

3.10.11. Oferecer garantia mínima, conforme especificado neste documento, pelos serviços executados.

3.10.12. Oferecer garantia mínima de peças e acessórios de acordo com o fabricante.

3.10.13. Utilizar no serviço de reposição, peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo que sejam:

a) novas ou de primeiro uso: genuínas, originais ou similares;

b) recondicionadas, remanufaturadas: nos casos excepcionais em que os veículos, maquinários, equipamentos ou embarcações estejam fora de linha de fabricação de peças novas, desde que tal situação seja comprovada e, haja expressa e formal anuência por escrito do **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**.

3.10.14. Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção, conforme estabelecido neste instrumento.

3.10.15. Responsabilizar-se pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, em casos de dolo ou culpa.

3.10.16. Executar os serviços solicitados com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramenta adequados, devendo os veículos ser devolvidos para a Contratante em perfeitas condições de funcionamento.

3.10.17. Toda divergência será passível de negativação dos orçamentos pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**.

3.10.18. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente, e por sua custa e risco, no todo ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo cliente, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

3.10.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

3.10.20. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (equipamentos e acessórios) causados por seus empregados, prepostos ou terceiros sob a sua responsabilidade.

3.10.21. Não aplicar materiais e serviços sem prévia autorização da Contratante.

3.10.22. Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo a relação das mesmas e os seus respectivos códigos, que serão verificados pela Contratante, e efetuar a entrega das mesmas após a substituição.

3.10.23. Executar fielmente os serviços que lhe forem confiados, dentro das melhores normas técnicas, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Contratante.

3.10.24. Enviar para a Contratante pela internet, através do sistema eletrônico, no **prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo previsto para a realização do conserto, indicando o custo do homem/hora a ser empregado, para análise, pré-aprovação e aprovação pelos gestores competentes.

3.10.25. A credenciada que não enviar seu orçamento no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas será desconsiderada pelo **Gestor do Contrato**.

3.10.26. Responder por danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante, por dolo ou culpa.

3.10.27. Proceder com cotações, através do sistema eletrônico, para comprovação de viabilidade de orçamentos emitidos por outros estabelecimentos de mesma especialidade ou definição de outro prestador apto à execução dos serviços que porventura tenham realizado o orçamento inicial dos veículos.

3.10.28. A fornecedora credenciada deverá remeter as notas fiscais ao **Gestor do Contrato**, referente ao serviço efetuado, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão de obra, homem/hora (em sendo o caso), até 05 (cinco) dias antes do fechamento da fatura da Contratada, sob pena de os respectivos valores serem pagos somente na próxima fatura.

3.10.29. Além da obrigação descrita no subitem anterior, a fornecedora credenciada deverá remeter à Contratada, por determinação do TCE/RO, cópia simples das Notas Fiscais, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão de obra, homem/hora (em sendo o caso), visando à comprovação da despesa, para a realização do pagamento.

3.10.30. A credenciada deverá declarar, sob as penas da lei, que não utiliza a mão-de-obra de menores, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, art. 7º da CF.

3.10.31. As notas fiscais de prestação dos serviços geradas pela rede credenciada (sub Contratadas) deverão ser emitidas em nome da empresa gerenciadora (Contratada).

3.10.32. Executar o serviço, se autorizado, mediante o recebimento de Ordem de Serviço, expedida pela Contratante, através do sistema eletrônico, mesmo que o orçamento inicial não tenha sido executado pelo seu estabelecimento, contudo, tendo sido a sua cotação de preços identificada como a mais vantajosa.

3.10.33. Somente iniciar a execução dos serviços autorizado pela Contratada após **pré-aprovação** via sistema eletrônico expedida pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**.

3.10.34. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato, eis que compatível com qualquer outro serviço realizado diretamente ao consumidor pessoa física ou diante de quaisquer outros tipos de contratos governamentais.

3.10.35 Fornecer aos trabalhadores equipamentos individuais e coletivos de segurança (EPI's e EPC's) adequados às normas.

3.10.36. Disponibilizar o veículo para devolução, logo após a conclusão dos serviços, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**.

3.10.37. Aceitar inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos consertados /recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado danos de média monta. Entendendo por média monta, os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de equipamentos de segurança especificados pelo fabricante.

3.11. Cláusula Sétima - Exclusão Do Estabelecimento Da Lista De Atendimento Da Prefeitura De Porto Velho

3.11.1. O estabelecimento poderá ser excluído da lista de atendimento do Município de Porto Velho a qualquer tempo por solicitação expressa própria ou por solicitação do **Gestor do Contrato**, ou no caso de descumprimento às normas e condições estabelecidas neste documento, obedecendo aos seguintes critérios:

3.11.2. O Gestor do Contrato e a Contratada emitirão as devidas notificações a serem protocoladas junto aos estabelecimentos credenciados, informando claramente os motivos da advertência e/ou as normas e condições descumpridas, determinando prazo para readequação.

3.11.3. Em qualquer caso será garantida a ampla defesa e o contraditório ao estabelecimento credenciado, que deverá ser encaminhada ao **Gestor Operacional do Contrato** na mesma forma definida no item acima, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação.

3.11.4. Notificado o estabelecimento, é facultada a resposta nos termos acima e, se não forem acatadas as justificativas apresentadas, a Contratante não mais utilizará os serviços do respectivo estabelecimento, comunicando por escrito a decisão, devendo a Contratada comunicar expressamente ao respectivo estabelecimento os fatos que motivaram tal decisão.

3.11.5. Os estabelecimentos excluídos por solicitação própria poderão ser novamente incluídos na lista de atendimento, **caso não haja restrições da Contratante e do Gestor Operacional do Contrato.**

3.12. Serviços A Serem Prestados Pela Rede Credenciada

3.12.1. Manutenção Preventiva

3.12.1.1. De acordo com a NBR 5462/1994, norma técnica que estabelece os princípios gerais de gestão da manutenção nas empresas e define os requisitos e procedimentos para planejar, executar e controlar a manutenção de equipamentos e instalações, garantindo a confiabilidade, disponibilidade e segurança das operações. Assim, esta norma define manutenção preventiva como sendo aquela que é realizada antes que uma falha ocorra, com o objetivo de evitar a parada do equipamento e reduzir custos. É uma abordagem baseada em um cronograma de manutenção predeterminado, que busca realizar ações de inspeção, reparo ou substituição de componentes antes que ocorra uma falha. Essa abordagem é indicada para equipamentos críticos que precisam estar sempre disponíveis e em bom estado de funcionamento, assim como para situações em que a falha do equipamento possa trazer consequências graves. Ou seja, é o conjunto de ações planejadas em intervalos predeterminados, com base na vida útil dos componentes, para reduzir a probabilidade de falhas nos equipamentos. Dessa forma é possível evitar paradas não programadas. Seus principais benefícios são a redução do tempo de parada, aumento da vida útil do equipamento e a redução de custos de manutenção.

3.12.1.2. A essência da manutenção preventiva é a substituição de peças ou componentes antes que atinjam a idade em que passam a ter risco de quebra ou falhas. A base científica deste tipo de manutenção é o conhecimento estatístico da taxa de defeito das peças, equipamentos ou sistemas ao longo do tempo.

3.12.1.3. A manutenção preventiva objeto deste documento consiste então na revisão periódica da frota, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e outras prestadoras de serviço do ramo, obedecendo às recomendações do fabricante do veículo, visando minimizar a incidência de necessidade de gastos com manutenção corretiva, e visando manter os veículos em perfeito funcionamento e com todas as garantias de cobertura, enquanto vigentes. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo das responsabilidades quanto à execução e fiscalização, conforme definido neste documento.

3.12.1.4. São exemplos de serviços realizados em manutenção preventiva: troca de pneus, protetores e câmaras; alinhamento e balanceamento de rodas e cambagem; troca de óleo de motor, câmbio, diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento; filtro de óleo, de ar e de ar condicionado; lubrificação e elementos filtrantes de veículos; lavagem simples e completa, inclusive de motor; lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação; reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança), correias de alternador/gerador; substituição de itens do motor; substituição de peças desgastadas; limpeza de motor e bicos injetores; regulagem de bombas e bicos injetores; troca de lona, pastilha de freio e mangueiras; revisão de fábrica; reaperto de parafusos; inspeção de rolamentos durante a operação; outros serviços constantes no manual dos veículos/equipamentos.

3.12.2. Manutenção Corretiva

3.12.2.1. De acordo com a NBR 5462/1994, a manutenção corretiva é efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida". Em suma: é toda manutenção com a intenção de corrigir falhas em

equipamentos, componentes, módulos ou sistemas, visando restabelecer sua função.

3.12.2.2. A manutenção corretiva é indicada para equipamentos menos críticos, ou seja, situações em que a parada do equipamento não trará grandes prejuízos. Também é indicada quando a falha ocorre de forma esporádica e que a manutenção preventiva não foi suficiente para evitá-la. No caso, o uso constante da frota acarreta problemas a serem sanados. Trata-se da correção dos danos atuais e não iminentes com o objetivo de restaurar o equipamento ou sistema a um estado de operação normal.

3.12.2.3. A manutenção preventiva objeto deste documento consiste então na revisão periódica da frota, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e outras prestadoras de serviço do ramo, obedecendo às recomendações do fabricante do veículo, visando minimizar a incidência de necessidade de gastos com manutenção corretiva, e visando manter os veículos em perfeito funcionamento e com todas as garantias de cobertura, enquanto vigentes. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo das responsabilidades quanto à execução e fiscalização, conforme definido neste documento.

3.12.2.4. São exemplos de serviços realizados em manutenção corretiva: serviços de retífica de motor; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar-condicionado; serviços de instalação elétrica; serviços no sistema de injeção eletrônica; montagem e desmontagem de jogo de embreagem; capotaria; tapeçaria; borracharia; chaveiro; funilaria e pintura; reboque de veículos; revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular.

3.13. Serviços de Assistência

3.13.1. Entende-se por serviços de assistência, objeto deste documento, como um auto socorro quando ocorrerem imprevistos, em caso de acidente ou pane, portanto com assistência de 24 (vinte e quatro) horas.

3.13.2. A assistência deve compreender: **serviços de guincho**, no caso de veículos ou caminhões usados para rebocar os veículos avariados, transporte em suspenso por guinchamento para remoções e **serviços de munck**, com guindaste utilizado para a elevação e movimentação de cargas e materiais pesados, além da capacidade humana.

3.13.3. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo das responsabilidades quanto à execução e fiscalização, conforme definido neste documento.

3.13.4. São exemplos de serviços realizados em assistência: guincho de motocicletas; guincho de veículos leves e médios (carros e caminhonetes); guincho de veículos de grande porte (caminhões de todos os tipos, máquinas em geral, etc.); movimentação por guindaste de veículos, sucatas, materiais pesados (incluindo máquinas e compressores), cargas, etc.

3.13.5. Na prestação dos serviços de guincho deverá ser sempre preenchido um “check list” completo, logo que chegar ao local e antes de iniciado qualquer atendimento, informando, neste documento, a descrição completa do automóvel, seus danos aparentes, acessórios e eventuais pertences deixados no seu interior. Este “check list” para ter validade deverá ser assinado pelo usuário. Este documento servirá para assegurar a CONTRATANTE não ter que arcar com possíveis danos ao veículo em seu transporte.

3.13.6. O serviço será pago por quilômetro rodado contado do local do atendimento até a oficina Contratada ou sede da unidade a que pertence, conforme o solicitado.

3.14. Logística de Reposição

3.14.1. Entende-se por logística de reposição, o fornecimento de todos os materiais necessários para garantir a manutenção preventiva e corretiva, através de uma rede de distribuição e autopeças, cobrindo o Município de Porto Velho, impossibilitando a indisponibilidade de veículos da frota administrativa.

3.14.2. São exemplos que compreendem a logística de reposição: peças automotivas; acessórios; componentes; pneus; outros materiais originais ou genuínos recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo, ou mesmo similares de qualidade aprovados pela administração, conforme o caso e necessidade.

3.14.3. Não é um serviço prestado diretamente pela Contratada, mas pelas redes especializadas credenciadas pela mesma, não eximindo das responsabilidades quanto à execução e fiscalização, conforme definido neste documento.

3.14.4. Dentro desta logística de reposição, fica expressamente permitida a aquisição

de peças, componentes, pneus e acessórios automotivos de forma avulsa (sem a contratação de mão de obra da rede credenciada), visando atender exclusivamente às necessidades das unidades Contratantes que possuam oficina própria como exemplo as secretarias: **SEINFRA, SEMAGRIC E SEMED/TRANSPORTE ESCOLAR.**

3.14.5. A aquisição avulsa descrita no subitem anterior deverá ocorrer mediante a emissão de Ordem de Serviço (OS) para fornecimento de peças, a qual seguirá rigorosamente os mesmos trâmites sistêmicos e administrativos descritos neste Termo de Referência, submetendo-se às mesmas regras de cotação de mercado, pré-aprovação pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** e aprovação final pelo **Gestor do Contrato**.

3.14.6. A logística de reposição opera sob a demanda imediata do veículo. Portanto, é expressamente vedada a utilização do presente contrato para a aquisição de peças, pneus ou outros materiais necessários para manutenção preventiva e corretiva com a finalidade de formação de estoque físico nas dependências das Secretarias.

3.15. Principais Linhas De Fornecimento Para O Credenciamento

3.15.1. O credenciamento da rede visa atender às necessidades de manutenção da frota em regime de assistência a uma, ou a multimarcas de veículos; assistência a uma ou mais categorias de veículos e assistência a uma ou a várias especialidades.

3.15.2. Para atendimento dos casos em que o veículo estiver dentro do período de garantia de fábrica, a Contratada deverá cadastrar concessionárias autorizadas para a execução da manutenção e revisão, para a qual será encaminhado o veículo para realização dos serviços.

3.15.3. Havendo mais de uma concessionária autorizada no município, será proporcionada a livre concorrência, nos mesmos moldes dos veículos fora de garantia, ou seja, encaminhar-se-á a cotação eletrônica prévia a todas as concessionárias cadastradas para a localidade.

3.15.4. O rol de credenciamento abaixo determina as principais linhas de fornecimento que deverão ser disponibilizadas no contrato, sendo a listagem meramente exemplificativa, não excluindo nenhum outro serviço ou linha de fornecimento necessária para o bom funcionamento dos veículos que necessite ser incluída posteriormente, desde que se inclua na definição do objeto deste documento.

TIPO DE SERVIÇO	DEFINIÇÃO
Mecânica geral	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, turbina, sistema de freios, arrefecimento e embreagem e todos os outros serviços afins.
Lanternagem	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú) e outras, solda em geral e todos os outros serviços afins.)
Funilaria e pintura/ estufa	Consiste em serviços de funilaria e pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivo de caracterização oficial e todos os outros serviços afins.)
Capotaria	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
Sistema elétrico	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz e som (giroflex, kojack, sirene, etc.), faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros.)
Sistema hidráulico	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros).
Borracharia completa	Consiste em remendos/reparos em pneus com/sem câmara de ar, troca de pneus e câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins)

Balanceamento, alinhamento, cambagem	Consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins)
Suspensão	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins.
Instalação de acessórios	Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento, operacionalidade ou segurança dos veículos, assim como, o conserto e instalação de acessórios de som e imagem, tapetes, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, insulfilmes; e outros afins.
Vidraceiro	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas, polimento dos para brisas e todos os outros serviços afins.
Chaveiro	Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins.
Ar-condicionado	Consiste nos serviços de limpeza e reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins.
Troca de óleo e filtros	Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com substituição dos elementos filtrantes (ar, combustível, óleo lubrificante) e todos os outros serviços afins.
Lavagem e aspiração	Consiste nos serviços de lavagem simples e completa do veículo, inclusive de motor; lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação, e outros afins.
Assistência	Consiste nos serviços de elevação e movimentação pesada (serviços de munck) e o socorro mecânico (serviços de guincho e remoção) e outros afins.
Tapeçaria	Consiste na reforma, conserto ou restituição da forragem de bancos, revestimento interno e porta-malas dos veículos, e outros serviços afins.
Autopeças	Consiste no fornecimento de peças, componentes, acessórios e outros materiais afins originais ou genuínos recomendados pelo fabricante, bem como similares de qualidade aprovados pela administração.
Técnico para laudo de bicos injetores	Consiste em pessoa especializada em análise dos bicos injetores que são componentes de extrema precisão, responsáveis por pulverizar finamente o combustível na câmara de combustão do motor.

3.16. Forma De Credenciamento

3.16.1. Somente poderão ser credenciadas as empresas (pessoa jurídica) que possua instalações próprias e profissionais aptos para prestar os serviços indicados neste instrumento, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento.

3.16.2. O credenciamento dos estabelecimentos, conforme as linhas de fornecimento mínimas e localidades definidas no **Anexo II** será de responsabilidade da Contratada, que deverá manter atualizada a lista no sistema de gerenciamento web, devendo, ainda, observar os seguintes requisitos:

3.16.3. A Contratada deverá apresentar à Contratante, durante a implantação do sistema de autogestão, a sua rede de oficinas e estabelecimentos já credenciados (caso houver), e disponibilizar, no prazo de 15 (quinze) dias, adicionalmente à sua rede, os novos credenciamentos, atendendo as condições e regras mínimas de credenciamento estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente os quantitativos e localidades previstos no **Anexo II**.

3.16.4. A Contratada deverá manter a listagem atualizada, via internet, da rede de credenciados e integrados ao sistema eletrônico de gerenciamento, informando as eventuais inclusões e exclusões por período e por localidade.

3.16.5. A Contratada obriga-se a garantir que toda a rede credenciada colocada à disposição da Prefeitura de Porto Velho seja formada por empresas idôneas e em dia

com suas obrigações fiscais.

3.16.6. A Contratada obriga-se a fiscalizar periodicamente a atuação de cada unidade da rede credenciada visando aferir a capacidade técnica da prestação de serviços executados nos veículos do Contratante.

3.16.7. Deverão ser credenciados, a pedido do **Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**, novos estabelecimentos de acordo com a necessidade de ampliação da rede credenciada, prezando-se assim pelo maior número de estabelecimentos credenciados e, conseqüentemente, maior disputa de preços nos orçamentos.

3.16.8. A Contratada deverá garantir que os estabelecimentos contidos na rede credenciada, possuam equipamentos adequados à prestação de serviços contratados e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais genuínos ou similares quando for o caso, propondo a recusa de estabelecimentos que comprovadamente não tenham condições de atendimento com a mínima qualidade necessária.

3.17. Da Sustentabilidade Social E Ambiental

3.17.1. Na execução dos serviços, a rede credenciada e a empresa Contratada deverão adotar as boas práticas de sustentabilidade, observado o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta a matéria, trazendo o desenvolvimento nacional sustentável como princípio norteador das contratações públicas, bem como o art. 11 da referida Lei, no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo do processo licitatório, e, ainda, deverão cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus arts. 5º e 6º, além das demais normas correlatas aplicáveis à matéria, inclusive normas municipais pertinentes.

3.17.2. Conforme dispõe o inciso III do art. 5º da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021: “que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”.

3.17.3. A Contratada deverá, também, atender às recomendações contidas na Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado, na Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, que dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, bem como na Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a utilização de cilindros para o vazamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, de modo a ser assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos, devendo, ainda, a empresa a ser Contratada respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como as demais normas ambientais aplicáveis e, no que couber, as normas municipais correlatas.

3.17.4. Será de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a contratação do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos, devendo tomar todos os cuidados necessários para que, quando da consecução dos serviços, não decorra em qualquer degradação ao meio ambiente.

3.17.5. A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

3.17.6. Considerando que o automóvel é um dos produtos que poluem o meio ambiente, seja durante o seu desenvolvimento, sua utilização e também em quanto a sua reparação, é de grande importância que as oficinas e os centros de reparação possuem processos ambientalmente sustentáveis e contem com procedimentos de descarte e reparos adequados.

3.17.7. Visando estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza, o fornecedor deverá atender aos seguintes procedimentos durante a prestação dos serviços:

- Alocar os resíduos passíveis de reciclagem coletados nos contêineres próprios destinados à Coleta Seletiva Solidária.
- Para serviços de funilaria, o fornecedor deverá desenvolver um processo de descarte

correto de peças plásticas, metálicas e de vidro, encaminhando para empresas de reciclagem.

- Para os serviços de pintura, o fornecedor deverá desenvolver processo de reciclagem do solvente utilizado para lavagem de pistolas de pintura ou peças, quando do seu descarte correto. Da mesma forma para os materiais contaminados, como embalagens de tinta, papel de mascaramento e estopa.

- Possuir cabine de pintura com sistema de filtragem, com substituição do filtro de acordo com as especificações do fabricante, além de pistola com tecnologia para economia de tinta como pintura à base de água por ser menos nociva;

- Propiciar o recolhimento do óleo lubrificante acabado à destinação de reciclagem por meio de processo de refino, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, nos termos das Resoluções CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005 e Nº 450, de 06 de março de 2012.

- Providenciar a destinação final adequada dos pneumáticos, seja para a reutilização, reforma e reciclagem, tendo em vista que esses constituem passivo ambiental, em observância à Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009, e legislação correlata.

- Encaminhar as baterias para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do fabricante ou importador. A destinação ambientalmente adequada é a destinação que minimiza os riscos ao meio ambiente e adota procedimentos técnicos de coleta, recebimento, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final de acordo com a legislação ambiental vigente. Essa obrigação visa ao atendimento da Resolução CONAMA nº 401 /2008.

- O fornecedor deverá zelar pela segurança das pessoas e das instalações, pela saúde de seus empregados, bem como capacitar e treinar os seus funcionários para as atividades correlatas à prestação dos serviços e para atendimento adequado.

3.18. Cláusula Décima Quarta - Das Condições Para A Execução Dos Serviços

3.18.1. A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

3.18.2. A CONTRATADA, por meio de sua equipe técnica especializada e da plataforma de gerenciamento, deverá prestar apoio técnico remoto à análise dos orçamentos, à verificação de compatibilidade de preços com as tabelas de referência e ao suporte ao Gestor Operacional do Contrato, inclusive promovendo, quando solicitado pelo **Gestor Operacional do Contrato**, a reavaliação, correção, complementação ou retificação de Ordem de Serviço e/ou orçamento que contenha inconsistências técnicas, comerciais ou cadastrais.

3.18.3. A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção deverá dar-se num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à utilização dos sistemas web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados à Contratante.

3.18.3.1. Para fins de atendimento ao prazo previsto no item anterior, a implantação do sistema somente será considerada concluída quando, além do ambiente web, estiver devidamente disponibilizada, parametrizada, integrada e em plena operação a aplicação móvel destinada ao registro fotográfico das etapas da manutenção, observados os requisitos contratuais e do Termo de Referência, por se tratar de funcionalidade indissociável da solução tecnológica contratada.

3.18.4. O início efetivo da prestação dos serviços dar-se-á com a implantação do sistema, devidamente testado e aprovado pelo **Gestor Operacional do Contrato**.

3.18.5. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador – servidor autorizado da unidade requisitante (Secretaria) mediante opções de execução oferecidas (menus).

3.18.6. A Contratada deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso a sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas da Contratante no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de veículos listados no **Anexo I**.

3.18.7. Para execução do contrato, a Contratada deverá tornar disponível sistemas

tecnológicos próprios de intendência, fornecendo serviços de manutenção através da rede credenciada gerenciada por sistema informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:

a) Ampla rede de estabelecimentos credenciados nas localidades mínimas do Anexo II, equipados para aceitar transações de usuários do sistema;

b) Implantação de sistema integrado, em ambiente web, para veículos e maquinários componentes da frota oficial da Contratante, proporcionando um controle eletrônico dos serviços de manutenção;

c) Controle informatizado de sistemas integrados de gestão dos serviços de manutenção automotiva possibilitando à Contratada a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de consumo e total dos gastos envolvidos;

d) Acesso a software, em ambiente web para gerenciamento dos serviços de manutenção da Contratante, cadastrando todas as informações necessárias que o integram.

3.18.8. A Contratada disponibilizará acesso a software, em ambiente web, para gerenciamento da frota da Contratante.

3.18.9. Caberá à Contratada cadastrar todos os veículos que integram a frota da Contratante, inclusive, em campo próprio, registrar os dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação dos veículos, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para a Administração.

3.18.10. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificados toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção e aquisição de peças originais.

3.18.11. O sistema informatizado deverá, obrigatoriamente, disponibilizar funcionalidade para o registro fotográfico de todas as etapas do ciclo de manutenção (vistoria, execução e saída), as quais deverão ser integradas de forma indissociável à respectiva Ordem de Serviço (OS).

3.18.12. As fotografias deverão ser capturadas exclusivamente por meio de aplicação móvel (Android/iOS) fornecida pela **Contratada**, plenamente integrada ao sistema de gestão de frota, observando-se os seguintes perfis de acesso e responsabilidades:

I – Dos Estabelecimentos Credenciados: Para o registro mandatório das evidências em tempo real durante o fluxo de manutenção, em estrita observância às evidências mínimas descritas neste Termo de Referência;

II – Do Gestor Operacional/Vistoriadores da Administração: Para fins de fiscalização, auditoria *in loco* ou vistorias de conformidade técnica realizadas pelo **Gestor Operacional (SMCL)**.

3.18.13. O aplicativo deverá realizar a captura de imagens de forma nativa e em tempo real, sendo terminantemente vedado o *upload* de arquivos oriundos da galeria do dispositivo, visando garantir a contemporaneidade entre o serviço prestado e o respectivo registro.

3.18.14. A **Contratada** deverá garantir suporte técnico e treinamento contínuo para ambos os perfis mencionados, assegurando a plena operacionalidade da ferramenta.

3.18.15. Do Carimbo Digital de Veracidade (Sobreposição de Dados): Todas as imagens capturadas deverão apresentar sobreposição visual (overlay/marca d'água) dos dados técnicos diretamente na face da fotografia, de forma legível e indelével, processada automaticamente pelo sistema, contendo:

I – Georreferenciamento: Impressão das coordenadas de GPS (latitude e longitude) do local exato da captura;

II – Carimbo de Tempo (Timestamp): Impressão de data e hora precisas, sincronizadas com o servidor da plataforma;

III – Identificação de Vínculo: Impressão do número da Ordem de Serviço (OS) ou placa do veículo correspondente.

3.18.16. Das Evidências Mínimas Obrigatórias: O acervo fotográfico de cada intervenção deverá contemplar, no mínimo:

- a) Identificação clara do veículo (placa, chassi ou número de série);
- b) Registro do odômetro ou horímetro no ato da vistoria de entrada;
- c) Registro das peças novas a serem instaladas (fora da embalagem original) e das peças substituídas (inservíveis);
- d) Visão panorâmica do veículo posicionado no box de serviço do estabelecimento credenciado durante a fase de execução.

3.18.17. Das Regras de Validação e Bloqueio Automatizado: O sistema deverá bloquear automaticamente a aprovação e a finalização da Ordem de Serviço, bem como impossibilitar o seu respectivo faturamento, caso as imagens capturadas não apresentem os requisitos dos itens **3.18.12. a 3.18.15.**

3.18.18. Das Exceções Técnicas: Casos excepcionais de falha de recepção de sinal de GPS, devidamente justificados pela impossibilidade técnica comprovada da localidade, deverão ser submetidos à análise e liberação manual motivada pelo **Gestor Operacional da SMCL**, mediante justificativa fundamentada e registrada em campo histórico da OS.

3.18.19. Do Descumprimento: A ausência de registros fotográficos em conformidade com as exigências deste termo, ou a constatação de manipulação de dados geográficos, ensejará glosa.

3.18.20. Da Disponibilidade e Guarda: Os registros fotográficos deverão permanecer disponíveis para consulta on-line e exportação durante toda a vigência contratual e por até 05 (cinco) anos subsequentes ao encerramento do ajuste, para fins de controle interno e auditorias dos órgãos de controle externo.

3.18.21. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a **quatro horas úteis**, devendo a Contratada apresentar justificativa por escrito se houver necessidade de solicitação de dilação de prazo, cabendo ao **Gestor Operacional do Contrato** analisar e tomar as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

3.18.22. Entende-se por horas úteis aquelas ocorridas dentro do horário comercial, isto é, das 8hs às 18hs, de segunda à sexta-feira.

3.18.23. Caso a indisponibilidade do sistema informatizado ultrapasse o prazo estabelecido no item **3.18.21**, a Contratada deverá disponibilizar canal alternativo de atendimento operacional, com funcionamento contínuo, inclusive em regime de 24 (vinte e quatro) horas, para garantir a continuidade das operações de manutenção da frota.

3.18.24. O canal alternativo poderá ocorrer por meio de central telefônica, atendimento eletrônico ou outro mecanismo que permita:

- I** – Abertura de ordens de serviço;
- II** – Autorização de manutenção;
- III** – Registro das operações realizadas;
- IV** – Posterior integração das informações ao sistema informatizado quando restabelecido.

3.19.25. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela administração.

3.19.26. A Contratada deverá realizar o credenciamento mínimo de estabelecimentos, nas cidades e distritos informados no **Anexo II** e tornar disponível outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Contratante, em todo o território estadual, sempre que houver interesse da Contratante, observados os critérios estabelecidos no ETP e o TR.

3.19.27. A implantação da rede credenciada poderá ocorrer de forma progressiva, observados os seguintes marcos mínimos: 30% da rede credenciada em até 15 dias; 60% da rede credenciada em até 30 dias; 100% da rede credenciada em até 45 dias.

3.19.28. As oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada pela Contratada deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais, observado o prazo para credenciamento definido no item acima.

3.19.29. Os estabelecimentos da rede credenciada da Contratada deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços

prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

3.19.30. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão confeccionar Check-list, dos itens e acessórios no interior do veículo no momento do recebimento e entrega do mesmo.

3.19.31. As oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada pela Contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

3.19.32. As oficinas e concessionárias integrantes da rede pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

3.19.33. 90 (noventa) dias para as peças repostas e instaladas nas oficinas credenciadas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) fatura(s);

3.19.34. 90 (noventa) dias para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

3.19.35. Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, exceto alinhamento de direção e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 06 (seis) meses.

3.19.36. As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.

3.19.37. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a Contratante, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

3.19.37.1. Substituir o material defeituoso;

3.19.37.2. Corrigir defeitos de fabricação;

3.19.37.3. Trocar o material, no prazo de até **07 (sete) dias úteis**, a contar da data de comunicação da Contratante.

3.19.37.4. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas pela Contratada, estarão sujeitos à aceitação pela Contratante, que aferirá se aqueles satisfizerem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

3.19.38. Na hipótese prevista no item acima, as oficinas e as concessionárias credenciadas pela Contratada, obrigam-se a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à Contratada a não aceitação pelo fiscal do contrato.

3.19.39. As oficinas integrantes da rede credenciada deverão ter como limite máximo de preço, para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

3.19.40. A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede credenciada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

3.19.41. No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original dos veículos e equipamentos) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do **Gestor Operacional do Contrato**.

3.19.42. A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

3.19.43. O **Gestor Operacional do Contrato** realizará, por meio do sistema eletrônico, online, disponibilizado pela Contratada, no mínimo, 03 (três) cotações dentre as oficinas credenciadas, preliminarmente à execução de quaisquer serviços com o objetivo de

serem analisados, devendo ser **pré-autorizado** o de menor valor e **aprovado** pelo **Gestor do contrato**, inclusive para os veículos e equipamentos cuja garantia não esteja vencida, salvo quando houver um número inferior de concessionárias capacitadas para o serviço, ou quando da urgência para aquisição de modo justificado, devendo tal fato constar na ordem de serviço.

3.19.44. Deverão ser realizados pelo **Gestor Operacional do Contrato** cotação de preços, através do sistema eletrônico, via web, em praças próximas onde está o veículo, ou em todo o Estado de Rondônia, quando houver menos que 03 (três) credenciados na localidade, informando o custo de remoção, visando averiguar se o conserto em outra localidade, incluindo o transporte do bem e seu retorno ao local de origem, apresenta preço mais vantajoso.

3.19.45. As cotações serão realizadas pelo **Gestor Operacional do Contrato**, por meio de sistema web, que acessa o banco de dados da rede de credenciadas disponibilizado pela Contratada, selecionando a melhor proposta.

3.19.46. O sistema deverá emitir alerta, via correio eletrônico, a toda a rede credenciada, informando quando houver orçamento aberto para cotação de preços.

3.19.47. O sistema deverá permitir que no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas qualquer unidade credenciada possa ofertar cotação de preços para o orçamento aberto no sistema.

3.19.48. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa credenciada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e respectiva autorização do **Gestor do Contrato**, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente ao **Gestor Operacional do Contrato**.

3.19.49. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser, por esta, reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviço.

3.19.50. O sistema web da Contratada deverá promover a otimização e a padronização das operações de manutenção realizadas, assegurando o controle integral dos veículos, usuários, ordens de serviço, peças, custos e histórico de intervenções.

3.19.51. A Contratante se reserva ao direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da Contratada, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.

3.19.52. A Contratada deverá nomear e manter **preposto** para acionamento e representação perante a Administração, sobre qualquer assunto relativo ao contrato, devendo o preposto se encarregar de resolução das pendências, repasse das notificações e solicitações da Contratante, bem como da apresentação dos prazos formais para atendimento, nos casos de impossibilidade de atendimento imediato.

3.19.53. Serão designados, como fiscais do contrato, servidores da Contratante para acompanhar a gestão administrativa e financeira do contrato, as ações de acompanhamento físico e controle do contrato, bem como a fiscalização de todas as operações correlacionadas.

3.19.54. A Contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com os fiscais serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

3.19.55. A Contratada deverá indicar um telefone que possa ser acionado 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, como suporte técnico para solução de eventuais problemas relativos ao contrato, quer seja por parte dos estabelecimentos credenciados, quer seja por parte da Contratante.

3.19.56. A Contratada deverá assegurar, durante toda a execução contratual, a disponibilidade e o pleno funcionamento das **funcionalidades de tratamento, organização, visualização e análise gerencial de dados**, incluindo painéis dinâmicos, filtros simultâneos, navegação entre camadas de informação, relatórios analíticos e indicadores gerenciais, nos termos deste Contrato e do Termo de Referência, sendo vedada sua supressão, restrição ou substituição por ferramenta ou recurso que represente desempenho inferior ou prejuízo ao controle e à fiscalização contratual, sem prévia e expressa anuência da Administração.

3.19.57. A Contratada deverá assegurar a disponibilidade mensal mínima de **99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento)** do sistema, medida em base **mensal civil**, de modo a garantir a regular continuidade da prestação dos serviços e a plena operacionalidade das funcionalidades contratadas, cujo descumprimento ensejará glosa

na forma do item 9.2, integrando-se de glosa por falha sistêmica já previsto.

3.20. Cláusula Décima Quinta - Do Local E Horário De Execução Dos Serviços

3.20.1. O atendimento dos serviços de manutenção solicitados, inclusive fornecimento de materiais, **deverá ocorrer em rede de estabelecimentos** (oficinas multimarcas, centros, automotivos, concessionárias) credenciados e disponibilizados pela Contratada em todo o Município de Porto Velho e Distritos, conforme **Anexo II** e, outros solicitados conforme necessidade da Contratante, bem como, nos casos de emergência e, naqueles cuja realização tornar-se imprescindível, aos sábados, domingos, feriados e fora do horário de expediente e/ou em locais onde ocorrerem quebras ou defeitos nos veículos, especialmente quando se tratar de serviço de guincho e socorro mecânico.

3.20.2. Nas cidades em que não houver estabelecimentos que prestem os serviços de autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias e serviços de guincho de veículos, a Contratada deverá cadastrar todos os estabelecimentos que tiver e que preencham os requisitos necessários, devendo manter a lista dos credenciados atualizada via sistema.

3.20.3. Conforme necessidade da Contratante, e sem qualquer ônus a ela, a Contratada deverá efetuar o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso, o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação.

3.21. Cláusula Décima Sexta - Das Rotinas A Serem Cumpridas (Critérios Para A Prestação Dos Serviços)

3.21.1. Os serviços previstos de mecânica, lataria, pintura, eletricidade, tapeçaria, chaveiro a serem executados nos veículos oficiais da Prefeitura de Porto Velho, realizar-se-ão nas instalações do estabelecimento credenciado, após o recebimento da Autorização de Execução dos Serviços, expedida pela Contratante.

3.21.2. A oficina/estabelecimento credenciada obrigar-se-á a devolver o veículo em perfeitas condições de funcionamento, realizando tais serviços com pessoal qualificado, mediante emprego técnico e ferramental adequado.

3.21.3. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações recomendadas pela fabricante do veículo e eventuais complementações da Contratante, conforme documentos integrantes do contrato e rigorosa observância aos demais detalhes e Autorização de Execução de Serviços emanadas e/ou aprovadas pela Contratante.

3.21.4. Realizar inspeção de qualidade nas peças e acessórios fornecidos e nos serviços executados antes da entrega dos veículos à Contratante.

3.21.5. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc necessários para a completa realização dos serviços.

3.21.6. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um **prazo máximo de 7 (sete) dias úteis**, as peças ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela Contratante, decorrente de culpa da Contratada (credenciada), inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia, mesmo após o vencimento do contrato.

3.21.7. Caso os serviços executados ou as peças empregadas apresentem problemas e/ou defeitos dentro do período de garantia, estes deverão ser refeitos e/ou substituídos em prazo não superior ao do primeiro conserto, sem nenhum ônus adicional para a Contratante.

3.21.8. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela fornecedora ou prestadora de serviço, seus empregados, representantes ou prepostos ou subContratada direta ou indiretamente, à Contratante, a Prefeitura de Porto Velho ou à livre iniciativa, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisição com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do contrato.

3.21.9. Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da Contratante, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto/roubo, incêndios ou acidentes, desde o momento da entrega do veículo para orçamento até o recebimento pela Contratante.

3.21.10. Utilizar somente peças, materiais e acessórios genuínos ou originais não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, do mercado paralelo

ou de outra procedência, **sem expressa e prévia autorização do Gestor do Contrato.**

3.21.11. Para fins deste contrato serão consideradas:

a) Genuína: peças que passaram pelo controle de qualidade das montadoras e foram direcionadas ao mercado de reposição;

b) Original: peças com as mesmas especificações mecânicas (materiais e processos) das genuínas;

c) Mercado Paralelo: todas as peças que não forem originais ou genuínas;

d) Recondicionada: peças que passaram por pequenos ajustes e reparos para que o componente volte a funcionar por um determinado período de tempo.

3.21.12. As peças e acessórios que forem substituídos deverão ser disponibilizados à fiscalização do contrato, para que no momento do recebimento do serviço verifique as peças empregadas, ateste a substituição e a real necessidade das mesmas, inclusive as peças dadas como parte do pagamento que também deverão estar disponíveis à verificação da fiscalização, antes do pagamento daquele serviço.

3.21.13. Independente do tipo de peça autorizada para execução do serviço, esta deverá possuir garantia mínima nos mesmos prazos do contido no item que trata da garantia deste termo.

3.21.14. Para o montante das peças a serem trocadas, a Contratada, através da rede credenciada, fornecerá, por meio do sistema eletrônico, via web, orçamento contendo a relação de peças e valores para apreciação da Contratante, onde, obrigatoriamente, deverá discriminar o preço cotado de cada peça.

3.21.15. O veículo deverá ser entregue lavado, com todos os equipamentos de segurança (equipamentos obrigatórios de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro) e em perfeitas condições de uso.

3.21.16. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador devidamente autorizado pelo **Gestor do Contrato**, mediante opções de execução oferecidas.

3.21.17. A **simples entrada do veículo na oficina não caracteriza a permissão de execução dos serviços**, eis que poderão ocorrer as seguintes situações quando identificada a necessidade de manutenção preventiva e/ou corretiva:

1) Solicitação direta de cotação via sistema, com lançamento próprio pelo **Gestor do Contrato**, quando já realizada triagem e definição dos serviços necessários por equipe técnica da Contratante e está puder permanecer de posse do veículo até que se obtenha a cotação prévia de preços dos estabelecimentos cadastrados. Neste caso, o próprio **Gestor do Contrato** informará ao sistema os serviços e/ou materiais necessários para orçamento, sendo encaminhado o veículo diretamente ao estabelecimento com preços mais vantajosos;

2) Encaminhamento direto do veículo a estabelecimento para fins de manutenção, quando já realizada a triagem e a definição dos serviços necessários por equipe técnica da Contratante, sendo, neste caso, apresentado o formulário com indicação dos serviços para orçamento, a ser executado de imediato pela credenciada com lançamento no sistema, que aguardará a efetiva cotação de preços pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**, para confirmação da proposta mais vantajosa e autorização do **Gestor do Contrato** para realização dos serviços;

3) Encaminhamento do veículo para fins de levantamento da demanda de manutenção, com avaliação dos serviços e/ou materiais necessários, caso não tenha sido possível a triagem da equipe técnica da Contratante, sendo que, neste caso, somente após o levantamento da demanda é que a credenciada procederá com o lançamento no sistema do seu orçamento para manutenção;

4) Encaminhamento direto do veículo à concessionária autorizada pelo respectivo fabricante do veículo, nos casos em que, pela especificidade do serviço ou considerando a necessidade ou vantagem de manutenção da garantia do veículo, o serviço de manutenção deva ser executado pela própria, sempre a critério da análise e autorização do **Gestor do Contrato**.

3.21.17.1. Em qualquer dos casos acima elencados será solicitado o orçamento do estabelecimento onde o veículo foi deixado.

3.21.18. Para levantamento do preço de mercado e negociação de vantagens para a Administração (consoante ao valor cobrado para manutenção do veículo), o

estabelecimento receptor do veículo ou o próprio **Gestor do Contrato**, conforme as situações indicadas no item anterior, lançará no sistema web o orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem utilizados, bem como o volume de tempo previsto para a realização do conserto, abrindo então a cotação de preços com alerta a todos os estabelecimentos do ramo cadastrados no sistema;

3.21.19. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line, em tempo real, pelas empresas credenciadas (estabelecimento receptor e demais interessados da linha de fornecimento cadastrada), do orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e a respectiva pré-aprovação do **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** e aprovação do **Gestor do Contrato**, que se pronunciará após imediata análise e avaliação dos orçamentos previamente submetidos.

3.21.20. Os orçamentos solicitados pela Contratante deverão ser respondidos no sistema web pelos estabelecimentos da rede credenciada em um **prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**, conforme o ramo indicado na linha de fornecimento, informando, ainda, o custo do homem/hora a ser empregado, para análise e pré-aprovação do **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**.

3.21.21. A execução dos serviços, somente considerar-se-á autorizada com a prévia autorização de orçamento, expedida pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**, o qual dará o **“DE ACORDO”** para que o estabelecimento da proposta mais vantajosa execute os serviços.

3.21.22. Todo o veículo que for entregue na oficina, deverá ser efetuado seu recebimento mediante formulário próprio, em duas vias.

3.21.23. No ato do recebimento do veículo (entrada) na oficina, o estabelecimento credenciado preencherá o checklist, onde deverá constar todos os itens/equipamentos e acessórios contidos no interior, inclusive os obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), bem como deverá relacionar o estado geral do veículo, inclusive de sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria, identificando avarias e arranhões do veículo (ressalvas, caso haja divergência), que será posteriormente conferido por representante do estabelecimento em conjunto com o representante da administração, designado para sua retirada, no ato de sua devolução (saída).

3.21.24. Quando o veículo for encaminhado ao estabelecimento credenciado sem a prévia triagem e definição dos serviços pela equipe de mecânicos da Contratante, poderá, encaminhar a respectiva equipe para realizar a confirmação dos serviços e/ou materiais levantados como necessários pelo estabelecimento inicial, visando confirmar as prioridades a serem autorizadas.

3.21.25. Da mesma forma, na indisponibilidade de equipe técnica, poderá redirecionar os veículos a outros estabelecimentos para confirmação da demanda, confrontando as necessidades.

3.21.26. De qualquer modo, a execução do serviço ou troca de materiais só poderá ser iniciada após emissão da Autorização de Execução dos Serviços, expedida pelo **Gestor do contrato**, após analisada a cotação de preços pelo **Gestor Operacional do Contrato**.

3.21.27. A equipe técnica da Contratante deverá conferir, sempre que possível, os serviços prestados pelos estabelecimentos credenciados, a fim de confirmar a execução.

3.21.28. No ato da devolução do veículo, o estabelecimento credenciado deverá proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos que não foram dadas como parte do pagamento, bem como dos certificados de garantia e relação de peças utilizadas com identificação de marca e modelo.

3.21.29. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias credenciadas pela Contratada, estarão sujeitos à aceitação pelo gestor ou fiscal do contrato, que aferirá se aqueles satisfizerem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

3.21.30. Na hipótese de não aprovação dos serviços, conforme previsto acima, as oficinas e as concessionárias credenciadas pela Contratada, obrigar-se-ão a realizar os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à Contratada e notificado o estabelecimento da não aceitação dos serviços pelo fiscal/gestor do contrato.

3.21.31. Os prazos para execução das manutenções e reparos necessários nos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações observarão integralmente o disposto no item

3.6 e respectivos subitens, considerando a classificação de criticidade do bem e a natureza do serviço público atendido.

3.21.32. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva, de pequena monta e os reparos em geral deverão ser executados nos prazos definidos no **item 3.7.1.1.** respectivos subitens, contados a partir da aprovação do orçamento e da autorização de execução pelo Gestor do Contrato.

3.21.33. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a credenciada deverá apresentar justificativa por escrito indicando o prazo necessário ao Contratante, que por sua vez analisará a aceitação ou não das justificativas apresentadas a depender do grau de prioridade na execução dos serviços.

3.21.34. Os veículos da Contratante só poderão ser testados num raio de até 5 km do local onde está sendo executado o serviço, com os distintivos oficiais cobertos por faixa ou adesivo e com placas de 'Experiência' fixadas sobre as placas oficiais, em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro.

3.21.35. Determinados veículos poderão necessitar que a sua manutenção preventiva ou corretiva seja efetuada em concessionária autorizada do respectivo fabricante do veículo, seja pela especificidade do serviço ou para fins de manutenção da garantia do veículo.

3.21.36. Quando da entrega dos veículos na oficina, seu recebimento será efetuado através de formulário próprio, em duas vias, contendo no mínimo os seguintes dados:

- 1)** identificação do veículo: marca, modelo, cor, ano e placa;
- 2)** data e hora do recebimento;
- 3)** nível de combustível e quilometragem;
- 4)** marca/modelo e estado de conservação dos pneus;
- 5)** acessórios instalados (rádio/CD, etc.);
- 6)** descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados;
- 7)** nome e assinatura das partes.

3.21.37. Deverá, **necessariamente** constar no formulário que o veículo foi entregue com todos os acessórios e equipamentos obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), como também que sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria encontram-se em perfeito estado geral, sendo efetuadas no formulário ressalvas, no momento do recebimento do veículo pela Contratada, caso haja alguma divergência ou avaria.

3.21.38. A devolução do veículo submetido à manutenção será realizada mediante procedimento formal, através de recibo de entrega a servidores credenciados pela Contratante.

3.21.39. Ficam autorizadas as aquisições de peças e componentes de forma avulsa para as unidades Contratantes que possuam oficina própria, devendo ser rigorosamente observadas as regras de trâmite sistêmico, aplicação imediata no veículo e vedação à formação de estoque físico, conforme as diretrizes da Logística de Reposição estabelecidas no subitem **3.15** deste Contrato.

3.21.40. É vedada a inclusão e a cobrança apartada, em orçamentos, ordens de serviço, faturas ou quaisquer documentos equivalentes emitidos pela rede credenciada, de materiais de consumo classificados como insumos de uso geral de oficina, tais como estopa, panos, fita isolante, abraçadeiras plásticas, lixas, desengripantes em spray, graxas em pequenas proporções, colas, silicones, solventes, produtos de limpeza de peças e congêneres. Tais itens constituem custos indiretos (despesas operacionais) inerentes à atividade do estabelecimento e já se encontram remunerados pelo valor da mão de obra conforme subitens **7.21.38.** a **7.21.41** do Termo de Referência.

3.22. Cláusula Décima Sétima - Dos Materiais/Equipamentos E Serem Disponibilizados Pela Rede Credenciada

3.22.1. Para execução do serviço, conforme ramo de atuação (linha de fornecimento) e ordem de serviço emitida, deverão ser disponibilizados pelos estabelecimentos credenciados, no mínimo, os seguintes equipamentos e instalações:

1) Mecânica/Elétrica: equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (para análise e leitura das partes elétrica e eletrônica do veículo); multímetro; lavadora de peças;

macaco para motor; medidor de pressão do sistema de arrefecimento; medidor de compressão de cilindros; medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica; elevador de veículos; equipamento para limpeza e regulação de bicos injetores.

2) Tapeçaria/Funilaria: rebitador; tracionadores: conjunto para reparo de carroceria; ventosas para manuseio de vidros; máquina e/ou equipamento para soldagem, etc.

3) Pintura: cabine de pintura e estufa de secagem; pistola; compressor; laboratório de Tintas, etc.

4) Borracharia: macaco (jacaré e hidráulico); máquina desmontadora de pneus (manual ou pneumática); vulcanizadora de câmara; vulcanizadora de pneus; compressor de ar; saca válvula; espátula; kit de reparo para pneus sem câmara (tip top); chave de roda em cruz, tipo “quatro bocas”.

5) Serviços em geral (incluindo as demais linhas de fornecimento): iluminação adequada; sistema de proteção contra incêndio dentro dos padrões do corpo de bombeiros; ferramentas adequadas para cada tipo, ano e modelo do veículo.

3.22.2. Cláusula Décima Oitava - Da Definição Do Preço Da Credenciada

3.22.3. Nenhum orçamento inicial da oficina receptora será aprovado imediatamente, devendo primeiro ser realizada a cotação de preços on-line junto aos demais estabelecimentos, visando apurar a proposta mais vantajosa, de acordo com o valor de mercado, devendo ainda os preços inicialmente ofertados serem compatíveis com os valores de desconto apurados na disputa do certame.

3.22.4. Desta maneira, o **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** somente pré aprovará o fornecimento ou a execução de serviço, se o preço for compatível com o estabelecido na licitação, devendo, em cada pré-autorização, restar demonstrada a compatibilidade, através da comparação do preço final proposto.

3.22.5. Para fins de pré-aprovação dos serviços, os preços unitários das peças, componentes, acessórios, materiais deverão ser inferiores, ou pelo menos, iguais aos preços oficiais do fabricante/montadora (ou sistema AUDATEX) com a aplicação mínima do desconto obtido na licitação, podendo, ser aprovados orçamentos com valores abaixo desses parâmetros.

3.22.6. Para fins de aprovação dos serviços de mão de obra, os preços unitários deverão ser inferiores ou, pelo menos, iguais aos preços da HORA/HOMEM, por tipo de veículo com a aplicação do desconto obtido na licitação, podendo, ser aprovado orçamentos com valores abaixo desses parâmetros.

3.22.7. Quando não for possível a comparação de preços com tabela ou preço praticado, o **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** deverá efetuar pelo menos 03 (três) cotações de preços de mercado para o serviço ou fornecimento específico, objetivando alimentar um banco de informações para comparações futuras.

3.22.8. A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios atentando-se ao melhor desconto ofertado pela rede credenciada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício, bem como o parâmetro de preços estabelecidos neste termo.

3.22.9. Nos casos específicos de maquinários pesados, implementos agrícolas e embarcações cujas peças ou componentes não possuam indexação em sistemas de precificação padrão do mercado automotivo (como Audatex, Molicar ou equivalentes) nem em tabela oficial pública do fabricante, a precificação prévia à aprovação deverá ser rigorosamente instruída com, no mínimo, 03 (três) orçamentos de mercado (local ou nacional) anexados à respectiva Ordem de Serviço, prevalecendo o menor valor obtido como base, sobre o qual incidirá obrigatoriamente o percentual de desconto lícito.

3.22.10. Caso seja comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo), que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de preços oficial da respectiva montadora, ou não seja contemplada pelo sistema AUDATEX a cotação do menor preço ficará a cargo do **Gestor Operacional do Contrato (SCML)**.

3.22.11. A fiscalização de preços ficará a cargo, primordialmente, pelo **Gestor do Contrato** e, definitivamente, pelo fiscal designado pela unidade Contratante.

3.22.12. A Administração poderá realizar auditoria periódica nos preços praticados pela rede credenciada, comparando-os com valores de mercado, tabelas de fabricantes, sistemas especializados de orçamento automotivo (ex.: AUDATEX, Tempária ou equivalentes) ou histórico de manutenção da frota da Administração.

3.22.13. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria técnica independente nos serviços executados pela rede credenciada ou na operação do sistema de gerenciamento da frota, podendo contratar empresa especializada ou solicitar apoio de órgão técnico para verificação da conformidade dos serviços executados, dos preços praticados e da qualidade das peças utilizadas.

3.22.14. Constatadas distorções relevantes entre os preços praticados pela rede credenciada e os valores de mercado ou referenciais adotados pela Administração, o Gestor do Contrato poderá:

I – determinar a revisão dos valores apresentados no orçamento;

II – solicitar novas cotações junto à rede credenciada;

III – recomendar a instauração do procedimento de descredenciamento do estabelecimento que apresentar prática reiterada de preços incompatíveis com o mercado;

IV – determinar a realização do serviço em outro estabelecimento credenciado.

3.22.14.1. A recomendação de descredenciamento deverá ser comunicada formalmente à Contratada, com a indicação dos fatos que motivaram a medida, cabendo a esta promover a notificação do estabelecimento credenciado.

3.22.14.2. Nenhum estabelecimento poderá ser descredenciado sem autorização expressa do Gestor do Contrato, com anuência da unidade responsável pela gestão operacional do contrato no âmbito da SMCL, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.22.14.3. O estabelecimento credenciado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação, para apresentar justificativa ou documentos comprobatórios.

3.22.14.4. O descredenciamento deverá ser motivado e registrado no sistema de gerenciamento e/ou nos autos do processo administrativo correspondente.

3.22.14.5. O estabelecimento descredenciado poderá solicitar novo credenciamento, podendo o pedido ser recusado caso não sejam comprovadas a superação dos motivos que ensejaram o descredenciamento ou a manutenção das condições exigidas neste Termo de Referência.

3.22.14.6. Nos casos de descredenciamento por solicitação própria do estabelecimento, poderá ser admitido novo credenciamento, desde que inexistam restrições junto à Contratada, ao Gestor do Contrato ou à unidade responsável pela gestão operacional do contrato no âmbito da SMCL.

3.22.15. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por ela reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviços.

3.23. Cláusula Vigésima - Da Gestão E Da Fiscalização Do Contrato

3.23.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 18.892/2023 e, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.23.2. Cada **unidade Contratante** pactua seu contrato com a empresa vencedora do certame, conforme modelo padrão a ser anexado ao edital, tendo como unidade **interveniente a Gestora Operacional do Contrato (SMCL)**.

3.23.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.23.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.23.5. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.23.6. A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do Contrato.

3.23.7. A Contratante se reserva ao direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição

de prepostos da Contratada, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.

3.23.8. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante

3.23.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

3.23.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato da cada unidade Contratante, especialmente designados para esta finalidade.

3.23.11. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, para dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes visando prevenir riscos na execução contratual.

3.24. São atribuições do Gestor Operacional do Contrato - Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL:

3.24.1. A **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL**, denominada Gestora Operacional do Contrato, será responsável pela gestão operacional, acompanhamento técnico e pela **interveniência normativa dos contratos decorrentes da licitação**. Atuará como órgão central de governança, competindo-lhe emitir normatizações procedimentais, estabelecer diretrizes de controle e limites de alçada para autorização de despesas, acompanhar as manutenções da frota oficial via sistema e auditar a conformidade técnica e financeira dos serviços e softwares, visando a padronização e a qualidade do gasto público em todas as unidades aderentes, a SMCL figurará como **signatária do instrumento contratual**, sem prejuízo das atribuições inerentes a cada unidade Contratante.

3.24.2. Sem prejuízo das atribuições definidas no item **3.24.1.**, a SMCL emitirá Portaria designando oficialmente uma comissão do Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos - DQGA, para:

- a)** Monitorar os gastos dos serviços executados via sistema;
- b)** Acompanhar e controlar o gasto com manutenções automotivas das unidades Contratantes, via sistema;
- c)** Buscar negociações objetivando o preço mais vantajoso;
- d)** Pré-aprovar orçamentos;
- e)** Incluir/excluir veículos;
- f)** Atualizar o cadastro de veículo;
- g)** Bloquear, desbloquear, cadastrar e cancelar senha;
- h)** Autorizar o cadastro de senha e determinar o nível de permissão;
- i)** Solicitar inclusão/exclusão de estabelecimento;
- j)** Outras atribuições correlatas.

3.24.3. Como **Gestor Operacional do Contrato**, a SMCL deverá programar os meios necessários ao perfeito acompanhamento da execução contratual, expedir regulamentos para a fiel execução do objeto pactuado e outros, para que cada unidade Contratante possa acompanhar os serviços de manutenção realizados em sua própria frota, e ainda, disponibilizar informação global da gestão dos serviços, para poderem fazer correlações e análises de custos.

3.24.4. O **Gestor Operacional do Contrato** resguarda o direito de a qualquer momento verificar as condições de uso e manutenção dos equipamentos e softwares, inclusive contratando técnico ou empresa especializada, caso necessário.

3.24.5. Quando da emissão de relatórios, a SMCL indicará aos ordenadores de despesas das unidades Contratantes as ordens de serviço que encontram-se em discordância com os ditames legais e contratuais e, devolverá à empresa Contratada para regularização e justificativas, cabendo aos ordenadores de despesa, caso necessário, a glosa das

parcelas irregulares, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, caso se identifique dano ao erário.

3.25. São atribuições do Gestor do Contrato - Unidades Contratantes (ordenadores de despesas):

3.25.1. Designar por Portaria os fiscais do contrato e a comissão de recebimento dentre os servidores do próprio órgão, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/2022, conforme disposto no art. 4º, do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

3.25.2. A comissão deverá ser composta por no mínimo 03 (três) servidores, sendo pelo menos 1/3 (um terço) do quadro efetivo da administração, com capacidade para exercer o ateste final (recebimento definitivo), mediante termo circunstanciado assinado pela maioria de seus membros, referente aos serviços relacionados à execução contratual, de modo a aferir o atendimento aos princípios da legalidade, finalidade, eficiência e economicidade. sob pena de responsabilidade solidária junto aos órgãos fiscalizadores.

3.25.3. Dentre a comissão designada deverá haver pelo menos um servidor com conhecimentos básicos de informática para consulta e acompanhamento do Sistema de Autogestão a ser disponibilizado via web, possibilitando assim a eficaz fiscalização do contrato para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.25.4. Acompanhar e certificar legalmente o contrato decorrente desta licitação e providenciar a formalização do contrato, execução orçamentária e financeira para cobertura das despesas.

3.25.5. Realizar o pagamento das faturas após conferência dos relatórios de serviços, aquisição de peças e demais documentos comprobatórios, realizando ateste definitivo, exercendo o controle da Frota e dos serviços relacionados à execução contratual.

3.25.6. Acompanhar, conferir e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma da Lei, bem como, deverão ser aferidos pelo agente fiscalizador a correção dos valores praticados em razão dos serviços que tiverem sido realizados em determinado período.

3.25.7. Cabem às unidades Contratantes a identificação do limite disponível para realização dos serviços, conferência dos orçamentos executados, Conferência das Notas Fiscais com os relatórios emitidos pelo sistema de autogestão e realizar o processamento e pagamento das despesas.

3.25.8. O Gestor do Contrato poderá propor, fundamentado em fatos, a suspensão da prestação dos serviços, total ou parcialmente, em definitivo ou temporariamente, bem como, designar diligências para que sejam aplicadas à Contratada as penalidades previstas no contrato, assegurando à Contratada, o direito de ampla defesa.

3.25.9. O Gestor do Contrato poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à Contratada a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados na relação: empresa Contratada x Prefeitura de Porto Velho.

3.25.10. Sem prejuízo das atribuições determinados no item 3.25., é, também dever do **Gestor do Contrato** (art. 21, do Decreto Federal nº 11.246/2022):

I - Coordenar as atividades relacionadas ao acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados;

II - Coordenar as atividades relacionadas ao acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, e reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

III - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

V - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

VI - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

VII - Elaborar o relatório final do sistema de gestão com informações referentes à execução do contrato, que possibilite o envio, o registro, o armazenamento e a divulgação de mensagens de texto ou imagens pelo interessado previamente identificado.

VIII - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais do contrato;

IX - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

X - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de fiscalização ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

3.26. São atribuições do(s) fiscal(ais) do contrato:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

IX - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

X - Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XI - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento;

XII - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela Contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

Parágrafo Único. A vedação deste item aplica-se exclusivamente às atividades de obrigação direta da Contratada (implantação e manutenção do sistema informatizado, gerenciamento e controle dos serviços, suporte técnico e faturamento mensal). As atividades executadas pela rede credenciada, por configurarem relação jurídica de direito privado autônoma entre a Contratada e terceiros, não se submetem à presente vedação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor do Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme os valores especificados na proposta de preços.

Parágrafo Primeiro. A Taxa da Administração corresponde a _____ % (_____).

Parágrafo Segundo. O valor líquido corresponde a R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados à Contratante.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1.1. Das Condições Para O Recebimento Provisório E Definitivo

6.1.2. Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo do objeto serão de acordo com o disposto no art. 94, do Decreto Municipal nº 18.892/2023 - *"Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato serão de acordo com o definido no termo de referência, edital de licitação, contrato ou regulamento específico."*

6.1.3. O **recebimento provisório** ficará a cargo do condutor ou responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado.

6.1.4. O **recebimento definitivo** ficará a cargo do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, (Parágrafo único, art. 94, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

6.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo instrumento contratual.

6.1.6. Os serviços deverão ser executados **rigorosamente** dentro das especificações estabelecidas neste instrumento, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

6.1.7. O serviço somente será considerado concluído e em condições de ser recebido, depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela Contratada e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento ou Fiscais de Contrato designados pela Administração.

6.1.8. Caso sejam insatisfatórios os resultados dos serviços, lavrar-se-á Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, todo o serviço em questão será rejeitado, devendo ser refeito em tempo hábil para que não prejudique o andamento das atividades da Contratante, quando se realizarão novamente as verificações constantes nos itens referenciados, ficando suspenso o pagamento da nota fiscal/fatura, até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo Referência, em virtude do decorrente atraso de entrega que será verificado para a hipótese.

6.1.9. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, em um **prazo não superior a 07 (sete) dias úteis**, sem qualquer ônus para a Contratante.

6.1.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações neste instrumento, devendo ser substituídos **no prazo de 07**

(sete) dias úteis; às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório.

6.2. Da Forma, Das Condições E Do Prazo Para Liquidação E Pagamento

6.2.1. A Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do extrato do contrato, para realizar as adequações necessárias, bem como realizar os testes de funcionalidade e validar, junto à Contratante, os instrumentos de que tratam os subitens 6.2.4 e 6.2.5.

6.2.2. A Contratada deverá disponibilizar, no sistema/plataforma de gestão, relatório específico e atualizado contendo a taxa de credenciamento praticada em relação a cada estabelecimento credenciado, para fins de fiscalização contratual, devendo referido relatório permanecer acessível à Contratante e ser passível de extração sempre que necessário, sem prejuízo de sua consolidação periódica a cada 30 (trinta) dias.

6.2.3. Juntamente com as notas fiscais/faturas, a Contratada deverá disponibilizar relatórios analíticos e sintéticos do período faturado, discriminando todas as transações/operações realizadas, por base operacional e respectivo centro de custo, anexando as notas fiscais dos estabelecimentos na ordem que constam no relatório.

6.2.4. A Contratada deverá apresentar espelhos ou outro instrumento comprobatório dos valores efetivamente cobrados do estabelecimento a título de taxa Rede sobre os serviços executados e/ou peças fornecidas à Contratante.

6.2.5. Os relatórios de que trata o item 6.2.3. deverão discriminar as taxas incidentes e efetivamente cobradas da Contratante e do estabelecimento credenciado executor do serviço e/ou fornecedor de peças (taxa REDE).

6.2.6. Ainda, juntamente com a nota fiscal, a Contratada deverá apresentar relatório a cada 30 (trinta) dias que discrimine o valor bruto, o valor de desconto com a aplicação da taxa e o valor líquido.

6.2.7. O valor total das despesas com serviços de manutenção, e com fornecimento de peças à frota da Prefeitura Municipal de Porto Velho, deverá estar consolidado por Unidade Contratante (contrato/órgão) e por mês, totalizando o valor do contrato executado até o momento.

6.2.8. O faturamento será constituído de valor apurado mensalmente com base única e exclusivamente nos serviços previamente autorizados pelo **Gestor do Contrato**, incluindo a taxa de administração da Contratada e todos os custos diretos e indiretos pertinentes à prestação dos serviços, comprovadas mediante a apresentação de notas fiscais/faturas **por unidade Contratante (por contrato)**, em 02 (duas) vias (ou outra, com descrição detalhada de todos os serviços prestados, desde que atenda a legislação tributária vigente), devendo conter no corpo da nota fiscal/fatura, a descrição do objeto, número do contrato e processo, para aceite, até o dia 05 (cinco) útil do mês subsequente ao uso (cada mês).

6.2.9. O **Gestor do Contrato** procederá com o recebimento e conferência das Ordens de Serviço e Relatório de Recebimento, conforme competências definidas neste Termo de Referência, consoante aos valores e serviços mencionados no documento fiscal apresentado pela Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento dos respectivos documentos, procedendo ao atesto de conformidade pela Administração, consoante art. 140 da Lei nº 14.133/2021, encaminhando para fins de pagamento e procedendo com a glosa respectiva aos serviços irregulares ou carentes de comprovação.

6.2.10. A Contratada deverá apresentar espelhos ou outro instrumento comprobatório dos valores efetivamente cobrados do estabelecimento a título de taxa Rede sobre os serviços executados e/ou peças fornecidas à Contratante.

6.2.11. Deverão ser emitidas as notas fiscais no valor líquido e apresentadas à Contratante, devendo conter no seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

6.2.12. Os valores apresentados deverão estar de acordo com a Cláusula Terceira.

6.2.13. Caberá a Contratante, a retenção de impostos Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que as notas fiscais de prestação dos serviços geradas pela rede credenciada (subContratadas) deverão ser emitidas em nome da empresa gerenciadora (Contratada), em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.2.14. As notas fiscais deverão estar acompanhadas das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (inciso III, art. 68 da Lei nº 14.133/2021), ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas

(inciso IV, art. 68 da Lei nº 14.133.2021), podendo ser aceitas as certidões positivas com efeito negativo, considerando a obrigatoriedade da Contratada e manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, em observância ao inciso XVI, art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.15. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS poderá ensejar o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o caso e legislação vigente.

6.2.16. Na fatura deverá ser destacado o serviço prestado pela Contratada, remunerado por taxa de administração, no qual se aplica o imposto municipal sobre prestação de serviços de qualquer natureza (ISS) e os serviços e fornecimentos efetuados pela rede credenciada, os quais serão repassados à Contratada como ressarcimento ao pagamento efetuado à rede credenciada, obedecendo ao que estabelece a legislação tributária, para esses casos.

6.2.17. Também se aplica o imposto Municipal sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISS) nas faturas (notas fiscais) referente ao reembolso de serviços prestados pela rede credenciada.

6.2.18. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.2.19. O **pagamento da nota fiscal correspondente ao valor definitivo processado** pela Administração se dará através da Secretaria Municipal de Economia - SEMEC ou setor equivalente (conforme o caso), mediante emissão de Ordem Bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, obedecendo à ordem cronológica estabelecida, contados do recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela comissão de recebimento.

6.2.20. Cada unidade Contratante pagará mensalmente à Contratada o valor total dos itens consumidos e dos serviços de manutenção efetivamente executados, na forma estabelecida no contrato, incluído nesse total o valor de peças de reposição utilizadas e demais itens indicados no Termo de Referência e o valor correspondente à Taxa de Administração fixada.

6.2.21. Nenhum pagamento controverso será efetuado, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajuste de preços ou correção monetária.

6.2.22. O valor correspondente à Taxa de Administração será calculado aplicando-se o percentual fixo definido para variável (taxa de administração) na licitação, sobre o valor total dos produtos e serviços indicados na fatura.

6.2.23. A Ordem de Serviço só será emitida após a implantação do sistema e treinamento do pessoal.

6.2.24. m caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

<p>EM = N x VP x I, sendo: EM = encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da Parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100) / 365$ I = TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA</p>
--

6.2.25. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.2.26. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.2.27. Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

6.2.28. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

6.2.29. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.2.30. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do gestor do contrato.

6.2.31. A **liquidação e processamento da despesa** correspondente ao valor mensal apurado e conferido pelo **Gestor do Contrato**, deduzindo as glosas e sanções aplicadas que porventura tenha sido apuradas no mês, serão efetuados por cada unidade Contratante que procederá ao ateste de conformidade pela comissão de recebimento (art. 140 da Lei nº 14.133/2021), quando encaminhará os documentos para análise da Controladoria Geral do Município, se necessário, a qual deverá efetuar a análise e emitir parecer, devolvendo os autos para fins de inclusão na ordem cronológica de pagamento caso não haja apontamentos do Controle ou regularização e posterior inclusão para pagamento, no caso de apontamentos do órgão de controle.

6.2.32. Sempre que a Contratada incorrer em uma das condutas descritas na Tabela I, deverá ser efetuada glosa progressiva no pagamento de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura mensal, de acordo com a Tabela 2, na hipótese de a Contratada não atingir o desempenho e a qualidade dos services esperados:

TABELA 1 - PONTUAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS		
ITEM	OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO (Computada, mensalmente, para fins de glosa no processo de pagamento)
01	Não cumprimento dos prazos estipulados no cronograma de implantação da prestação dos serviços previsto no TR/Contrato.	05 pontos por dia de atraso
02	Atraso na reposição de "TAGs" ou cartão magnético após 5 dias úteis da solicitação.	05 pontos por dia de atraso
03	Não credenciar novos estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados em local solicitado pelo Contratante, sem apresentar justificativa plausível, após 15 (quinze) dias da solicitação.	06 pontos por dia do não credenciamento
04	Deixar de manter rede mínima de estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados credenciados.	06 pontos por dia do não credenciamento
05	Deixar de credenciar estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados em reposição a estabelecimentos comerciais relacionados a serviço de manutenção de veículos especializados descredenciado, não fornecendo quantitativo de rede mínima exigida.	06 pontos por dia do não credenciamento
06	Falta de registro informatizado dos dados de manutenção que não foram sanados.	30 pontos por ocorrência
07	Manutenção indevida de veículo não autorizado, cancelado, bloqueado ou inativo.	35 pontos por ocorrência
	Condutor impossibilitado de realizar operação de manutenção por estabelecimentos comerciais relacionados a	40 pontos por ocorrência

08	serviço de manutenção de veículos especializados que consta como credenciado no sistema, sob alegação de não pertencer a rede credenciada	
09	Problemas provenientes de má operacionalização ou não cumprimento de normas estabelecidas pela Contratada, por parte da rede credenciada, bem como não observação dos padrões de segurança e de operação.	25 pontos por ocorrência
10	Suspender ou interromper as manutenções, salvo por motivo de força maior, caso fortuito ou por força de lei.	40 pontos por ocorrência
11	Não atender às determinações da Contratante no que couber a Contratada.	15 pontos por ocorrência
12	Não prestar o suporte via 0800 para operacionalizar a manutenção, quando necessário, especialmente em situações de contingência.	40 pontos por ocorrência
13	Não cumprimento do prazo estabelecido em notificações expedidas pela Contratante.	10 pontos por ocorrência
14	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado, especialmente o não cumprimento do exigido em notificações.	30 pontos por ocorrência
15	Não atendimento de chamados por meios eletrônicos, telefone e aplicativos de conversas por parte do Preposto ou área técnica no prazo estipulado/acordado.	35 pontos por ocorrência
16	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato não previstos nesta tabela, em especial, as obrigações e responsabilidades estipuladas à Contratada previstas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico e Contrato.	10 pontos por ocorrência

TABELA 2 - PERCENTUAL DE GLOSA

FAIXA DE PONTUAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
02 a 05	Glosa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da fatura mensal
06 a 10	Glosa de 1,0% (um por cento) do valor da fatura mensal
11 a 20	Glosa de 2,0% (dois por cento) do valor da fatura mensal
21 a 30	Glosa de 3,0% (três por cento) do valor da fatura mensal
31 a 40	Glosa de 4,0% (quatro por cento) do valor da fatura mensal
Acima de 40	Glosa de 5,0% (cinco por cento) do valor da fatura mensal

6.2.33. Sem prejuízo das penalidades previstas na tabela de pontuação, poderá ser aplicada glosa de até 10% (dez por cento) do valor da fatura mensal quando verificada falha sistêmica na execução dos serviços, paralisação injustificada da operação ou indisponibilidade prolongada do sistema que comprometa a gestão da manutenção da frota.

6.2.34. A aplicação da glosa não afasta a possibilidade de rescisão contratual possibilidade de rescisão contratual motivada, caso constatada reincidência ou prejuízo relevante à Administração

6.3. Do Pagamento A Rede Credenciada

6.3.1. A Contratada se responsabilizará única e integralmente pelo **fiel e pontual pagamento** à rede credenciada pelos serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios, ficando claro que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

6.3.2. A ausência do repasse do pagamento no prazo definido à rede credenciada autorizará a unidade Contratante a reter os pagamentos devidos à Contratada, até a devida comprovação da quitação de todos os débitos da referida unidade Contratante,

sem prejuízo do direito da promoção de ação penal de apropriação indébita e aplicação das sanções cabíveis.

6.3.3. Mesmo no caso previsto no item anterior, a Contratada deverá garantir a manutenção da prestação dos serviços por parte da rede credenciada, impedindo a suspensão da execução dos serviços.

6.3.4. As unidades Contratantes (órgãos) devem ser tratadas distintamente, conforme cada contrato originado da presente licitação, não se admitindo a suspensão dos serviços de forma generalizada. Portanto, em nenhuma hipótese a Contratada poderá suspender os serviços às demais unidades Contratantes que estiverem em dia com seus pagamentos, por motivo de identificação de débito de uma unidade Contratante isolada.

6.3.5. O não pagamento à rede credenciada autorizará a unidade Contratante a reter os pagamentos devidos à Contratada, até a devida comprovação da quitação de todos os débitos relativos ao seu contrato especificamente, sem prejuízo do direito da promoção de ação penal de apropriação indébita e das sanções cabíveis, visando a não suspensão da execução dos serviços à Contratante por parte da credenciada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Do reajuste

7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id. [0884814](#). Data-base: PORTO VELHO (RO), 07 DE MAIO DE 2026.

7.3. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.10. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes a legislação brasileira, bem como, as normas previstas no Termo de Referência e seus Anexos, são obrigações da Contratada:

8.1.1. Manter, durante a inteira execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

8.1.2 Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto, nos termos da legislação vigente, sendo que o estabelecimento credenciado responde solidariamente com a Contratada por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

8.1.3. Executar os serviços objeto desta licitação de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma a todas as unidades Contratantes nela compreendidas, mantendo a distinção contratual entre cada contrato para fins de atendimento, faturamento, pagamento, etc., reconhecendo não haver vínculo entre as mesmas quanto aos contratos oriundos do certame licitatório, por se tratarem de unidades orçamentárias financeiras distintas, a não ser a coincidência de um único **Gestor Operacional do Contrato** pré definido.

8.1.4. Executar os serviços em caráter contínuo, mediante Ordem de Serviço (OS), autorizada pelo **Gestor do Contrato** após prévia aprovação do **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**

8.1.5. Disponibilizar, implantar e colocar em plena operação a solução de autogestão de frota, em perfeitas condições de uso e funcionamento, observadas as especificações técnicas, prazos, condições de execução, níveis mínimos de serviço e local de atendimento estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, devendo a execução ser acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura e, quando aplicável, dos relatórios gerenciais, comprovantes de implantação, parametrização, integrações, liberação de usuários, suporte técnico e demais documentos necessários à aferição da regular execução contratual.

8.1.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato.

8.1.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a unidade Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, se for o caso, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros e ao patrimônio da Contratante, por negligência ou imprudência de seus empregados, pelo seguro contra quaisquer tipos de acidentes que possam ocorrer ao seu pessoal.

8.1.9. A Contratada prestará os serviços objeto desta licitação em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental recursos humanos e tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigidas.

8.1.10. Será de inteira responsabilidade da Contratada todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.

8.1.11. A Contratada deverá fazer uma apresentação ilustrativa do funcionamento da senha e dos protocolos de atendimento a serem observados no ambiente web em até 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, no local e horário a serem determinados pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**.

8.1.12. A Contratada deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pelo **Gestor Operacional do Contrato**, conforme a necessidade.

8.1.13. O estabelecimento credenciado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

8.1.14. O estabelecimento credenciado responsabilizar-se-á pela guarda e segurança dos veículos enviados para manutenção nas oficinas/concessionárias credenciadas, ressarcindo a unidade Contratante quaisquer danos que venham a ocorrer a esse, para os quais não tenha concorrido.

8.1.15. A Contratada deverá **nomear e manter um preposto estabelecido na localidade sede do Contratante (Porto Velho/RO), com instalação física (escritório)**, que atuará em representação presente a Administração, durante toda a vigência dos contratos do Município de Porto Velho. Este prestará esclarecimentos, acompanhará, capacitará, realizará treinamentos e reciclagem para os gestores, sanará dúvidas operacionais quanto ao uso do sistema de gestão e atenderá às reclamações, repasse das notificações, demandas que porventura surgirem e representará perante a Contratante e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato com poderes de representante ou preposto para tratar com a Contratante

8.1.16. A Contratada deverá disponibilizar, no prazo máximo de **30 dias (corridos)** a partir da data de assinatura do contrato, preposto com escritório físico no município de

Porto Velho/RO, para fins de atendimento presencial, suporte operacional e interlocução com a Administração, não sendo exigida tal estrutura como condição de habilitação.

8.1.17. A Contratada deverá fornecer telefones fixos, celulares diretos do representante local, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato CONTRATANTE-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados.

8.1.18. A Contratada se responsabilizará pela permanente manutenção da validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais.

8.1.19. A Contratada deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

8.1.20. A Contratada deverá gerar, em base mensal, Nota Fiscal única para a unidade Contratante, com a consolidação financeira dos serviços efetuados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência.

8.1.21. A Contratada deverá entregar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados e/ou custo de administração se houver, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS e a Certidão Negativa de Débito do INSS devidamente válidas, ao Fiscal do Contrato que a atestará e encaminhará ao setor competente.

8.1.22. A Contratada deverá acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual.

8.1.23. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações determinadas no Termo de Referência.

8.1.24. A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal da empresa, em conformidade ao art. 195, § 3º da Constituição Federal.

8.1.25. A Contratada assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações Contratadas.

8.1.26. A Contratada deverá fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas pelo **Gestor Operacional do Contrato**, além da previsão inicial, sem qualquer ônus adicional.

8.1.27. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco cento) do valor total do contrato, conforme estabelecido no item 6.3.1. do Termo de Referência.

8.1.28. A Contratada deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato, durante a sua vigência.

8.1.29. É vedado à Contratada, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

8.1.30. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante.

8.1.31. A Contratada responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

8.1.32. O estabelecimento credenciado obriga-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos

inadequados ou não correspondentes às especificações.

8.1.33. A Contratada deverá facilitar a ação de fiscalização da Contratante fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas, o que não diminui ou substitui a responsabilidade daquela decorrente das obrigações assumidas.

8.1.34. A Contratada obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração.

8.1.36. Atender às determinações da fiscalização do Gestor do Contrato e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços.

8.1.37. A Contratada deverá aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal referentes aos serviços por parte de representante designado da Administração.

8.1.38. A Contratada se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Contratante, pelos serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais aos veículos pertencentes à sua frota oficial.

8.1.39. A contratação a ser celebrada por meio da presente licitação terá como parte, às unidades administrativas da Prefeitura de Porto Velho (Contratantes) e a Empresa Gerenciadora (Contratada), sendo assim, as relações contratuais celebradas entre a Contratada e sua rede credenciada, configura-se objeto de negociação privada entre terceiros e órbita na esfera do Direito Privado, sendo, portanto, de total responsabilidade da Contratada as regras contratuais entre Contratada e rede credenciada.

8.1.40. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

8.1.41. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.1.42. São da exclusiva responsabilidade da Contratada todas as despesas com:

8.1.42.1. Disponibilidade de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência;

8.1.42.2. Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

8.1.42.2. Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços durante a execução contratual;

8.1.42.3. Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato.

8.1.42.4. A Contratada deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela Contratante a utilizar todos os recursos do sistema.

8.1.43. A Contratada deverá disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto do contrato.

8.1.44. A Contratada deverá entregar ao **Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato**, sempre que solicitado, cópia dos contratos firmados com as credenciadas.

8.1.45. A Contratada deverá providenciar o credenciamento de oficinas nas localidades mínimas informadas no **Anexo II**, e em localidades no território estadual que vejam a ser de interesse da Contratante por razões operacionais, e sejam solicitadas pela Contratante ou Gestor Operacional do Contrato, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso.

8.1.46. Cadastrar concessionárias para a execução de referido serviço, em caso de veículo dentro da garantia de fábrica e, em havendo mais de uma na região será proporcionada a livre concorrência, como nos veículos fora de garantia.

8.1.47. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.48. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

8.1.49. Prestar, através dos estabelecimentos credenciados e conforme Termo de Referência, os seguintes serviços na frota da Prefeitura:

- a) Assistência mecânica;
- b) Manutenção corretiva e preventiva;
- c) Revisão;
- d) Assistência e reparos no sistema elétrico;
- e) Lanternagem em geral, pintura e funilaria;
- f) Substituição e instalação de peças e acessórios (utilizando-se obrigatoriamente preços de mercado);
- g) Vidraçaria, capotaria e tapeçaria;
- h) Reboque de veículos 24 horas;
- i) Chaveiro;
- j) Serviços de borracharia.

8.1.50. Fornecer através da rede credenciada à Contratante, bem como utilizar no serviço de reposição de peças em seus veículos, peças e acessórios originais ou genuínos, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de viaturas fora de linha de fabricação de peças novas.

8.1.51 Exigir que o estabelecimento credenciado devolva à Contratante, através do condutor do veículo em manutenção, as peças, materiais e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos realizados.

8.1.52. A Contratada deverá exigir que o estabelecimento credenciado forneça à mesma, cópia simples da nota fiscal referente ao serviço efetuado, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão-de-obra – homem/hora (em sendo o caso), sob pena de não serem computadas as faturas dos serviços que tiverem sido realizados e não forem enviadas dentro do prazo de fechamento da sua Nota Fiscal, sendo que, nesse caso, a credenciada deverá aguardar novo encerramento de fatura.

8.1.53. A rede credenciada **não poderá** colar nos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações da administração pública, decalques ou adesivos com propaganda própria da Contratada ou de terceiros.

8.1.54. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

8.1.55. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.1.56. Quando solicitado pelo **Gestor do Contrato** ou **Gestor Operacional do Contrato**, a Contratada deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a lista com relação da rede credenciada.

8.1.57. Repassar, ao final do contrato, à Contratante ou a quem ela determinar, todos os dados históricos dos veículos que receberam manutenção, de forma que esses dados possam ser migrados para sistema próprio da Prefeitura de Porto Velho ou por ele contratado.

8.1.58. Para efeito de ampliação da rede credenciada, a Contratada, efetuará chamamento público, convocando as empresas fornecedoras ou prestadoras de serviço do ramo, através da divulgação de aviso, em jornal de circulação estadual e em página oficial na internet, pelo menos a cada 03 (três) meses, sendo o primeiro chamamento

publicado até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

8.1.59. A Contratada deverá franquear, quando solicitado, inclusive aos órgãos de controle, acesso ao sistema de gerenciamento da frota a fim de que, por meio de auditoria, seja aferida a fidedignidade de suas informações.

8.1.60. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sendo os mesmos, objeto de exame da Contratante.

8.1.61. Retirar a Nota de Empenho e assinar Termo Contratual ou instrumento equivalente junto ao Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, prorrogáveis pelo mesmo período quando devidamente justificado, bem como fornecer, em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, relação completa das oficinas conveniadas e comunicar ao Contratante qualquer acréscimo ou supressão ocorrida.

8.1.62. A Contratada deverá atender às solicitações de credenciamento de novos estabelecimentos realizadas pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** a qualquer tempo, devendo este ser efetivado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir recebimento da solicitação, desde que cumpridas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência

8.1.63. A Contratada deverá credenciar oficinas, concessionárias/representantes autorizados das marcas dos veículos, maquinários, equipamentos e embarcações da frota relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência.

8.1.64. A Contratada deverá emitir Termo de Compromisso das redes credenciadas atestando que os estabelecimentos detêm o conhecimento das exigências deste Termo de Referência e demais anexos ao edital da licitação, quando da realização dos credenciamentos. Para isso, a Contratada se responsabilizará por repassar as credenciadas, **formalmente, com colhimento de assinatura da mesma**, cópia do Termo de Referência e demais Anexos para ciência de todos os critérios e procedimentos referente a prestação de serviços pela credenciada, não podendo eximir-se da responsabilidade por serviços prestados em desacordo, exceto se comprovado que a credenciada assinou o Termo de Compromisso e que recebeu a cópia do referido Termo.

8.1.65. A taxa de credenciamento a ser cobrada da rede credenciada fica fixada em 10% (dez por cento), conforme estabelecido no item 14.8. do Termo de Referência.

8.1.66. A Contratada deverá realizar o treinamento dos gestores e usuários de cada unidade Contratante envolvidos na utilização da solução proposta, a ser realizado nas instalações da sede da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL, ou em outro local previamente determinado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários por meio do Gestor Operacional do Contrato.

8.1.67. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) instrutor, com capacidade técnica em informática e conhecimento e domínio teórico e prático no sistema de gerenciamento, para treinamento de até 15(quinze) servidores por unidade Contratante, com carga horária de 20 (vinte) horas.

8.1.68. A Contratada deverá disponibilizar assistência operacional à Contratante, no período das 8:00 horas às 18:00 horas, através de atendimento por call center (0800) e por via chat on line. Esses sistemas deverão ser operados por funcionários que possuam capacidade técnica em informática e conhecimento e domínio teórico e prático no sistema de gerenciamento.

8.1.69. A Contratada deverá fazer constar nas faturas mensais o montante já aplicando o percentual da taxa administrativa devidamente discriminado.

8.1.70. Ao término do contrato de 12 meses, a Contratada **compromete-se a fornecer ao Contratante todas as informações relacionadas à manutenção dos veículos da Prefeitura de Porto Velho armazenadas no sistema desenvolvido pela Contratada.**

8.1.71. A Contratada deverá disponibilizar, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de encerramento do contrato, uma cópia integral e estruturada da base de dados do sistema.

8.1.72. A cópia da base de dados fornecida deverá ser compatível com os padrões e

formatos de dados utilizados durante a vigência do contrato, permitindo uma transição eficiente para qualquer sistema subsequente que a Contratante venha a adotar.

8.1.73. A Contratada compromete-se a prestar assistência técnica adicional, se necessário, para facilitar a transição de dados e garantir a integridade das informações transferidas.

8.1.74. O não cumprimento desta obrigação por parte da Contratada poderá resultar em penalidades contratuais, conforme estabelecido nas cláusulas pertinentes.

8.1.75. Atender, de forma prioritária, às solicitações do Gestor do Contrato, seja presencialmente no escritório da Contratada ou na sede do Gestor do Contrato, bem como por meio de telefone direto e e-mail do preposto designado, devendo o comparecimento presencial ocorrer no prazo mínimo de **04 (quatro) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, conforme a necessidade e a complexidade da demanda apresentada.

8.1.76. Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado.

8.1.77. Prestar os serviços de acordo com a demanda, necessidade, interesse e características definidos e informados pela Contratante.

8.1.78. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto deste instrumento, mesmo que para isso outra solução não prevista no contrato tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a Contratante, desde que sob inteira responsabilidade da Contratada.

8.1.79. Analisar, sempre que exigido, a substituição de seus empregados, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios.

8.1.80. Assumir inteira responsabilidade por despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, seguros, transporte, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de classes, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho do objeto da contratação.

8.1.81. Comunicar no prazo de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, por escrito, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do contrato, total ou parcialmente.

8.1.82. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

8.1.83. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

8.1.84. Colocar à disposição da Contratante, quando da ocorrência de parada por manutenção ou conserto técnico, outro objeto (software, equipamentos, etc.) igual ou semelhante ao contratado, observando-se os pedidos previstos de manutenção.

8.1.85. Prestar assistência técnica de forma a permitir o acesso on-line ao sistema de gerenciamento da frota em todas as localidades do Município de Porto Velho.

8.1.86. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus referente aos direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, devendo por eles responder, e defender a Contratante em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

8.1.87. Responsabilizar-se integralmente por todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema, treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.

8.1.88. Aceitar inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos consertados/recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado em danos de média monta, assim entendidos os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo

substituições de equipamentos de segurança especificados pelo fabricante.

8.1.89. Guardar sigilo sobre as informações da Contratante constantes do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis ao Contratante, após a extinção do contrato, por no mínimo, 05 (cinco) anos, além de fornecer backup total dos dados. Desta forma, à Contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

8.1.90. Garantir que não seja executada qualquer manutenção em veículos que não estejam cadastrados na frota da Contratante, devendo tal situação ser detectada automaticamente pelo sistema de gestão.

8.1.91. Oferecer suporte técnico (presencial ou por telefone) e acesso remoto, sem custo, durante a vigência contratual, a ser realizado por profissional devidamente autorizado pela Contratada, objetivando subsidiar o uso do sistema e a aferição quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota.

8.1.92. Proporcionar ao **Gestor do Contrato** pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos, conforme parâmetros definidos, não podendo haver limitações para qualquer período solicitado.

8.1.93. Disponibilizar permanentemente ao **Gestor do Contrato**, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do contrato, mantendo-a disponível, inclusive, após o seu término.

8.1.94. Disponibilizar, sem ônus ao Contratante, as atualizações das funcionalidades do software e de todas as alterações do sistema.

8.1.95. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, bem como responsabilizar-se pela troca da senha dos mesmos, em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos, conforme informado pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**.

8.1.96. Autorizar a realização dos serviços junto às oficinas credenciadas, logo após autorização do orçamento pelo **Gestor do Contrato**, antes pré-aprovado pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**.

8.1.97. Garantir que toda a rede credenciada colocada à disposição da Prefeitura de Porto Velho seja formada por empresas idôneas, respondendo solidariamente pela inobservância das normas vigentes por quaisquer das unidades da rede credenciada em relação ao contrato celebrado.

8.1.97.1. É de responsabilidade da Contratada verificar que sua rede credenciada possui capacidade técnica e operacional para a prestação dos serviços.

8.1.98. Fornecer ao **Gestor do Contrato e Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica acompanhado dos preços de revisões programadas, a lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

8.1.99. Fiscalizar periodicamente a atuação de cada unidade da rede credenciada visando aferir a capacidade técnica de prestação de serviços executados nos veículos da Contratante.

8.1.100. Providenciar o credenciamento de novas empresas através de solicitações oriundas do **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)**, bem como, atender ao pedido de credenciamento dos próprios estabelecimentos credenciados, a fim de ampliar o rol de credenciadas para realização dos serviços;

8.1.101. A Contratada deverá atender às solicitações de credenciamento de novos estabelecimentos realizadas pelo **Gestor Operacional do Contrato (SMCL)** a qualquer tempo, devendo este ser efetivado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir recebimento da solicitação, desde que cumpridas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.102. Garantir que toda a rede credenciada possua os meios tecnológicos (dispositivos móveis compatíveis com Android/iOS) e conectividade à internet necessários para o fiel cumprimento do registro fotográfico em tempo real, conforme os requisitos estabelecidos no item 7.5 deste Termo de Referência.

8.1.103. Fornecer suporte técnico e treinamento operacional contínuo aos

estabelecimentos credenciados e aos servidores designados pela Administração (Gestores e Vistoriadores), visando a correta utilização da aplicação móvel e a adequada captação das evidências digitais.

8.1.104. Arcar com todos os custos relativos ao licenciamento, manutenção e atualização do aplicativo móvel de captura de imagens, não cabendo qualquer ônus adicional ou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro para a disponibilização desta ferramenta de controle.

8.1.105. Manter e disponibilizar, em repositório digital específico integrado ao sistema de gestão da frota, cópia integral e atualizada de todos os instrumentos firmados com a rede credenciada, incluindo contratos, termos de adesão, aditivos e distratos, garantindo acesso imediato à SMCL/DQGA para fins de fiscalização, auditoria e verificação das condições comerciais e prazos de repasse financeiro praticados entre a Contratada e os estabelecimentos credenciados.

8.1.106. Será de responsabilidade da Contratada a execução do objeto de sua especialidade, compreendendo:

a) A implantação, alimentação e manutenção de sistema informatizado por meio da Web de autogestão da frota, integrado com tecnologia de cartão magnético, cartão eletrônico tipo smart com chip ou outro dispositivo disponível no mercado;

b) O gerenciamento e controle dos veículos, dos serviços realizados, peças substituídas e seu custo, da rede credenciada para atendimento e dos orçamentos necessários, através do sistema integrado implantado;

c) O credenciamento, monitoramento e intermediação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, a serem contratados através da rede especializada credenciada nas regiões de atendimento;

d) O suporte técnico permanente, tanto para a Contratante, quanto para a rede credenciada;

e) O faturamento mensal de todos os serviços contemplados.

8.1.107. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo desembolso necessário à implantação e operacionalização do sistema, para o pleno atendimento do objeto, incluindo: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, emissão de cartões (inclusive 2ª via) sistema, treinamento do pessoal, fornecimento de manuais de operação, despesas relacionadas a softwares, implantação e operação do suporte técnico, e outras decorrentes das responsabilidades deste documento, todos cobertos pela taxa de administração;

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, observadas as normas previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 18.892/2023;

9.1.1. Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

9.1.2. Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos na cláusula vigésima segunda deste instrumento.;

9.1.3. Prestar informações indispensáveis à regular execução do contrato e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

9.1.4. Realizar a fiscalização e o gerenciamento da entrega do objeto;

9.1.5. Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada;

9.1.6. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

9.1.7. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

9.1.8. Expedir as autorizações das Ordens de Serviço (OS);

9.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de

acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.11. Fornecer ao Contratado, após a lavratura do contrato, o cadastro completo dos veículos contendo todos os dados necessários à execução do objeto deste certame, bem como toda e qualquer alteração referente à frota durante a vigência do contrato;

9.1.12. Providenciar o pagamento das faturas aprovadas de prestação dos serviços, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo ordenador de despesas da unidade Contratante;

9.1.13. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

9.1.14. Efetuar o pagamento/cobrança de multas aplicadas, nos termos deste instrumento, no mês seguinte ao de sua ocorrência e na mesma data de vencimento da fatura mensal, salvo no caso de atraso justificado;

9.1.15. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às dependências da Contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;

9.1.16. A Contratante somente autorizará o fornecimento ou a execução de serviço, cujo preço for compatível com o estabelecido no mercado, devendo, em cada autorização, demonstrar a compatibilidade, através da comparação do preço final proposto, com tabelas de preços e quantitativos elaboradas por entidades idôneas, cujos critérios de mensuração sejam obtidos mediante adequadas técnicas quantitativas;

9.1.17. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as exigências estabelecidas no contrato.;

9.1.18. Recusar os serviços prestados em desacordo com as normas técnicas e condições estabelecidas e solicitar a sua imediata regularização, sob pena de impossibilitar a realização do pagamento;

9.1.19. Receber as solicitações de serviço, proceder à devida análise, quanto à necessidade, finalidade e interesse público, para, somente então, emitir autorização de execução à Contratada, obedecidas as competências pré-definidas neste instrumento;

9.1.20. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

9.1.21. Conferir, receber e atestar, por intermédio dos funcionários previamente indicados, os documentos apresentados pela Contratada para a execução dos serviços;

9.1.22. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

9.1.23. Ficar a cargo do Contratante a aprovação dos serviços, após a comprovação de preços, por meio das cotações, a ser realizado pelo Gestor Operacional do Contrato (SMCL) que opera o sistema, de modo a conferir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de mercado;

9.1.24. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.1.25. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A Contratada deverá prestar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, garantia de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo haver autorização de majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos (art. 98 da Lei nº 14.133/2021).

10.2. Decorrido o prazo de 01 (um) ano de vigência do contrato e nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no subitem 10.1.

10.3. A Contratada poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas nos incisos do § 1º, art. 96, da Lei nº 14.133/2021, ou seja: caução em dinheiro, seguro

garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

10.4. Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro (inciso I, art. 96)**, seu valor será depositado junto ao **Banco do Brasil, agência 2757, conta-corrente nº 97626-1**, devendo o comprovante de depósito ser apresentado imediatamente, em original ou cópia autenticada, no Departamento Administrativo-Financeiro, para lançamento contábil na Secretaria Municipal da Economia - SEMEC.

10.5. Se a opção de garantia recair em **seguro-garantia ou fiança bancária (incisos II e III, art. 96)**, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato, a cláusula de atualização financeira, bem como as cláusulas de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

10.6. Se a opção recair em **título de capitalização (inciso IV, art. 96)**, será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.7. A Contratada terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade de seguro-garantia (§ 3º, art. 96, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora (inciso I, art. 97, da Lei nº 14.133/2021).

10.9. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a Contratada não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas (inciso II, art. 97, da Lei nº 14.133/2021).

10.10. Poderá ser permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário do contrato, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto (parágrafo único, art. 97, da Lei nº 14.133/2021).

10.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.12. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, devendo ter prazo superior ao futuro contrato em pelo menos 30 (trinta) dias.

10.13. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados à Contratante e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

10.14. Uma vez aplicada multa à Contratada e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, poderá a Contratante convocar a Contratada para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

10.15. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100, da Lei nº 14.133/2021).

10.16. Quando a extinção do contrato decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido. (inciso I, § 2º, art. 138, da Lei nº 14.133/2021).).

10.17. A rescisão do contrato determinado por ato unilateral, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

10.18. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar ao contratado, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, a execução da garantia contratual para (inciso III, art. 139, da Lei nº 14.133/2021):

I - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela

seguradora, quando cabível.

10.19. A garantia/**assistência técnica** dos serviços deverá ser especificada na proposta. Contudo, determinam-se as características mínimas a serem consideradas, a saber:

10.19.1. A licitante deverá oferecer garantia dos serviços pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da execução dos serviços, incluindo a assistência técnica apta a sanar eventuais problemas que os objetos possam apresentar.

10.19.2. O serviço ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Dos Recursos Por Unidade Contratante/Secretarias

11.2. Para a contratação dos serviços, cada unidade Contratante (secretarias e órgãos municipais) utilizará os recursos financeiros provenientes da sua dotação orçamentária própria.

11.3. Os recursos financeiros estimados para contratação deste objeto correrão por conta da Administração, cujos Programas de Trabalho, Fontes de Recurso e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos e notas de empenho da despesa a serem emitidos por cada unidade Contratante, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório, podendo ser alteradas no curso da contratação, diante dos remanejamentos, demandas e projetos de Lei que porventura ocorram, mantendo-se o contrato originário de cada órgão.

11.4. Os recursos orçamentários para atender as contratações oriundas deste procedimento licitatório estão previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2026 e no Plano Plurianual de Ação Governamental, garantidos para este exercício e os seguintes, através dos elementos de despesa 339039 – (Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica) e 339030 – (Aquisição de Material de Consumo). Os órgãos e Programas de Trabalho previstos para atendimento mediante esta licitação são os abaixo detalhados:

ÓRGÃO	P.A.	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
SGOV	0201.0412200072.001	3.3.90.39.19/ 3.3.90.39	1.500
SEMAD	07.01.04.122.007.2002	3.3.90.30-39/3.3.90.39-19	1500
SEMED	09.01.12.122.313.2.273	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1.500.0025.1001
SEMED (ÔNIBUS ESCOLAR)	09.01.12.361.311.2.752	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1571
SEMUSA	08.31.10.302.329.2.396 08.31.10.302.329.2.280 08.31.10.302.329.2.669 08.31.10.305.335.2.058 08.31.10.301.317.2.664 08.31.10.122.336.2.675	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1600 / 1500.0015.1002
SEMUR	18.01.16.122.007.2.724	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMIAS	12.01.08.122.007.2.001/ 12.33.08.244.160.2.852/ 12.33.08.244.160.2.853/ 12.33.08.244.168.2.860	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500/ 1660/ 1661/ 2660/ 2661/ 1709/ 2709
SEMA	16.01.18.122.181.2.604	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1709
SEMTEL	17.01.04.122.0007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMTRAN	14.01.04.122.007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMEC	06.01.04.122.007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEINFRA	11.01.15.451.154.2.145	4.4.90.39.99	2754
SMCL	23 01 04 122 192 2.615	3.3.90.30/3.3.90.39	1500
SMTI	02.81.04.122.007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SMD	02.71.04.122.286.2.692	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
FUNCULTURAL	02.21.04.122.0007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
PGM	04.01.04.122.0007.2.001	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
CGM	03.01.04.122.007.2.183	3.3.90.30 / 3.3.90.39	1500
SEMAGRIC	15.01.20.782.240.2.643	3.3.90.39 e 3.3.90.30	1500

11.5. Conforme o órgão, origem dos recursos, origem dos veículos a serem atendidos e demandas disponíveis, poderão ser utilizadas fontes de recursos diferenciadas da Fonte de Recurso 01.00 (Tesouro Municipal), no caso de atendimento de recursos de convênio ou contrapartida do Municipal, incluindo-se ou alterando-se o P.A. na elaboração do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A Contratada que incorrer nas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeita-se às sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar previstas no art. 156 da mesma Lei, conforme disciplinado no art. 95, do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

12.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantia de contraditório e da ampla defesa (art. 96, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

12.3. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

12.4. Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e, ainda considerará a gravidade da conduta do infrator e o caráter educativo da pena, observado o princípio da proporcionalidade.

12.5. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como em sistemas Estaduais e Municipais.

12.6. A sanção de advertência será aplicada na hipótese de descumprimento de pequena relevância que importem em descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração e na hipótese de inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

12.7. A sanção de advertência deverá ser emitida por escrito e cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

12.8. A sanção de multa, eventualmente imposta à Contratada, que poderá ser aplicada pelo cometimento de quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, caso houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda, a Administração proceder à cobrança judicial (art. 97, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

12.9. A sanção de multa será aplicada nos seguintes percentuais, em observância aos limites previstos no art. 101, do Decreto Municipal nº 18.892/2023:

a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 10% (dez por cento);

b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);

c) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, limitado a 10 (dez) dias;

d) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto;

e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no item 16.2, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

f) Se a multa a ser aplicada ultrapassar os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III do item 16.4, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

12.9.1. Para efeito de aplicação de multas, serão observadas ainda às infrações são atribuídos graus, de acordo **com a Tabela a seguir:**

Itc	Descrição da Infração	Grau	Correspondência
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
02	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
06	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de Cartão/equipamento/software por ocorrência.	02	0,4% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
07	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento para atender ao Contratante sem a anuência prévia do Gestor Operacional do Contrato, por ocorrência(s).	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
08	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
Para os itens a seguir, deixar de:			
09	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
10	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência. Tratam de encargos TRABALHISTAS/PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS e COMERCIAIS.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência.	03	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência.	03	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
13	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e		0,4% por dia sobre o

14	demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	valor mensal do Contrato.
15	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
16	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
17	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
18	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
19	Deixar de fornecer suporte técnico à Contratante e à rede credenciada, por ocorrência e por dia.	01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato.
20	Reter dos estabelecimentos credenciados valor superior a 10% (dez por cento) do montante bruto de cada nota fiscal/OS, ou cobrar, sob qualquer denominação, encargos adicionais à taxa de credenciamento fixada; por ocorrência e por estabelecimento.	05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato
21	Deixar de incluir no relatório mensal (item 14.13.2) a discriminação de valor bruto, taxa retida, valor líquido repassado, data e comprovante de pagamento por estabelecimento credenciado, conforme subitem 15.1.39.2; por mês de omissão.	03	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato

12.9.2. Pelo inadimplemento absoluto das obrigações sujeita a Contratada a aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida;

12.9.3. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

12.9.4. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa se dará em processo administrativo simplificado, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.10. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos a Contratada que incorrer nas infrações administrativas abaixo elencadas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave,

I - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.10.1. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar fica a cargo da unidade participante (Secretaria) do Poder Executivo Municipal e será precedida de análise jurídica.

12.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

12.12. Será aplicada a sanção pelos danos que dela provierem para a Administração Pública e impedirá a Contratante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos se incorrer nas infrações administrativas abaixo elencadas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - Praticar ato lesivo previsto no

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. Contratada deverá observar integralmente as disposições da **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)** no tratamento de dados pessoais eventualmente acessados ou processados no âmbito da execução do contrato.

13.2. Considerando que o sistema informatizado poderá registrar informações relacionadas a condutores, servidores públicos e operações da frota, a Contratada deverá:

I – Utilizar os dados exclusivamente para execução do contrato;

II – Adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados ou situações acidentais ou ilícitas;

III – Manter registro das operações de tratamento de dados realizadas no sistema;

IV – Indicar responsável pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. A Contratada que incorre nas situações abaixo previstas constituirá motivo para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa (art. 137 da Lei nº 14.133/2021):

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;

VIII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado

da Previdência Social ou para aprendiz.

14.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (§2º, art. 137 da Lei nº 14.133/2021:

I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido de 25%;

II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - Repetidas suspensões que totalizam 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

14.2.1. Nas hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 23.2, deverão ser observadas as seguintes disposições previstas no §3º, art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.2. Os emitentes das garantias previstas no nº 14.133/2021 serão notificados pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.4. Se a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado fará jus ao ressarcimento pelos prejuízos comprovadamente sofridos e terá direito a devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e ao pagamento do custo da desmobilização, nos termos do §2º, art. 138, da Lei nº 14.133/2021.

14.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no art. 139, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na mesma lei.

14.6. Das Prerrogativas

14.6.1 São prerrogativas da Contratante:

a) Empreender unilateralmente, modificações nos termos deste contrato, desde que objetive atender ao interesse público, ressalvados os direitos da Contratada;

b) Rescindir unilateralmente o contrato, por inexecução parcial, total ou na ocorrência dos fatos elencados no art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

c) Rescindir o contrato consensualmente, por acordo entre as partes, no seu todo ou em parte, mediante lavratura de termo nos autos, desde que haja interesse da Administração.

14.6.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo (§ 1º, art. 138, da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLEMENTO

15.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantia de contraditório e da ampla defesa (art. 96, do Decreto

15.2. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc, designada pela autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Porto Velho, composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.3. Os efeitos de impedimento pela declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública se mantém enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

15.4. Se a adjudicatária recusar a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplica-se à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

15.5. A licitante, adjudicatária ou Contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto ou não mantiver a proposta, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, devendo ser registrada a penalidade no SICAF e no Cadastro Municipal de Fornecedores Impedidos de Licitar.

15.5.1. Nas hipóteses de apresentação de declaração ou documentação falsa, fraude na execução do instrumento contratual, comportamento inidôneo ou cometimento de fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, devendo ser registrada a penalidade no SICAF, no Cadastro Municipal de Fornecedores Impedidos de Licitar e no Cadastro de Fornecedores Estadual.

15.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

15.7. A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

15.8. Será admitida a reabilitação do licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida desde que cumpridos cumulativamente a seguintes exigências:

I - Tenha reparado integralmente o dano causado à Administração Pública;

II - Tenha pago da multa;

III - Tenha transcorrido o prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Tenha cumprido as condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Tenha havido análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

15.9. A sanção pelas infrações previstas nos incisos **I e V do item 15.8.** exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 A Contratante poderá modificar **unilateralmente** o contrato mediante **aditivo** contratual para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos

beneficiados pela contratação (alteração qualitativa), respeitados os direitos da Contratada, nos termos do inciso I, art. 104, da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A Contratante poderá modificar **unilateralmente** o contrato mediante **aditivo** contratual, quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa (alteração quantitativa) de seu objeto (art. 124 da Lei nº 14.133/2021), ficando a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato dos serviços.

16.3. Os casos cujo objetivo é registrar e/ou anotar novas condições que não alterem a essência da avença ou que não modifiquem as bases contratuais, será adotado o **apostilamento** (§ 5º, art. 115 e art. 136 da Lei nº 14.133/2021), devidamente assinado pelo ordenador despesa da unidade Contratante, dispensado o envio ao órgão de assessoria jurídica.

16.4. Para efeito de alteração de preço contratual, referente **ao percentual da taxa de administração** resultante da licitação, esta **será fixa e irreajustável**, sendo ainda, **inalterada nas possíveis renovações contratuais**, considerando que este processo administrativo visa à contratação do “**custo de administração**”, em razão do objeto que trata de prestação de serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota. Entende-se por “Custo de Administração” pela prestação de serviços de gestão da manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais originais recomendados pelo fabricante, conforme as características de cada veículo que compõe a frota da Prefeitura de Porto Velho.

16.5. Conforme acordado entre as partes (Contratante e Contratada), o valor do contrato poderá ser alterado (**revisado**) para menos ou para mais, com o objetivo, específico para recompor o equilíbrio entre os direitos e as obrigações assumidas no momento da formalização da contratação, nas seguintes hipóteses:

16.5.1. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro (**reequilíbrio contratual**) inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado (pressupõe um fato novo, um acontecimento imprevisível e inevitável), respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato (art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021).

16.5.2. Se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134, da Lei nº 14.133/2021).

16.5.3. A **revisão contratual**, será concedida a pedido da Contratada e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento da Contratada devidamente assinado pelo seu responsável;

II - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;

III - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;

IV - Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento e seus anexos, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos, respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/2021, aplicando se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

17.2. Os contratos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

17.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo

e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei (art. 90 da Lei nº 14.133/2021), podendo a convocação ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (§1º do mesmo artigo).

17.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (§2º, art. 90 da Lei nº 14.133/2021).

17.5. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar minuciosamente toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejar a rescisão do contrato.

17.6. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização.

17.7. Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

17.8. Toda prestação de serviços contratada pelo Município não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta (art. 141, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

17.9. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 143, do Decreto Municipal nº 18.892/2023).

17.10. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais, a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e o Decreto Municipal nº 18.892/2023 e suas alterações.

17.11. Na ausência de prazos definidos no edital, salvo justificativa da Administração, entenda-se 05 (cinco) dias úteis para atuação dos departamentos Municipais em consonância com a Lei nº 9784/1999.

17.12. Qualquer tolerância, por parte da Contratante, quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos, e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

17.13. Não poderão participar da licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

I - Tenha sido declarada impedida de licitar e contratar com o Município de Porto Velho, nos termos do art. 98, do Decreto Municipal nº 18.892/2023;;

II - Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Prefeitura de Porto Velho;

III - Sejam declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, nos termos do art. 99, da Lei nº 14.133/2021;

IV - Se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

V - Empresas que descumpriram o art. 14º da Lei nº 14.133/2021;

VI - Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

VII - Estejam reunidas em consórcio qualquer que seja sua forma de constituição.

17.14. A vedação à participação de empresas em consórcio justifica-se pela natureza do objeto, que exige uma **solução tecnológica integrada** e uma **cadeia de responsabilidade única** (Art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), sendo a estrutura de cogestão inerente ao consórcio incompatível com a execução de serviços de autogestão de frota via software em tempo real. A fragmentação da prestação comprometeria a

segurança de dados, a interoperabilidade do sistema e a eficiência na gestão da rede credenciada, além de inexistir complexidade técnica que demande a união de esforços para viabilizar a execução, dado que o mercado especializado apresenta ampla competitividade de empresas aptas ao atendimento integral e individualizado das exigências deste certame.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA HABILITAÇÃO

18.1. Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021: Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no edital de licitação.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito, pelas partes, o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive as questões entre a empresa Contratada e a Contratante, decorrentes de execução deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo as despesas às expensas da Contratante.

20.2. Após a assinatura deste contrato, o CONTRATANTE providenciará a publicação do mesmo ou de resumo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021. Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.

Porto Velho, ____ de ____ de 2026.

(AUTORIDADE COMPETENTE)

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATANTE

(AUTORIDADE COMPETENTE)

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATANTE

(AUTORIDADE COMPETENTE)

REPRESENTANTE LEGAL DA SECRETARIA INTERVENIENTE

ANEXO VII-A

TERMO ANTICORRUPÇÃO

_____, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa, nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que o Contratante ou seu cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que:

(a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;

(b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente Contrato, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

....., de de 2026

.....
.....

Empresa Representante

ANEXO VII-B - TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E DE CONFIABILIDADE

O Município de Porto Velho, por meio do (CONTRATANTE), doravante denominada (SIGLA), com sede em (incluir endereço), inscrito no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, e [NOME DA Contratada], pessoa jurídica com sede na , inscrita no CNPJ xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, doravante denominado simplesmente TERMO, e, CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato nº xxxxxxxxxxxx.xx, celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AUTOGESTÃO DE FROTA, PARA PRESTAÇÃO DE FORMA CONTÍNUA DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E CREDENCIAMENTO DE REDE ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, celebram o presente compromisso mediante condições estabelecidas;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso dos dados e informações, sejam elas escritas ou verbais, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE de que a [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES; e

CONSIDERANDO a necessidade manter sigilo dos dados e informações a que tiverem acesso, de acordo com as Normas de Segurança Municipal para Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo do Município de Porto Velho e normatizada pelo Decreto Municipal nº 13.974/2015 que regula o acesso a informações da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei Federal nº 12.527/2011, A Contratada se obriga ao CONTRATANTE, lavrando o presente TERMO, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES da CONTRATANTE, principalmente aquelas classificadas como CONFIDENCIAIS, em razão da execução do CONTRATO celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pela CONTRATANTE.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pela CONTRATANTE, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela CONTRATANTE.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE], com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as INFORMAÇÕES que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela CONTRATANTE.

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da CONTRATANTE e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros

- 1 – Informações dos motoristas, veículos, órgãos e entidades;
- 2 – Informações unitárias ou consolidadas de valores de consumo, preços, unitários ou consolidados;
- 3 - Metodologia e Ferramentas utilizadas pelo Contratante;

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE], reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa e que deverá ser observado o sistema de classificação da informação adotado e em vigor pela CONTRATANTE. Em caso de dúvidas acerca da confidencialidade de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizado a tratá-la diferentemente pela CONTRATANTE. Em hipótese alguma se interpretará o silêncio da CONTRATANTE como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- a) Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
- b) Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- c) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE. O consentimento, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do CONTRATO.

As informações geradas na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à [NOME DA EMPRESA], são de única e exclusiva propriedade da CONTRATANTE.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] expressamente reconhece que ao término de seu contrato de prestação dos serviços, deverá entregar ao CONTRATANTE todo e qualquer material de propriedade desta, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. O RESPONSÁVEL também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de sua prestação de serviços ao CONTRATANTE.

A [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE] obriga-se perante o CONTRATANTE a informar imediatamente à empresa acerca de qualquer violação das regras de proteção das informações eletrônicas por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação, não intencional ou culposa, do sigilo da empresa.

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DAS INFORMAÇÕES

Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela

requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS EFEITOS

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, com efeitos ad aeternum.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES LEGAIS

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas nas disposições contratuais, e no Termo de Responsabilidade assumido perante à **(UNIDADE CONTRATANTE)**, e legislação em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a [NOME DA Contratada], estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO constitui vínculo indissociável ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente;

Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, segundo os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES da CONTRATANTE;

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de INFORMAÇÕES;

A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Porto Velho-RO, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO, pela [NOME DA Contratada/REPRESENTANTE], sendo em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Porto Velho, xx de xxxxxxxx de 2026.

[NOME DA Contratada/REPRESENTANTE]

CNPJ/CPF:

CONTRATANTE

Testemunha:

Nome:

CPF:

Testemunha:

Nome:

CPF:

Responsável pela elaboração:

ANE GABRIELE BARROS DE OLIVEIRA

Gerente de Monitoramento de Frota - DMF/DQGA/SEG/SMCL
Matrícula n° 10080183

UESLEI OLIVEIRA BATISTA

Diretor do Departamento de Qualidade dos Gastos Administrativos - DQGA/SEG/SMCL
Matrícula n° 93071

Responsável pela revisão:

THIAGO DE CASTRO PEREIRA

Secretário Executivo de Gestão de Gastos Públicos – SEG/SMCL
Matrícula n.º 10081011

Autoridade competente nos termos da Lei nº 14.133/2021:

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL
Matrícula n.º 10078228

Aprovação dos Ordenadores de Despesas:

SÉRGIO MURILO LEMOS PARAGUASSÚ FILHO

Secretário de Governo em Exercício - SGOV

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO

Secretário Municipal de Administração - SEMAD

GIORDANI DOS SANTOS LIMA

Secretário Municipal de Educação - SEMED

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO

Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA

RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES

Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade - SEMDEC

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR

Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS

ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA

RODRIGO FERREIRA CAMPOS

Secretário Executivo de Esporte e Lazer - SEMTEL

IREMAR TORRES LIMA

Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Básicos - SEINFRA

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia - SEMDEC

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC

VANDERLEI PEREIRA DA SILVA
Presidente da Fundação Cultural - FUNCULTURAL

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município - PGM

JONHY MILSON OLIVEIRA MARTINS
Controlador Geral do Município - CGM

NAIDIO RAI GONÇALVES FERREIRA WAGNER
Superintendente Municipal Adjunto de Distritos - SMD

CEZAR EDUARDO DONDONI MARINI
Superintendente Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI

MARCOS BERTI CAVALCANTI
Superintendente Municipal de Proteção e Defesa Civil – SMPDC



Documento assinado eletronicamente por **Gabriele Holtz Machado, Assessor(a)**, em 13/05/2026, às 13:20, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ueslei Oliveira Batista, Diretor(a)**, em 13/05/2026, às 13:42, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ane Gabriele Barros De Oliveira, Gerente**, em 13/05/2026, às 13:50, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Castro Pereira, Secretário(a) Executivo(a)**, em 13/05/2026, às 14:06, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Rogerio Gabriel, Secretario(a)**, em 13/05/2026, às 14:11, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Felipe Borin Dos Santos, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 08:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Giordani Dos Santos Lima, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 08:52, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Cezar Eduardo Dondoni Marini, Superintendente**, em 14/05/2026, às 09:10, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jonhy Milson Oliveira Martins, Controlador(a)**, em 14/05/2026, às 09:40, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Tailine Rodrigues De Carvalho, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 09:42, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 09:54, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Afonso Ferreira Junior, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 09:59, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Campos, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 10:30, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Felipe Cantanhede Pacheco, Secretário (a)**, em 14/05/2026, às 11:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Boriezeska de Siqueira, Assessor(a)**, em 14/05/2026, às 11:22, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo De Alencar Magalhães, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 11:22, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Bener Maia Oliveira, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 12:09, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vanderlei Pereira da Silva, Diretor(a)**, em 14/05/2026, às 12:19, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Iremar Torres Lima, Secretario(a)**, em 14/05/2026, às 12:45, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Naidio Rai Gonçalves Ferreira Wagner, Superintendente**, em 15/05/2026, às 12:01, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Berti Cavalcanti, Superintendente**, em 15/05/2026, às 18:47, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Garcia de Freitas, Secretário(a)**, em 18/05/2026, às 09:13, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Salatiel Lemos Valverde, Procurador(a)**, em 18/05/2026, às 09:37, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Murilo Lemos Paraguassu Filho, Secretário(a)**, em 25/05/2026, às 15:36, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0893141** e o código CRC **D765C924**.

